



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO – UFRPE**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**  
**MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL DA CULTURA REGIONAL**

**O TEATRO DA GUERRA E  
A INVENÇÃO DO BRASIL HOLANDÊS:  
o esforço das duas coroas na retomada pela Capitania de  
Pernambuco, de 1630 a 1635**

**HUGO COÊLHO VIEIRA**

**Recife  
2010**

**HUGO COELHO VIEIRA**

**O TEATRO DA GUERRA E  
A INVENÇÃO DO BRASIL HOLANDÊS:  
o esforço das duas coroas na retomada pela Capitania de  
Pernambuco, de 1630 a 1635**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-graduação em História Social da Cultura Regional, na Linha de Pesquisa: Sociedade, Cultura, Memória e Patrimônio, da Universidade Federal Rural de Pernambuco, sob a orientação da prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Alcileide Cabral do Nascimento e a coorientação do prof. Dr. Rômulo Xavier do Nascimento.

**Recife  
2010**

### Ficha Catalográfica

V657t      Vieira, Hugo Coelho  
            O teatro da guerra e a invenção do Brasil holandês: o esforço das duas  
            coroas na retomada pela capitania de Pernambuco, de 1630 à 1635 /  
            Hugo Coelho Vieira. -- 2011.  
            182 f.: il.

            Orientador (a): Alcileide Cabral do Nascimento.  
            Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura Regional) –  
            Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de Letras e  
            Ciências Humanas, Recife, 2011.

            Referências.

            1. Pernambuco – Guerra 2. Brasil – História - Domínio holandês  
            3. Homens de guerra 4. Memória e patrimônio 5. Sociedade e cultura  
            I. Nascimento, Alcileide Cabral do, Orientadora II. Título

CDD 981.3

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA CULTURA  
REGIONAL**

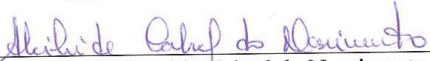
O TEATRO DA GUERRA E A INVENÇÃO DO BRASIL HOLANDÊS:  
o esforço das duas coroas na retomada pela capitania de Pernambuco, de 1630 a 1635.


DISSERTAÇÃO DE MESTRADO ELABORADA POR

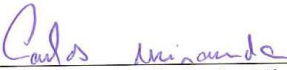
HUGO COELHO VIEIRA

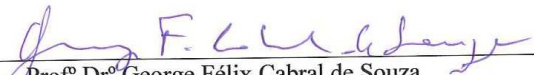
APROVADA EM 28/07/2011

BANCA EXAMINADORA

  
\_\_\_\_\_  
Profª Draª Alcileide Cabral do Nascimento  
Orientador – Programa Pós-Graduação em História - UFRPE

  
\_\_\_\_\_  
Profº Drº Rômulo Xavier do Nascimento  
Programa da Graduação em História– UPE

  
\_\_\_\_\_  
Profº Drº Carlos da Cunha Miranda  
Programa Pós-Graduação em História – UFPE

  
\_\_\_\_\_  
Profº Drº George Félix Cabral de Souza  
Programa Pós-Graduação em História– UFPE

## **Dedicatória**

A Luzia e a Tarcila amores  
da vida.

## Agradecimentos

Esta dissertação é sem dúvida fruto de um trabalho coletivo! Se por um lado devo dizer que sozinho não faria nada, por outro lado assumo esta produção e me responsabilizo pelos erros e equívocos aqui cometidos.

Agradeço aos meus familiares, professores e amigos que estiveram juntos e que de alguma maneira contribuíram com este trabalho, assim como aproveito a oportunidade para pedir desculpas pelas minhas ausências e angústias durante a realização do mestrado.

Se os agradecimentos devem começar em casa, agradeço primeiramente a minha maravilhosa avó, Luzia Teixeira Coelho, que sempre seguiu o dito popular que diz que “vó é mãe duas vezes”.

A minha mãe, Analúcia Teixeira e as minhas queridas tias Nadilsa Teixeira e Denise Teixeira.

Ao meu grande tio e muitas vezes pai José Carlos.

A minha amada Tarcila Barbosa, companheira amável e doce quanto à felicidade e o amor precisam ser.

Aos meus primos Gustavo Fonseca e Bruno Lima. Esse último presenciou muitos momentos da minha escrita e foi muito importante por disponibilizar sua casa para muitos dias deste trabalho. Enquanto Bruno estudava para concurso eu aproveitava a tranquilidade de seu lar para escrever a dissertação.

As tias Socorro Teixeira, Maria Maranhão (Ceça), Fátima Teixeira e aos tios Evaristo Teixeira e Fernando Brito que sempre me incentivaram de longe, mas quando precisei estiveram presentes, e para mim foram exemplos de vida a serem seguidos.

À minha querida secretária Marlene Maria, que com sua competência é capaz de trazer harmonia, além de elaborar quitutes deliciosos.

Agradeço aos professores não só pela minha formação acadêmica, mas pela relação saudável entre o saber e os diversos sentimentos da vida.

Sou eternamente grato a minha orientadora, Alcileide Cabral do Nascimento, que com sua experiência de vida e firmeza teórica me iniciou na pesquisa histórica com toda capacidade que um orientando precisa para se encantar com o ofício da profissão. Amiga, profissional e sincera, Alcileide foi sempre uma referência, tranquilizando-me nos momentos necessários.

Agradeço especialmente ao meu co-orientador, Rômulo Xavier do Nascimento que me apoiou desde a submissão do projeto de pesquisa na seleção no mestrado e me ajudou com a documentação do período.

Ao professor George Cabral que sempre se mostrou solícito na minha pesquisa e tanto contribuiu com suas críticas e sugestões desde a banca de qualificação.

Agradeço imensamente aos professores que tive na graduação e pós-graduação da universidade, foram eles: Ângela Grillo, Wellington Barbosa, Lúcia Falcão, Fabiana Bruce, Oswaldo Girão, Suely Almeida, Suely Luna, Élcia Bandeira, Giselda Brito, Kalina Vanderlei e Durval Muniz.

Ao agradável professor Julio Sanchez, professor Catedrático de História da América da Universidade de Salamanca. Embora trabalhe com as independências na América, talvez tenha sido a partir de Julio que a documentação espanhola se tornou uma realidade na minha pesquisa. Profissional e competente sua ajuda foi fundamental para abrir as portas do Arquivo de Simancas na Espanha.

Agradeço também a José Manuel Santos Péres, professor Titular de História da América da Universidade de Salamanca, pela atenção dispensada em Simancas e pela cordialidade.

Na investigação em Simancas, contei com a preciosa ajuda dos funcionários desse arquivo, foram eles: Isabel Aguirre Landa, Juan Peres Milero, e José María Burrieza Mateos.

No dia-dia da pesquisa em Simancas, tive o contato com outros pesquisadores e pude fazer amizade com alguns deles, foram: o espanhol Manuel Lomas e as italianas Lavinia Pinzarrone e Valentina Cipollone.

Agradeço aos servidores da universidade, principalmente a atenciosa Alexsandra do programa de pós-graduação em História da UFRPE.

A todos os meus amigos devo a gratidão pelos momentos de afeto, descontração e pelos conselhos.

Aos grandes amigos Flávio Augusto e José Murilo, amizades iniciada desde o colégio. Aos amigos de infância que sempre se queixaram das minhas ausências, mas sempre me incentivaram, são eles: Bruno Machado e os irmãos Dimitri e Demétrius Veras.

Na universidade tive amizades iniciadas na graduação e na pós-graduação que ajudaram a compreender melhor o meu trabalho e o mundo do historiador, foram eles:

Igor Belchior, Severino Júnior, Hélder Remígio, José Brito, Elizabeth Maria e Manuela Arruda.

Em parte de minha pesquisa realizada na Espanha, devo a ajuda dos colegas brasileiros que abriram as portas de suas moradas para me receber. Em Madrid tive a felicidade de ficar hospedado na casa de Ricardo Lobo que passou a tranquilidade até decidir qual o melhor local para ficar em Valladolid.

Durante o mês que passei na Espanha, morei vinte dias em Valladolid, aonde seguia diariamente para pesquisar no Arquivo de Simancas e nesse tempo pude ter a alegria de conviver e compartilhar o piso com Renato Luck, Gilderlei Gomes e José Paulo, mas devo agradecer também o carinho que recebi de Sunamita Anúciação, Filipe Silva e Arthur Rodrigues.

No período que trabalhei no Instituto Ricardo Brennand, sou grato a todos pelo respeito e autonomia que me possibilitaram.

Agradeço inicialmente a oportunidade cedida por Renata e Lourdes Brennand, assim como pelo apoio de Ricardo e Graça Brennand.

Agradeço ao amigo Leonardo Dantas Silva e a sua filha Mariana Dantas pelo apoio, carinho e atenção.

A Joana d'Arc, Daniele Arantes, Nara Galvão, Eglantine Nery, Aruza Holanda, Juliana Sampaio, Rebeca Laura, Ruth Gabino, Verônica Gomes, Rafaela Simão, Simone Luizines e a toda ação educativa que compreenderam minhas ausências e sempre acreditaram no meu trabalho.

À Facepe pelo apoio econômico e pelo financiamento da pesquisa.

Enfim, agradeço a todos que me ajudaram nos momentos oportunos.

Muito obrigado a todos vocês!



## RESUMO

Este trabalho teve como objetivo investigar a História da Guerra de Pernambuco, entre os anos de 1630 a 1635. Assim, buscamos compreender a vida dos homens de guerra da capitania de Pernambuco nos primeiros anos do chamado Brasil holandês. Logo, a pesquisa trata dos soldados do período e da tentativa de retomada da capitania pernambucana. Com a unificação das Duas Coroas sob a tutela do poder real de Felipe II (União Ibérica), os comerciantes holandeses ficaram impossibilitados de negociar com o Brasil, sentindo-se injustiçados pela paralisação dos lucros obtidos através do valioso comércio do açúcar, os neerlandeses chegaram a Pernambuco no dia 14 de fevereiro de 1630. Esse intento assume o referencial teórico da Nova História, que servirá de base para compreendermos as práticas da coroa espanhola e de suas influências nas táticas de guerra do período e no cotidiano dos homens de guerra na colônia brasileira. As fontes de pesquisa da investigação são diversificadas, sobretudo, estabelecida por documentos de domínio público guardados em arquivos locais, nacionais e internacionais. O tema proposto dialoga com uma historiografia de âmbito nacional e internacional, além de estar relacionado a questões relevantes e presentes em nossa sociedade como: a luta pela sobrevivência em tempos de guerra, a religião e os diversos credos, a relação e o controle do espaço público e privado, a arte como uma expressão de si e de identificação do outro e a contribuição da história africana e indígena para o Brasil.

**Palavras-chave:** Guerra de Pernambuco; Brasil-holandês; Homens de guerra.

## ABSTRACT

The goal in this work was investigate the History of War of Pernambuco, between the years from 1630 to 1635. So, trying to understand the life of the Pernambuco captainship's troopers in the early years of the Brazil called the Dutch Brazil. Because of that the research is about the soldiers of that period and the search for the resumption of the pernambucana captainship. With the unification of the Two Crowns under the rule of Felipe the second royal power (Iberian Union), the Dutch dealers were unable to deal with Brazil, feeling betrayed by the paralysation on the gain gotten through the valuable sugar marketing, the Dutch came to Pernambuco on February 14<sup>th</sup> in 1630. This aim assume the referential theory of the New History, which will be useful as the base to understand the practice of the Spanish crown and its influences on tactics of war of that period and on the everyday of the men of war on Brazilian colony. The research sources of the investigation is very diversified and established by public documents guarded on local national and international field, and beyond of being related with significant questions and present in our society such as: the struggle for surviving in war times, the religion and the different beliefs, the relations and control of the public and private areas, the art as a self expression and to identify the other, and the contribution of the African and indigenous History to Brazil.

Key word: Wars of Pernambuco; Dutch Brazil; Men of War

## LISTAS

### LISTA DE ABREVIACÕES (SIGLAS)

AHU - Arquivo Histórico Ultramarino

AGS - *Archivo General de Simancas*

GA - *Guerra antigua 1025 e 3610.*

SP - *Secretarías provinciales 1524.*

AIRB - Arquivo do Instituto Ricardo Brennand

### LISTA DE IMAGENS (QUADROS)

1- Fotografia do Arquivo de Simancas – .....	p. 34
2- Gravura da Tomada de Pernambuco de 1630 – .....	p. 48
3- Gravura da capitania de Pernambuco – .....	p. 78
4- Pintura da Recuperação da Bahia de Todos os Santos - .....	p. 85
5.- Mapa do recrutamento de soldados da Europa entre 1550 a 1650 – .....	p. 117
6- Negro pintado por Albert Eckhout – .....	p. 125
7.- Quadro pintado por Carlos Julião que representa os habitantes de Lisboa – ..	p. 139
8.- Mestiço pintado por Albert Eckhout – .....	p. 143
9.- Índio Tupinambá pintado por Albert Eckhout - .....	P. 143
10.- Índio Tapuia pintado por Albert Eckhout – .....	p. 143
11.- Fuzil com mecanismo de pederneira fabricado Pernambuco – .....	p. 154

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>p.10</b>
1. O Teatro da Guerra .....	p. 11
2. Brasil holandês: uma invenção historiográfica .....	p. 23
3. Fontes e arquivos .....	p. 31
<b>1. A CAPITANIA DE PERNAMBUCO EM MOVIMENTO NO ATLÂNTICO SUL: ENTRE OS LABIRINTOS DO PERÍODO FILIPINO E DO BRASIL HOLANDÊS .....</b>	<b>p. 37</b>
1.1 A capitania de Pernambuco em Movimento no Atlântico Sul .....	p. 38
1.2 Entre os labirintos do Período Filipino e do Brasil Holandês .....	p. 52
<b>2. A TENTATIVA DE RETOMADA DA CAPITANIA DE PERNAMBUCO..</b>	<b>p. 63</b>
2.1 A Junta de Socorro para a Guerra de Pernambuco .....	p. 64
2.2 A estrutura e as táticas da Guerra de Pernambuco .....	p. 100
<b>3. OS HOMENS DE GUERRA ENTRE A MISERABILIDADE DA VIDA E DO SOLDADO .....</b>	<b>p. 113</b>
3.1 Da formação à manutenção das tropas: os homens de guerra na luta pela sobrevivência .....	p. 113
3.2 O valor dos soldados entre o estrondo das armas.....	p.136
3.3 O cotidiano e as estratégias de sobrevivência dos homens de guerra .....	p. 158
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>p. 174</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>p. 178</b>
<b>FONTES .....</b>	<b>p. 182</b>

## Introdução

*“Que pobres diabos somos nós! Trabalhamos a morrer de dia e de noite; estamos sempre em perigo de vida no mar, principalmente durante uma horrível tempestade como esta. Somos tratados da pior maneira, e ganhamos um soldo tão mesquinho que nunca poderemos prosperar”.<sup>1</sup>*

*(Diário de um soldado, Ambrósio Richshoffer)*

---

<sup>1</sup> RICHSHOFFER, Ambrósio. *Diário de um soldado: (1629-1632)*. Organização e estudo introdutório Leonardo Dantas Silva; tradução de Alfredo de Carvalho. Recife: CEPE, 2004. p 179.

## 1. - O Teatro da Guerra

Ambrósio Richshoffer, soldado belga que lutou nos três primeiros anos da Guerra de Pernambuco<sup>2</sup> a favor dos neerlandeses<sup>3</sup>, teve a trajetória de sua vida profundamente marcada pelas lutas contra os luso-espanhóis na colônia brasileira. Richshoffer nasceu no dia 15 de fevereiro de 1612, entre nove ou dez horas da noite na cidade de Estraburgo, era filho do comerciante Daniel Richshoffer e D. Catharina Richshoffer.

Além de servir como soldado na capitania de Pernambuco foi mestre de arcabuzeiros na Europa e chegou a ser capitão de Luís XIII, na França. Richshoffer fala da brutalidade e das situações que os soldados chegavam a passar na guerra.<sup>4</sup> Serão através das tramas vividas por esses homens que constituiremos nosso enredo, pois utilizaremos esses varões como pano de fundo para compreensão da história social desse período. Assim, o objeto de investigação desta dissertação foram os labirintos percorridos pelos homens que lutaram no Pernambuco colonial nos cinco primeiros anos a favor das coroas ibéricas.

Durante o diário do soldado, podemos perceber que o risco de vida de um homem de guerra não era apenas na chegada à Pernambuco e a travessia do Atlântico, pois escreveu Ambrósio Richshoffer, na saída para a América, que tinha corrido “grande perigo de corpo e vida, por causa das guarnições espanholas que ainda existiam em vários lugares”.<sup>5</sup> Segundo esse soldado, sua intenção era de lutar nas Índias Orientais, mas terminou tendo que servir na capitania de Pernambuco, pois era o local mais necessitado pela Companhia das Índias Ocidentais (WIC) no momento. Foi a experiência das batalhas do Brasil holandês que fez com que o jovem soldado refletisse sobre a condição do militar no século XVII.

---

<sup>2</sup> A Guerra de Pernambuco foi o período que a historiografia convencionou chamar de Brasil holandês. Porém, o nome que aparece na documentação da época é Guerra de Pernambuco, tanto na documentação luso-espanhola (Arquivo Histórico Ultramarino e Arquivo de Simancas) quanto na documentação holandesa. Além dessa definição na documentação do período, tem-se também o mesmo termo utilizado pelos cronistas do período, como Diogo Lopes de Santiago e Duarte de Albuquerque Coelho.

<sup>33</sup> Utilizaremos o termo neerlandês, tanto como adjetivo como substantivo masculino para designar os naturais dos Países Baixos e não apenas da Neerlândia. Além do termo neerlandês utilizaremos os termos holandês, flamengo e batavo para tratar dos habitantes do mesmo lugar. NEERLANDÊS. IN: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *AURÉLIO: Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Curitiba: Positivo, 2004. Dicionário Eletrônico.

<sup>4</sup> RICHSHOFFER, Ambrósio. *Diário de um soldado: (1629-1632)*. Organização e estudo introdutório Leonardo Dantas Silva; tradução de Alfredo de Carvalho. Recife: CEPE, 2004. p 59.

<sup>5</sup> Idem. p 7.

Desde o recrutamento, até a volta para casa, o perigo de vida se fazia presente no cotidiano de um soldado. Assim como ele, muitos outros também vieram parar em Pernambuco. O período escolhido e o lugar a ser problematizado permitem, até certo ponto, elucidar a perda da colônia brasileira para os holandeses e estabelecer comparações com acontecimentos ocorridos antes e depois do chamado Brasil holandês, como: a invasão a Bahia em 1624, a situação da chegada dos holandeses em 1630, a queda do Arraial do Bom Jesus em 1635, a governança do Conde João Maurício de Nassau a partir de 1637, bem como as diferenças e semelhanças com a guerra da Restauração pernambucana iniciada em 1644 e finalizada em 1654, assim como a Restauração portuguesa de 1640.

Se a história é uma trama que envolve a relação do homem com o mundo, através da historiografia podemos vislumbrar um pouco dessa aventura, que por sua vez não deixa de ser uma invenção, criação dos historiadores que também estão relacionados a lugares e tempos específicos. Portanto, a história é uma trama, tanto como ação vivida por homens, quanto construção historiográfica, pois os historiadores quando escrevem história também estão fazendo história. O famoso provérbio árabe de que “os homens parecem mais com sua época do que com os seus pais” também pode ser utilizado para a escrita da história.<sup>6</sup> Logo, podemos dizer que o contar da história não é simples, pois exige do historiador uma gama de virtudes que possam servir de reflexões para o presente.

Porém, não podemos esquecer a contradição que existe entre história e escrita, pois como afirmou Michel de Certeau, “a historiografia (ou seja, história e escritura) traz inscrito no próprio nome paradoxo - e quase o oximoron - do relacionamento de dois termos antinômicos: o real e o discurso”.<sup>7</sup> Desse modo, a “operação historiográfica” também é feita de labirintos estreitos e obscuros que devem ser problematizados, assim como foram a vida dos homens que viveram na Guerra de Pernambuco.

Portanto, acreditamos que este trabalho possui uma relação estreita com o presente, pois o fio condutor que liga a temática da guerra com outros temas sociais é diversificado e múltiplo, pois não resta dúvida que a guerra se entrelaça com questões

---

<sup>6</sup> SCHWARCS, Lilia Moritz. IN: BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. p 7.

<sup>7</sup> CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p 11.

ainda presentes em nossa sociedade. A alteridade e a ética, por exemplo, são conceitos bastante discutíveis na história da humanidade e nas sociedades atuais.

No campo do conhecimento histórico, os profissionais dessa área têm cada vez mais se deparado com o assunto e tem travado duras discussões. É o caso do tema da violência, que vem sendo outro objeto de interesse dos historiadores, seja nas sociedades indígenas, no trabalho infantil, nas relações de trabalho, na história das mulheres e dos escravos.<sup>8</sup> Embora se tenha o conhecimento que esses temas são fundamentais para a compreensão da convivência humana, devemos saber também que “o estudo da ética e da violência na história depende muito das teorias que o leitor adotar”.<sup>9</sup>

A relevância e a necessidade para realização de um trabalho investigativo sobre a história da guerra no Pernambuco colonial – e não apenas uma crônica da guerra - já havia sido apontada por José Antônio Gonsalves de Mello, que dizia ser “da maior importância”, pois sabia que “o trabalho a ser feito possuía muito material interessante”.<sup>10</sup>

Esta dissertação não fugirá dos temas que fazem parte das palpitações humanas, pois o início dessa trama histórica tem como ponto de partida, a chegada da esquadra comandada pelo almirante Hendrick Corneliszoon Lonck na capitania de Pernambuco. Funcionando muito mais do que um entreposto atlântico do século XVII, a capitania pernambucana foi invadida no dia 14 de fevereiro de 1630, com a chegada das embarcações neerlandesas.

Com a unificação das Coroas ibéricas sob a tutela do poder real de Felipe II, denominando a famosa União Ibérica<sup>11</sup>, os comerciantes holandeses ficaram impossibilitados de negociar com o Brasil. Sentindo-se injustiçados pela paralisação dos lucros obtidos através do valioso comércio do açúcar, que, diga-se de passagem, abastecia quase que todas as refinarias holandesas, a Companhia das Índias Ocidentais, depois do fracasso na Bahia em 1624, invadiu o Brasil novamente através de

---

<sup>8</sup> Podemos citar como exemplo o penúltimo congresso nacional de história em 2009 (Anpuh-CE) que teve como tema central a relação da história com a ética. Os historiadores de Pernambuco, por exemplo, colocaram em sua última publicação da seção regional a relação que a cultura tem com a cidadania e a violência.

<sup>9</sup> ZAIDAN, Michel. *Ética, Violência e História*. IN: Cultura, cidadania e violência: VII Encontro Estadual de História da ANPUH de Pernambuco. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

<sup>10</sup> MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Templo dos Flamengos*. Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil. Recife. Topbooks, 2000. p 35.

<sup>11</sup> Com a morte do Rei Português D. Sebastião e de seu sucessor, o cardeal D. Henrique, aconteceu a formação da União Ibérica de 1580 até 1640, com a Espanha passando a governar Portugal e suas colônias.

Pernambuco. Dentre as capitanias nesse período, a da Bahia e a de Pernambuco eram os principais centros de interesse das monarquias europeias no Brasil, a primeira por ser o centro político-administrativo e a segunda sendo o centro econômico.

Conforme colocou o historiador espanhol José Manuel, “*tal vez la interacción militar neerlandesa de 1630 tenía como objetivo último el apropiarse de la producción azucarera misma, y no contentarse con su comercialización*”.<sup>12</sup> Se a opinião desse historiador aparece como uma sugestão ou uma questão para ser melhor discutida, para José Antônio Gonsalves de Mello isso foi uma certeza, pois para ele os holandeses estiveram além de interessados no comércio açucareiro, também em sua produção, opinião que divergiu José Honório Rodrigues.<sup>13</sup> Mesmo sem ser ponto pacífico, essa questão não desvia nosso foco de investigação, pois o que nos interessa é a repercussão da guerra na sociedade, especialmente na vida daqueles que (con)viveram com a guerra.

O livro do historiador Ronaldo Vainfas, *Traição*<sup>14</sup>, é uma clara demonstração de que as distintas populações que viveram na capitania de Pernambuco tiveram suas vidas profundamente abaladas e foram obrigados a escolher um lado para ficar. Para isso tiveram que representar uma fé, uma ideologia ou uma identidade. Nesse caso, parece que os interesses pessoais foram, na maioria das vezes, os parâmetros adotados para escolher de que lado deveriam ficar, defender, correr, matar ou morrer.

Vainfas toca numa questão crucial no contexto da Guerra de Pernambuco, pois o autor conta a história de um jesuíta nascido em São Paulo no final do século XVI, Manoel de Moraes, que foi missionário em Pernambuco e que teve sua vida alterada no contexto da conquista de 1630. Manoel tornou-se pregador jesuíta e combateu a tropa holandesa, liderou parte dos soldados e nativos, manuseou armas, mas depois passou para o lado contrário traindo os portugueses, se tornando calvinista e depois voltou a ajudar os portugueses na guerra de restauração de Pernambuco. Sua história revela que a peleja dos mazombos e luso-espanhóis contra a Companhia das Índias Ocidentais nos leva a um diálogo com outros temas do período como a questão da resistência, o casamento, o trabalho, o abandono da fé (religião), o medo da inquisição e das bruxas.

---

<sup>12</sup> PÉREZ, José Manuel Santos. *Estado, capitanias donatarias y compañías comerciales. Una visión comparativa del Brasil holandés*. IN: *El Desafío Holadés al Dominio Ibérico em Brasil en el Siglo XVII*. José Manuel Santos Pérez e George F. Cabral de Souza. Ediciones Universidad de Salamanca y los autores, 2006. p 93.

<sup>13</sup> MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Templo dos Flamengos*. Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil. Recife. Topbooks, 2000. p 136.

<sup>14</sup> VAINFAS, Ronaldo. *Traição: um jesuíta a serviço do Brasil Holandês processado pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.



Observou José Antônio Gonsalves, ao analisar a documentação da Mesa da Consciência de 1635, que “alguns religiosos se aproximaram e conviviam de maneira estreita com os invasores, às vezes comendo e bebendo com eles e lendo livros heréticos em espanhol”, enquanto outros “passavam a usar traje “à holandesa”, levando trato, vida e costumes dos novos senhores da terra”.<sup>15</sup> Pelas diversas documentações e principalmente pelos cronistas da época é fácil pensar que muitos homens deram suas vidas para combater os invasores enquanto outros aproveitaram o momento como uma nova oportunidade para mudar de vida e até mesmo para se rebelar contra uma situação indesejada há mais tempo. Assim, também é pertinente a idéia de que qualquer homem na colônia poderia ser um soldado em potencial. Nesse sentido, um camponês, um comerciante livre, um senhor de engenho e um escravo poderiam se transformar, no calor do conflito, em homens perigosos. Portanto, não resta dúvida que a história da guerra é um tema interessante.

Os homens que lutaram no período inicial da ocupação holandesa em que abordamos não foram, em sua maioria, formados e treinados profissionalmente, pois não faziam parte de um exército com identidade nacional definida, salário mensal e aperfeiçoamento tático regular. Reforça essa ideia Evaldo Cabral de Mello escrevendo o seguinte:

“A embaixada portuguesa em Haia tratou de recrutar não só os veteranos portugueses do exército espanhol dos Países Baixos como os soldados luso-brasileiros que, feitos prisioneiros no Nordeste, eram mandados à Holanda. Quando, após a vitória sobre os holandeses, reduziram-se os efetivos do exército restaurador, o Conselho Ultramarino encaminhou sugestão do governador de Pernambuco no sentido de encorajarem-se os soldados desmobilizados a servir no Alentejo”.<sup>16</sup>

Entendemos que analisar e investigar vidas em meio as guerras é também examinar os micro-poderes da história em que os homens encontram-se inseridos. Homens que na maioria das vezes buscavam, na guerra, uma oportunidade para ir para outro lugar e tentar melhores condições de vida. Uma oportunidade de tentar enriquecer para depois voltar ao país de origem, já que o Brasil era visto como um local de passagem, como “coisa efêmera, aonde se vinha para enriquecer ou de preferência, para

---

<sup>15</sup> CALADO, Frei Manoel. *O valeroso Lucideno e triunfo da liberdade*. Recife: CEPE, 2004. p XXIX.

<sup>16</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. São Paulo: Ed. 34, 2007. p 260.

enriquecer e retornar”.<sup>17</sup> Essa foi a proposição defendida pelo historiador Emanuel Araujo que afirmou que “os europeus não sendo empregados públicos ou militares, são, geralmente, aventureiros que chegaram ao país com pouco ou nenhuma capital.”<sup>18</sup>

Para o historiador Evaldo Cabral de Mello, que fez uma grande análise sobre o período em tela, sua opinião era de que ao longo do tempo, “a sorte a que estava relegado o soldado não melhorou na Restauração”.<sup>19</sup> Logo, foram homens que tiveram suas vidas entregues a sorte. Dessa maneira, devemos ter ciência que nosso trabalho fala de perspectivas variadas de esperanças, sofrimentos e alegrias.

Como grande parte do Brasil, a capitania de Pernambuco em 1630 não deixava de ser um local para se refugiar, “um lugar onde havia maiores e melhores oportunidades de enriquecer”.<sup>20</sup> Opinião compartilhada também pelo historiador José Antônio Gonsalves de Mello, pois ao tratar dos imigrantes do período, constatou que eram “gente pobre, na maioria, essa chegada da Holanda: vinha tentar fortuna nas novas terras conquistadas”.<sup>21</sup> Essa gente miserável que chegava à colônia foi inclusive motivo de queixa do conselheiro político Jacob Stachhouwer, em agosto de 1635 ao conselho dos XIX de Amsterdam. Escrevia o conselheiro a seguinte informação:

“os particulares que aqui chegam são todos gente de poucos recursos, aos quais temos que manter logo que desembarcam, com grande inconveniente e gastos para os nossos armazéns, pelo que é aconselhável obter melhor gente para enviar para cá, gente que tenha o necessário para começar e se aplicar em alguma coisa”.<sup>22</sup>

Portanto, podemos pontuar que não eram apenas dos países ibéricos que vinham pessoas pobres, miseráveis e interesseiras, mas dos países baixos também.<sup>23</sup> Segundo Alfredo de Carvalho, as formações das tropas eram “compostas de mercenários

---

<sup>17</sup> ARAÚJO, Emanuel. *O teatro dos vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008. p 34

<sup>18</sup> Idem.

<sup>19</sup> MELLO, Evaldo Cabral de 1936. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. São Paulo: Ed. 34, 2007. p 210.

<sup>20</sup> Idem. p 35.

<sup>21</sup> MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Templo dos Flamengos*. Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil. Recife. Topbooks, 2000. p 58.

<sup>22</sup> MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Templo dos Flamengos. Influência e ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. Recife; Topbooks, 2000. p 59.

<sup>23</sup> O que a leitura documental e a produção historiográfica demonstram é que os imigrantes que vinham para o Brasil nesse período eram em sua maioria pessoas pobres e desvalidas, indícios que vão de encontro com o mito de que se os holandeses tivessem continuado no Brasil o país seria melhor.

recrutados em todos os ângulos da Europa, gente indômita a custo refreada pelo excessivo rigor de uma disciplina inexorável”.<sup>24</sup>

No contexto do período para o Brasil não resta dúvida que Pernambuco foi uma das capitanias que mais atraiu a atenção dos que buscavam enriquecer, em virtude de sua grande produção açucareira. Pensamos que historicizar a vida de homens e mulheres envolvidos em guerra é contar uma história singular de suas estratégias de sobrevivência, é traçar uma genealogia que se opõe ao que é puro, que não está em sua essência e identidade primeira, mas uma genealogia ao qual Michel Foucault colocou como repleta de fragmentos, de conflitos, de astúcias, disfarces, peripécias, máscaras, disparates, maldades, vacilantes vitórias e emergências. Essa é uma genealogia que “trabalha com pergaminhos embaralhados, riscados, várias vezes reescritos”.<sup>25</sup>

Logo, seguir os vestígios de homens que deixavam seus locais de origem ou que viveram em meio a guerra é de alguma forma se deparar com vidas, fazendo falar vozes silenciadas social e politicamente. É trabalhar com a dimensão humana de homens que, na maioria das vezes, não possuíam muitas alternativas. Escreveu o historiador inglês Charles Boxer, que “era relativamente comum haver “soldados” de doze, dez e oito anos, e sabe-se de alguns de apenas seis”.<sup>26</sup> Constatou Pierre Moreau que era comum “à chegada de navios trazendo mulheres e meninos” para a capitania de Pernambuco.<sup>27</sup>

Acreditamos que os homens que lutaram para defender os interesses de um incipiente “capitalismo” neerlandês ou para defender os lucros de uma monarquia mercantilista absolutista luso-espanhola - que neste momento se encontrava nas mãos de Felipe IV<sup>28</sup> - tinham que utilizar a arte de representar, pois viviam em um teatro da guerra. Um dos maiores palcos dessa trama entre neerlandeses, luso-brasileiros e luso-espanhóis foi a capitania de Pernambuco.

Aqui empregamos a palavra teatro por uma aproximação conceitual com a história, pois compartilhamos com a ideia de que “a história se assemelha ao teatro,

---

<sup>24</sup> BAERS, João. *Olinda Conquistada*. Recife: Departamento de Cultura, 1997.

<sup>25</sup> FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: *Micro-física do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p 15.

<sup>26</sup> BOXER, Charles Ralph. *O império marítimo português 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p 131.

<sup>27</sup> Apud. MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Templo dos Flamengos*. Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil. Recife. Topbooks, 2000. p 59.

<sup>28</sup> Felipe IV era chamado de Felipe III em Portugal e Felipe IV na Espanha, numeração que segue a lógica desde Filipe II, que em Portugal chamava-se Filipe I, denominação que também se reflete na documentação dos países ibéricos da época, pois na documentação do Arquivo Histórico Ultramarino e do Arquivo Geral de Simancas. Portanto, quando falamos no decorrer do trabalho em Felipe III e Felipe IV tratamos da mesma pessoa, ou seja, o último rei do período filipino (Filipe IV).

onde os atores, agentes da história, só podem criar à condição de se identificarem com figuras do passado, de representarem papéis, de vestirem máscaras, elaboradas permanentemente”.<sup>29</sup> Notou essa aproximação da história com o teatro no Brasil colonial, o Marquês de Lavrario. Governador e capitão geral da Bahia em 1768, o marquês colocou que a sociedade colonial foi “a morada da pobreza, o berço da preguiça e o *teatro* dos vícios”.<sup>30</sup>

Logo, tanto o “exército” da Companhia das Índias Ocidentais, quanto o “exército” luso-espanhol tinham em sua composição e formação, mercenários em que bastava o medo das bruxas ou a devoção de um santo para tomar partido contrário. Sabemos que o assunto não é tão simples, mas para o nosso caso investigado, que trata dos homens de guerra no período da Guerra de Pernambuco, que lutou nos anos de 1630 a 1635, a documentação luso-espanhola demonstra que a maioria dos soldados do lado ibérico deveriam ser preferencialmente de formação católica.

Assim, como do lado dos filipes a existência de soldados católicos prevalecia, do outro lado, embora em menor quantidade, a companhia neerlandesa sofria com a presença de soldados católicos, por facilitar a “traição” em virtude da guerra possuir um forte caráter religioso. Sabia disso também o rei espanhol, pois a própria Junta de Socorro para a Guerra de Pernambuco colocava em uma de suas instruções de 1630, que “*constando el exercito del enemigo de varias naciones y siendo muchos católicos, como a entendido a algunos que se an pasado a nuestro exercito*”.<sup>31</sup>

O soldado Ambrósio Richshoffer, que defendia a companhia de comércio holandesa, informou que na noite de 29 de março de 1630, tinham sido “presos outra vez três franceses que se tinham passado para o inimigo, sendo logo metidos na prisão com ferros nos pés e nas mãos”.<sup>32</sup>

Segundo o historiador Evaldo Cabral de Mello, as duas coroas estavam cientes que a presença holandesa em Pernambuco tratava-se de um negócio do Brasil, cogitando assim, “suborná-lo, na persuasão de que o caráter multinacional do exército da W.I.C facilitaria a manobra, de resto comum em Flandres e em outros *teatros*

---

<sup>29</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do nordeste e outras artes*. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2006. p 27.

<sup>30</sup> ARAÚJO, Emanuel. *O teatro dos vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008. p 21. Grifo meu.

<sup>31</sup> AGS, Guerra Antígua, Legajo 1025.

<sup>32</sup> RICHSHOFFER, Ambrósio. *Diário de um soldado: (1629-1632)*. Organização e estudo introdutório Leonardo Dantas Silva; tradução de Alfredo de Carvalho. Recife: CEPE, 2004. p 80.

européus”.<sup>33</sup> Escreveu o historiador pernambucano, que “em fins de 1631, o Conselho de Portugal em Madri requestrava a ideia, cuja execução seria confiada a Matias ou a alguém mais propósito”.<sup>34</sup>

Sobre a relação teórica da história com o teatro e de sua trajetória durante o tempo, analisa bem o historiador Emanuel Araújo, dizendo o seguinte:

“É interessante, aliás, que uma das formas mais antigas de auto-avaliação da própria comunidade fosse ver-se como num teatro, o *theatrum mundi*. Na tradição platônica e na medieval só havia o espectador divino do teatro humano, mas na época moderna a idéia ganhou o novo sentido de reflexo, de espelho (*speculum*) da realidade, na acepção de assim organizar-se todo o conhecimento universal. Mas pelo século XVIII adentro já se consolidara plenamente a imagem da sociedade como um teatro, e a tal ponto que Henry Fielding, em 1749, dizia que em Londres o teatro e a rua se achavam entremesclados: as pessoas saíam à rua trajadas com o exagero dos atores e como estes falavam com a afetação do palco. E aqui comparece com todo o vigor um traço que se sobrepôs a regimes políticos e permaneceu arraigado na identidade social dos brasileiros: a oposição entre casa estabeleceu-se a hierarquia dos sexos e das idades, mas na rua vigoravam hierarquias subentendidas fundadas no respeito, daí constituir-se como espaço de enganos, decepções e malandragens onde a dramatização social dos conflitos conduz à tentativa de saída do anonimato por via da autoridade de determinado ator (você sabe com quem está falando?). Voltamos aqui a velha ordem colonial escravista, bem delimitada em sua rígida estratificação, transmudada na hierarquia de homens livres teoricamente iguais, mas condicionada à estrutura de poder em que sempre um são mais ‘livres’ ou mais ‘iguais’ que outros. Por tudo isso, na experiência brasileira o vocábulo ‘público’ quase nunca teve acepção política, mas de exibição, em que ‘sair em público’, ‘ir à rua’, ganha forte acepção teatral, carnalizando-se os atos coletivos (inclusive religiosos) como forma de afirmação e consolidação de papéis sociais”.<sup>35</sup>

Portanto, entendemos que os homens de guerra, que viveram no dito Brasil holandês, participaram de um teatro, pois estiveram num “lugar onde se passou um acontecimento memorável”.<sup>36</sup> Provavelmente com alguns vícios diferentes dos que foram apontados pelo Marquês do Lavrario em 1768 na capitania de Salvador.

Então utilizamos aqui a palavra teatro por uma questão conceitual da relação entre passado e presente aonde a mesma sinaliza que os homens de guerra

---

<sup>33</sup> MELLO, Evaldo Cabral de 1936. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. São Paulo: Ed. 34, 2007. p 34. Grifo meu

<sup>34</sup> ARAÚJO, Emanuel. *O teatro dos vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008. p 21

<sup>35</sup> Idem. p 26.

<sup>36</sup> FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *AURÉLIO: Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Versão digital. Curitiba: Positivo, 2004.

representaram diversas funções e interesses, “utilizaram a arte de representar”.<sup>37</sup> Estiveram em constantes rupturas de uma sociedade açucareira castradora de sentimentos e sensibilidades, assim sendo, estiveram em um “teatro que movimenta a mente, que é uma membrana sensível, propensa à febre, um organismo vivo”.<sup>38</sup>

Como colocou o historiador Rômulo Xavier, o próprio Nassau precisou, em certos momentos, realizar “o teatro de manobra”.<sup>39</sup> Utilizamos aqui um termo amplamente utilizado pela historiografia.<sup>40</sup> O historiador inglês Charles Boxer, ao comparar os homens de guerra holandeses com os portugueses, quando trata da corrida marítima de Portugal para as índias, falará que por conta do “físico e a disciplina, a vantagem pertencia aos holandeses, especialmente no *teatro* de guerra asiático”.<sup>41</sup>

No que se refere ao teatro da Guerra de Pernambuco, sabemos que esse físico e essa disciplina, descritos por Boxer, não foram determinantes, em virtude da similaridade do clima brasileiro mais com os países ibéricos do que dos países baixos. E, se por um lado os soldados ibéricos sofriam menos com o clima brasileiro do que os holandeses, mais tarde a semelhança do povoado constituído no Recife ajudará nas questões topográficas de urbanização para os soldados e funcionários da Companhia holandesa.

A palavra teatro serve também para mostrar as diversas relações de interesses e as variadas possibilidades de manobras que estiveram vivas no cotidiano dos homens de guerra do período mais violentos da história de Pernambuco.<sup>42</sup> Sobre a importância do teatro para os séculos XVI e XVII expõe o historiador francês o seguinte:

“O teatro, nos séculos XVI e XVII, e o romance no século XIX, se apoderaram do passado, deslocando para o registro da ficção literária fatos e personagens históricos e colocando no cenário ou na página situações que foram reais ou que são apresentadas como tais. Quando as obras estão habitadas por uma força em particular, adquirem a capacidade de “produzir, moldar e organizar a experiência coletiva

---

<sup>37</sup> Idem.

<sup>38</sup> BERTHOLD, Margot. *História Mundial do Teatro*. São Paulo: Perspectiva, 2008. p XII.

<sup>39</sup> NASCIMENTO, Rômulo Luiz Xavier do. *O “desconforto da governabilidade”: aspectos da administração no Brasil holandês (1630-1644)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFF, 2008. p 88.

<sup>40</sup> Refiro-me aos trabalhos de Charles Boxer, Evaldo Cabral de Mello, Rômulo Xavier do Nascimento, Durval Muniz de Albuquerque, Marcos Galindo e Emanuel Araújo, além do marquês do Lavrario que utilizaram esta reflexão para o período trabalhado.

<sup>41</sup> BOXER, Charles Ralph. *O império marítimo português 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p 129. Grifo meu.

<sup>42</sup> Compartilha dessa opinião o historiador Marcus Carvalho ao dizer que: “em Pernambuco não houve outro período mais violento, excetuando talvez os anos de guerra contra os holandeses”. IN: CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002. p 5.

mental e física e entre essas experiências se computa o encontro com o passado”.<sup>43</sup>

Em um período constituído essencialmente por guerras como foram os cinco primeiros anos da presença holandesa em Pernambuco, os homens que lutaram foram figuras atuantes na vida social da colônia. Demonstrou o padre Antônio Vieira em um de seus sermões, que embora existissem soldados que fossem prisioneiros, muitos dos que serviam na Guerra de Pernambuco eram soldados valerosos.<sup>44</sup> Essa foi a mesma opinião do Frei Manuel Calado, outro contemporâneo da ocupação holandesa em Pernambuco que viveu de 1584 a 1654.<sup>45</sup>

Entretanto, deve-se estar atento ao papel da história, nessa época em que a historiografia servia como exaltação de figuras e de personagens, pois tinham um caráter panegírico.<sup>46</sup> A história dos feitos de Maurício de Nassau, escrita por Gaspar Barléus é um exemplo claro disso, pois Barléus foi um “historiador” holandês que nunca esteve no Brasil, mas escreveu sobre os anos do governo nassoviano, de 1637 a 1644, para exaltar a figura do Conde Nassau e demonstrar a “riqueza” de seu governo.

Explica Roger Chartier, que “essa história representada nos cenários dos teatros é uma história recomposta, submetida às exigências da censura e está muito aberta aos anacronismos”.<sup>47</sup> Ainda de acordo com esse historiador francês, deve-se perceber que “a história das *histories* se baseia na distorção das realidades históricas narradas pelos cronistas e propõe aos espectadores uma representação ambígua do passado, habitada pela confusão, pela incerteza e pela contradição”.<sup>48</sup> Tentamos ter esse cuidado não só com a obra de Barléus, mas com a de Richshoffer, de Duarte Coelho e outros cronistas que utilizaremos no decorrer do trabalho.

Compreendemos então que, hoje, a cesura historiográfica é produzida pela indústria editorial e pela academia, onde a primeira busca a história do exótico, do engraçado, do pitoresco e do que vende fácil. Já segunda, busca uma história que produza aquilo que Roland Barthes chamou de efeito do real<sup>49</sup>, a produção de um conhecimento verdadeiro, próximo ao científico e, sobretudo, ao que venha ser erudito.

---

<sup>43</sup> CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. p 25.

<sup>44</sup> VIEIRA, Padre Antônio. *Sermão da Visitação de Nossa Senhora. (pregado no Hospital da Misericórdia da Bahia na ocasião em que chegou àquela cidade o Marquês de Montalvão, vice-rei do Brasil)*. Bahia, 1640.

<sup>45</sup> CALADO, Manoel. *O valeroso Lucideno e triunfo da Liberdade*. Recife: CEPE, 2004.

<sup>46</sup> Discurso em louvor de alguém. Ver FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Curitiba: Positivo, 2004. Dicionário eletrônico.

<sup>47</sup> CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. p 26.

<sup>48</sup> Idem. p 27.

<sup>49</sup> BARTHES, Roland. *O Rumor da Língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

Talvez tenha sido por isso, que Michel de Certeau afirmou, em uma de suas críticas que a história é “um teatro da erudição”.<sup>50</sup> Explica Roger Chartier que para Michel de Certeau a história tem a seguinte função:

“A história como escritura desdobrada tem, então, a tripla tarefa de convocar o passado, que já não está num discurso no presente; mostrar as competências do historiador, dono das fontes; e convencer o leitor: Sob esse aspecto, a estrutura desdobrada do discurso funciona à maneira de uma maquinaria que extrai da citação uma verossimilhança do relato e uma validade do saber. Ela produz credibilidade”.<sup>51</sup>

Esperamos, ao longo desta dissertação, contar uma história, assim como é contada uma boa peça de teatro, em que o leitor deve se comover como os espectadores de uma peça dramática se comovem, onde os olhos do leitor possam estar concentrados como se concentram uma plateia de teatro por mais triste que seja a história. Esta dissertação não é apenas uma crônica da guerra, mas uma história de vidas em guerras. Homens de guerra não podem ser compreendidos sem a compreensão da sociedade e da cultura da época. Notou isso com sua maturidade historiográfica, Evaldo Cabral de Mello, que na mudança da primeira para a terceira e definitiva edição da publicação de *Olinda Restaurada*, colocou como epígrafe, para abrir as “portas” de seu livro, a análise de Antoine de Montchrétien, que diz ser “impossível fazer guerra sem soldados, sustentá-los sem soldos, pagar os seus soldos sem tributos e criar tributos sem comércio”.<sup>52</sup> Portanto, analisaremos, ao longo desta dissertação, não apenas a vida de soldados, mas qual a relação e o papel desses homens na guerra com a intenção de demonstrar a sua relação com a história social da época.

---

<sup>50</sup> CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. p 15.

<sup>51</sup> Idem.

<sup>52</sup> Ver a terceira e última edição do livro MELLO, Evaldo Cabral de Mello. *Olinda Restaurada: guerra e açúcar no nordeste, 1630-1640*. São Paulo: Ed 34, 2007. p 10. Essa citação utilizada por Evaldo foi feita por Antoine de Montchrétien no ano de 1615.



## 2.- Brasil holandês: uma invenção historiográfica

*“La desmesura cobrada por la historiografía del Brasil que apellidamos holandés supone uno de los mayores atractivos – y un problema no menor – a la hora de establecer unas pautas con las que diseccionar las intrerpretaciones tan disímiles como sugerentes surgidas al respecto”.*<sup>53</sup>

*(Rafael Valladares, Las dos guerras de Pernambuco)*

---

<sup>53</sup> VALLADARES. Rafael. *Las dos guerras de Pernambuco. La armada del conde da Torre y la crisis del Portugal hispánico (1638-1641)*. p 34. IN: IN: *El Desafío Holadés al Dominio Ibérico em Brasil en el Siglo XVII*. José Manuel Santos Pérez e George F. Cabral de Souza. Ediciones Universidad de Salamanca y los autores, 2006. p 34.

## 2.- Brasil holandês: uma invenção historiográfica

Conforme ressalta o historiador espanhol Rafael Valladares, o Brasil holandês é uma desmedida enquanto conceito para o século XVII, pois o termo é excessivo para retratar um período da história que fala da presença de uma companhia de comércio em uma colônia ultramarina. Para esse historiador, a história vista sob esse aspecto pode disseminar muitas interpretações equivocadas sobre o período.

Desta maneira, devemos lembrar que o conceito de Brasil holandês, denominação criada com interesses políticos e que a historiografia convencionou chamar, é um anacronismo histórico. Portanto, quando utilizamos esse termo, devemos ter ciência de que Brasil holandês é um tropo linguístico criado ao longo do tempo e que foi absorvido em um dado momento pela historiografia brasileira. Segundo Rafael Valladares, o termo mais apropriado e menos tendencioso para denominar o período seria de Guerra de Pernambuco, já que nessa época não existia Brasil nem Holanda. Entretanto, devemos lembrar que a historiografia já tenha recebido, durante o tempo, várias nomenclaturas para este período, como: guerra lenta, guerra brasílica, guerra de restauração, guerra de libertação divina, guerra volante e no século XX recebeu o nome de guerra de resistência, embora como pontua Valladares, toda guerra implique em algum tipo de resistência.<sup>54</sup>

A memória do dito Brasil holandês<sup>55</sup> exerce grande fascínio sobre a sociedade pernambucana e do grande público recifense, chegando esses a relacionar a vinda dos holandeses à possibilidade de construção de uma Nova Amsterdam nos trópicos.<sup>56</sup> Essa imagem é alimentada por alguns fatos que ocorreram durante a presença neerlandesa no Brasil como, por exemplo: a implantação do primeiro jardim zoo-botânico, do primeiro observatório astronômico e da primeira sinagoga das Américas, a Kahal Zur Israel. Acrescido à vontade pernambucana de ser o berço revolucionário do país<sup>57</sup>, temos o fortalecimento midiático que constantemente rotula o Conde João Maurício de Nassau-

---

<sup>54</sup> VALLADARES, Rafael. *Las dos guerras de Pernambuco. La armada del conde da Torre y la crisis del Portugal hispánico (1638-1641)*. p 35. IN: IN: *El Desafío Holadés al Domínio Ibérico em Brasil en el Siglo XVII*. José Manuel Santos Pérez e George F. Cabral de Souza. Ediciones Universidad de Salamanca y los autores, 2006. p 35

<sup>55</sup> Para um desenvolvimento sobre o tema da memória deste período ver: MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro veio: o imaginário da Restauração Pernambucana*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

<sup>56</sup> Ver artigo de Christine Dabat, intitulado: *O tempo dos flamengos: saudade daquilo que não foi*. IN: *Jornal do Comércio* do dia 06 de julho de 2004 na seção de crônicas.

<sup>57</sup> Ver artigo de Lourenzo Aldé. Nação Pernambuco. In: *Revista da Biblioteca Nacional*. Ano 3. N° 31. Abril\2008.

Siegen como um humanista, que além de ter urbanizado a cidade do Recife através de inúmeras construções, daria início a um “belo” processo civilizador<sup>58</sup> nas Américas.

Segundo Norbert Elias, devemos ter em mente, que “civilização não significa a mesma coisa para diferentes nações ocidentais”<sup>59</sup>, mesmo que minimize “as diferenças nacionais entre os povos”.<sup>60</sup> É um conceito que não pode ser explicado fora de seu contexto histórico sócio-cultural, mesmo que esse, esteja inserido em um processo de consciência que a sociedade ocidental tem de si própria. Conta Evaldo Cabral, que “estes vinte e quatro anos de domínio estrangeiro comportaram na realidade mais de dezesseis anos de guerra”,<sup>61</sup> assim para o historiador pernambucano “a realidade radical da dominação batava foi a guerra, não a paz”.<sup>62</sup>

As investigações historiográficas sobre o Brasil Holandês são inúmeras, atraindo a atenção de uma infinidade de pesquisadores de diversos países, chegando Alfredo de Carvalho (1870-1916) a afirmar no livro “Olinda Conquistada”, de João Baers, que “nenhuma fase da história nacional possui tão abundante literatura como o atribulado período da dominação holandesa no Brasil Oriental”.<sup>63</sup> Também compartilha dessa mesma opinião, José Honório Rodrigues, ao escrever “Historiografia e bibliografia do domínio holandês no Brasil”.<sup>64</sup> Os estudos pioneiros sobre esse período são marcados por uma historiografia de caráter positivista, tendo início a partir da primeira metade do século XIX com a obra de Pieter Marinus Netcher (1824-1903), dedicada a Dom Pedro II, Imperador do Brasil.<sup>65</sup>

No Brasil, o tema ganhou notoriedade com Francisco Adolpho de Varnhagen (1816-1878), autor de *Histórias das lutas com os Holandeses no Brasil*.<sup>66</sup> Para Varnhagen, os soldados holandeses eram invasores e mercenários, enquanto os luso-brasileiros foram valorosos e heróicos. A história escrita por este historiador tinha o

---

<sup>58</sup> Utilizo aqui o conceito de Processo Civilizador, discutido pelo sociólogo alemão Norbert Elias para fazer uma crítica ao anacronismo persistente dos veículos de comunicação em relação à noção de civilização que temos hoje e que constantemente é utilizada com a chegada dos Neerlandeses.

<sup>59</sup> ELIAS, Norbert. *Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; 1994. p 23.

<sup>60</sup> Idem. p 25.

<sup>61</sup> MELLO, Evaldo Cabral de 1936. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. São Paulo: Ed. 34, 2007. p 13.

<sup>62</sup> Idem..

<sup>63</sup> Ver introdução. BAERS, João. *Olinda Conquistada*. Recife: Departamento de Cultura, 1997. (Coleção Pernambucana, v. XI, 1ª fase)

<sup>64</sup> RODRIGUES, José Honório. *Historiografia e bibliografia do domínio Holandês no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro; Departamento de Imprensa Nacional, 1949.

<sup>65</sup> NETCHER, Pieter Marinus. *Les hollandais au Brésil: notice historique sur les Pays-Bas et le Brésil au XVII siècle*. Haia: Belifante Frères, 1853. 210p.

<sup>66</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. *Histórias das lutas com os Holandeses no Brasil, desde 1624 a 1654*. Vienna d'Áustria, 1871. p 365.

juízo como pressuposto, aonde o mesmo se pautou do lado dos luso-espanhóis, pois para Varnhagen estes eram “dos nossos”.

A partir de 1885, devido ao Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, as pesquisas sobre o domínio holandês no Brasil passaram a ter grande interesse a partir dos estudos do pesquisador José Hygino Duarte Pereira (1846-1901) que esteve nos arquivos dos Países Baixos, em Haia.<sup>67</sup> Em termos institucionais, podemos dizer que o Instituto Arqueológico foi uma espécie de disseminador dessa história e exerceu papel de discurso fundante sobre o tema.

Posteriormente pôde Alfredo de Carvalho (1870- 1916) e Francisco Augusto Pereira da Costa (1851-1923) desenvolverem pesquisas com esse acervo, traduzindo documentos sobre o período sem a necessidade de sair do país, o mesmo acontecendo nos anos quarenta com José Antônio Gonsalves de Mello (1916-2002). Ainda no século XIX, o historiador e professor alemão Hermann Julius Eduard Watjen (1876-1944), que mesmo passando pelas dificuldades de um campo de concentração, tornou-se uma das fontes mais importantes para o estudo dos holandeses no Brasil com sua obra, *O Domínio Colonial Holandês no Brasil*<sup>68</sup>, chegando a influenciar o pernambucano José Antônio Gonsalves de Mello (1916-2002).<sup>69</sup> Watjen sofreu muitas críticas pelo pouco uso das fontes portuguesas, uma dessas críticas foi feita pelo especialista na temática do império português, Charles Ralph Boxer. De acordo com Evaldo Cabral de Mello, essa historiografia oitocentista colocou

“uma relação causal entre o domínio holandês e a origem do sentimento nativista ou da consciência nacional, mas não chegou a estabelecer o nexos entre ambos os fenômenos, de modo a analisar o problema com rigor, libertando-o da suspeita de refletir apenas o equívoco lógico do *post hoc, propter hoc*”.<sup>70</sup>

---

<sup>67</sup> A incorporação destes arquivos ocorreu no ano de 1856. SILVA, Leonardo Dantas. *Holandeses em Pernambuco 1630 -1654*. Recife: L. Dantas Silva, 2005. p 239; Org. GALINDO, Marcos. *Guia de Fontes para a história do Brasil holandês*. Acervos de manuscritos em arquivos holandeses. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2001.

<sup>68</sup> WATJEN, Hermann. *O domínio colonial holandês no Brasil*. Companhia Editora Nacional, 1938 Coleção Brasileira (v.123).

<sup>69</sup> No prefácio da primeira edição de Tempo dos Flamengos em 1947, José Antônio agradece aos conselhos e avisos transmitidos por correspondência de Watjen.

<sup>70</sup> MELLO, Evaldo Cabral de 1936. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. São Paulo: Ed. 34, 2007. p 12.

Em 1947, José Antônio Gonsalves de Mello publicou a primeira edição de *Tempo dos Flamengos*<sup>71</sup>, que tornou-se, naquele momento, a obra acadêmica de grande referência para a época, pela forte base documental existente. Essa obra é uma das pioneiras sobre o aspecto de uma história social do período e o próprio autor se coloca como um pesquisador “cheio de interesse pelo social e pelo humano e olhando com os olhos de míope para o que seja meramente político ou administrativo ou de puro aspecto cronológico”.<sup>72</sup> Podemos notar que o historiador fugia, neste momento, do rótulo positivista e buscava sob a influência do primo e sociólogo Gilberto Freyre à aproximação com a história social.

Para José Antônio Gonsalves de Mello os soldados e os homens de guerra foram gente esfarrapada, pobre e indigente, que vieram de diversos lugares. Contudo, o foco de interesse do historiador era de demonstrar a influência da ocupação holandesa no Brasil, seguindo os conselhos do sociólogo e seu primo Gilberto Freyre para desenvolver sua pesquisa.<sup>73</sup>

Depois de *Tempo dos Flamengos*, José Antônio foi tido por muitos como o mais profundo conhecedor do período holandês até os dias de hoje, desenvolvendo diversos estudos sobre o período. Desenvolveu pesquisas nos arquivos dos Países Baixos nos anos de 1957, 1958 e 1962 e esteve nos arquivos portugueses, ingleses e espanhóis.

Por cerca de quarenta anos, Gonsalves de Mello reuniu uma invejável documentação sobre a presença de cristãos-novos e judeus na capitania de Pernambuco, especialmente durante a primeira fase da colonização e quando da dominação holandesa. Estudos nesse sentido lhe valeram a publicação do livro *Gente da nação*<sup>74</sup>, assim como o estudo sobre *João Fernandes Vieira*<sup>75</sup>, influente senhor de engenho da

---

<sup>71</sup> MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil*. Rio de Janeiro; José Olympio Editora, 1947.

<sup>72</sup> MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos*. Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil. Recife. Topbooks, 2000. p 31.

<sup>73</sup> Esbocei de forma superficial a visão da presença holandesa em Gilberto Freyre e sua influência no trabalho de José Antônio Gonsalves de Mello com o artigo sob o título de: Os holandeses no Recife para Gilberto Freyre e para a historiografia tradicional. A construção do Brasil holandês e sua relação com a História Cultural. In: 4º Encontro nacional do Cultura & Memória: História e trabalho. Recife, Novembro de 2009.

<sup>74</sup> MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Gente da nação: cristãos-novos e judeus em Pernambuco 1542-1654*. Recife: Fundaj – Editora Massangana, 1989. 552 p. II.

<sup>75</sup> MELLO, José Antônio Gonsalves de. *João Fernandes Vieira: mestre de campo, terço e infantaria*. Recife: Fundaj – Editora Massangana, 1987.

época. Os trabalhos desse historiador marcaram a historiografia pernambucana e influenciaram e reforçaram em muito o discurso de Freyre sobre o período.<sup>76</sup>

Outras investigações de grande relevância para a historiografia do Brasil holandês foram os estudos do historiador inglês Charles Ralph Boxer (1904 – 2000), que desenvolveu uma série de pesquisas acerca da presença portuguesa na China, no Japão, na Índia, no continente africano e no Brasil, por volta das décadas de cinquenta e sessenta, como a obra *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola*<sup>77</sup>, abordando a colonização portuguesa no Brasil e na África, assim como seu livro clássico, *Os holandeses no Brasil*.<sup>78</sup>

De acordo com Charles Boxer, a vida dos soldados portugueses era muito difícil, assim como a dos holandeses. Porém, para o autor, esses eram melhor preparados fisicamente e militarmente. Esse historiador inglês é um pioneiro em observar a história de uma forma internacional, foi um grande conhecedor da história ultramarina portuguesa e da relação do Atlântico Sul entre Brasil e Angola.

Atualmente o grande nome da historiografia referente ao Brasil holandês é do diplomata pernambucano, Evaldo Cabral de Mello, responsável por três obras consagradas relacionada a essa temática: *Olinda Restaurada*<sup>79</sup>, *Rubro veio*<sup>80</sup> e *O negócio do Brasil*<sup>81</sup>. Fato interessante é que embora a obra *Tempo dos Flamengos*, de José Antônio Gonsalves de Mello, seja tida como uma obra clássica do período, é Evaldo Cabral de Mello, que é mais citado e referendado nas teses e dissertações historiográficas sobre a história colonial em Pernambuco.<sup>82</sup>

Além de contarmos com uma ampla historiografia sobre o período, tem-se também os registros dos olhares dos viajantes e cronistas que viveram o dia a dia da guerra e que ajuda na investigação historiográfica. Do lado luso-brasileiro contamos,

---

<sup>76</sup> Tido como grande pesquisador brasileiro, por diversos historiadores do mundo, alguns deles bem conhecidos como o historiador francês Fernand Braudel, o português Joaquim Veríssimo Serrão e o inglês Charles Boxer. Para maiores informações sobre o autor ver: GASPAR, Lúcia. *José Antônio Gonsalves de Mello: cronologia e bibliografia*. Recife: Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco. 1995.

<sup>77</sup> BOXER, Charles Ralph. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola: 1602-1686*. Tradução de Oliveira Pinto. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1973.

<sup>78</sup> BOXER, Charles Ralph. *Os Holandeses no Brasil*. Tradução de Olivério M. de Oliveira Pinto. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961.

<sup>79</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada*. São Paulo: Forense Universitária; Ed. Universidade de São Paulo, 1975.

<sup>80</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro veio: o imaginário da Restauração Pernambucana*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

<sup>81</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. *O negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste 1641-1669*. Rio de Janeiro: 1998.

<sup>82</sup> Evaldo Cabral de Mello é primo de José Antônio Gonsalves de Mello e irmão do poeta pernambucano João Cabral de Mello Neto.

por exemplo, com o registro do donatário da capitania de Pernambuco, Duarte de Albuquerque Coelho. Em suas *Memórias Diárias da Guerra do Brasil*, o donatário fala sobre o conflito em sua capitania para o governo luso-espanhol.<sup>83</sup> Acrescenta-se à memória de Duarte Coelho, a narrativa de Frei Manuel Calado do Salvador (1584-1654), que também participou da guerra de resistência e que teve amizade com o Conde João Maurício de Nassau entre os anos de 1637 a 1644, quando o mesmo foi o Governador Geral do Brasil holandês.

Já pela visão holandesa, outro trabalho relevante é o livro de Gaspar van Baerle (1584-1648), conhecido popularmente como Barléus, que embora não tenha estado no Brasil foi o responsável por escrever, sob encomenda, a história do governo do Conde João Maurício de Nassau<sup>84</sup>, servindo como uma espécie de relatório de governo. Além dessa significativa obra, temos os escritos minuciosos que servem como testemunhos do período holandês, *o Diário de um soldado* de Ambrósio Richshoffer e *Olinda Conquistada* do Padre João Baers.<sup>85</sup> Esses trabalhos serão utilizados em nossa dissertação, mas considerando o seguinte fato:

“Cada um desses lugares impõe à história não apenas objetos próprios, mas também modalidades o trabalho intelectual, formas de escrituras, técnicas de prova e de persuasão. Um bom exemplo disso é, entre os séculos XVI e XVIII, o contraste entre história dos eruditos antiquários. A primeira, a dos historiógrafos oficiais, está organizada em forma de um relato dinástico que narra a história dos reis e da nação, identificados uns com a outra, e mobiliza as figuras da retórica para que, como destaca Louis Marin, o que não é representado no relato e pelo narrador, o é enquanto efeito do relato durante a leitura pelo narratário. A segunda história, a dos eruditos, se faz por fragmentos, se apóia em investigações eruditas (documentais, arqueológicas, numismáticas, filológicas) e se aproxima dos usos e costumes humanos”.<sup>86</sup>

Foi assim, através primeiramente de uma historiografia positivista, que estava baseada na história dos grandes personagens e dos grandes feitos, que se constituiu uma dizibilidade sobre um curto período, embora não houvesse nem o conceito de nação holandesa, nem muito menos de nação brasileira. Sintetiza Rafael Valladares, que a

---

<sup>83</sup> COELHO, Duarte de Albuquerque. *Memórias diárias da guerra do Brasil 1630-1638*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981.

<sup>84</sup> BARLAEUS, Gaspar. *Histórias dos feitos recentemente praticados no Brasil*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1980.

<sup>85</sup> RICHSHOFFER, Ambrósio. *Diário de um soldado*. Organização e tradução de Leonardo Dantas Silva e tradução de Alfredo de Carvalho. Recife: CEPE, 2004.

<sup>86</sup> CHARTIER, ROGER. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. p 18

historiografia dividiu a análise do período em quatro óticas: colonial, racial, política e religiosa. A primeira observou a guerra como uma luta entre europeus pela busca de terras da América e África e suas gentes, a segunda deu enfoque entre o choque das raças, a terceira observou por um viés de interesses puramente familiar e de grupos políticos e a última analisou a luta como uma questão entre católicos e protestantes ou entre portugueses e calvinistas.<sup>87</sup>

Não utilizaremos nenhuma dessas análises como ferradura para este trabalho, nem como um pressuposto teórico fundamental. Por outro lado, usamos muitos desses trabalhos com o intuito de observar a relevância e a contribuição de cada um para nossa pesquisa. Por fim, devemos dizer “que não devemos confundir uma cidade com o discurso que a descreve. Contudo, existe uma ligação entre eles”.<sup>88</sup>

---

<sup>87</sup> VALLADARES, Rafael. *Las dos guerras de Pernambuco. La armada del conde da Torre y la crisis del Portugal hispánico (1638-1641)*. p 34. IN: IN: *El Desafío Holadés al Domínio Ibérico em Brasil en el Siglo XVII*. José Manuel Santos Pérez e George F. Cabral de Souza. Ediciones Universidad de Salamanca y los autores, 2006. p 34.

<sup>88</sup> CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. Tradução Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p 59.



### 3.- Fontes e arquivos

*“Em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em documentos certos objetos distribuídos de outra maneira. Esta nova distribuição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade, ela consiste em produzir tais documentos, pelo simples ato de recopiar, transcrever ou fotografar estes objetos mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto. Este gesto consiste em isolar um corpo, como se faz em física, e em desfigurar as coisas para constituí-las como peças que preenchem lacunas de um conjunto, proposto a priori. Ele forma a coleção”.*<sup>89</sup>

*(Michel de Certeau, A Escrita da História)*

---

<sup>89</sup> CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p 81.

### 3.- Fontes e arquivos

Para Michel de Certeau, “ir aos arquivos é o enunciado de uma lei tácita da história”, pois é uma obrigação inerente ao ofício do historiador.<sup>90</sup> Entretanto, o mesmo alertou que devemos ficar atentos que a ordenação dos arquivos e a organização de seus documentos estão enquadradas nas diversas relações de poder de um dado tempo e um determinado lugar. Ainda de acordo com o historiador francês, o arquivo serve para o trabalho do erudito, que “se orienta, desde o final do século XVI, para a *invenção* metódica de novos sistemas de signos, graças a procedimentos analíticos (decomposição, recomposição)”.<sup>91</sup> Erudição que para o pensamento certeuniano é “uma ciência que nasce com estes estabelecimentos de fontes – instituições técnicas – sua base e suas regras”.<sup>92</sup>

Os arquivos utilizados por este trabalho são constituídos de documentos acessíveis ao público. Trabalhamos essencialmente com a documentação do Arquivo Histórico Ultramarino, o *Archivo General de Simancas* e o Arquivo do Instituto Ricardo Brennand.

Foram da maior relevância os documentos do Arquivo Ultramarino que possuem uma disposição bem organizada, um bom catálogo que ajuda na sistematização das fontes, embora muitos dos documentos do nosso período estejam ilegíveis. O Arquivo Ultramarino foi legalmente criado pelo Decreto-lei nº 19.869 de 9 de Junho de 1931<sup>93</sup>, servindo como um importante acervo documental para esta pesquisa. Esse acervo esteve dependente do Ministério das Colônias ou do Ultramar, mas seu acesso hoje no Brasil é possível graças ao Projeto Resgate, já que os documentos desse arquivo encontram-se microfilmados e disponibilizados nas Universidades Federais do Brasil, onde podemos verificar diversas cartas e consultas.

Para nosso corte temporal, que vai de 1630 a 1635, o acervo do Arquivo Histórico Ultramarino possui uma lacuna entre os anos 1630 a 1633 que tentamos preencher com a documentação de Simancas e com os cronistas e viajantes da época. Lacuna compreensível pelas constantes lutas e mortes ocorridas nos primeiros anos da ocupação. Os documentos dos três primeiros anos se encontram em péssimas condições e com uma espacialidade que posteriormente se preenche.

---

<sup>90</sup> CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p 85..

<sup>91</sup> Idem. p 82.

<sup>92</sup> Idem. p 81.

<sup>93</sup> Disponível em: <http://www.iict.pt/ahu/index.html>. Último acesso: 10 de agosto de 2010.

Além da rica documentação do Arquivo Histórico Ultramarino, fomos em busca dos documentos existente no Arquivo de Simancas para enriquecer nosso trabalho, tendo o cuidado com aquilo que Marc Bloch chamou de obsessão pelas origens.<sup>94</sup> Deste modo, no arcabouço das fontes primárias, também utilizamos os manuscritos oriundos do *Archivo General de Simancas*, criado como arquivo no século XVI para guardar os documentos referentes ao governo monárquico espanhol, ao que eles chamavam *Antiguo Régimen*. Nesse arquivo, utilizamos especialmente de duas séries que tratam da relação da guerra de Pernambuco e da relação diplomática com Portugal, foram: *Guerra Antigua e Secretarias Provinciales*.<sup>95</sup>

Os indícios sobre a relevância do Arquivo de Simancas para a história colonial brasileira já havia sido apontado por diversos historiadores. Américo Jacobina Lacombe informou sobre esse arquivo que “apesar da centralização empreendida com a criação do Arquivo das Índias, em Sevilha, ainda restam muitas peças essenciais para a história da colonização brasileira”.<sup>96</sup> Para o historiador José Antônio Gonsalves de Mello, Simancas era o “mais importante centro de documentação histórica espanhola respeitante ao Nordeste brasileiro, na sua maior parte ainda por investigar pelos historiadores do nosso país”.<sup>97</sup>

Embora essas duas séries tenham sido de extrema relevância, a documentação não se refere apenas ao Brasil, mas as diversas regiões que a Espanha e Portugal possuíam relação. Das duas séries a que esta organizada por ordem cronológica e em códices é a *Secretarias Provinciales*, contendo principalmente os despachos de Lisboa para Madrid. Já a série *Guerra Antigua*, além de possuir assunto de diversas partes da Espanha com o mundo não possui uma ordem cronológica, nem tópico por assunto,

---

<sup>94</sup> BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. p 56. *O ídolo das origens*.

<sup>95</sup> Embora a documentação consultada não esteja disponível na internet, o Archivo General de Simancas possui um site oficial: <http://www.mcu.es/archivos/MC/AGS/index.html>. Os códices que encontramos documentos sobre nosso período em Simancas foram Guerra Antigua 1011 e 3610; e secretarias provinciales 1524. Este último é um códice com a seguinte denominação da época: Livro que se lanção as cartas que o senhor D. Diogo de Castro escreve a varias pessoas e despachos que se dá sobre o socorro do Brasil.

<sup>96</sup> LACOMBE, Américo Jacobina. *Introdução ao estudo da história do Brasil*. São Paulo, Editora Nacional, Ed. da Universidade de São Paulo, 1973. p 25.

<sup>97</sup> MELLO, José Antônio Gonsalves de. *A Pesquisa Histórica e a Universidade Federal de Pernambuco*. Recife, Imprensa Universitária, 1950. p 21. Ver também os trabalhos da Dirección General de Archivos y Bibliotecas. *Guía del Archivo General de Simancas*. Junta técnica de Archivos, Bibliotecas y Museos. Ediciones Conmemorativas del Centenario del Cuerpo Facultativo 1858-1958; ALVES, Pe. Francisco Manuel. *Catálogo dos Manuscritos de Simancas Respeitantes à História Portuguesa*. Coimbra, Imprensa da Universidade; 1933; TELLA, Roseli Santaella. *Brasil durante el gobierno español: 1580-1640*. Madrid: Fundación Hernando de Larramendi: 2000.

contendo diversas cartas e consultas avulsas, o que veio a dificultar nosso trabalho. Mesmo que a organização desse relevante Arquivo não venha facilitar a pesquisa para os historiadores brasileiros, pois não possui um bom catálogo referente aos documentos que dizem respeito ao Brasil, tampouco possui estudos aprofundados da sistematização da documentação referente ao Brasil colonial. Todavia, os documentos desse arquivo estão muito bem conservados e preservados, possuindo um acervo significativo com diversas cartas e solicitações referentes ao governo espanhol como um todo e que acreditamos ter encontrado um relevante acervo.<sup>98</sup>



Imagem 1 – *Archivo General de Simancas*, fotografado por Hugo Coelho Vieira no período de sua pesquisa em maio de 2010.

---

<sup>98</sup> Realizamos uma curta pesquisa de quinze dias no Arquivo de Simancas, obtendo um número de aproximadamente 500 documentos. A pesquisa foi realizada do dia 10 ao dia 28 de maio de 2010, totalizando 15 dias úteis de pesquisa.

Podemos dizer que olhar este período manuseando documentos luso-espanhóis foi escutar o outro lado da História, a história dos vencidos inicialmente, embora colonizadores do mesmo jeito. Observamos as fontes como algo mais que produzido e selecionado, pois os homens de guerra nem sempre podiam falar e demonstrar seus sentimentos através daqueles documentos. Muitos não sabiam nem escrever e ficavam reféns de outras pessoas, outros que sabiam diziam muitas vezes o que queriam alcançar pelos seus interesses pessoais.

Embora, a maioria dos documentos utilizados sejam fontes oficiais do governo espanhol em Lisboa e de Madrid, eles também foram escritos com interesses da elite de sua época que também desejavam obter proveitos, vantagens, benefícios e lucros como as discussões da Junta de Socorro para a Guerra de Pernambuco que trabalharemos adiante no segundo capítulo.

Assim, buscamos também o silêncio das fontes e os métodos do trabalho que se almeja ser acadêmico e científico, que é “aquele que opera uma redistribuição do espaço e consiste, primordialmente, em se dar um lugar, pelo estabelecimento das fontes – quer dizer, por uma ação instauradora e por técnicas transformadoras”.<sup>99</sup>

Durante nossa pesquisa, contamos também com o acervo do Instituto Ricardo Brennand, que tem uma biblioteca especializada para o assunto do Brasil holandês, por possuir ali uma relevante biblioteca que pertenceu ao historiador José Antônio Gonsalves de Mello.

Foi a partir dessas fontes que refletimos o período, relacionamos com a historiografia e aprontamos o trabalho. No primeiro capítulo, tentamos problematizar o território, tradição historiográfica herdada desde a primeira geração da escola dos annales. Apresentamos na primeira parte, o mundo em que viveram os homens de guerra. Neste primeiro momento, tentamos demonstrar, especialmente, que a capitania de Pernambuco estava relacionada com o mundo Atlântico ou mais especificamente ao Atlântico Sul. Na segunda parte do capítulo, tentamos mostrar que além da capitania de Pernambuco estar relacionada com o Atlântico Sul, a mesma também tinha reverberações do que acontecia no mundo europeu, principalmente no que se refere ao final do período filipino. Assim, apresentamos um pouco da relação da capitania de Pernambuco com a coroa hispânica.

---

<sup>99</sup> CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p 83.

No segundo capítulo, tratamos dos primeiros anos da presença holandesa em Pernambuco, de 1630 a 1635, período denominado para os historiadores do Brasil holandês como *guerra de resistência ou anos terribili*. No primeiro momento desse capítulo, apresentaremos as discussões entre as cortes de Lisboa e Madri para o que eles chamavam de Junta de Socorro para a Armada de Pernambuco. Aqui falamos quais eram as ordens e as discussões desta Junta para socorrer e auxiliar Matias de Albuquerque no ano de 1630. Na segunda parte, demonstramos como ocorreu a ocupação dos neerlandeses e como a resistência luso-espanhola se organizou para resistir aos invasores. A proposta foi de discutir e demonstrar as estratégias de guerra utilizadas por ambos os lados até “romper” o maior símbolo de resistência, até a queda do Arraial Velho do Bom Jesus.

No terceiro capítulo, falamos de uma maneira mais minuciosa da vida e do cotidiano do que chamamos de homens de guerra, falamos de sua formação, de seu recrutamento, da sua alimentação, dos armamentos empregados na guerra, das mortes e doenças que afligiam os soldados. Além da documentação de Simancas e do Ultramarino, usamos e abusamos das ricas informações dos que viveram na época. Convido o leitor a compreender essa trama histórica.

**A capitania de Pernambuco em movimento no Atlântico Sul:  
entre os labirintos do período filipino e do Brasil holandês**

*“O reinício da guerra com a Espanha, com a volta do embargo ibérico ao comércio neerlandês, afetou, mais duramente do que a qualquer outro grupo mercantil das Províncias Unidas, a comunidade sefardita da Holanda, cuja principal atividade era o tráfico com Portugal e Brasil. Embora ela tivesse reagido fretando navios hanseáticos e outros, que velejavam de Hamburgo e de portos neutros do norte da Alemanha, sua participação no comércio lusitano diminuiu consideravelmente, quando mais não fosse devido a que a Hansa não possuía uma marinha mercante em escala suficiente para substituir a das Províncias Unidas. As fontes deixam entrever os efeitos incorridos pela atividade produtiva no Nordeste. Por carência de navios, cresciam no Brasil os estoques de açúcar e outros produtos. Em meados de 1631, a armada de Oquendo encontraria em Salvador açúcares de mais de dois anos. Senhores de engenho e lavradores de cana foram escolhidos num movimento de pinças: de um lado, o preço do açúcar caíra em 1626 a menos de cruzado a arroba; de outro, subiam os preços da mão-de-obra africana e dos artigos do Reino. Muitos engenhos deixariam de produzir (...) ficando mesmo os campos por lavar. Segundo Matias de Albuquerque, muitos produtores haviam deixado de operar e os outros não fazem a terça parte do que costumavam. Em 1628, a produção de açúcar declinaria de uma média anual de 70.000 a 80.000 caixas para menos da metade de uma ou outra cifra. Também os documentos holandeses permitem vislumbrar estes apertos. O relatório de Adriaen Verdonck (1630) menciona vários engenhos de fogo morto ou com capacidade ociosa”.*

**(Evaldo Cabral de Mello, *Olinda Restaurada*)**

## **1 – A capitania de Pernambuco em movimento no Atlântico Sul: entre os labirintos do período filipino e do Brasil holandês**

Nesta parte do trabalho tentamos problematizar o território e demonstrar a relação da capitania de Pernambuco com o mundo. Na primeira parte do capítulo, demonstramos que a capitania de Pernambuco estava especialmente inserida na história do Atlântico Sul. Não obstante, na segunda parte do capítulo, complementamos a idéia de uma história numa perspectiva global, exprimindo a relevância do período filipino para a Guerra de Pernambuco.

### **1.1 – A capitania de Pernambuco em movimento no Atlântico sul**

“As guerras holandesas contra a Espanha e a Guerra dos Trinta anos são as telas onde se esboçam os estudos de perspectiva, volume, luz e sombra da Guerra Barroca. No século XVII, os mestres da ciência bélica são os holandeses tanto como engenheiros, quanto como organizadores de escolas disciplinar. Mas as teorias se espalham rapidamente pela Europa Ocidental: franceses, venezianos, prussianos, suíços e ingleses formam oficiais e tropas eficientes a partir das práticas introduzidas no século XVII.”<sup>100</sup>

O trecho acima dialoga com a tapeçaria barroca que iremos bordar nossa trama histórica no Atlântico sul, especificamente a história da guerra na capitania de Pernambuco, entre os anos de 1630 a 1635. Para a compreensão desse período, faz-se necessário situarmos no espaço e no tempo. Portanto, para entender os cinco primeiros anos da década de trinta do século XVII, na capitania de Pernambuco, devemos perceber a dimensão do que o historiador britânico Charles Ralph Boxer (1904-2000) chamou de Império Ultramarino Português, sem que nos esqueçamos das particularidades e especificidades locais. Dessa forma, Boxer demonstrou que o entendimento do início da expansão ultramarina e da luta global com os holandeses foi de grande importância para a análise da presença holandesa no Brasil. O autor, ao tratar da navegação portuguesa, constatou que “a experiência adquirida pelos portugueses no

---

<sup>100</sup> SILVA, Kalina Vanderlei. *O Miserável Soldo & a boa ordem da sociedade colonial: militarização e marginalidade na Capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2001. p 41.



Atlântico contribuiu ainda para que lançassem as bases da moderna ciência náutica europeia”.<sup>101</sup>

Além do oceano Atlântico, os portugueses estiveram presentes nos oceanos Índico e Pacífico, e nesses estabeleceram entrepostos comerciais, pois “para permitir que esses canais de comércio marítimo, do Brasil ao Japão, funcionassem, os portugueses precisavam de muitos homens e navios, dos quais, inevitavelmente, tinham apenas uma pequena quantidade”.<sup>102</sup> Portanto, os portugueses se preocuparam em estabelecer o comércio por onde passavam, entretanto não possuíam um contingente suficiente para povoar esses lugares. Para o período em tela compreendemos como império ultramarino português de repercussão para o Brasil colonial, ou melhor, um império ultramarino luso-espanhol, já que os portugueses estavam submetidos às ordenações filipinas sob a liderança de Felipe IV.

Atualmente, com o advento dos diversos trabalhos historiográficos, chegamos a aceitar que o oceano deve ser visto como separador e unificador ao mesmo tempo, seja entre Brasil e Portugal, Pernambuco e Lisboa, Recife e Angola, Olinda e Holanda, Holanda e Luanda, enfim entre colônias e metrópoles e entre Europa, América e África. O Atlântico deve ser visto como ponto de encontro que ajuda a separar a visão bipolar entre dominadores e dominados. O século XVII foi o período em que as navegações do Mediterrâneo se ampliaram para o mundo Atlântico, essa mudança na estrutura naval, ocasionou maiores proporções para os negócios do período, “unindo”, de certa maneira, um espaço geográfico que antes era considerado um obstáculo de impedimento entre as navegações dos continentes americano e europeu por ser considerado *tenebroso*, como era conhecido o Atlântico.<sup>103</sup>

Antes da invasão holandesa da Companhia das Índias Ocidentais ao Brasil colonial, a relação entre Pernambuco, Angola e os países Ibéricos já estava estabelecida pelas suas similaridades em termos de relevância geoestratégica. Pernambuco para a América colonial, Angola para África colonial e os países ibéricos para a Europa, o mediterrâneo e claro, o Atlântico. A semelhança disso tudo é que ambos estavam estrategicamente de frente para o mundo Atlântico e, desse modo, eram importantes bases de apoio para as embarcações que por ali circulavam. Constatou Rômulo Xavier,

---

<sup>101</sup> BOXER, Charles. *O império marítimo português 1415-1825*. Tradução de Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo, Companhia das letras, 2002. p 43.

<sup>102</sup> Idem. p 67.

<sup>103</sup> NASCIMENTO, Rômulo Luiz Xavier do. *Brasil holandês: uma história do Atlântico*. In: *O Desconforto da Governabilidade: aspectos da administração no Brasil holandês (1630-1644)*. Rio de Janeiro. Tese de Doutorado da Universidade Federal Fluminense, 2008. p 25.

que “entre a África, Portugal e o Brasil estava o mundo atlântico ibérico, que cederia espaços aos holandeses”.<sup>104</sup>

O mercado de escravos foi outro ponto em comum que intensificou não só a relação entre Angola e Pernambuco, mas a aproximação entre África e Brasil. De acordo com o historiador Ernst Van Den Boogaart, já se tinha mandado plantar roças na ilha de Fernando de Noronha pelos escravos angolanos em 1628.<sup>105</sup> Escravos esses que foram a grande força de trabalho nos engenhos pernambucanos. Em consulta do Conselho da Fazenda ao rei Felipe, informava Luis de Siqueira, proprietário dos ofícios de escrivão da Alfândega e Almojarifado de Pernambuco, que deveriam ser pagos os salários dos oficiais da Fazenda e da Alfândega para que não houvesse irregularidades na arrecadação dos escravos que vinham de Angola.<sup>106</sup> Assim, alertava o escrivão que o atraso dos salários era um forte álibi para aumentar a corrupção no comércio dos escravos angolanos.

Em 11 de setembro de 1626, quatro anos antes da presença oficial neerlandesa em Pernambuco, podemos verificar na documentação do Arquivo Histórico Ultramarino<sup>107</sup>, um interessante requerimento de Bartolomeu Ferraz de Menezes. Ele pedindo ao Rei espanhol o exercício para o cargo de Provedor Mor da Fazenda Real da capitania de Pernambuco. Embora, tivesse o rei espanhol oferecido o cargo na fortaleza de Masangano em Angola, preferia Bartolomeu ir para Pernambuco. Alegava Bartolomeu Ferraz para a corte de Madrid, que já havia servido várias vezes “em quatro armadas desta Coroa de Portugal a sua custa, nas três delas com um criado e na outra com dois sem receber soldo e ajuntando aos serviços que lhe pertencem de Lourenço Ferraz de Andrade, seu pai”.<sup>108</sup>

Argumentava ainda, Bartolomeu Ferraz que além de ter realizado seus serviços, possuir a herança de seu pai, uma das principais pessoas da cidade do Porto e por ser

---

<sup>104</sup> NASCIMENTO, Rômulo Luiz Xavier do. *Brasil holandês: uma história do Atlântico*. In: *O Desconforto da Governabilidade: aspectos da administração no Brasil holandês (1630-1644)*. Rio de Janeiro. Tese de Doutorado da Universidade Federal Fluminense, 2008. p 30.

<sup>105</sup> BOOGAART, Ernest Van Den. *Morrer e viver em Fernando de Noronha 1630-1654*. In: *Viver e Morrer no Brasil holandês*. Recife: Fundaj, Ed. Massangana, 2007. p 21.

<sup>106</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 2, Doc. 104. Consulta do Conselho da Fazenda ao rei D. Filipe III sobre o requerimento do proprietário do ofício de escrivão da Alfândega e Almojarifado de Pernambuco, Luis de Siqueira, pedindo regimento dos salários de seu ofício, evitando irregularidade na arrecadação dos valores dos escravos de Angola.

<sup>107</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, Cx.2, Doc. 119, datada de 11 e setembro de 1626. Carta Régia (capítulo) de [D. Filipe III] sobre o requerimento de Bartolomeu Ferraz de Menezes pedindo o cargo de provedor da Fazenda Real da capitania de Pernambuco, pelo período de seis anos, como remuneração de serviços prestados em Angola, ordenando que se façam as diligências necessárias para saber se o cargo está vago e se há outros pretendentes que o podem ocupar.

<sup>108</sup> Idem.

seu avô, o coronel Bartolomeu Ferraz de Andrade, “pessoa que serviu aos reis passados muitas anos”<sup>109</sup> ensinando a capitães, soldados e mestres nas comarcas de Porto Alegre e Castelo da Vide e, por isso, ter recebido as Rendas da Ordem de Cristo. Informava ainda, que tinha sido encarregado de capitão da cidade do Porto e por ter sua casa saqueada teve que fugir para não ser preso. Assim, escolhia Pernambuco em detrimento de ir para a fortaleza de Massangano, no Reino de Angola, para onde Vossa Majestade o mandava por três anos, pois alegava o solicitante, que “não tem notícia alguma das couzas daquele Reino de Angola por não haver servido nunca nele, antes tem muita notícia do estado do Brazil”.<sup>110</sup> Finalizava o suplicante que por estar o cargo de Provedor da Fazenda da capitania de Pernambuco vago, esperava demonstrar as “*calidades*” para esse cargo pelo tempo de seis anos.

O caso de Bartolomeu Ferraz de Menezes é um pequeno exemplo da diversidade de assuntos e problemas que chegavam para a coroa hispânica resolver. No caso citado, apresentava o suplicante ao Secretario Ruy Dias de Menezes, com os papéis necessários, a intenção de servir em Pernambuco no cargo de Provedor da Fazenda em detrimento de servir em Angola. A situação explicitada, além de demonstrar a intenção de Bartolomeu Ferraz na preferência de Pernambuco a Angola, também mostra a tradição e o resquício da herança medieval em relação as atividades militares, a transferência dos ensinamentos e das ordens militares que eram passadas de pai para filho, visivelmente, indicando a disputa por cargos tão marcados numa sociedade patriarcal. Pelas informações do suplicante, sua família, a Ferraz, já vinha servindo em guerras por três gerações para a coroa ibérica: Bartolomeu Ferraz de Andrade, seu avô, Lourenço Ferraz de Andrade, seu pai e agora Bartolomeu Ferraz de Menezes. Para Rômulo Xavier, “o Atlântico sul pode ser entendido também pelo viés da ocupação de cargos”<sup>111</sup> e, tudo indica, que o exemplo do cargo preterido por Bartolomeu Ferraz de Menezes está inserido nas relações de parentesco em que se encontravam a gente de guerra. A Guerra de Pernambuco esteve quase sempre relacionada com as redes familiares e comerciais, no episódio de Bartolomeu não foi diferente.

Mais adiante teremos um acontecimento tão interessante quanto o de Bartolomeu, foi o evento de Pero Cadena Corte Real, que havia servido a mais de

---

<sup>109</sup> Idem.

<sup>110</sup> Idem.

<sup>111</sup> NASCIMENTO, Rômulo Luiz Xavier do. *Brasil holandês: uma história do Atlântico*. In: *O Desconforto da Governabilidade: aspectos da administração no Brasil holandês (1630-1644)*. Rio de Janeiro. Tese de Doutorado da Universidade Federal Fluminense, 2008. p 36.

quinze anos nas guerras do mundo Atlântico, especificamente nas guerras de Angola e do Brasil. Dizia Pero Cardena, que serviu de soldado, alferes, cabo da gente de guerra e capitão por mais de quinze anos. Cardena renunciava a capitania de Cambembe no Reino de Angola por “muitas pelejas que ouve e que precedeu com satisfação e valor, e ser cativo e roubado dos holandeses”, preferia assim, lutar na capitania da Paraíba “partindo na primeira armada que fosse para o Brasil.”<sup>112</sup>

Diferentemente do caso anterior, Pero Cardena que já conhecia as guerras brasílicas tanto quanto às guerras angolanas, porém, por possuir muitos inimigos em Angola, preferia servir como capitão mor na capitania da Paraíba. Os dois casos, que por coincidência escolheram o Brasil em detrimento de Angola, estão relacionados a complexidade que Charles Boxer falou na obra *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola*.<sup>113</sup> Logo, os homens da Guerra de Pernambuco também estavam inseridos no contexto da luta entre neerlandeses e luso-espanhóis e as decisões de patentes e mercês repercutiam de forma prática o interesse desses homens no mundo Atlântico.

Foi feliz a historiadora Laura de Mello Souza ao fazer uso do verso do Padre Antônio Vieira<sup>114</sup> para o nome do seu livro, *o Sol e Sombra*, pois ao utilizá-lo como epígrafe, a pesquisadora demonstra que as “distâncias oceânicas distorciam práticas, tradições e ordens,” conseqüentemente o oceano era um elemento ordenador e desordenador ao mesmo tempo. Foi assim, que Laura Mello ao buscar “entender aspectos da política e administração setecentista do império português atlântico”<sup>115</sup>, mas sem “perder de vista o enquadramento geral”, observou a possibilidade “de combinar as várias zonas de sombra e repensar o centro solar de irradiação do poder”<sup>116</sup>, mostrando que “o mar podia ser poderoso elemento de união”.<sup>117</sup> Essa historiadora, compartilha com a opinião trazida pelo historiador brasileiro Luiz Felipe de Alencastro, em *O Trato*

---

<sup>112</sup> AHU\_ACL\_CU\_014, Cx.1, D. 29. Consulta (minuta) do Conselho Ultramarino, ao rei [D. João], sobre o requerimento do capitão Pêro Cadena Corte Real, solicitando o cargo de capitão-mor da Paraíba, em lugar da capitania de Cambembe, em Angola, que renuncia.

<sup>113</sup> BOXER, Charles Ralph. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola: 1602-1686*. Tradução de Oliveira Pinto. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1973.

<sup>114</sup> “A sombra, quando o sol está no zênite, é muito pequenina, e toda se vos mete debaixo dos pés; mas quando o sol está no oriente ou no ocaso, essa mesma sombra se estende tão imensamente, que nem menos cabe dentro dos horizontes. Assim nem mais nem menos os que pretendem e alcançam os governos ultramarinos. Lá onde o sol está no zênite, não só se metem estas sombras debaixo dos pés dos príncipes, senão também dos de seus ministros. Mas quando chegam àquelas Índias, onde se põe, crescem tanto as mesmas sombras, que excedem muito a medida dos mesmos reis de que são imagens”.IN: SOUZA, Laura de Mello e. *O sol a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo. Companhia das Letras, 2006.

<sup>115</sup> Idem. p 13.

<sup>116</sup> Idem. p 12.

<sup>117</sup> Idem. p 12.

dos Viventes, quando esse entende que “o Atlântico sul, a partir do século XVII passou a constituir um sistema próprio dentro do império português”.<sup>118</sup> O caso da esquadra do próprio Richshoffer que voltou pela Flórida, na América do Norte, demonstra a peculiaridade no trajeto para cada embarcação que variava conforme o tempo, o comandante, os interesses dos financiadores das embarcações e o movimento marítimo (seus ventos e correntes), pois uma inevitada batalha naval poderia mudar os planos traçados inicialmente.<sup>119</sup> O acaso e as situações de cada momento foram elementos importantes nas decisões dos homens de guerra.

Geograficamente a capitania de Pernambuco se estendia “quarenta milhas para o sul ao longo da costa do mar até o Rio S. Francisco, e para o norte cinco milhas até de Itamaracá ou à aldeia Igarassu, e, para o interior, de quatro, cinco, seis, sete, doze milhas, e ali é que se acha e é extraído o pau-brasil”.<sup>120</sup> De acordo com o Padre João Baers, existia na capitania de Pernambuco, “cento e trinta e um engenhos, que são moinhos de açúcar, os quais produzem juntos anualmente para mais de sessenta mil caixas de açúcar”.<sup>121</sup> O açúcar e o pau-brasil eram as riquezas que interessavam aos países europeus e aos que viviam do comércio mercantil.

Contudo, a capitania de Pernambuco estava além de ser um mero local de cobiça de açúcar e pau-brasil. Foi também um importante ponto estratégico que servia de apoio para as embarcações que navegavam no mundo Atlântico. Era uma rota preferencial por conta dos ventos, da atividade mercantil que sua localização proporcionava, das embarcações que navegavam pelos continentes africano e americano. Sua relativa aproximação com o Caribe e com a rota da prata fazia de Pernambuco uma das principais entradas para a América Latina Colonial. Pernambuco era *locus* importante para o Atlântico e seu porto, o do Recife, era, sem sombra de dúvida, um dos mais movimentados. Como bem colocou o historiador Rômulo Xavier, a história do Brasil holandês é uma história do Atlântico,<sup>122</sup> pois as diversas tramas ocorridas em Pernambuco com a luta pelo Brasil entre a coroa hispânica e a Companhia das Índias Ocidentais estão circunscritas não “apenas numa história de Pernambuco ou do Brasil,

---

<sup>118</sup> Idem. p 41.

<sup>119</sup> RICHSHOFFER, Ambrósio. *Diário de um soldado: (1629-1632)*. Organização e estudo introdutório Leonardo Dantas Silva; tradução de Alfredo de Carvalho. Recife: CEPE, 2004. p 175.

<sup>120</sup> BAERS, Padre João. *Olinda conquistada*. Recife: CEPE, 2004. p 43.

<sup>121</sup> Idem. p 43.

<sup>122</sup> NASCIMENTO, Rômulo Luiz Xavier do. *O Desconforto da Governabilidade: aspectos da administração no Brasil holandês (1630-1644)*. Rio de Janeiro. Tese de Doutorado da Universidade Federal Fluminense, 2008. p 22.

mas na história do Atlântico sul”.<sup>123</sup> Para Xavier, a história do Brasil holandês envolveu “três mundos: o espanhol, o português e, é claro, o dos Países Baixos”.<sup>124</sup>

Não queremos, com isso, dizer que devemos observar o Brasil e Pernambuco apenas com os olhos voltados para a Europa, sendo complacentes com uma historiografia europeizada, nem muito menos dizer que as atitudes locais estiveram apenas baseadas na submissão da metrópole, muito pelo contrário. Tentamos aqui demonstrar que o acompanhamento de sol e sombra ou de metrópole e colônia não podem ser vistos apenas como reflexos estáveis, métricos e programáveis, mas são também anti-reflexos onde sol e sombra se confundem, onde existiram zonas em que “os interesses metropolitanos se combinavam aos regionais e acabavam produzindo alternativas peculiares.”<sup>125</sup> Logo, os estudos sobre a capitania de Pernambuco, da ocupação neerlandesa, não podem ser dissociados do mundo atlântico, da cultura barroca, da pregação portuguesa dos padres jesuítas, dos protestantes holandeses, da administração colonial brasileira, da cobiça pelo açúcar, do derramamento de sangue contra os ameríndios e da influência cultural - e não somente braçal - dos escravos trazidos da África.

Contudo, não podemos conceber a separação do estudo sobre o Brasil, nesse período, sem compreender o que se passava na Europa, já que “os pioneiros portugueses e os conquistadores castelhanos da orla ocidental da cristandade que uniram, para melhor e para pior, os ramos enormemente diversificados da grande família humana”.<sup>126</sup> Boxer chega a afirmar que um dos grandes legados do Império Ultramarino Português foi o de “unir” o povo disperso do mundo e que a primeira grande guerra mundial aconteceu nesse período. A historiadora Vera Lúcia Ferlini, afirma que nesse momento “na Europa a proletarização avançava, enquanto que no Brasil, o escravismo consolidava-se, desqualificando o trabalho e condenando o branco pobre a viver nas franjas do sistema”.<sup>127</sup> Na zona do nordeste brasileiro, além de termos o escravo como mão-de-obra fundamental e como força motriz do sistema, tivemos um regime agrário baseado no latifúndio para a implementação da monocultura do açúcar.

Ao relacionar o Estado Moderno europeu com o período colonial

---

<sup>123</sup> Idem.

<sup>124</sup> Idem.

<sup>125</sup> SOUZA, Laura de Mello e. *O sol a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo. Companhia das Letras, 2006. p 41.

<sup>126</sup> BOXER, Charles. *O império marítimo português 1415-1825*. Tradução de Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo, Companhia das letras, 2002. p 16.

<sup>127</sup> FERLINI, Vera. *Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial*. Bauru; SP: EDUSC, 2003. p 13.

brasileiro, a autora conta que esse trouxe “especificidades, na medida em que combina funções e atribuições, formando novas relações de poder, que constituíram os atributos de sua soberania: o monopólio da força, pelo domínio do poder armado”.<sup>128</sup> Poder armado que nos primeiros anos da ocupação holandesa foram fundamentais para imposição de ordens que partiam das monarquias ou das companhias de comércio e que se faziam presentes pelos soldados que a representavam, mas também pela força local dos senhores de engenho e dos nativos. Os luso-brasileiros se viram pressionados por uma força que não era apenas mais a dos senhores de engenho e da coroa luso-espanhola, mas pela violência da guerra que se fazia presente através das mortes, sofrimentos, roubos, traições e muita desordem. A Guerra de Pernambuco era, em certa medida, uma continuação da guerra espano-holandesa, que já vinha acontecendo a mais tempo na Europa.

Afirma Ferlini, que “o absolutismo articulou, contraditoriamente, elementos oriundos da antiga ordem feudal e as novas formas mercantis, fomentando a ambição dos que buscavam acumulação de riquezas”.<sup>129</sup> Para Laura de Mello, o conceito de Antigo Regime “denota um mundo onde a política predomina sobre a economia”,<sup>130</sup> ao mesmo tempo em que “ele é também Atlântico e escravista”.<sup>131</sup>

O período ao qual abordamos em Pernambuco, e que o Atlântico que ora nos une e ora nos separa, é o momento da junção das duas coroas ibéricas sob trono filipino. Embora a distância e as preocupações entre portugueses e espanhóis estivessem inseridos num contexto maior e não somente com a preocupação da capitania de Pernambuco, torna-se fundamental para entender as tramas ocorridas na sociedade colonial. Os poderes e as políticas administrativas agravadas com as lutas contra os holandeses demonstram que Pernambuco possuía uma cultura barroca, que significa dizer que era um local com estilo próprio e com particularidades e peculiaridades específicas, mas que como o próprio estilo artístico barroco estava carregado de conflitos entre o espiritual e o temporal, entre o místico e o terreno, as vezes ornamentado, ora sobrecarregado, em alguns momentos exuberante, estilo influenciado e influenciador com a cultura da época. A cultura barroca setecentista foi uma tentativa de impor ordens, regras e modelos de vida internacionais. Em Pernambuco os “rebeldes

---

<sup>128</sup> Idem. p 52.

<sup>129</sup> Idem. p 38.

<sup>130</sup> Idem. p 68.

<sup>131</sup> SOUZA, Laura de Mello e. *O sol a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo. Companhia das Letras, 2006. p 66.

de Holanda” eram vistos pela metrópole ibérica como um “castigo divino” que infringiam as ordens e as regras estabelecidas. O padre Cardim afirmou que nesse período em “Pernambuco se acha mais vaidade do que em Lisboa”,<sup>132</sup> quando o mesmo observou a situação dos donos de Engenho locais mais ricos.

Antes da chegada dos holandeses, a vila de Olinda era quem exercia o papel político-administrativo da capitania, mas sem boas condições para sua defesa naval e terrestre, conseqüentemente má proteção militar. Foi assim que o padre João Baers, ao comparar a estrutura de resistência de Olinda e do Recife, concluía que essa última era “naturalmente forte e capaz de ser ainda mais fortificada, porém, Olinda é por natureza fraca”.<sup>133</sup> Para João Baers, a estrutura de defesa da vila de Olinda era fraca por “conseqüência de diversas eminências e montes, que uns e outros e todos juntos comandam a praça não pode ser bem fortificada sem grande trabalho e despesa”.<sup>134</sup> Interessante ressaltar que entre Recife e Olinda, e em boa parte das capitanias do Norte do Brasil “navega-se com chalupas, pequenas barcas ou botes e saveiros para Olinda, onde há um cais, no qual carrega-se e descarrega-se, e assim são transportadas todas as fazendas e mercadorias”.<sup>135</sup>

Na parte mais “urbana” da capitania de Pernambuco, os rios Capibaribe e Beberibe foram vitais no transporte de mercadorias e pessoas, inclusive gente de guerra. Na maioria das vezes era mais prático mover a tropa pelos rios ao invés do caminho terrestre. Em decreto de 1635 do Ultramarino, que trata sobre os regimentos para o socorro do Brasil, encontra-se a informação de “que será trabalhoso desembarcar de qualquer maneira”, por isso dizia o decreto que “se fazem necessário que se leve a armada alguns patachos e caravelas pequenas para que as nãos de fora, dito dos arrecifes possam botar gente em terra e mais couzas necessárias para este socorro”.<sup>136</sup>

Para João Baers, Recife era vista como forte e Olinda como fraca, mas, lembremos que, alguns anos anteriores no Tratado Descritivo do Brasil, Olinda foi

---

<sup>132</sup> BOXER, Charles. *O império marítimo português 1415-1825*. Tradução de Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo, Companhia das letras, 2002. p 117.

<sup>133</sup> BAERS, Padre João. *Olinda conquistada*. Recife: CEPE, 2004. p 45

<sup>134</sup> Idem. p 45.

<sup>135</sup> Idem. p 43. Demonstra o historiador Rômulo Xavier, que no Pernambuco Pré-nassoviano o papel das pequenas embarcações era importante para o pequeno comércio. NASCIMENTO, Rômulo Luiz Xavier do. *O papel da navegação*. In: *O Desconforto da Governabilidade: aspectos da administração no Brasil holandês (1630-1644)*. Rio de Janeiro. Tese de Doutorado da Universidade Federal Fluminense, 2008. p 132-151.

<sup>136</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, Cx.2, D. 160. Datado de Fevereiro de 1635. Decreto da regente, [duquesa de Mântua], D. Margarida de Sabóia, ordenando que se faça consulta sobre o Regimento que se dará ao governo da armada, [D. Francisco de Faro], que vai ao Brasil.



descrita com “toda a sorte em tanta quantidade que semelha uma Lisboa pequena. A barra de seu porte é excelentíssima, guardada por duas fortalezas bem providas de artilharia e soldados”.<sup>137</sup> No período inicial da chegada neerlandesa parece ter sido Olinda mais organizada militarmente que o Recife, por ser a sede da capitania, pois era nela que estavam os soldados e as munições para defesa da capitania e de sua gente, embora sua característica de um solo elevado tenha sido prejudicial na estratégia de contenção militar. A culminância da vila tornava-se fator negativo pela particularidade de uma luta baseada na guerra de assédio. A facilidade do cerco de Olinda dificultava as fugas, emboscadas e guerrilhas.

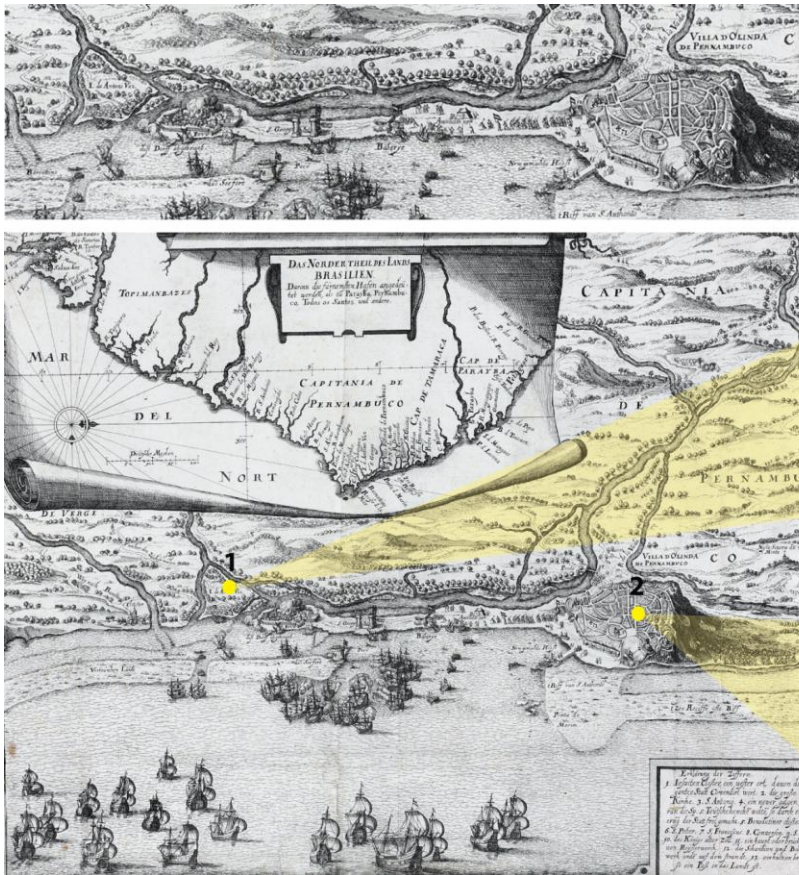
As melhores descrições de Olinda, do período, mostram porque a “Lisboa pequena” era a capital de Pernambuco e local de maior interesse econômico da região, pois suas “casas não são baldas de conforto, mas cômodas e bem feitas, arejadas por grandes janelas, que estão ao nível do sótão ou celeiro, mas sem vidros, com belas e cômodas subidas, todas com largas escadarias de pedra”.<sup>138</sup> Olinda era, portanto, lugar de moradia de parte da açucarocracia, local onde moravam “pessoas de qualidade”, estava localizada próxima ao porto do Recife e as capitanias do Norte. Na época da chegada da companhia holandesa a cidade alta, além de contar com seu centro político-administrativo, possuía duas igrejas paroquiais, cinco conventos, isso sem falar nas igrejas que existiam em seus arrabaldes.<sup>139</sup> Ressaltamos que o exemplo da religiosidade de Olinda demonstra a relação sempre presente entre poder temporal e espiritual, nesse caso propriamente, talvez seja melhor dizer que o poder político e econômico caminhavam junto ao poder espiritual.

---

<sup>137</sup> Apud. MENEZES, José Luiz da Mota. *Olinda e Recife antes de 1630*. In: *Viver e Morrer no Brasil Holandês*. Recife: Fundaj, Ed. Massangana, 2007. p 148. CARDIM, Fernão. *Tratado da Terra e gente do Brasil*. Recife, Imprensa Universitária. p 215.

<sup>138</sup> BAERS, Padre João. *Olinda conquistada*. Recife: CEPE, 2004. p 39

<sup>139</sup> As igrejas paroquiais eram as de São José e São Francisco, os conventos eram os dos Jesuítas, dos Franciscanos, dos Carmelitas, dos Beneditinos e o Convento das Freiras.



### 1- Povoado de Recife



### 2- Vila de Olinda



Imagem da Tomada do Recife em 1630 – Neste mapa podemos perceber a discrepância da estrutura urbana entre Olinda e o Recife. Acima da gravura pode-se ver a extensão da capitania de Pernambuco. Obra atribuída a Commelyn Izaak em 1630.<sup>140</sup>

Observou esse historiador, que a defesa da capitania de Pernambuco se fazia pela “ação naval na defesa ultramarina”, acontecendo em sua maior parte pela política do governo luso-espanhol, que “relegava-se a guerra terrestre a papel subsidiário”.<sup>141</sup> Dessa forma, não resta dúvida que a relevância do conhecimento dos oceanos e dos mares foi de fundamental importância para a guerra na capitania de Pernambuco.

Logo, o porto do Recife era geograficamente um local privilegiado para estabelecer o governo e foi por isso que os holandeses mudaram a sede do governo da capitania pernambucana de Olinda. Na visão da maior parte da historiografia e do senso comum, o nascimento do Recife e a sua história estão na maioria das vezes vinculados a presença dos holandeses ou começam a ganhar importância e relevo com essa ocupação. É, portanto, pela “inexistência” de um desenvolvimento urbano do Recife e pela sua “pouca relevância” econômica no período *ante bellum*, que a história do Recife só ganha atenção com a chegada dos holandeses para a historiografia, pois antes era

<sup>140</sup> AIRB, Acervo do Instituto Ricardo Brennand.

<sup>141</sup> MELLO, Evaldo Cabral de 1936. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. São Paulo: Ed. 34, 2007. p 25.

simplesmente um *povo*. José Antônio Gonsalves de Mello, que analisou exaustivamente a história holandesa escreveu que o Recife *ante bellum* era considerado um “burgo de marinheiros e de gente ligada ao serviço do porto; burgo triste, sem vida própria, para onde até a água tinha de vir de Olinda”.<sup>142</sup> Essa visão de Gonsalves de Mello influenciou a historiografia do período.

Porém, frisou Rômulo Xavier que “esse Atlântico, ao mesmo tempo ibérico e holandês, tinha como ponto de confluência o Recife”.<sup>143</sup> Demonstra José Luiz da Mota Menezes, que entre 1609 a 1630, embora houvesse proibições da Câmara de Olinda e do próprio Rei, “ocorreu crescimento urbano no Recife, talvez por conta de sua condição de porto e do comércio disso resultante.”<sup>144</sup>

É verossímil que o Recife, desse momento, sofria com a falta de estrutura, como o abastecimento de água. Sobre esse problema disse Gonsalves de Mello que “anteriormente ao domínio holandês era feito principalmente no Varadouro de Olinda” e que depois tiveram que ser cavados poços em Antônio Vaz “que fornecem uma água mais ou menos boa”.<sup>145</sup> A questão do abastecimento de água foi um problema que os soldados da WIC – Companhia das Índias Ocidentais - e a coroa hispânica tiveram que enfrentar nos primeiros anos da ocupação, principalmente os soldados holandeses, pois os luso-brasileiros conheciam melhor os meios de abastecimento do território e suas ligações com o interior, sem contar que estavam mais adaptados ao clima. A sede da maioria dos soldados que não estavam adaptados ao clima foi, sem dúvida, um problema para as tropas do Brasil holandês. Richshoffer nos informa que possuindo “várias companhias de tropa, à ilha de Antônio Vaz, situada em frente ao Recife ou aldeia Povo, do outro lado do rio chamado Beberibe”.<sup>146</sup> Porém, não foi apenas o abastecimento de água o problema nos primeiros anos da ocupação para as tropas, mas o abastecimento de víveres e o de munições também. Veremos mais adiante que a

---

<sup>142</sup> MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Templo dos Flamengos*. Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil. Recife. Topbooks, 2000. p 39.

<sup>143</sup> NASCIMENTO, Rômulo Luiz Xavier do. *Brasil holandês: uma história do Atlântico*. In: *O Desconforto da Governabilidade: aspectos da administração no Brasil holandês (1630-1644)*. Rio de Janeiro. Tese de Doutorado da Universidade Federal Fluminense, 2008. p 44.

<sup>144</sup> MENEZES, José Luiz da Mota. *Olinda e Recife antes de 1630*. In: *Viver e Morrer no Brasil Holandês*. Recife: Fundaj, Ed. Massangana, 2007. p 162.

<sup>145</sup> MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Templo dos Flamengos*. Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil. Recife. Topbooks, 2000. p 55. MENEZES, José Luiz da Mota. *Olinda e Recife antes de 1630*. In: *Viver e Morrer no Brasil Holandês*. Recife: Fundaj, Ed. Massangana, 2007. p 160. Diogo Campos Moreno informava que “a povoação do Recife não tem água para beber, má nem boa; em batéis a vão buscar os moradores a rios que estão defronte à água de Beberibe, de que tratado fica, que vem à Vila”.

<sup>146</sup> RICHSHOFFER, Ambrósio. *Diário de um soldado: (1629-1632)*. Organização e estudo introdutório Leonardo Dantas Silva; tradução de Alfredo de Carvalho. Recife: CEPE, 2004. p 74.

preocupação com a água foi um dos elementos tidos como importantes pela coroa espanhola para a manutenção e conservação da gente de guerra na armada para socorro de Pernambuco.

Vale informar que a vila do Recife possuía na época três principais lugares para seu acesso, eram “a *Lantpooort* (a porta de Terra), a *Pontpoort* (a porta da Balsa) e a *Waterpoort* (a porta da Água ou porta do Mar)”.<sup>147</sup> A primeira estava situada ao norte do Recife no caminho para a vila de Olinda, a segunda ficava no acesso do Recife a futura cidade Maurícia, muito utilizada pelas pequenas embarcações para ligar a ilha ao continente, e a terceira ficava no desembarcadouro dos navios no porto, era a entrada e saída das embarcações que vinham e saíam para os diversos lugares do Atlântico.

Acessos que não eram tão simples de serem realizados, principalmente nos dois primeiros anos da guerra, pois “segundo-se uma hora grande ou mais de caminho pelo banco de areia acha-se uma aldeia, e um tiro de canhão desta aldeia para o lado de Olinda está sobre o mesmo banco”.<sup>148</sup> Era no Recife que os navios entravam, “carregam e descarregam na aldeia situada no extremo de um dos bancos, onde se achavam muitos armazéns.”<sup>149</sup> Sabia claramente João Baers que “é um arrecife, o que também significa na língua dos Portugueses, e é o nome do lugar; ao sul de Olinda estende-se um banco de areia, geralmente largo de trinta e seis a quarenta passos, e assaz alto, contra o qual bate o mar”.<sup>150</sup>

Foi nessa composição irregular e confusa que se encontravam a vida dos soldados luso-espanhóis e neerlandeses na Capitania de Pernambuco. A seguir mostraremos que *Paranambuca* além de estar inserida no mundo atlântico também esta

---

<sup>147</sup> MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Templo dos Flamengos*. Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil. Recife. Topbooks, 2000. p 114 e 115. Compartilha desta mesma opinião José Luiz da Mota Menezes, dizendo que “o acesso de Olinda para o lugar do Recife se fazia na época pelo menos de três maneiras. A primeira desde a Ponte Velha, seguindo em direção a atual Encruzilhada, a Carreira dos Mazombos, e daí para a península. A segunda pelo Rio Beberibe, desde o Varadouro. E a terceira descendo o istmo a partir do pé do Montinho, onde se encontrava o mosteiro dos monges de São Bento. As ligações com a várzea e com os engenhos do redor da vila se faziam por caminhos que definiram-se desde os inícios da povoação, quando se instalaram os primeiros engenhos. Um dos mais antigos, ainda hoje existente (a Estrada Velha de Água Fria) é aquele que saindo da vila para oeste à seguia até depois, povoação do Beberibe, provavelmente passando pela antiga propriedade rural do donatário, e daquela voltava-se para o Sul e seguia até às proximidades do lugar onde se construiu, já no século XVII, o Arraial Velho, uma fortificação para defesa e resistência contra os holandeses. Outro caminho seguia desde o Beberibe para o norte, talvez para Igarassu e depois Goiana. Daí vai tomar depois a direção das outras capitânicas do Norte. Na várzea os caminhos se multiplicavam segundo os engenhos que se iam montando às margens dos rios. In: MENEZES, José Luiz da Mota. *Olinda e Recife antes de 1630*. In: *Viver e Morrer no Brasil Holandês*. Recife: Fundaj, Ed. Massangana, 2007. p 154.

<sup>148</sup> BAERS, Padre João. *Olinda conquistada*. Recife: CEPE, 2004. p 43.

<sup>149</sup> Idem. p 43.

<sup>150</sup> Idem. p 43.

relacionada ao período filipino com a conturbada situação política do desmembramento de Portugal ao período filipino.

## 1.2. – Pernambuco entre os labirintos do período filipino e do Brasil Holandês

“O ataque maciço dos holandeses ao império colonial foi ostensivamente motivado pela união das coroas espanhola e portuguesa na pessoa de Felipe II de Espanha, contra cujo governo, nos Países Baixos, os holandeses haviam se revoltado em 1568. Dez anos mais tarde, com a derrota e a morte do rei Sebastião, que não deixou descendência, no campo de Alcácer Quibir, no Marrocos (4 de agosto de 1578), a Coroa portuguesa foi transferida para o último monarca da Casa de Avis, o idoso e doente cardeal dom Henrique. Este morreu em janeiro de 1580, e alguns meses depois, Filipe, cuja a mãe era uma princesa portuguesa, fez valer suas pretensões ao trono vago com a ajuda dos veteranos do duque de Alba e das “balas de prata” mexicanas, numa combinação judiciosa que permitiu que se vangloriasse de seu novo domínio: “Herdei-o, comprei-o, conquistei-o”. O império colonial ibérico, que durou de 1580 a 1640, e que se estendia de Macau, na China, a Potosí, no Peru, foi o primeiro império mundial onde o sol nunca se punha”.<sup>151</sup>

Com a morte do Rei português D. Sebastião e de seu sucessor, o cardeal D. Henrique, ocorreu à união das duas coroas, denominando a famosa União Ibérica que durou de 1580 até 1640, com a Espanha passando a governar Portugal e as suas colônias, em teoria. Aponta Stuart Schwartz, que existiram pretensões econômicas para a formação dessas duas coroas por parte da nobreza e do alto clero que juntamente com as pretensões do rei espanhol estavam atraídos pelo lucro que o mercado das Índias Ocidentais podia oferecer e, assim, almejavam o monopólio do fornecimento dos escravos (*asiento*).<sup>152</sup> Ainda de acordo com o historiador norte-americano, devemos conceber que essa adesão entre Portugal e Espanha não significou de forma alguma a união desses dois países, muito pelo contrário, conta Schwartz que embora o rei governasse as duas terras, “cada uma tinha seus próprios costumes, suas leis, administração e integridade nacionais”.<sup>153</sup>

A criação do Conselho de Portugal ocorreu para amenizar e assessorar essas diferenças e problemáticas entre a administração portuguesa e espanhola, para que

---

<sup>151</sup> Idem. p 121.

<sup>152</sup> SCHWARTZ, Stuart. *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial*. Coordenação de Graça Salgado. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. p 30.

<sup>153</sup> SCHWARTZ, Stuart. *Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial. A Suprema Corte da Bahia e seus Juízes: 1609-1751*. São Paulo: Perspectiva. p 37.

Filipe II pudesse ter conselheiros que o auxiliassem em assuntos polêmicos.<sup>154</sup> Por conta da complexidade cada vez maior com a incorporação de Portugal à Espanha, ocorreram novos regimentos para nortear e adaptar a ação dos governos-gerais no Brasil, onde “é importante referir o incremento da agricultura – notadamente da plantação da cana-de-açúcar-, em que se assentava a base da economia colonial de exportação dessa fase”.<sup>155</sup> Conta Schwartz que, durante a fase de dominação espanhola, foram baixados três regimentos além do de 1588, o que demonstra “um maior grau de interesse pela colônia, já que essa se tornava viável do ponto de vista da exploração mercantil”.<sup>156</sup> Esses regimentos apontam que as “novas diretrizes da política administrativa metropolitana estavam voltadas para a atuação do governo-geral na área da fiscalização, do controle e organização da vida colonial”.<sup>157</sup> As principais preocupações metropolitanas desses regimentos giravam em torno da questão agrícola e, em especial da construção dos engenhos e da lei de concessão de sesmarias, com exceção do último regimento que data de 13 de agosto de 1638.<sup>158</sup>

No que tange a repercussão da União Ibérica para nosso estudo, demonstra o historiador Charles Boxer que existe um exagero afirmado pelos portugueses de que a União Ibérica foi o único motivo pelo qual resultou o ataque dos holandeses em seus domínios ultramarinos, pois pontua o autor que já no século XVI os ingleses contestaram o monopólio do ouro da Guiné,<sup>159</sup> sendo esperada a reivindicação do açúcar brasileiro e dos escravos que o Brasil utilizava. Mas, não se pode negar que a invasão holandesa ao Brasil foi “ostensivamente motivada pela união das duas coroas”.<sup>160</sup> Para Schwartz, com a unificação das duas coroas aumentou a importância

---

<sup>154</sup> “Em Portugal, a consolidação do poder do monarca e a separação das diversas funções da administração pública por organismos responsáveis começaram a tornar-se mais perceptíveis a partir do reinado de dom João III. Anteriormente, o rei era auxiliado por conselheiros na resolução dos problemas pendentes. A complexidade cada vez maior das questões administrativas conduziram à escolha, para conselheiros do rei pessoas ligadas a determinadas áreas de conhecimento. Tais especialistas, oriundo em grande parte da nobreza e do clero, passaram a assessorar diretamente o monarca”. SCHWARTZ, Stuart. *Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial. A Suprema Corte da Bahia e seus Juizes: 1609-1751*. São Paulo: Perspectiva. p 37.

<sup>155</sup> SCHWARTZ, Stuart. *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial*. Coordenação de Graça Salgado. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. p 54.

<sup>156</sup> Idem. p 54.

<sup>157</sup> Idem. p 55.

<sup>158</sup> De todos os regimentos esse é o que fala de forma específica do pagamento das tropas que combatiam os holandeses, instalados em Pernambuco a partir de 1630, por isso de grande valia para o estudo referente aos homens de guerra do chamado Brasil Holandês. IN: SCHWARTZ, Stuart. *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial*. Coordenação de Graça Salgado. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. p 56.

<sup>159</sup> BOXER, Charles. *O império marítimo português 1415-1825*. Tradução de Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo, Companhia das letras, 2002. p 123.

<sup>160</sup> Idem. p 121.

das colônias americanas e das áreas orientais, pois o “açúcar brasileiro teve sua produção acrescida de cerca de 350 mil arrobas, em 1580, para mais de um milhão em 1628, numa demonstração clara do papel que cumpria em benefício o Tesouro Real”<sup>161</sup>, sendo portanto, natural a contestação do domínio ibérico nessas áreas pelos ingleses, holandeses e franceses. Exemplos claros dessa contestação foram “as tomadas de Pernambuco em 1635 (zona produtora de açúcar) e da região de Mina e Guiné, entre 1637 e 1638 afetando diretamente os interesses lusos”.<sup>162</sup> Tanto Boxer quanto Schwartz estão corretos em suas interpretações, pois de fato a relevância das colônias - e no Brasil a capitania de Pernambuco foi sem dúvida uma das capitanias que possuíam maior interesse - cresceu muito nesse período. Entretanto, a União Ibérica não pode ser vista como único fator de decisão das reivindicações mercantis, embora elemento relevante.

No que tange o contexto da repercussão do final do período filipino e da influência europeia para o período em tela, compreendemos que o Atlântico servia muitas vezes como uma ponte de influências e ressonâncias trazidas pelos ventos europeus para o continente americano. Podemos dar como exemplo o acontecimento da criação da Companhia das Índias Ocidentais, significativo na Guerra de Pernambuco. Coloca o filósofo e historiador neerlandês, Benjamin Nicolas Teensma, a seguinte afirmação:

“entre 1609 e 1621, houve uma trégua entre os Países-Baixos e a Espanha. Desde 1580, esta última incluiu também o reino de Portugal. Durante este período, os holandeses puderam adquirir ilimitadas quantidades de açúcar, o principal produto de exportação do Brasil, nos portos portugueses. Mas não puderam continuar fazendo-o quando finalizou a Trégua dos Doze Anos. Como consequência em 1621, foi fundada a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, com o fim de realizar conquistas na América do Sul”.<sup>163</sup>

Portanto, o acontecimento da criação da Companhia das Índias Ocidentais trouxe a presença holandesa na América portuguesa, com uma estrutura organizada por uma “diretoria composta de dezenove membros, os chamados Senhores XIX, representando as cidades cooperadoras, da qual Amsterdã era a principal”.<sup>164</sup> De acordo com o

---

<sup>161</sup> SCHWARTZ, Stuart. *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial*. Coordenação de Graça Salgado. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. p 30.

<sup>162</sup> Idem.

<sup>163</sup> TEENSMA, Benjamin Nicolas. *Os Filhos do Doutor Zacuto. Identificação de Isaac Russon*. In: *Viver e Morrer no Brasil Holandês*. Recife: Fundaj, Ed. Massangana, 2007. p 55.

<sup>164</sup> SCHALKWIJK, Frans Leonard. *Índios Evangélicos no Brasil*. In: *Viver e Morrer no Brasil Holandês*. Recife: Fundaj, Ed. Massanga, 2007. p 106.



especialista no assunto da ocupação holandesa no Brasil, o objetivo da Companhia das Índias Ocidentais era não só de conquistar as capitanias de Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro como também de Buenos Aires, na América latina colonial.<sup>165</sup>

O interessante ao estudar a repercussão da junção das duas coroas ibéricas nesse emaranhado de coisas é justamente a complexidade administrativa que essa união causa. Complexidade que aumenta a dificuldade para o entendimento dos historiadores, com o surgimento das ordenações filipinas publicadas em 1603 em substituição das ordenações manuelinas, sendo essa substituição de relevância para os historiadores colonialistas brasileiros, por ter o código filipino regido a maior parte da vida no Brasil.<sup>166</sup> Foi por isso, que Schwartz ao analisar a sociedade colonial brasileira falou certamente:

“As mais sensíveis alterações feitas à organização jurídico-administrativa colonial, durante a fase do domínio espanhol, deram-se sob a égide das Ordenações Filipinas, novo corpo de leis que passou a ser aplicado a partir de 1603 na Metrópole e seus domínios. Na mesma linha de acomodar a estrutura administrativa às mudanças políticas e econômicas ocorridas na conjuntura de 1580-1640, efetuaram-se duas divisões administrativas. A primeira, em 1608 (pelos alvarás de 2 de janeiro e 28 de março e carta patente de 2 de janeiro), criou um governo independente do Estado do Brasil, a Repartição do Sul, que abarcava as capitanias de São Vicente, Espírito Santo e Rio de Janeiro”.<sup>167</sup>

Em regra, foram as Ordenações Filipinas que serviram como diretrizes para investigação da capitania de Pernambuco no período de 1630 a 1640. Apesar de sabermos da diferença entre teoria e prática, temos o cuidado aqui com o que o português Antônio Manuel Hespanha alertou sobre a superestimação das leis escritas e de suas brechas.<sup>168</sup> Nesse caso, podemos entender que a capitania de Pernambuco era inevitavelmente o local do Brasil em que os olhos das duas coroas e de outros países se faziam presentes pelo interesse de sua produção açucareira, ao passo que a “política imperial metropolitana encontrava terreno fértil para eclosão de conflitos em ambas as

---

<sup>165</sup> MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Templo dos Flamengos. Influência e ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. Recife; Topbooks, 2000. p 49.

<sup>166</sup> STELLA, Roseli Santaella. *Brasil durante el gobierno español, 1580-1640*. Madrid: Fundación Hernando de Larramendi: 2000. p XXX.

<sup>167</sup> SCHWARTZ, Stuart. *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial*. Coordenação de Graça Salgado. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. p 56.

<sup>168</sup> HESPANHA, Antônio Manuel. *As vésperas do Leviathan. Instituições e poder político*. Portugal – Séc. XVII. Coimbra: Livraria Almedina. 1994.

margens do atlântico”.<sup>169</sup> Foi assim, que os holandeses decidiram invadir Pernambuco no ano de 1630 conforme descreve Charles Boxer, no livro que trata sobre a presença holandesa no Brasil:

“A decisão de atacar Pernambuco foi das mais difíceis, por isso que os holandeses estavam singularmente bem informados sobre as condições em que se encontrava aquela capitania. Pelas cartas do governador, Matias de Albuquerque, interceptadas durante a campanha da Bahia, ficaram eles conhecedores de que as fortificações de Olinda e Recife estavam desaparelhadas. Albuquerque dava também conhecimento de que a milícia local não excedia a 400 homens pouco experimentados, na sua maioria cristãos-novos, em que se não podia depositar confiança. Os holandeses ficaram também sabendo que as três capitanias do Nordeste possuíam 137 engenhos de açúcar, cuja a produção montava a cerca de 700 000 arrobas em média, nos anos bons. Esse açúcar era transportado em caixas de vinte arrobas, calculando-se a exportação anual em, mais ou menos de vinte arrobas, calculando a exportação anual em, mais ou menos, 35 a 40 mil caixas. Os dízimos pagos pelo açúcar exportado de Pernambuco eram avaliados em 70 000 cruzados pelos portugueses, e 1 050 000 florins pelos holandeses”.<sup>170</sup>

É interessante a descrição do historiador inglês não somente pelos dados transmitidos e pela riqueza de informações sobre o alto valor do açúcar e dos 137 engenhos de açúcar, mas também pela dimensão atlântica da capitania de Pernambuco e de sua relação com as duas metrópoles. Boxer fala das cartas interceptadas do governador de Pernambuco da época, Matias de Albuquerque Coelho<sup>171</sup> quando da presença dos holandeses na Bahia em 1624. Podemos confirmar essa informação de Boxer através das Memórias Diárias da Guerra, escrito pelo 4º donatário da capitania pernambucana Duarte de Albuquerque Coelho.<sup>172</sup> Informava o donatário nas suas Memórias que a carta chegou a Madrid no dia 26 de janeiro de 1631, quando o mesmo

---

<sup>169</sup> GONÇALVES, Regina Célia. Guerra e açúcar: a formação da elite política na Capitania da Paraíba (Séculos XVI e XVII). p -32. IN: *Novos olhares sobre as Capitanias do Norte do Brasil*. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

<sup>170</sup> BOXER, Charles Ralph. *Os holandeses no Brasil: 1624-1654*. Recife: CEPE, 2004. p 45.

<sup>171</sup> Matias de Albuquerque Coelho foi irmão do 4º donatário da capitania de Pernambuco e foi o governador da capitania de Pernambuco.

<sup>172</sup> Nascido em 1591, Duarte de Albuquerque Coelho, quarto donatário de Pernambuco, entrou de posse da Capitania em 2 de julho de 1603 – Tomou posse em Lisboa, a 2 de julho de 1603, Arquivo da Torre do Tombo; chancelaria de Felipe II, livro XV, fls 22v a 27v. – mas só veio aqui aportar em 21 de setembro de 1631, encontrado-a em luta com o invasor holandês. IN: COELHO, Duarte de Albuquerque. *Memórias diárias da Guerra do Brasil; 1630-1638*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982. p 7 e CALADO, Manoel. *O Valeroso Lucideno e triunfo da liberdade*. Recife: CEPE, 2004. p XIII.

fala da invasão holandesa de 1630, confirmando que a notícia tinha chegado à “Espanha desta invasão, e que se prepara a fim de repeli-la”.<sup>173</sup>

Parece-nos ainda mais interessante, afirmar que antes de trinta os luso-espanhóis já sabiam da intenção da invasão holandesa, pois informava o Conselho da Fazenda de Portugal para a Espanha que os governadores tinham remetido ao conselho “um papel de cousas que pede Matias de Albuquerque que é capitão-mor de Pernambuco”.<sup>174</sup> O conteúdo do papel enviado para o conselho pedia “que se lhe mande algumas pessoas práticas em milícia, alguns artilheiros, seis ou oito mil arcabuzes de Biscaia e muito chumbo”.<sup>175</sup>

Desse modo, pedia o capitão-mor de Pernambuco que a coroa remetesse homens, armas e munições de guerra. Com a invasão da Companhia neerlandesa à capitania da Bahia, era de se esperar que novos ataques fossem realizados ao Brasil. Sabia disso o donatário de Pernambuco que já em agosto de 1624, solicitava material bélico para a coroa de Castilla. Acreditava José Antônio Gonsalves de Mello, que “há anos que vinham sendo reunidos na Holanda dados e informações sobre a capitania de Pernambuco, a configuração da sua costa, os portos, desembarcadouros, regime dos ventos; a sua riqueza, a sua agricultura”.<sup>176</sup>

São de grande importância as Memórias Diárias da Guerra do Brasil, escritas por Duarte Coelho para a historiografia interessada em construir uma história da guerra, porém seu depoimento não pode ser visto como a história da guerra de resistência, mas como uma importante crônica dessa guerra que se pautava pelo lado luso-espanhol.

Entre os inúmeros motivos apontados por Duarte Coelho da invasão holandesa à capitania de Pernambuco, em 1630, em suas Memórias Diárias estão: a extensão da terra e a falta de fortificações nessa, pois a “província excedia em grandeza à Alemanha, França, Inglaterra, Espanha, Escócia, Irlanda, e as 17 províncias unidas, e que os portugueses a ocupavam de mais de 400 léguas pela costa”<sup>177</sup>, sendo as duas praças principais a de Pernambuco e da Bahia de Todos os Santos. O segundo motivo apontado por Duarte Coelho era a falta de resistência que os naturais da terra podiam oferecer, por serem “índios, de quem se poderiam esperar poucas resistências, e não muita dos

---

<sup>173</sup> Idem. p 39.

<sup>174</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, Cx.2, Doc. 101, datado de agosto de 1624. Consulta do Conselho da Fazenda ao rei [Filipe III] sobre o pedido do capitão-mor da Capitania de Pernambuco, Matias de Albuquerque, no qual solicita que se remetam homens, armas e munições para o socorro da mesma.

<sup>175</sup> Idem.

<sup>176</sup> MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Templo dos Flamengos. Influência e ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. Recife; Topbooks, 2000. p 40.

<sup>177</sup> Idem. p 30.

portugueses vivendo ali uns comerciantes, outros no cultivo de suas fazendas, era crível que não tivessem prática nem o cuidado das armas”<sup>178</sup>. Aqui neste segundo ponto podemos observar a ambiguidade descrita pelo donatário, tendo em vista que os nativos foram importantes aliados nas guerras desse período por conhecerem bem o território e por serem utilizados em grande parte na guerra de resistência luso-espanhola através das guerras de emboscadas<sup>179</sup>. O mesmo Duarte Coelho escreveu que esses nativos conheciam cada polegada do terreno<sup>180</sup>, sem falar que os oficiais e mercenários eram fácil de serem subornados diferentemente dos ameríndios. Entretanto, podemos dizer que existiram diversas formas de resistência e mesmo que os ameríndios não dispusessem do mesmo material bélico dos povos europeus tinham outras armas para combater os inimigos.

Ainda de acordo com Duarte Coelho, o terceiro e grande ponto motivador da invasão foi pela óbvia questão econômica, pois no dizer do mesmo existiam “muitas fazendas, açúcares, e o mais que certo existia nas casas e navios daqueles portos,”<sup>181</sup> atacando Pernambuco e não Salvador, por essa última capitania estar melhor fortificada e por ter “escarmentado a primeira expedição” em 1624, não era assim Pernambuco, praça mais importantes e “das maiores do Brasil”, pois “contava com “mais de cem engenhos, muitos canaviais de açúcar, muito excelente pau-brasil e outras tintas, tabaco, algodão, gengibre e outras drogas”.<sup>182</sup> Portanto, Pernambuco aparecia aos olhos dos exploradores com maior facilidade de invadir do que a Bahia, que havia resistido a primeira incursão em 1624. Outro quesito motivador da invasão descrito por Duarte de Albuquerque Coelho, de que os “*impossibilitados* poderiam de viver de seus ofícios, passando de boa vontade a exercê-la no Brasil, com o que não só lucrariam muito por seu trabalho, como se iria povoando toda aquela terra de seus naturais”<sup>183</sup>. A colônia era tida muitas vezes como refúgio dos que não conseguiam ganhar a vida em seu país de origem, assim Pernambuco aparecia como local atrativo dos que queriam ganhar a vida. Esse fator se tornava elemento importante porque a metrópole precisava de gente

---

<sup>178</sup> Idem.

<sup>179</sup> Ao falar da bravura que seu irmão Matias de Albuquerque combatia os holandeses, Duarte Coelho aborda diversas vezes que as guerras de emboscadas eram atitudes incessantes de resistência por parte dos luso-espanhóis e luso-brasileiros.

<sup>180</sup> COELHO, Duarte de Albuquerque. *Memórias diárias da Guerra do Brasil; 1630-1638*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982. p 57.

<sup>181</sup> COELHO, Duarte de Albuquerque. *Memórias diárias da Guerra do Brasil; 1630-1638*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982. p 30.

<sup>182</sup> Idem. p 32.

<sup>183</sup> Idem.

povoando e habitando a terra, sendo a emigração necessária para os lucros da coroa além de ter a oportunidade de se livrarem dos vagabundos e delinquentes.

Além desses fatores, Duarte Coelho fala que conquistando essas terras a metrópole poderia ter o controle do importante tráfico de escravos que “se importava de Angola, Guiné e Cabo Verde” e “onde eram mui necessários estes negros para a lavoura dos açúcares, do tabaco, e de todo o mais serviço braçal”.<sup>184</sup> Portanto, de todas as razões da invasão pelos holandeses, coloca Duarte Coelho que as três principais eram: a substituição dos portugueses no Brasil, Guiné, Angola e Cabo Verde, de que toda a Europa iria buscar a Holanda por conta dos açúcares e mais produtos do Brasil e ela “crescendo seus capitais, em grande proveito da companhia, enfraqueceriam o poder da Espanha, desviando-lhe este importante comércio”.<sup>185</sup>

De fato, muito do que Duarte Coelho colocou faz sentido, pois as pretensões pelo poder na capitania de Pernambuco foram ganhando dimensões com o passar do tempo que estourou oficialmente com a invasão holandesa, mas que anteriormente corsários de diversas regiões foram exemplos explícitos dessa cobiça. Assim, percebe-se que Pernambuco estava inserido em um local estratégico tanto para o comércio de açúcar e escravos, bem como para a pirataria do Atlântico e para o curso das frotas de prata que eram obtidas em Potosí. De acordo com o historiador holandês Bejamim Teensma, já “em 1628, o almirante neerlandês Piet Heyn capturou uma frota espanhola com carga de prata na costa de Cuba. Dois anos mais tarde, em 1630, os lucros desta operação serviram para financiar uma expedição de conquista de Olinda e Recife”.<sup>186</sup> Podemos supor que o curso não era apenas uma atividade de curiosos e aventureiros piratas, mas uma prática financiadora para outras expedições duradouras e, quem sabe, oficial de alguma monarquia. Assim, a relevância estratégica da capitania de Pernambuco, se dava não apenas pela sua lucrativa produção de açúcar e pelo seu comércio de escravos, como também por está situada em ponto crucial para desenvolvimento no mundo Atlântico. Para a coroa hispânica, Pernambuco era mais que um simples fornecedor de riquezas, servia como escudo contra a perda da América Espanhola e como porto de disseminação para o comércio atlântico. Se o grande valor de Pernambuco é evidenciado por seu local de produção econômico e ponto estratégico, sua situação populacional não foi diferente.

---

<sup>184</sup> Idem.

<sup>185</sup> Idem.

<sup>186</sup> TEENSMA, Benjamin Nicolaas. *Os Filhos do Doutor Zacuto. Identificação de Isaac Russon. In: Viver e Morrer no Brasil Holandês*. Recife: Fundaj, Ed. Massanga, 2007. p 56.

Boxer fala que nesse momento, o censo entre Pernambuco e Bahia são dois bons indícios que apontam uma maior relevância para a capitania de Pernambuco, embora tivessem esses censos falhas grosseiras e tendo, no entender de Boxer, alguns números exagerados. Conta o historiador que “entre 1580 e 1590, essas estimativas situavam-se entre 10 mil e 2 mil para Pernambuco e, para a Bahia, entre 3 mil e 4 mil”.<sup>187</sup> “F. Mauro, que analisou bastante os números relevantes, sugere que a população negra do Brasil totalizaria, em 1600, de 13 mil a 15 mil almas, 70 % das quais trabalhavam em 130 plantações de cana-de-açúcar”.<sup>188</sup> Para o historiador José Antônio Gonsalves de Mello, no momento da evacuação de Olinda, devido ao incêndio ocorrido em novembro de 1631, o censo estimado era enorme para a população da época nessa vila, que era o centro político e administrativo. Esse foi um dos motivos influenciadores da transferência da sede de Olinda para o Recife. Essa mudança trouxe uma grande migração “calculando em mais de 7.000 pessoas”, tendo que comprimir essas pessoas “no Recife e Antônio Vaz”.<sup>189</sup> De acordo com Ernst Van Den Boogaart, após quinze anos da chegada dos neerlandeses a Pernambuco, os territórios que estavam sobre o comando da Companhia das Índias Ocidentais possuíam mais de 12.000 homens, sendo “3.500 funcionários da Companhia, mulheres e crianças excluídas; 2.900 particulares; 3.500 Índios e 2.600 negros. Destes, perto de 10.000 pessoas estavam localizadas no Recife e arredores imediatos”.<sup>190</sup>

Embora saibamos da inexatidão dos números, os censos realizados desde 1580 até 1645 apontam para um crescimento desordenado de pessoas e demonstram um grande povoamento da capitania de Pernambuco e da Bahia. Vale ressaltar, que o professor José Antônio Gonsalves de Mello constatou que alguns anos após a dominação neerlandesa, precisamente no período Nassoviano a área urbana da capitania passou por uma grave crise de moradia, tendo o valor mais caro de um aluguel de uma simples casa em Recife do que uma simples casa em Amsterdam.<sup>191</sup> Portanto, não é de

---

<sup>187</sup> BOXER, Charles. *O império marítimo português 1415-1825*. Tradução de Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo, Companhia das letras, 2002. p 117.

<sup>188</sup> Idem.

<sup>189</sup> MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Templo dos Flamengos. Influência e ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. Recife; Topbooks, 2000. p 53.

<sup>190</sup> BOOGAART, Ernst Van Den. *Morrer e Viver em Fernando de Noronha 1630-1654. Viver e morrer no Brasil holandês*. Recife: Fundal, Ed. Massangana, 2007. p 28. O censo citado por BOOGAART tem a seguinte referência: ARA, OWIC61, Recenseamento de outubro/dezembro de 1645.

<sup>191</sup> MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Os holandeses e a vida urbana*. IN: *Templo dos Flamengos*. Depois do governo de Waerdenburch acentuam-se ainda mais a migração de Olinda para o Recife, tendo posteriormente o Conde de Nassau que incentivar a ocupação das ilhas de Santo Antônio e Antônio Vaz. Na gravura denominada “Mauritiópolis” feita por Frans Post para uma das ilustrações do Barléus,

se assustar se chegarmos a pensar que a Capitania de Pernambuco possuía nesse momento uma população que girava em torno de quinze mil almas. Para Charles Boxer o que se pode afirmar sobre o período, é que Pernambuco e Bahia continuavam a ser de longe os centros mais importantes de produção e de população, chegando o autor a escrever que “a rápida expansão da indústria açucareira do Brasil era um dos maiores acontecimentos do mundo atlântico da época”.<sup>192</sup> Seria exaustivo e repetitivo nos alongar nesse item, tendo em vista o grande número dos trabalhos historiográficos apontando a importância de Pernambuco no período em tela, mas esses censos são reveladores mostrando que a capitania se viu entre a cruz e a espada no mundo atlântico onde a presença humana se fazia tanto na terra quanto no mar.<sup>193</sup>

Nesse momento na Europa, ainda durante o final da União Ibérica, se encontravam Portugal e Espanha sob o poder do monarca dom Felipe IV, que governou as duas coroas de 1621 a 1640. Segundo Schwartz, durante o governo de Felipe IV aconteceu um “aumento da pressão fiscal do Estado sobre as atividades econômicas para reforçar as rendas régias”.<sup>194</sup> Não resta dúvida, que isso causou muito descontentamento popular por ser a clara a intenção do monarca em transformar a união dinástica numa união institucional, causando desgosto em grande parte dos setores aristocráticos e mercantis. Assim, como parte da historiografia recente constatou que o poder na colônia foi muitas vezes um jogo de autoridades negociadas,<sup>195</sup> parece que a briga entre portugueses e espanhóis não estava distante dessa lógica. Foi justamente nesse período do governo filipino que ocorreram as invasões holandesas no Brasil, sendo a primeira em 1624 em Salvador e a segunda em Pernambuco. Apesar da preocupação e do jogo de interesses pelo poder político das duas coroas na Europa, Boxer conta que “a notícia da queda de Olinda chegou a Madrid em fins de abril, ao

---

podemos observar a verticalização das construções do Recife, demonstrando inclusive por José Antônio Gonsalves de Mello que um aluguel em Recife na maioria das vezes saía mais caro do que um aluguel em Amsterdam.

<sup>192</sup> Idem. p 119.

<sup>193</sup> “Não se guerreava já somente em terra; era tal o orgulho dos nossos, que, sem ter embarcações, iam desafiar o inimigo no mar”. IN: BOXER, Charles. *O império marítima português 1415-1825*. Tradução de Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo, Companhia das letras, 2002. p 77.

<sup>194</sup> SCHWARTZ, Stuart. *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial*. Coordenação de Graça Salgado. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. p 31.

<sup>195</sup> Historiadores como Russel-Wood, Falcon e George Cabral entendem que aconteceu na colônia uma flexibilização da aplicação das leis na relação entre a metrópole e a colônia, portanto era uma relação de autoridades negociadas em que os poderes equilibrados convergiam para Lisboa como pensou Boxer, influenciador de Alencastro. Para o caso em tela, os poderes equilibrados deveriam convergir para Madrid, sendo Lisboa um importante centro influenciador das decisões. Tiramos daqui esta ideia da relação de poder como uma realidade de autoridades negociadas de George Cabral. IN: CABRAL, George Félix Cabral. *Elite e ejercicio de poder en el Brasil Colonial: la cámara municipal de Recife (1710-1822)*. Tese de Doutorado. Salamanca. 2007. p 32.

contrário do que geralmente se afirma, o governo espanhol ficou seriamente alarmado, fazendo maiores esforços para socorrer os defensores de Pernambuco”.<sup>196</sup> Por outro lado, eram constantes as queixas de Matias de Albuquerque pela negligência da coroa da falta de envio de tropas<sup>197</sup>.

Devemos ter a concepção que não eram apenas a circulação de materiais e pessoas que envolviam o mundo atlântico, mas muitas informações e saberes. Retomamos aqui o pensamento de Michel Foucault que coloca que toda relação de saber gera uma relação de poder. Não é de estranhar que Matias de Albuquerque chegou a Pernambuco em outubro de 1629 para combater os holandeses que chegaram oficialmente apenas em 1630 para a conquista de Pernambuco. Pois, não se tratava de previsão, mas de uma intensa circulação de informações pelo contexto oferecido pelo interesse do mundo mercantil. É nesse contexto de circulação de gente, matérias, tropas, comerciantes e informações que temos que inserir a chamada guerra de resistência. Utilizar o contexto mundial que dialoga com o local tornará mais interessante a compreensão desta guerra do açúcar, como colocou Evaldo Cabral de Mello. A capitania de Pernambuco estava inserida numa cultura barroca que esteve em movimento e em metamorfose, entre a cruz e a espada, entre os comerciantes holandeses e o período filipino, inseridos no Atlântico fervilhante de culturas. Antes de tratar da vida desses soldados vamos demonstrar como a coroa espanhola tentou retomar a capitania pernambucana e o cotidiano da guerra.

---

<sup>196</sup> BOXER, Charles Ralph. *Os holandeses no Brasil: 1624-1654*. Recife: CEPE, 2004. p 58.

<sup>197</sup> COELHO, Duarte de Albuquerque. *Memórias diárias da Guerra do Brasil; 1630-1638*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982.



## **A tentativa de retomada da capitania de Pernambuco**

*“A guerra ou as guerras holandesas assistiram ao emprego crescente dos recursos locais, decrescente dos da metrópole, tendência que se acentuou durante a Restauração, devido especialmente a que os luso-brasileiros já não dispunham do apoio da monarquia espanhola, de quem Portugal se separara definitivamente em 1640; e a que os poucos meios ao alcance da Coroa do Bragança tinham naturalmente utilização prioritária na guerra contra castelhanos nas fronteiras do Reino e não no conflito do Brasil. Ao passo que durante a resistência os recursos levantados no Nordeste devem ter equivalido a cerca de um terço dos gastos locais, na restauração eles terão girado em torno de dois terços. Esta foi assim uma empresa predominantemente local, dependendo majoritariamente dos recursos da terra, entre os quais avulta o imposto extraordinário sobre o açúcar, cujo rendimento era a mais importante rubrica fiscal. A mesma tendência observa-se na composição das forças militares. A resistência foi quase toda feita por tropas portuguesas, castelhanas e italianas, com a participação subsidiária de contingentes da terra. Ao contrário, durante a restauração a “infantaria natural”, que reunia os terços de homens livres, índios e africanos do Nordeste, correspondeu a cerca de dois terços dos efetivos luso-brasileiros. O comando militar passou por transformação paralela. O da Resistência compusera-se em sua maioria de oficiais com experiência puramente européia; o da restauração foi quase todo brasileiro. A dependência dos recursos locais, a preponderância dos efetivos da terra e a experiência puramente colonial dos seus chefes deram à guerra de Restauração aquela fisionomia própria, autônoma, já brasileira, que não escapa a quem a compara a resistência, em que ainda prevaleceu a mistura desenxabida de cosmopolitismo e localismo, de guerra européia e guerra do Brasil”.*

**(Evaldo Cabral de Mello, *Olinda Restaurada*)**

## 2 – A tentativa de retomada da capitania de Pernambuco

Esta parte do trabalho abordará como a coroa espanhola tentou retomar a capitania de Pernambuco durante os primeiros anos do conflito, período denominado pelos historiadores do Brasil holandês como guerra de resistência ou dos anos *terribilis*. Na primeira parte deste capítulo, apresentaremos as discussões entre as cortes de Lisboa e Madri para o que eles chamavam de socorro para a Jornada de Pernambuco, apresentando parte das discussões da Junta de Socorro para a Armada da Guerra de Pernambuco. Na segunda parte, demonstraremos como ocorreu a ocupação dos neerlandeses, buscando mostrar quais foram às estratégias e as técnicas das lutas empregadas por ambos os lados no cotidiano da guerra.

### 2.1 - A tentativa de retomada da capitania de Pernambuco: as discussões da Junta de Socorro para a Guerra de Pernambuco

*“Con sus tercios de infanteria castellanas, portuguesas y italiana convendrá producir ay entre todos muy buena conformidad y correspondencia y que cesen de todo punto las diferencias que suele haver y que pues todos van un mismo fin y efeto traten del sin atender a otra cosa olvidando los demás particulares que puede tener cada uno pues de seos suele resultar de ordinario tanto dano a mi servicio y a los buenos sucesos que con la conformidad se consiguen”*.<sup>198</sup>

A década de 1630 não foi fácil para Portugal e para os Albuquerque, pois, ao mesmo tempo em que tinham que defender a capitania pernambucana e parte do Estado do Brasil dos invasores em sua maioria holandeses, franceses e ingleses, deveriam manter a relação diplomática entre as cortes de Lisboa e Madri, que se encontravam sob o domínio de Felipe IV.

Entretanto, foi quando Portugal se encontrava sobre o domínio Espanhol, que o Brasil e os “donos” de Pernambuco mais obtiveram ajuda dos recursos metropolitanos, tendo em vista que a Restauração Pernambucana fora financiada, em sua maioria, pelos custos locais e pela insatisfação da açucarocracia, a oligarquia do açúcar.

Em parte da instrução acima citada, a Junta composta pelo Duque de Villahermosa, Conde de Castro Dario, Conde de Vandereis e o Marquês de Montalvão

---

<sup>198</sup> AGS, Guerra Antigua, Legajo 1025.

ordenavam como deveriam seguir os terços de infantaria para Pernambuco passo a passo. Assim, eram responsáveis em pensar como deveria partir os petrechos e as gentes da armada restauradora do Brasil para os primeiros anos do confronto com a Companhia das Índias Ocidentais. Eram responsáveis em liderar e organizar as forças políticas capazes de obter recursos para retomar o Brasil da WIC.

De acordo com Francisco Adolfo Varnhagen, a Junta foi criada na capital do Tejo para reunir os fundos necessários, “cobrando certos atrasos, fazendo composição com os devedores etc”.<sup>199</sup> Ainda de acordo com o historiador, a Junta tinha sido criada em 26 de junho de 1631, mas nada fazia.<sup>200</sup>

Os nomes que compõem a influente Junta por si só já demonstram o forte prestígio político e a influência que a mesma tinha na corte de Madride Lisboa, sendo uns condes, outros duques, marqueses, entre outros títulos recebidos. O marques de montalvão, por exemplo, chegou ao Brasil trazendo da Espanha entre outros títulos o de restaurador de Pernambuco, informação que é relatada pelo padre Antônio Vieira em um de seus sermões.<sup>201</sup> Don Jorge Mascarenhas, conhecido como marquês de montalvão chegou a ser Vice-rei e Capitão-geral de Mar e Terra do Brasil, substituindo Jorge Mascarenhas e assim como os outros membros da Junta de Pernambuco, buscava através da guerra obter mais prestígio político, poder e dinheiro.<sup>202</sup>

Diogo de Castro, conhecido como conde de basto, chegou a fazer parte da Junta de Socorro à capitania de Pernambuco e foi governador de Portugal por duas vezes, em 1621 e 1630, quando foi substituído por Dona Margarida de Sabóia, a marquesa de mântua, que tanto aparece na documentação do ultramarino.<sup>203</sup> Outra figura de grande peso que compõe a Junta é o do duque de Villahermosa que foi presidente do conselho

---

<sup>199</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2002. p 102.

<sup>200</sup> Idem. p 129.

<sup>201</sup> Apud. MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Templo dos Flamengos. Influência e ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. Recife; Topbooks, 2000. p . VIEIRA, Padre Antônio. Sermão da Visitação de Nossa Senhora, pregado na chegada ao vice-rei à Bahia: *Sermões: Sexta Parte*. Lisboa: 1609, p 390.

<sup>202</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2002. p 169. VALLADARES, Rafael. *Las dos guerras de Pernambuco. La armada del conde da Torre y la crisis del Portugal hispânico (1638-1641)*. IN: *El Desafío Holadés al Domínio Ibérico em Brasil en el Siglo XVII*. José Manuel Santos Pérez e George F. Cabral de Souza. Ediciones Universidad de Salamanca y los autores, 2006. p 37.

<sup>203</sup> Secretarias provinciales 1524. Encontramos no Arquivo de Simancas um código apenas com as cartas sobre o Brasil assinadas por Diogo de Castro, mas infelizmente pela falta de tempo não conseguimos nos debruçar sobre essa documentação, que possuo fotocópias. Refiro-me intitulado: *Livro em que se lanção as cartas que o senhor D. Diogo de Castro escreve a varias pessoas e despachos sobre o socorro do Brasil*. Em outra oportunidade espero poder trabalhar melhor essa relação e influência política da elite ibérica na Guerra de Pernambuco.

de Portugal em 1633.<sup>204</sup> Essas informações revelam que a Guerra de Pernambuco foi discutida por gente que tinha força e influência política na corte, eram famílias de prestígio que buscavam se manterem ricas e disputar as cortes. Segundo o historiador espanhol Rafael Valladares, foram três famílias que disputaram o Conselho de Portugal que o marquês de Villahermosa tinha ocupado a presidência.<sup>205</sup> Para esse renomado historiador do século XVII foram essas brigas internas os motivos dos fracassos da tentativa de retomada da capitania de Pernambuco. Briga pelo poder que é talvez uma permanência na história política de Portugal e de muitas de suas colônias.

Para a Junta de Socorro para a Guerra de Pernambuco, os terços de infantaria deveriam sair de Lisboa e de Cádiz com castelhanos, portugueses e italianos, mesmo que todos esses possuíssem diferenças culturais, deveriam ter o mesmo fim: o de socorrer Pernambuco contra os invasores neerlandeses.

As direções da armada para socorrer o Estado do Brasil, foram bem definidas e ordenadas para que Matias de Albuquerque Coelho, primeiro capitão geral da Guerra de Pernambuco pudesse contar com o reforço necessário para restaurar a capitania. Sobre ele, esclarece Varnhagen que após a invasão da Bahia, em 1624, Matias de Albuquerque substituiu Diogo de Mendonça Furtado, governador do Brasil naquele período, recebendo Matias o cargo de “Superintendente da Guerra, Visitador e Fortificador das Capitanias do Norte”,<sup>206</sup> cargo que bem mais tarde foi exercido por João Fernandes Vieira. Assim, deveria a corte de Madrid enviar as ordens para Portugal para serem exercidas pelo irmão de Duarte Coelho, o quarto donatário da capitania pernambucana.

Todavia, isso não significou que todas as ordenações pensadas e discutidas pela Junta foram possíveis de serem realizadas na prática e ao longo do conflito. O mais claro dos motivos aponta para a inviabilidade financeira que se encontravam os países ibéricos e o problema em manter um vasto império que era desejado pelas grandes potências da época.

Na documentação de Simancas, evidencia-se a dificuldade para obtenção de abastecimento alimentar, de materiais bélicos e de soldados treinados para seguir nas embarcações para Pernambuco e para as Índias espanholas. O mesmo observa-se na

---

<sup>204</sup> VALLADARES, Rafael. *Las dos guerras de Pernambuco. La armada del conde da Torre y la crisis del Portugal hispánico (1638-1641)*. IN: *El Desafío Holadés al Domínio Ibérico em Brasil en el Siglo XVII*. José Manuel Santos Pérez e George F. Cabral de Souza. Ediciones Universidad de Salamanca y los autores, 2006. p 41 e 58.

<sup>205</sup> Idem.

<sup>206</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2002. p 72.

documentação do Arquivo Histórico Ultramarino, pois é comum encontrar queixas dos membros do governo referente ao estado de penúria financeira que carecia a retomada de Pernambuco.

Por outro lado, devemos saber que a dificuldade para a formação de terços e gente treinada para Pernambuco era algo inerente a vontade do rei espanhol e aos organizadores da armada para o socorro de Pernambuco. Se constatamos, através das fontes, a dificuldade da coroa espanhola para administrar a logística da Guerra de Pernambuco, também pudemos notar que Felipe IV não foi negligente nos assuntos que dizem respeito à mesma, pois tentou *El Rei* estruturar e combater uma guerra que já existia há muito tempo na Europa e que tomava novo fôlego no Brasil.

Desse modo, podemos dizer que a Guerra de Pernambuco foi uma extensão das guerras espano-holandesas que há décadas vinham ocorrendo na Europa, mas com características técnicas e militares específicas, pois a utilização de ameríndios, escravos e senhores locais influenciou na estrutura bélica do Brasil holandês. Varnhagen por exemplo, encontrou que o capitão-mor, André Dias da França, foi muito ajudado na Guerra de Pernambuco por Pedro Correia da Gama, sargento-mor que já havia servido em Flandres e que se encontrava no Brasil desde a invasão de 1624.<sup>207</sup>

A mobilização para obter recursos financeiros, marinheiros, soldados, alimentos e petrechos bélicos requeria uma estrutura onerosa para a coroa espanhola. Para nosso estudo, isso significa que o maior império do mundo, o império espanhol era “detentor de toda” a América Latina, que correspondia a América Espanhola. Nesse contexto, Pernambuco exerceu local privilegiado conforme demonstramos em capítulo anterior, pois era uma das principais “portas” da América e local central no Atlântico sul.

A solução encontrada pelo monarca espanhol para articular as forças políticas de Portugal e Castela foi formar uma influente Junta com membros dos dois países para o planejamento do que eles chamavam de *La Armada para el Socorro do Estado del Brasil* ou *Armada para el Socorro de la Guerra de Pernambuco*.<sup>208</sup> Aqui nos cabe observar que em nenhum momento aparece nas diversas documentações do período, tanto a portuguesa, quanto a espanhola e holandesa o termo Brasil holandês, como a historiografia convencionalmente denomina o período, mas Guerra de Pernambuco.

---

<sup>207</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2002. p 72.

<sup>208</sup> AGS, Guerra Antigua, Legajos 1025 e Legajo 3010.

A Junta que deveria organizar a retomada da capitania pernambucana tinha a importante missão de, em nome da coroa, tentar aquisição de recursos para a armada, nomear militares competentes para assumir cargos e patentes importantes, buscar armamentos, cuidar do abastecimento da tropa e realizar o recrutamento dos homens que cruzariam o temeroso labirinto Atlântico.

Assim, tinham a responsabilidade de organizar as provisões de alimentos, adquirir os armamentos para enviar à colônia, planejar a saúde física e espiritual dos soldados, buscar organizar o soldo dos homens de guerra e a forma como deveriam ser alojados durante a travessia do Atlântico. Podemos dizer que a Junta era uma espécie de órgão responsável pela organização geral da armada e pelas projeções dos problemas que por ventura surgissem no trajeto das tropas à Pernambuco. Para uma viagem longa que cruzasse o Atlântico, os burocratas ordenavam que a esquadra levasse “*marineros de respecto para suplir los que murriera y enfermaren los quales se an de repartir entre todos los navios del Armada conforme a sus partes en la forma que maxor os parecieren*”.<sup>209</sup>

Nese quesito e de acordo com as instruções por nós encontradas em Simancas, deveria a armada partir com “uma média de cada cem praças para cada dez ou seis almirantes”.<sup>210</sup> Os detalhes das embarcações eram pensados pelos componentes de Felipe IV, pois ordenavam que deveriam ser “*todos los mas plasticos de la navegación del Brasil*”,<sup>211</sup> pois “*en Portugal ay tantas personas que an navegado*”.<sup>212</sup> A prática da navegação era um elemento importante para uma armada que poderia chegar a passar de seis a oito meses no oceano. Os marinheiros precisavam ter experiência, pois deveriam conhecer bem as rotas marítimas, os ventos por onde navegavam e os conhecimentos náuticos. Podemos afirmar que assim como os índios foram importantes informantes e guias do território, os marinheiros foram fundamentais para a experiência dos mares, oceanos e rios já que a navegação exerceu papel relevante nas guerras setecentistas.

Para o envio da armada de Oquendo, a Junta alertava que “*en essa armada há mandado se embarque provisões de bastimentos para meses*”<sup>213</sup> e que o fornecimento de víveres deveria ser contabilizado antes de embarcado para que houvesse igualdade e

---

<sup>209</sup> AGS, Guerra Antigua, Legajo 1025.

<sup>210</sup> Idem. Problematizaremos mais adiante no capítulo 3.1 sobre o quantitativo e o contingente dos soldados na guerra.

<sup>211</sup> Idem.

<sup>212</sup> Idem.

<sup>213</sup> Idem.

para que não acontecesse fraude na sua distribuição. Além dos víveres, a junta precavia que “*el agua es parte principal para conservación de la gente*”.<sup>214</sup>

Água potável não era um elemento fácil de achar e de se transportar nesse período, basta lembrar que Frans Post, pintor neerlandês que chegou na comitiva de Nassau ao Brasil em 1637, morreu alcoólatra em 1680, pelo costume de sua cidade natal de Harleem, aonde as pessoas tomavam cerveja ao invés de água.<sup>215</sup> Água potável na cidade de Haarlem, bem como em muitas cidades dos Países Baixos era um elemento difícil de se ter. Foi muitas vezes a cerveja a bebida utilizada nas primeiras refeições do dia. Cerveja essa, que o soldado belga Ambrósio Richshoffer quando esteve em Pernambuco sentiu “grande falta”.<sup>216</sup>

Portanto, alertava a Junta que a armada de Oquendo deveria levar água, por sê-la fundamental na conservação das pessoas. De acordo com o professor José Antônio Gonsalves de Mello, “a mortalidade a bordo poderia ser reduzida se os capitães tivessem o cuidado de proverem-se melhor de víveres e água”.<sup>217</sup> Já em 1635, alertava o Conselho Ultramarino, que caso tivesse necessidade de abater algumas pipas, “que fizessem antes de vinho do que de água”.<sup>218</sup> Se na terra o problema do abastecimento de água já era difícil, pior era em uma viagem longa que cruzasse o oceano Atlântico.

Dessa maneira, sabiam os que compunham a Junta que era importante a boa organização da Armada, munida de conhecedores específicos da arte da guerra, com armas, munições, alimentos e embarcações que pudessem combater o inimigo, tendo em vista que na época os Países Baixos eram os maiores conhecedores do mar e da arte da guerra. Para Cleonir Xavier, existia preferência de transporte pelos navios flamengos já que eram mais bem equipados e capacitados.<sup>219</sup>

Entretanto, sabia a Junta, que nem só de embarcações se fazia uma esquadra de guerra, pois ordenava que “*conviene mucho poner particular cuidado en la*

---

<sup>214</sup> AGS, Guerra Antígua, Legajo 1025.

<sup>215</sup> Para uma biografia de Frans Post, ver LAGO, Pedro Corrêa do; LAGO, Bia Corrêa do. *Frans Post (1612-1680): obra completa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Capivara, 2009. 430 p., il. Inclui bibliografia. ISBN 978-85-89063-30-2 e SOUSA-LEÃO, Joaquim de. *Frans Post: 1612-1680*. Rio de Janeiro: Kosmos, c1973. 177 p., il. ISBN 90-6300-464-8.

<sup>216</sup> RICHSHOFFER, Ambrósio. *Diário de um soldado: (1629-1632)*. Organização e estudo introdutório Leonardo Dantas Silva; tradução de Alfredo de Carvalho. Recife: CEPE, 2004. p 9.

<sup>217</sup> MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Templo dos Flamengos. Influência e ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. Recife: Topbooks, 2000. p 189.

<sup>218</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 2, D. 160, Lisboa 11 de fevereiro de 1635. Decreto da regente, (Duquesa de Mântua), D. Margarida de Sabóia, ordenando que se faça consulta sobre o Regimento que se dará ao governador da armada, [D. Francisco de Faro], que vai ao Brasil.

<sup>219</sup> ALBUQUERQUE, Cleonir Xavier de. *Receita e Despesa do Estado do Brasil no Período Filipino*. Aspectos Fiscais da Administração Colonial. Recife: Dissertação de Mestrado em História, UFPE; 1985. p 15.

*conservación de la gente de guerra y mar dessa armada y assi se ha de embarcar en ella um medico*".<sup>220</sup> Era essencial a presença de um médico para cuidar dos achaques e intempéries da viagem, bem como dos ferimentos causados pelo combate com o inimigo. Assim, alertavam os componentes da Junta que levassem um médico com "*experiência que les requiere pues es necessário para la cura de los enfermos el qual há de gozar desse sendo sueldo al mês por el tiempo que durare el viaje*".<sup>221</sup>

Também fazia-se "*necesario una persona de confianza claridad para vida exemplar que sea Capellar mayor el que también acuda a la cura de los enfermos y admitir los santos sacramentos*".<sup>222</sup> A coroa espanhola estava convencida que sua armada representava o exército de Deus contra "*los rebeldes de las islas de Olanda*".<sup>223</sup> Portanto, soma-se ao médico e ao capelão que deveriam partir na armada, os cirurgiões, as águas medicinais e o boticário juntamente com as galinhas, ovos, passas, amêndoas, açúcar para os enfermos e alguns carneiros.<sup>224</sup> Era necessário levar pessoas específicas em navegação e guerra, alimentos, petrechos e orientações sobre o território e o inimigo.

Nas instruções que estão em Simancas, evidencia-se a preocupação recorrente para que não fosse aceito, nas embarcações de guerra nenhum aventureiro, pois todos deveriam ser praças assentadas. Contudo, veremos no capítulo posterior que é difícil acreditar que todos os homens de guerra que lutaram em Pernambuco foram soldados profissionais e que estavam no quadro de alistamento da coroa. Isso serve tanto para a tropa luso-espanhola quanto para a tropa neerlandesa. Opinião do historiador Francisco Adolfo Varnhagen defendia que no período da resistência as tropas eram indisciplinadas e seus terços possuíam "*tudo gente adventícia e marcenaria*".<sup>225</sup>

Nas instruções dos responsáveis pelo socorro de Pernambuco, encontramos preocupações com os detalhes das embarcações como as "*camas enteras y ropa necessária del colecciones*" que deveriam seguir o dinheiro que "*se há de contar*" e a importância da presença de um auditor para a esquadra, já que era "*persona de muchas partes y letras y experiencia de negocios*".<sup>226</sup> Podemos dizer que a função da Junta além de organizar a tropa e ajudar na possível restauração de Pernambuco era de disciplinar a

---

<sup>220</sup> AGS, Guerra Antigua, Legajo 1025.

<sup>221</sup> AGS, Guerra Antigua, Legajo 1025.

<sup>222</sup> Idem.

<sup>223</sup> Idem.

<sup>224</sup> dem.

<sup>225</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2002. p 65 e 66.

<sup>226</sup> AGS, Guerra Antigua, Legajo 1025.



tropa que deveria cruzar o Atlântico. As ordens eram *praxes* para manter exércitos organizados e disciplinados.

Por outro lado, sabia a Junta composta pelo Duque de Villa Hermosa, Conde de Castro Dario, Conde de Vandereis e Mando de Montalvão que era conveniente que se embarcasse, na armada, alguns entretenimentos para os soldados. Entre, os possíveis divertimentos nos confidenciou Richshoffer, em seu diário, que durante uma parte da viagem, muitos tripulantes lançaram-se ao mar, inclusive ele onde nadaram e brincaram.<sup>227</sup>

Embora, a guerra seja um momento de grande tensão e de luta pela sobrevivência, podemos notar em algumas passagens, os cronistas falam de raros momentos de prazer. Assim, os homens de guerra tiveram um curto tempo para se divertir, desfrutar de abundância e fartura de comida. A ideia de que a prostituição e as bebedeiras tinham que fazer parte do cotidiano dos soldados para esquecer a família, os amigos e para suprir as carências afetivas são coerentes, se pensarmos na distância e na tensão que viviam os homens de guerra.

Logo, o clima de guerra e o afastamento da região poderiam proporcionar aos soldados aventuras em busca do prazer além da busca pela riqueza, mesmo que o discurso da coroa fosse que a armada deveria seguir para “*servício y conservacion de Senhora Santa Fé*”.<sup>228</sup> A esperança de que a armada reforçaria suficientemente o efetivo que faltava “*en pronvicias que con tanto derramamiento de sangre y gasto de hacienda los señores Reyes de Portugal e mis predeszores*”.<sup>229</sup> A causa das mortes e da exploração colonial, para a coroa espanhola, era culpa da Companhia das Índias.

Desse modo, as ordens do grupo que representavam a corte de Lisboa e de Madri para o envio da armada de Antonio de Oquendo, e seus temas, dizem respeito às minúcias de como deveria partir a armada e qual deveria ser a postura diante do inimigo. As ordens que foram discutidas pela Junta tratavam do recrutamento, organização e composição das tropas, nomeações de patentes e cargos importantes, além da disciplina que deveria existir nas embarcações. Os membros do comitê davam o aval para que as pessoas práticas e específicas que deveriam seguir na navegação cumprissem os objetivos que representavam a coroa espanhola.

---

<sup>227</sup> RICHSHOFFER, Ambrósio. *Diário de um soldado: (1629-1632)*. Organização e estudo introdutório Leonardo Dantas Silva; tradução de Alfredo de Carvalho. Recife: CEPE, 2004. p 49.

<sup>228</sup> AGS, Guerra Antigua, Legajo 1025.

<sup>229</sup> Idem.

Os articuladores de Felipe se preocupavam para que os mestres de campo, os capitães, oficiais e demais gente de guerra e mar honrassem seus postos “*cada uno conforme a la calidad y puesto que ocupan, gobernando con tal blandura y suavidad*”.<sup>230</sup> Dessa maneira, sabia a comissão responsável pela retomada do Brasil que era necessário mais que homens valorosos. Assim, solicitava que seus homens tivessem maleabilidade, sendo necessário usar o “jogo de cintura” nas negociações da guerra, pois deveriam saber negociar, barganhar e ser sutil nas diversas transações. Deveriam ter bom senso.

Os soldados para a coroa espanhola deveriam ser homens de honra, pois se na idade média os soldados eram tidos como guerreiros do exército de Deus, na idade moderna os soldados eram o braço direito do monarca com o espírito divino ainda presente. Os guerreiros buscavam tornarem-se homens honrados pelos serviços prestados na guerra.

Após os conflitos e conforme as modificações da guerra cobravam sua fidelidade através das mercês. No período investigado por nós, e podemos dizer, em boa parte das guerras do início do século XVII no Brasil, a presença do soldado bravo, aguerrido, corajoso, macho, valente, audacioso, destemido e valoroso foi tido por muitos da época como requisito fundamental e imprescindível para consolidação de um bom exército. Porém, este é um momento de transição da valentia para o profissionalismo, embora ainda seja a bravura o elemento indissociável para a formação do militar.

Aos poucos, com o passar do tempo e a com a profissionalização dos exércitos, essas características dão espaço para o militar adestrado e que possuísse melhores conhecimentos técnicos, embora, constatemos ainda hoje, que a coragem e a bravura juntamente com a identidade nacional são os fortes dispositivos para formação dos soldados militares, bem como dos sentimentos nativistas.

Retomando as orientações da Junta, em 7 de novembro de 1630, os membros solicitavam que levassem “*piezas de artilharia del respecto para fortificar la Paraíba*”.<sup>231</sup> Assim, a medida que os soldados da Companhia ocupavam o litoral Pernambucano, fazia-se necessário a fortificação das regiões próximas ao opositor. Nesse caso, a Junta informava da necessidade de fortificar a Paraíba, principalmente após a conquista do porto do Recife, principal porto das capitânicas do norte.

---

<sup>230</sup> Idem.

<sup>231</sup> AGS, Guerra Antigua, Legajo 1025.

Segundo Evaldo Cabral de Mello, “o Recife recebia cerca de 120, a Paraíba, 30, e Itamaracá, quatro”<sup>232</sup> embarcações. O fato é que a distância do socorro da capitania poderia ofertar maior ou menor risco a tropa, pois a proximidade ao oponente poderia resultar em maior perigo ou não. Portanto, a Paraíba, poderia representar um desembarque mais tranquilo, pois se encontrava a 25 milhas de Pernambuco, enquanto que a de Itamaracá ficava apenas a 5 milhas de Pernambuco.<sup>233</sup>

O reforço para o local de desembarque para o socorro ao Estado do Brasil foi amplamente discutido pelos componentes da Junta já que o desembarque deveria ser um ambiente seguro e perto a Matias de Albuquerque, pois a medida que os holandeses avançavam no território a proximidade de desembarque poderia mudar de opinião novamente. Se em 7 de novembro de 1630, encontramos em uma das instruções a dúvida do desembarque entre Itamaracá e Paraíba, em outro documento, observamos que optaram os membros do rei espanhol em “*decirlo a Paraíba con orden de fortificar a que puerto y ponello en toda perfeccion y tal seguridad que los navios que entraren allí estén segurados*”.<sup>234</sup>

A carta decidia que a armada descesse na capitania da Paraíba e chamava atenção para necessidade de fortificação da mesma já que na “foz do rio há um forte em mau estado, com 11 ou 12 peças de ferro, chamado Cabedelo”.<sup>235</sup> A importância de fortificar a capitania da Paraíba existia porque seu rio possuía “4 milhas de extensão e 14 pés de fundo, de modo que os navios que ali vão recebendo os carregamentos de 600 a 700 caixas de açúcar”.<sup>236</sup> Perdendo a capitania de Pernambuco, o comércio do açúcar e do pau Brasil poderiam ser realizados como uma segunda via através da capitania da Paraíba, já que inicialmente os holandeses se encontravam apenas no litoral.

---

<sup>232</sup> MELLO, Evaldo Cabral de 1936. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. São Paulo: Ed. 34, 2007. p 86.

<sup>233</sup> *Memória oferecida ao Senhor Presidente e mais Senhores do conselho desta cidade de Pernambuco, sobre a situação, lugares, aldeias e comércio da mesma cidade, bem como de Itamaracá, Paraíba e Rio Grande segundo o que eu, Adriaen Verdonck, posso me recordar*. Escrita em 20 de maio de 1630. p 43 e 44. IN: *Fontes para a história do Brasil holandês: economia açucareira*. Recife: CEPE, 2004. A milha holandesa equivalia a 5.555m.

<sup>234</sup> AGS, Guerra Antígua, Legajo 1025. Datada de 21 de julho de 1630. É recorrente na documentação do Archivo General de Simancas na parte que se refere a junta de socorro a capitania de Pernambuco a instrução e dúvida ao mesmo tempo para a armada descer na Paraíba.

<sup>235</sup> *Memória oferecida ao Senhor Presidente e mais Senhores do conselho desta cidade de Pernambuco, sobre a situação, lugares, aldeias e comércio da mesma cidade, bem como de Itamaracá, Paraíba e Rio Grande segundo o que eu, Adriaen Verdonck, posso me recordar*. Escrita em 20 de maio de 1630. p 44. IN: *Fontes para a história do Brasil holandês: e economia açucareira*. Recife: CEPE, 2004. A milha holandesa equivalia a 5.555m.

<sup>236</sup> Idem.

Todavia, não era apenas a capitania da Paraíba que carecia de fortificação. A carta também informava que era “*necesario y conveniente que mais gente fortifique otros puestos mas vecinos a Pernambuco*”.<sup>237</sup> A obrigação da construção das fortificações e da “boa ordem social” das capitanias ficavam a cargo principalmente dos donatários, acarretando que muitas capitanias ficavam em um estado de penúria militar. Conforme demonstrou Bruno Miranda, as fortificações eram as principais formas encontradas para a defesa das colônias e das possessões ultramarinas no Brasil colonial.<sup>238</sup> Desse modo, a Junta já exprimia a necessidade de fortificações na região e principalmente nas capitanias vizinhas a de Pernambuco.

Assim, em julho de 1630 dizia que os “*mercaderes y el donatário*” organizassem a capitania “*poniendo antes gente de sobra que de falta,*”<sup>239</sup> e que caso a armada de Oquendo pudesse ficar em Pernambuco causaria grandes danos ao inimigo. Observamos, através da documentação de Simancas, que a intenção da coroa espanhola era para que a armada de Oquendo voltasse com açúcar para a Europa evitando prejudicar o valioso comércio.

Entretanto, encontramos em outra instrução que “*el intento deste medio (socorro de Pernambuco) es acudir a conservar la tierra y la gente vella que darles médio de salir de sus azucares y embiar fuerza bastante o fará fraco*”.<sup>240</sup> Aqui nessa outra instrução, a opinião priorizava retomar o território pernambucano, ideia que deve ter sido influenciada pela notícia de que os neerlandeses já se encontravam mais adaptados às guerrilhas. Fator que contribuía para temer que o Brasil estivesse sendo capitulado.

Deve-se acrescentar que a produção açucareira já começava a ser prejudicada, pois à medida que a ocupação estava sendo feita ao longo do tempo e que o território ia sendo conquistado, a preocupação emergencial de expulsar os holandeses da região voltava à tona. Ao mesmo tempo, a nova carta dizia que o objetivo do intento era de acudir a gente velha e enviar forças para fazerem frente aos holandeses para que esses se tornassem pessoas fracas. A percepção de que a situação em Pernambuco começava a se complicar cada vez mais e que não se poderia perder tal capitania para uma poderosa companhia de comércio assustava cada vez mais o rei espanhol.

---

<sup>237</sup> AGS, Guerra Antigua, Legajo 1025.

<sup>238</sup> MIRANDA, Bruno R. F. *Fortes, paliçadas e redutos enquanto estratégia da política de defesa portuguesa - O caso da capitania de Pernambuco (1654-1701)*. Dissertação de Mestrado. Recife, 2006.

<sup>239</sup> AGS, Guerra Antigua, Legajo 1025.

<sup>240</sup> AGS, Guerra Antigua, Legajo 1025, datada de 21 de julho de 1630.

Entretanto, o parecer do Conselho do Estado e Guerra era de que fosse impossível formar uma armada com pessoas práticas na guerra num curto período de tempo. Se de um lado, o Conselho de Estado e Guerra dizia ser impossível fazer uma armada experiente num curto período de tempo, apostava por outro lado que os holandeses também teriam que fazer outras armadas por conta do tempo, pois outro problema começava a aparecer que eram as baixas, deserções e mortes da tropa inimiga.<sup>241</sup>

Percebemos, em alguns momentos, que embora em termos de jurisdição a colônia brasileira pertencesse a coroa espanhola pela regência do código filipino, o Brasil, por ter sido primeiro colônia portuguesa, fazia com que desculpa para seus recursos fossem colocados como de responsabilidade dos senhores portugueses. Em contrapartida, na documentação do Arquivo Ultramarino encontramos uma carta informando que o efetivo maior da tropa deveria ser de Castilha e não de Portugal.<sup>242</sup> O empurra-empurra para a obrigação de quem deveria levantar os recursos para a retomada da capitania pernambucana foi contestada por ambos os lados.

Quanto à *parage* da armada de Oquendo, os membros da Junta davam como certa que o melhor lugar para o desembarque era a Paraíba, porém não tinham a certeza em que altura se encontrava o inimigo, pois diz que “*se la Parayba estuvieses perdida que dios no quiera será necesario que esta armada tome el Rio Tapado o outro bien surgidero entre Pernambuco y Parayba*”.<sup>243</sup>

Nota-se, no conteúdo da carta, a importância estratégica da capitania da Paraíba para a reconquista da capitania de Pernambuco, assim como a confiança de que a armada de Oquendo, juntamente com as tropas de Matias de Albuquerque, tinham a possibilidade de resistir aos holandeses e quem sabe retomar o Estado do Brasil. As incertezas eram maiores na Europa do que no Brasil.

É também notório que as decisões do monarca não eram feitas sem o seu aparato consultivo, nesse caso particular da tentativa de retomada de Pernambuco, a Junta foi uma demonstração prática e clara disso. Estava ali para orientar e fazia parte do aparelho burocrático e jurídico do absolutismo de Felipe IV.

---

<sup>241</sup> AGS, Guerra Antigua, Legajo 1025, datada de 21 de julho de 1630.

<sup>242</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, cx. 2, D. 101. Consulta do Conselho da Fazenda ao rei [Filipe III] sobre o pedido do capitão-mor da capitania de Pernambuco, Matias de Albuquerque, no qual solicita que se remetam homens, armas e munições para socorrer a mesma.

<sup>243</sup> AGS, Guerra Antigua, Legajo 1025.

Entretanto, sabemos que esse fato não impedia que muitos erros e equívocos ocorressem. Conta, Evaldo Cabral que “em 1630, Felipe IV autorizara, por sugestão dos governadores do Reino, a incorporação de dunquerquezes à armada de Oquendo, ocasião em que embarcações neerlandesas, fazendo-se passar por flamengas, haviam lutado contra seus compatriotas”.<sup>244</sup> Era uma guerra aonde os detalhes não eram meros elementos ornamentais, serviam para burlar a lógica dos acontecimentos e enfraquecimento do adversário.

Na questão da descida da armada na Paraíba e de fazer uma boa fortificação lá, o parecer da junta deixa claro que “*no poniendo riesgo, con la dilación el socorro de Pernambuco*”.<sup>245</sup> Logo, a proximidade da capitania da Paraíba era da maior importância na estratégia para retomar a capitania de Pernambuco. A Junta, em certo momento, informava que a armada deveria sair com despacho de Lisboa e apenas quando estivesse perto de Pernambuco é que deveria perguntar a Matias de Albuquerque o local de desembarque, alertando também que evitasse topar com a armada inimiga no mar, pois

*“llevando la mira nel socorro que va hacer atenda a el principalmente sin derrotarle a buscar la armada enemiga mas que topándose con ello y siendo la ocasión forçosa haga lo que según el tiempo y la ocasión la pareciere mas conveniente a la reputación de las armas de vossa majestade al fin del socorro que va hacer sendo prevenido para todo lo que podrá suceder”*.<sup>246</sup>

Aqui também podemos chamar atenção para o imprevisto de algumas situações que se fizeram presente nas decisões dos comandantes, já que a previsão e o prognóstico em história não são possíveis. Embora, devesse seguir os passos discutidos e ordenados pela junta, nem sempre a situação dos oceanos e da situação inimiga era previsível. Nesse sentido, a coroa buscava, através da sua Junta, sistematizar e organizar, da melhor maneira, para que a armada conseguisse ajudar na restauração do Brasil.

Ordenavam que a armada evitasse a briga direta com o inimigo no mar e deixasse para fazê-la por terra quando encontrasse Matias de Albuquerque e seus partidários. Essa orientação dá margem para pensar na inferioridade da armada espanhola, mas também devemos levar em consideração que uma vitória naval contra a

---

<sup>244</sup> MELLO, Evaldo Cabral de 1936. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. São Paulo: Ed. 34, 2007. p 97.

<sup>245</sup> AGS, Guerra Antigua, Legajo 1025.

<sup>246</sup> AGS, Guerra Antigua, Legajo 1025.

WIC não resultaria na retomada da capitania. Nas instruções constata-se que o socorro poderia ser capaz de restaurar e reverter a situação, pois

*“Parece mas a la junta que siendo Dios sirviendo que con esta armada já consiga desalojar el enemigo já debe ordenar aprestadamente al general que toda artillería y municiones que se ganaran a los enemigos se deban dechar en aquellas placa de Pernambuco y en las otras de aquel mismo estado según la necesidad e importância de cada uma dellas y habiendo que están fortificadas y providas como es razon”.*<sup>247</sup>

Também podemos pontuar que embora acreditassem ser possível socorrer Pernambuco da Companhia das Índias Ocidentais, por outro lado desconheciam o poderio bélico do inimigo frente a essa armada. Se de um lado as discussões e ordenações começavam a ganhar força e consenso na metrópole, em Pernambuco, do outro, à medida que o tempo passava, os neerlandeses iam se adaptando ao clima e a um novo estilo de combate, não sem perdas, sacrifício e muito suor.

Nos primeiros anos da luta contra os neerlandeses, o litoral norte da capitania de Pernambuco foi uma região muito importante no escoamento de alimentos, armas, soldados, açúcares e comunicação com a Europa e a África. Assim, com o domínio holandês sob o litoral de Olinda e do porto do Recife, eram Itamaracá e Paraíba que apareciam como rotas de fuga e melhores alternativas, o que não impedia o perigo de encontro com o inimigo.

De acordo com Rômulo Xavier, o rio Goiana foi importante para que o comércio, o socorro e as comunicações pudessem continuar ocorrendo.<sup>248</sup> A gravura abaixo, feita por Georg Margraf, cartógrafo da comitiva de Nassau, retrata parte desta região que sofreu com as guerras. Mesmo após a conquista da região, esses locais não foram pontos passíveis de governança.

A gravura abaixo, que compõe o livro de Barléus, demonstra a proximidade com Itamaracá, capitania anexa a de Pernambuco sofrendo com as guerras entre luso-brasileiros e holandeses na região. A gravura possui os brasões de Pernambuco e Itamaracá, destaca o engenho, tem o litoral bem demarcado e os navios se encontram em “pé de guerra”.

---

<sup>247</sup> AGS, Guerra Antigua, Legajo 1025.

<sup>248</sup> NASCIMENTO, Rômulo Luiz Xavier do. *O “desconforto da governabilidade”: aspectos da administração no Brasil holandês (1630-1644)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFF, 2008. p 89.

A imagem contém a nomeação da capitania de Pernambuco, como *Paranambuca*<sup>249</sup>, expressão de "origem" Tupi, que significa mar furado ou pedra furada por onde o mar entra. Embora, a expressão seja especificamente referente à localização de Pernambuco, também foi muito utilizada como topônimo na época para se referir à capitania de Itamaracá, já que era uma das capitanias anexas a de Pernambuco. Além disso, também se referiu a Itamaracá por conta do Canal de Santa Cruz, que cerca em redondo à ilha de Itamaracá, o qual era denominado pelos nativos de *Paranã-puka*, o que quer dizer “*mar furado*”.

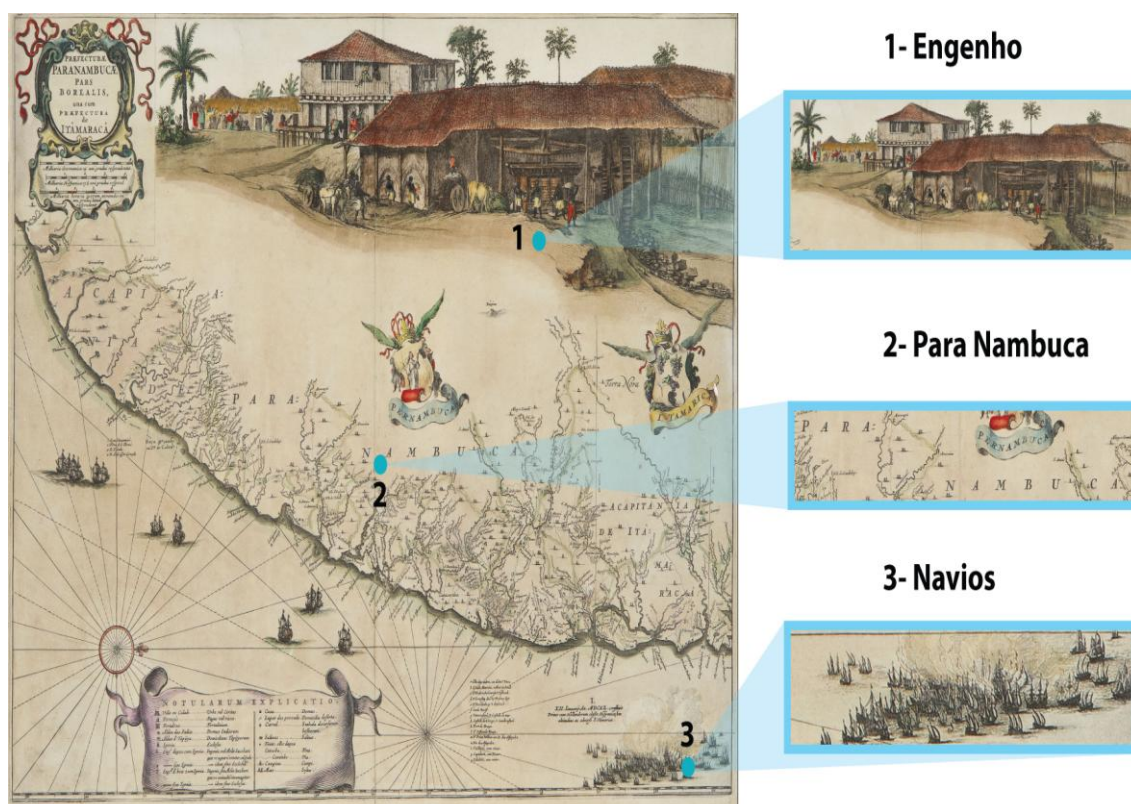


Imagem – Gravura atribuída a Georg Margraf que retrata as imediações entre as capitanias de Pernambuco e de Itamaracá. Gravura feita para ilustração do livro de Gaspar Barléu, retrata a região norte do litoral de Pernambuco, que exerceu local estratégico para tentativa de retomada do território e foi ponto de muita discussão na Junta de Socorro para a Guerra de Pernambuco. Margraf que inclusive morre em Luanda, Angola.

Itamaracá ou Paraíba, cogitava-se que em caso não pudesse desembarcar toda gente que “*se desembarquen 2500 infantes con toda la artilharia*”<sup>250</sup>, além do mais,

<sup>249</sup> Atualmente tal expressão significa: Passagem entre recifes costeiros, ou entradas de um lagamar. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Curitiba: Positivo, 2004. Dicionário eletrônico.

<sup>250</sup> AGS, Guerra Antígua, Legajo 1025.



instruía para que os navios que fossem a Bahia e a Paraíba voltassem para a Espanha trazendo “*los azucares los embie bien guardados*”.<sup>251</sup>

Embora, Matias de Albuquerque tivesse preocupações suficientes para combater a Companhia das Índias Ocidentais, os interesses comerciais das metrópoles eram claros de que não se deveria esquecer o comércio açucareiro e que um novo socorro poderia ser financiado posteriormente, pois dependeria do retorno econômico que a coroa obtivesse. É inviável pensar na possibilidade de organizar uma armada restauradora ou de socorro pela coroa sem que a mesma não pensasse na obtenção de recursos financeiros, pois a força militar estava vinculada a situação econômica e política que se encontrava o país no momento, já que era “impossível fazer guerra sem soldados, sustentá-los sem soldos, pagar os seus soldos sem tributos e criar tributos sem comércio”.<sup>252</sup> Uma coisa na maioria das vezes estava vinculada a outra.

E se por um lado, as preocupações afligiam Matias de Albuquerque, por outro lado preocupavam a coroa hispânica, pois conforme colocou o historiador Evaldo Cabral de Mello, a companhia de comércio holandesa, tinha a idéia que se tratava de uma gestão exclusiva de responsabilidade dos Albuquerque, mas

“a realidade foi diferente: quando do apresto da esquadra de Oquendo, a Coroa cogitou de negociar diretamente com o comando neerlandês a entrega das posições conquistadas, dando-se ao almirante amplos poderes para tentar suborná-lo, na persuasão de que o caráter multinacional do exército da W.I.C facilitaria a manobra, de resto comum em Flandres e em outros *teatros europeus*.”<sup>253</sup>

Advertia sempre os membros da Junta que caso a esquadra de Oquendo encontrasse a armada inimiga tentassem evitar o conflito, mas caso cruzasse com a mesma no oceano deveria responder a altura. Enquanto, de um lado os navios ibéricos se esquivavam do conflito naval, do outro lado, os neerlandeses perseguiram “tanto quanto” podiam.<sup>254</sup>

---

<sup>251</sup> AGS, Guerra Antigua, Legajo 1025.

<sup>252</sup> Apud. MELLO, Evaldo Cabral de Mello. *Olinda Restaurada: guerra e açúcar no nordeste, 1630-1640*. São Paulo: Ed 34, 2007. p 10. Esta citação utilizada por Evaldo foi feita por Antoine de Montchrétien no ano de 1615.

<sup>253</sup> MELLO, Evaldo Cabral de 1936. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. São Paulo: Ed. 34, 2007. p 34.

<sup>254</sup> RICHSHOFFER, Ambrósio. *Diário de um soldado: (1629-1632)*. Organização e estudo introdutório Leonardo Dantas Silva; tradução de Alfredo de Carvalho. Recife: CEPE, 2004. p 19.

Interessante é que em 7 de novembro de 1630, em uma das instruções que partiam da Junta de Socorro a Pernambuco, existia a preocupação em não castigar os culpados “*que ha de tratar desso despues de ocupadas las plazas y desalojado a los enemigos*”.<sup>255</sup> Constata-se que além da urgência pela retomada da capitania, pois os culpados só deveriam ser castigados após retirar o inimigo do território, pois fazer aliados e amigos na guerra era fundamental. Quanto mais adversários e dificuldades mais possibilidade do fracasso.

À medida que as ordens e as intrunções avançavam e eram ratificadas, os neerlandeses aproveitavam da ausência da armada restauradora ou de socorro para ir ganhando território e ocupando o litoral pernambucano, embora com muitas baixas pelas guerrilhas causadas pelos partidários de Matias de Albuquerque e com muito sacrifício a adaptação ao território e ao clima. De acordo com Evaldo Cabral de Mello, foi no biênio de 1630 e 1631, que aconteceu o impasse militar, pois

“os holandeses ocupavam apenas Olinda e Recife, e assim mesmo sua posição era precária, pois só se mantinha graças à força naval. Em terra, era-lhes impossível romper o cerco feroz dos luso-brasileiros por meio de uma linha de postos avançados, as “estâncias”, apoiadas pelo Arraial do Bom Jesus (erguido na Várzea) e guarnecidas por unidades de guerrilha que, movendo uma incessante “guerra volante”, os isolava do interior, impedindo-lhes o acesso aos engenhos de açúcar, às lavouras e às fazendas de criação.”<sup>256</sup>

Durante os dois primeiros anos, Matias de Albuquerque tentou enfraquecer o adversário pelas emboscadas à espera da armada de socorro que esperava da Espanha. Sobre a origem dos recursos financeiros para o dito socorro, achava a Junta que a verba deveria vir por meio do Coselho de Portugal que “*se provenga dinero para pagar la artilharia*”,<sup>257</sup> pois dizia que o Marques de Castro Forte devia 20 presas de artilharia de bronze devido um envio de um navio que foi para a Índias Ocidentais em 1629.

O marquês era devedor pela consignação da Junta do Comércio da Índia. Aqui podemos perceber que com a adesão do Império Ultramarino Português a Espanha, os diversos assuntos referentes à gestão administrativa do império português e de suas colônias tiveram dois grandes elementos complicadores. As decisões deveriam partir de

---

<sup>255</sup> AGS, Guerra Antigua, Legajo 1025, 7 de novembro de 1630.

<sup>256</sup> MELLO, Evaldo Cabral de 1936. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. São Paulo: Ed. 34, 2007. p 33.

<sup>257</sup> AGS, Guerra Antigua, Legajo 1025.

onde? Quanto tempo demorariam à ser tomadas tais decisões? O fato é que neste caso da armada de Oquendo, a Junta achava pertinente que o Conselho de Portugal deveria cobrar parte dos recursos ao Marquês de Castro Forte pelo motivo do mesmo dever artilharia de um empréstimo anterior para o comércio com a Índia em 1629.

Podemos notar, que o problema da falta de recursos para o socorro de Pernambuco foi um problema constante que a coroa hispânica não conseguiu superar durante pelo menos os primeiros cinco anos da década de trinta, dificuldade que aumentava com os rumores da restauração portuguesa. Ainda em 1634, em comunicação com o Conselho da Fazenda, tem-se a carta régia, datada de Madrid no dia 30 de dezembro, aonde encontra-se mais uma queixa para levantar mais recursos e aparelhar a armada para a capitania de Pernambuco.<sup>258</sup> Dizia o Conselho da Fazenda, que para o “apresto da Armada de Pernambuco, é necessário todo o mais dinheiro que puder” e apontava como uma das soluções para o problema, a cobrança das dívidas da Fazenda Real. Assim, pedia o Conselho da Fazenda para que o Desembargador Antonio Abreu Coelho cobrasse as dívidas dos devedores da Fazenda para destinar dinheiro à nova armada para a capitania de Pernambuco.

Nota-se que a solução encontrada pelos burocratas da coroa estava na cobrança dos impostos e dívidas que alguns membros da elite tinham com a coroa. Tanto a solução ofertada pela Junta, que coloca a cobrança da dívida do navio para a Índia do Marquês de Castro Forte, quanto à via apontada através do desembargador Antonio Abreu Coelho para cobrança aos devedores da fazenda são demonstrações disso. Assim, a saída levantada para formar uma armada que pudesse retomar a colônia brasileira dos holandeses no *Archivo General de Simancas* e no Arquivo Histórico Ultramarino são a cobrança dos créditos e dos impostos dos devedores da fazenda real.

Em uma das cartas encontradas por nós no Arquivo de Simancas, reclamava a Junta de socorro que não era possível enviar tão rapidamente o combinado entre Matias de Albuquerque e Don Fradique de Medina, pois não era possível ficar em Pernambuco 8 navios com munições de guerra dos 10 ou 12 que enviaria, mas apenas 6, pois alguns dos navios com munições de guerra deveriam “*socorrer a São Salvador de la Bahia*”<sup>259</sup>

---

<sup>258</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, Cx.2, D. 139, datada de 31 de dezembro de 1634. Carta régia (minuta de capítulo) do rei [D. Filipe III] ao conselho da Fazenda sobre a armada que vai socorrer a capitania de Pernambuco, nomeando os dirigentes dela e dando instruções acerca da reconquista do Brasil, e ainda sobre a importância da utilização das madeiras existentes no Brasil para uso náutico.

<sup>259</sup> AGS, Guerra Antigua, Legajo 1025.

satisfazendo a Diego Luyos e carregando os açúcares que estivessem ali, para depois ficar os 8 navios solicitados.

Observamos que o investimento das armadas pela coroa e pelos empreendedores das companhias de comércio ficavam muitas vezes dependentes do retorno financeiro das armadas, neste caso com os açúcares. Era uma forma de fiança que carecia de retribuição, um jogo de interesses que estavam em negócio o lucro a todo preço, mesmo que para isso custasse o suor e o sangue de muita gente.

Lembra o historiador espanhol José Manuel, que “*en el período que va del año 30 a 54, se asiste un teatro de operaciones bélico de escala mundial, a una disputa por rutas comerciales y lugares de producción, del cual la presencia neerlandesa en Pernambuco.*”<sup>260</sup> Desta maneira, tanto a companhia holandesa, quanto a coroa espanhola estavam obsecadas pelo lucro de um mercantilismo avassalador.

Uma questão que nos chama atenção é que o combinado entre o Duque de Medina e Matias de Albuquerque não fora cumprido, por alegação de que o tempo era curto e por isso não ser impossível de enviar uma armada tão grande e que carecia de recursos. Neste ponto, os Albuquerques ficam acobertados que a falta de ajuda necessária das duas coroas contribuiu para a capitulação da capitania e assim, esclarece até certo ponto o motivo do “sucesso inicial” dos neerlandeses na ocupação da região, embora em 1630, os neerlandeses ainda estivessem na peleja das guerrilhas e sofrendo constantemente com as grandes baixas do exército de sua Companhia.

Por outro lado, como iria ficar a governabilidade da capitania para as duas coroas após a restauração? E como Duarte Coelho poderia cobrar o socorro de uma capitania que ele mesmo tinha a obrigação de defender? A exigência de ajuda para o socorro a capitania de Pernambuco pelos Albuquerques era uma situação delicadíssima, pois ficava difícil cobrar ajuda a Felipe IV, pois o mesmo possuía a obrigação donatária, já que tinha que guardar e fortificar sua capitania conforme as normas padrões da carta régia.

Entretanto, o descumprimento do acordo prometido eximi parcialmente a culpa do donatário e culpabiliza a coroa espanhola. Em nossa curta investigação, não conseguimos ter a constatação de que não houve auxílio metropolitano na guerra, mesmo que este auxílio não fosse dos melhores, pelo contrário. Pudemos observar que a

---

<sup>260</sup> PÉREZ, José Manuel Santos. *Estado, capitánias donatarias y compañías comerciales. Una visión comparativa del Brasil holandés*. IN: *El Desafío Holadés al Dominio Ibérico en Brasil en el Siglo XVII*. José Manuel Santos Pérez e George F. Cabral de Souza. Ediciones Universidad de Salamanca y los autores, 2006.

tentativa de retomada do Brasil foi preocupante para Felipe IV, nomeou pessoas influentes e discutiu muito entre Madri e o Conselho de Portugal a melhor maneira para desembarcar o socorro. Devemos lembrar, que os responsáveis pela assistência eram pessoas experientes e influentes politicamente, porém tinham uma responsabilidade difícil que era combater uma forte companhia de comércio.

Mesmo com a falta de um socorro necessário, devemos lembrar conforme colocou Evaldo Cabral de Mello, que nos anos iniciais das lutas, os holandeses ficaram apenas como “caranguejos” na costa do Brasil sem conseguir adentrar no interior. De acordo com este historiador, “não houve acréscimo líquido de efetivos neerlandeses durante a resistência, pois os reforços enviados da Holanda destinavam-se geralmente a substituir as baixas, que não eram pequenas”.<sup>261</sup> Assim, os holandeses pouco conseguiram aumentar a ocupação territorial.

Todavia, a demora da armada para reforçar a tropa de Matias de Albuquerque ocorreu e estavam cientes disso os que faziam o governo espanhol e os responsáveis pela Guerra de Pernambuco. Em carta de 21 de julho de 1630, encontra-se um dos motivos pelo qual a armada de Oquendo demorava, pois “*se ha retardado la llegada de Don Fradique y mismas su menos el passo lento*”.<sup>262</sup> Parece óbvio que a demora no socorro tenha contribuído para o avanço inicial da companhia holandesa na costa do Brasil.

O rei espanhol tentava “*despachar luego en toda diligencia a que se apresen todos los galeones que se pudieren luego poner en orden*”,<sup>263</sup> mas a armada de Oquendo dependeria de outras forças enviadas que chegariam e depois de juntas sairiam de forma organizada. Porém, enquanto a armada não chegava a Pernambuco, os holandeses iam ganhando espaço e por isso, os organizadores pediam “*que toda prissa se levante un oro de dos meus Portugueses*”.<sup>264</sup>

Oquendo aguardava a esquadra de Don Fradique de Toledo para seguirem juntos para a América e sua participação foi evidenciada pelo soldado belga Ambrósio Richshoffer, pois segundo o mesmo “achou-se, não só grande quantidade de vinho de

---

<sup>261</sup> MELLO, Evaldo Cabral de 1936. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. São Paulo: Ed. 34, 2007. p 62.

<sup>262</sup> AGS, Guerra Antigua, Legajo 1025. Carta datada de 21 de julho de 1630.

<sup>263</sup> AGS, Guerra Antigua, Legajo 1025. Carta datada de 21 de julho de 1630.

<sup>264</sup> AGS, Guerra Antigua, Legajo 1025. Carta datada de 21 de julho de 1630.

Espanha e azeite, como também meias de seda, toda a sorte de objetos preciosos, prata e dinheiro, o que tudo foi calculado em tonelada e meia de ouro”.<sup>265</sup>

Se as armadas espanholas muitas vezes deveriam sair de Cádiz para Lisboa, as armadas holandesas deveriam se juntar nas canárias com as frotas de São Vicente e Cabo Verde. Caminhos que se entrecruzavam no choque de interesses e por locais geoestratégicos de grande relevância. Constatou João Baers, que “cruzando junto às ilhas Canárias e achando-se reunidos apenas oito navios, encontrou-se imprevistamente, ao amanhecer do dia, com o General d’El Rei de Espanha Don Frederico de Aragão”.<sup>266</sup>

Além de Fradique de Toledo, outro que deveria embarcar junto a Antônio Oquendo e Fradique de Toledo foi o Conde de Bagnuolo e Francisco Faro que deveriam sair “juntos e prevenidos”.<sup>267</sup> Oquendo e Toledo eram militares experientes, basta lembrar a participação deste último na retomada da capitania da Bahia em 1624.

A respeito do efetivo militar da armada de Fradique de Toledo, encontra-se na documentação de Simancas uma carta de julho de 1630, informando que deveriam sair 1500 velhos soldados de infantaria da Espanha e 500 italianos, levando artilharia, soldados e balas, tudo sob o comando de Toledo. Dizia à carta, que a armada deveria se juntar com a armada de Don Antônio Oquendo, onde seguiriam com Don Francisco de Medina, Antônio de Otayza Mexia de Boca Negra e o Marquês de Bagnuolo para pegar nas praças da África “*la gente mejor que se pueda metiendo bisonhos se podrá formar outro oro de 1500 portugueses*”.<sup>268</sup>

O dado intrigante deste documento, é que além de soldados de infantaria castelhana, portuguesa e italiana iriam muitos inexperientes da África no exército para o socorro de Pernambuco, denominando os africanos como bisonhos, por se tratar de recrutas leigos na arte da guerra. Esta parte nos chama atenção porque os soldados mercenários na Europa era algo muito comum, mas a preparação militar na África e sua participação na Guerra de Pernambuco é algo a ser melhor investigado.

A carta acrescia ainda, que deveria vir mais dinheiro de Portugal e que uma das esquadras sairia com Don Francisco de Faro com o título de almirante. A respeito da esquadra de Francisco Faro, Dona Margarida de Sabóia, a Marquesa de Mântua,

---

<sup>265</sup> RICHSHOFFER, Ambrósio. *Diário de um soldado: (1629-1632)*. Organização e estudo introdutório Leonardo Dantas Silva; tradução de Alfredo de Carvalho. Recife: CEPE, 2004. p 27.

<sup>266</sup> BAERS, Padre João. *Olinda conquistada*. Recife: CEPE, 2004. p 2.

<sup>267</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 2, D. 160, Lisboa 11 de fevereiro de 1635. Decreto da regente, [duquesa de Mântua], D. Margarida de Sabóia, ordenando que se faça consulta sobre o Regimento que se dará ao governador da armada, [D. Francisco de Faro], que vai ao Brasil.

<sup>268</sup> AGS, Guerra Antígua, Legajo 1025, Datada de 21 de julho de 1630.

ordenará quatro anos depois para que o mesmo fosse o governador da armada.<sup>269</sup> Assim, podemos observar que ao relacionar a documentação portuguesa com a espanhola, podemos confirmar informações, ao mesmo tempo em que podemos notar que durante os cinco anos da pesquisa decisões que tinham parecer já 1630 ainda não eram pontos passíveis em 1635. Logo, constata-se a dificuldade ou até mesmo falta de habilidade e capacidade para conseguir uma forte esquadra restauradora.

Os seis navios que deveriam partir com a armada de Fradique de Toledo saíam de Cádiz para Lisboa sob o aval de Don Francisco de Azevedo. Constatamos nesta série documental que havia uma intensa relação marítima entre Cadiz e Lisboa nesta época, duas importantes cidades portuárias da península ibérica, importância essa que foi retratado pelos artistas da época como quadro abaixo pintado por Juan Bautista Maíno.



1- Fradique de Toledo. 2- Soldado Ferido. 3- Conde Duque de Olivares. 4- Felipe IV.

Imagem – La recuperación de Bahía de Todos os Santos, pintado por Juan Bautista Maíno (Pastrana, Guadalajara 1578 – Madrid, 1649) por volta de 1634-35. Óleo sobre Tela, 309x381 cm. Maíno foi um pintor de Toledo, da mesma região de Don Fradique, trabalhou no estúdio “del Greco e foi mestre de desenhos de Príncipes, depois foi pintor de Felipe IV, aonde iniciou na ordem dominicana” e de acordo com o duque de Alba era um artista de grande originalidade. Este quadro foi levado na invasão de Napoleão Bonarte a Espanha e foi devolvido em 1815.<sup>270</sup>

<sup>269</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 2, D. 160, Lisboa 11 de fevereiro de 1635. Decreto da regente, [duquesa de Mântua], D. Margarida de Sabóia, ordenando que se faça consulta sobre o Regimento que se dará ao governador da armada, [D. Francisco de Faro], que vai ao Brasil.

<sup>270</sup> DUQUE DE ALBA, Diretor de la Real Academia de la Historia. *Contribución de España a la Defensa de la Civilización Portuguesa en América durante las Guerras Holandesas*. Campaña de Don Fradique de Toledo, Marques de Villanueva de Valdeusa, em 1625. Conferencia en Río de Janeiro. Segunda Edición. Madrid, 1952. p 28 e 29. *La Guía del Prado*. Museo Nacional del Prado. Segunda edición revisada, mayo de 2009. p 127

O quadro acima, sob o título de Recuperação da Bahia de Todos os Santos, que retrata a retomada da Bahia por Fradique de Toledo, ocorrida em maio de 1625, encontra-se no Museu do Prado, em Madrid. A interessante pintura trata de contar a retomada do Brasil pela coroa espanhola com um caráter panegírico. Sendo a arte do século XVII, um gênero de narrativa em que seu financiamento tinha um cunho de nobreza, pois estava estritamente ligada a prática do mecenato. Assim, a coroa espanhola demonstrava sua força passando através da arte que acabava com o sofrimento dos colonos e dos soldados dos reinos, devolvendo para seu povo a terra dos “rebeldes da Holanda”.

A representação acima foi inspirada no Brasil Restituído, obra de Lope de Veja, em que este autor demonstra o perdão do rei espanhol pela primeira invasão oficial da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais ao Brasil.

No primeiro plano do lado esquerdo, podemos observar uma mulher tratando de um soldado ferido “*destacando así el sufrimiento de las víctimas*”.<sup>271</sup> Na parte superior do lado direito, encontra-se um tapete em que Fradique de Toledo devolve o Brasil para Felipe IV, que está sendo coroado pelo Conde-duque de Olivares. Olivares e Felipe IV estão retratados dentro de um tapete, que simbolizava na época riqueza, luxo e poder.

Portanto, a retomada da capitania de Pernambuco não podia ser negligenciada por Felipe IV, pois demonstrava fraqueza diante da companhia holandesa e diante dos inimigos europeus. Perder o Brasil era se demoralizar e viabilizar ataques a outras regiões da América, como a região da prata de potosí. Assim, à medida que o tempo passava mais a coroa espanhola se complicava diante de seus inimigos da Europa, por conta dos rumores da restauração portuguesa e claro perante a perda de suas colônias nas Américas.

Em uma das instruções da Junta nota-se o tom de urgência pelas informações que chegavam ao reino, pois “*segun las cartas y relaciones mas frescas de Matias Albuquerque, nuestra gente esta fortificada una légua del inimigo donde con emboscadas y asaltos le tenia muerto gente de consideración*”.<sup>272</sup> A fortificação que a documentação se refere é provavelmente o Arraial Velho do Bom Jesus, talvez o maior símbolo de resistência luso-brasileira ou luso-espanhola frente a W.I.C, que ficava a

---

<sup>271</sup> *La Guía del Prado*. Museo Nacional del Prado. Segunda edición revisada, mayo de 2009. p 127.

<sup>272</sup> AGS, Guerra Antigua, Legajo 1025.



uma distância que hoje equivale a 6.600 metros de distância. Ficava informada a coroa espanhola que,

*“en Olinda e nel Arrecife y tenia cerca de três mil hombres repartidos en estas dos partes y en los fuertes que há ganado el maior cuerpo de su armada se havia ido en esquadrar para Olanda y otras partes y quedanan dentro en el puerto cerca de vinte nabios pequenos y fuera del estaban sietes grandes”*.<sup>273</sup>

Neste momento, a Junta estava ciente de que a tomada de Recife e Olinda já era um fato consumado pela tropa holandesa, mas não a perda do Estado do Brasil. Desta maneira, tinha que correr contra o tempo a metrópole espanhola para não perder parte de sua América. Devemos observar a relevância destas duas vilas, sendo uma vila portuária, a de Recife e a outra o centro administrativo da capitania, a vila de Olinda. A vida social no litoral pernambucano mudava completamente, modificando o comércio mercantil baseado na monocultura da cana.

Os valores trazidos pela documentação do Arquivo de Simancas apotam para um efetivo em torno de três mil infantas da companhia holandesa que deveriam ser repartidos no litoral e que vinte e sete navios tomariam conta do porto de Recife, talvez o principal porto da América portuguesa. Pode-se observar também que a proporção dos vinte e sete navios entre (7) grandes e (20) pequenos da W. I. C que se encontravam no litoral de Pernambuco estão associados não apenas a questão financeira, mas ao que destacou o historiador Rômulo Xavier, demonstrando que as pequenas embarcações tinham extrema relevância para a mobilidade da tropa e para o transporte do açúcar pelos pequenos cursos dos rios, pois os grandes barcos não tinham como navegar nestes.<sup>274</sup>

Dizia por outro lado a carta, que em *“Palo Amarillo, donde desembarcado el enemigo y nel Rio Tapado que son los puestos donde puede desembarcar la gente”*,<sup>275</sup> poderiam talvez servir como local de desembarque como tinha feito a armada de Hendrik Lonck. A região que hoje conhecemos como Pau Amarelo e o rio Tapado foi o local de desembarque inicial da invasão a Pernambuco e era um local muito importante estrategicamente no litoral norte de Pernambuco.

---

<sup>273</sup> AGS, Guerra Antigua, Legajo 1025.

<sup>274</sup> NASCIMENTO, Rômulo Luiz Xavier do. *O “desconforto da governabilidade”: aspectos da administração no Brasil holandês (1630-1644)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFF, 2008. p 82.

<sup>275</sup> AGS, Guerra Antigua, Legajo 1025.

Recebiam informações os que compunham a Junta que o rio Tapado era geograficamente muito importante para a navegação da região e Matias de Albuquerque sabendo disso informava “*en las cartas mas frescas, que saliendo de la villa de Olinda una banda de gente del enemigo havia en Rio Tapado, le mando salir duzentos hombres, y habiendo vista dellos el enemigo, se retiro con prissa*”.<sup>276</sup> De acordo com as informações que chegavam ao reino, possibilidades antigas voltavam a tona como o desembarque da armada, pois vimos anteriormente a importância e a discussão presente entre Paraíba e Itamaracá para um desembarque seguro.

O que devemos deixar claro era que a Junta, sempre chamava atenção que o objetivo da armada era de socorrer “*aquella gente para que el enemigo no se haga de la capitania de Pernambuco, ni que pueda ganar mas tierra*”.<sup>277</sup>

Relembrava a junta que “*la primera con que se deva dar por instruccion al capitão general desta armada es que se desvie quanto for fuera posible de topar com armada do enemigo*”, pois dizia a junta que “*su fin no es ir pelear con inimigo en la mar, sino de meter al socorro de tierra*”.<sup>278</sup> É recorrente a orientação para que a armada evite o confronto pelo mar e só realizasse em terra quando encontrasse a tropa de Matias de Albuquerque. Paraíba, Itamaracá, Goiana, Cabo de Santo Agostinho e rio Tapado, em Pau Amarelo eram vias de acesso que podiam deixar diante do inimigo, causar surpresa, ganhar tempo e descansar os soldados, como podia colocar tudo a perder.

Embora as fontes da época demonstrem que era mais seguro descer na Paraíba do que em Itamaracá, devido à distância do inimigo e a profundidade dos dois rios, em uma das cartas da Junta de Socorro, o assunto volta a ser dúvida, pois dizia que “*en tal caso parece que será mas segura la desembarcacion del socorro en la capitania de la Parayba o de Ytamaracá, según se ofreciere la ocasión, tentando primero si se puede hazer em Ytamaracá*”.<sup>279</sup> Parar em Itamaracá significava para a tropa ganhar tempo mesmo que a Paraíba demonstrasse melhores condições técnicas.

A brevidade do socorro fazia com que a possibilidade de descer na capitania de Itamaracá fosse novamente cogitada para socorro de Pernambuco, já que seu objetivo era de “*encaminar a iuntarse con Matias de Albuquerque, o con la persona que estuviere en su lugar, en el puesto de la capitania de Pernambuco donde puedan*

---

<sup>276</sup> Idem.

<sup>277</sup> AGS, Guerra Antigua, Legajo 1025.

<sup>278</sup> AGS, Guerra Antigua, Legajo 1025.

<sup>279</sup> AGS, Guerra Antigua, Legajo 1025.

*conservar, y fazer maior guerra al enemigo*".<sup>280</sup> Pode-se dizer que uma das formas de fazer resistência aos neerlandeses era "*impedirle este intento y que no pueda sacar ningún provecho de la tierra*".<sup>281</sup>

Assim, a estratégia luso-espanhola consistia antes de tudo de cansar o adversário, isolando-o no litoral para que não tivesse acesso à alimentação e aos engenhos de açúcar e pau Brasil.<sup>282</sup> Portanto, a prioridade de estratégia militar para resistir e retomar Pernambuco foi o isolamento da companhia neerlandesa no litoral e o envio de uma armada para somar com os esforços que dispunha Matias de Albuquerque. Porém, suspeitava Felipe IV que novos reforços teriam que ser enviados mais tarde.

O comando para que o confronto fosse feito apenas quando a tropa se juntasse com o efetivo de Matias de Albuquerque demonstra que o socorro por si só não bastava, além de abrir margens para pensar na ineficiência do irmão do donatário como competente militar. Por isso, achavam fundamental que levasse um "cabeça"<sup>283</sup> para a tropa de terra, "*caso que sea falecido Matias de Albuquerque y su gente desbaratada*".<sup>284</sup> Cogitar que Matias de Albuquerque viesse morrer e achar que sua gente precisava de um capitão geral para governá-la remete a ineficiência militar que se encontrava Pernambuco. Achavam os espanhóis que a tropa brasileira de resistência era composta de gente sem competência para fazer uma guerra, assim o adjetivo que encontramos é que essa gente era desbaratada.

Também temos que chamar atenção de que o reforço luso-espanhol estava inserido ao contexto atlântico africano, assim dizia a carta que seria "*conveniente mandar sua majestade orden a Juan Pereira Corte Real que acaba de ser gobernador de Cabo Verde vaia con la mas gente que de allí pudiere llevar en companhia y a la orden del capitán general*".<sup>285</sup> Aqui se faz presente o pensamento colocado no capítulo anterior, onde África, América e Europa embora distantes territorialmente, dialogavam constantemente através de um atlântico dinâmico. Observamos na documentação espanhola que a tropa idealizada para o socorro era que para fosse composta de castelhanos, portugueses e italianos, mas no desenrolar das discursões da coroa espanhola, encontram-se outras possibilidades como pegar gente na África e obter

---

<sup>280</sup> AGS, Guerra Antigua, Legajo 1025.

<sup>281</sup> AGS, Guerra Antigua, Legajo 1025.

<sup>282</sup> MELLO, Evaldo Cabral de 1936. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. São Paulo: Ed. 34, 2007. p 228.

<sup>283</sup> Termo utilizado pela documentação que significa a mesma coisa que um capitão geral para a tropa de terra.

<sup>284</sup> AGS, Guerra Antigua, Legajo 1025.

<sup>285</sup> AGS, Guerra Antigua, Legajo 1025.

companhia de Juan Pereira, governador de Cabo Verde. Neste caso, instruía a Junta que o governador de Cabo Verde, poderia ajudar a formar uma companhia que deveria,

*“ir provida de mui buenas praças da campanha y de batir y con todos los petrechos necesarios y ingenieros para poder combatir al enemigo en sus fuertes por que con la gente que llevara y la tiene Matias de Albuquerque y con los índios que están por nuestra parte se podrá formar cuerpo de exercito bastante para sitiar al enemigo”*.<sup>286</sup>

Além do nome do governador do Cabo Verde, a documentação fala das pessoas que deveriam estar à frente da primeira armada de socorro a Pernambuco, que deveria ser Don Francisco de Medina, encarregado da tropa em guerra e Don Antônio Oquendo capitão geral de mar para ajudar a tropa de resistência de Matias de Albuquerque. Além de Medina e Oquendo, a documentação se refere que o conselho (provavelmente o conselho de guerra) que servia para formar outras armadas para a tropa de resistência luso-espanhola, deveria inserir o nome de Pedro Correa da Gama para sargento maior, bem como o de Juan Pereira Corte Real, governador do Cabo Verde para composição do dito conselho. Pedro Correa que segundo Varnhagen já havia servido nas guerras de flandres e que deveria auxiliar agora na Guerra de Pernambuco.

A opinião da Junta era que os capitães iriam ser nomeados aos poucos por pessoas de confiança que estivessem se destacando na guerra conforme o passar do tempo e ao longo da guerra brasílica. Quanto aos casos e acidentes particulares que ocorressem durante o combate com o inimigo, as decisões deveriam ficar a cargo do governador que estivesse à frente do socorro, neste caso da Guerra de Pernambuco foi Matias de Albuquerque, que teria como obrigação prover a tropa de abastecimentos e munições, bem como realizar a fortificação da região.

Portanto, mesmo que as duas coroas enviassem uma armada para ajudar o governador da capitania, a manutenção desta armada ficaria sob a responsabilidade donatarial, pois *“que se ordene al gobernador portugues que el despacho luego das carabelas al gobernador de Pernambuco, en que se diga el socorro que se le embia para que se asiente la gente”*.<sup>287</sup> Quando da chegada da armada de ajuda a Pernambuco, o governador deveria utilizar *“barcas chatas y otras desembarcaciones de los ingenios”* para ajudar a transportar a artilharia. Se o governador de Pernambuco tinha a obrigação

---

<sup>286</sup> AGS, Guerra Antigua, Legajo 1025.

<sup>287</sup> AGS, Guerra Antigua, Legajo 1025.

de receber e manter a tropa ao desembarcar no Brasil, a metrópole deveria prover a organização final da armada para partir da Europa que cruzaria o Atlântico, devendo prover “*una buena cantidad de biyscocho, y los demas gêneros necesarios y haga de aprestar los navios, y gente de mar y guerra que aquella corona uniron de ir*”.<sup>288</sup>

Também era de fundamental importância a figura do capitão geral da armada, pois este teria as informações técnicas e instruções secretas enviadas pelo conselho de guerra para que em situações adversas pudesse tomar decisões que não fossem de encontro aos interesses e critérios das duas coroas.

Porém, a estrutura da armada de Oquendo não eram das melhores, pois segunda a opinião de Don Juan de Castilla, a armada portuguesa “*no tenia gente de mar, ni infantaria para armar mas de los siete navios*”.<sup>289</sup> Dizia a coroa espanhola, que os outros cinco ou seis navios que chegariam de Cádiz eram sob a chefia de Don Fradique de Toledo, pois a opinião era de que as duas coroas fariam “*el esfuerco posible para que vaian los treze*”.<sup>290</sup> Entretanto, este número parecia não ser possível pois dizia a mesma carta que se “*no pudieron ir los treze, varian si quiera diez o onze*”.<sup>291</sup> Redução esta, que demonstra que o ideal era em torno de 12 embarcações pelo menos.

Também encontramos a intenção de que mandassem sessenta mil ducados para ir pagando a gente de mar e guerra dos alojamentos de Andalucia e para ir dispondo aos poucos de mais esforço necessário. Parte do contingente enviado pela Espanha para a armada de Oquendo que socorreria Pernambuco veio da região da Andalucia. Os sessenta mil ducados deveriam vir de Lisboa ou de Castilla. Conta Evaldo Cabral de Mello, que “Oquendo teve de cortar as rações pela metade, ficando a de biscoito reduzida a doze onças, coisa de que não se conhece precedente”.<sup>292</sup>

A importância do biscoito para a época foi explicada pelo professor José Antonio Gonsalves de Mello, que baseado no “padre Rafael Bluteau, autor do Vocabulário Português e Latino (1712), diz que o biscoito era uma espécie de pão do mar e chamavam assim “do latim bis, duas vezes e coctus, cozido, como quem dissera pão duas vezes cozido”.<sup>293</sup>

---

<sup>288</sup> Idem.

<sup>289</sup> AGS, Guerra Antigua, Legajo 1025.

<sup>290</sup> AGS, Guerra Antigua, Legajo 1025.

<sup>291</sup> AGS, Guerra Antigua, Legajo 1025.

<sup>292</sup> MELLO, Evaldo Cabral de 1936. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. São Paulo: Ed. 34, 2007. p 232.

<sup>293</sup> CALADO, Frei Manoel. *O valeroso Lucideno e triunfo da liberdade*. Recife: CEPE, 2004. p XXXVII.

Desta maneira, o biscoito era um tipo de “ração” essencial para as tropas das embarcações oceânicas de longa duração, pois era simples de ser conduzido, já que tinha a vantagem de retirar a umidade da massa e garantir uma conservação prolongada. Ainda de acordo com as explicações do professor José Antônio, mesmo que o nome biscoito atualmente traga uma conotação de uma alimentação frágil ou a

“impressão de alguma coisa pequena feita de trigo, na verdade o biscoito naquele tempo era um pão do feitio de um pequeno bolo, muito duro, de que se faz provisão para as viagens por mar, conforme definição de outro dicionarista, Frei Domingos Vieira. Ao que parece, o biscoito fabricado em Portugal (nos célebres fornos do Val do Zebro) para as expedições marítimas do século XVII, era predominantemente de trigo, tanto trigo da terra quanto trigo do mar, isto é, vindo do exterior – portanto de melhor qualidade do que o biscoito usado pelos holandeses no Brasil”.<sup>294</sup>

Sobre o itinerário da armada, achava prudente os componentes da Junta, que as embarcações saíssem de Lisboa direto para Pernambuco, mas houve quem apontasse que a armada pudesse sair de Cadiz para o Cabo Verde como tinha feito uma vez Fradique de Toledo, quando tinha ido para a Bahia. Neste caso, chamava atenção os organizadores da Armada que não “desse vista” ao inimigo na Madeira e caso topassem com a armada inimiga ali fossem para o Cabo Verde para de lá seguir para à Paraíba, Pau Amarelo ou a “*isla de Santo Aleixo que esta cinco léguas del Cabo de Santo Agostinho, y iran desviados vinte leguas del parage de Pernambuco, y se han de acercar a tierra hasta la punta de los mangres*”.<sup>295</sup>

A opinião que se tinha para fazer a parada da armada no Cabo de Santo Agostinho se dava porque achavam que ficaria próximo aonde deveriam fazer o socorro da capitania, bem como da facilidade que teriam para transportar a tropa e a artilharia, pois diziam que

“*no ai sino vinte dos léguas por tierra y buen camino para ir la gente y la artillaria sin que el enemigo se lo estorve y ai allí ingenios y mucho gado vacuno para el traer de la artillaria y que aquel puerto dizen que es fundamental y seguro que el de la Paraíba que sera necesario provenir pilotos y personas plasticas de aquella navagación encargando al gobernador de Portugal y ingenieros*”.<sup>296</sup>

---

<sup>294</sup> CALADO, Frei Manoel. *O valeroso Lucideno e triunfo da liberdade*. Recife: CEPE, 2004. p XXXVII.

<sup>295</sup> AGS, Guerra Antigua, Legajo 1025.

<sup>296</sup> Idem..

A Junta levantava todas as possibilidades, explicando os benefícios e malefícios de cada lugar, mas sabiam que as questões técnicas poderiam modificar seus planos, como adequação do porto para aportar a armada, logística da manutenção da tripulação, a influência do clima e dos ventos, a altura que se encontrava a ocupação da tropa inimiga e a forma mais fácil de encontrar Matias de Albuquerque. Era essencial um desembarque seguro e tranquilo. Os membros responsáveis pela retomada de Pernambuco deveria se mostrar conhecedora das possibilidades e variáveis da guerra, deveriam ser bem informados e conhecedores da região e da estrutura da guerra. Não bastava serem membros influentes da coroa. Na altura em que as decisões das duas coroas eram amadurecidas, os neerlandeses sofriam para se adaptarem a uma nova forma de combate totalmente diferente das guerras espano-holandesas.<sup>297</sup>

Mesmo com opiniões divergentes encontramos a idéia de que o objetivo da armada era de “*desalojar al enemigo pelear con el, recuperar lo partido, y intentarle nuestra infanteria con la que tiene Matias Albuquerque y los índios*”.<sup>298</sup> Este pensamento, reforçar em certo modo que a idéia do socorro ao Brasil pela coroa espanhola era objetivo primeiro. Podemos evidenciar, que a coroa entendia que a armada enviada por si só não bastava para restaurar o Brasil, mas junto com a infantaria de Matias de Albuquerque Coelho e os índios teria condições de fazê-la.

Se a ordem de evitar o confronto direto com o inimigo é uma clara demonstração de que a tropa de reforço por si só não bastava para restaurar a colônia, por outro lado traduz a consciência das limitações enviadas, bem como a ciência de que a participação nativa e da tropa do donatário eram importantes. De qualquer maneira, fica claro que a armada não tinha condições de realizar com suas próprias forças a retomada do território e fazer frente à tropa da Companhia das Índias Ocidentais, necessitaria assim dos conhecimentos locais e da força donatarial.

De acordo com a junta, o aviso do socorro à Matias de Albuquerque deveria ser providenciado pelo Duque de Medina para “*despachar dos carabelas diez o doze dias antes que parta la armada*”.<sup>299</sup> Para a coroa, fazia-se necessário o aviso a colônia da armada de socorro poucos dias antes para que eles não fossem pegos de surpresa.<sup>300</sup> Em

---

<sup>297</sup> Trabalharemos e explicaremos adiante as definições de emboscadas e guerrilhas e sua repercussão para o período em tela.

<sup>298</sup> AGS, Guerra Antigua, Legajo 1025.

<sup>299</sup> Idem.

<sup>300</sup> Idem.

caso de morte de um dos “cabeças” como por exemplo de Matias de Albuquerque, Don Antonio Oquendo e Don Fradique de Toledo seriam os membros representativos para realizar as nomeações.

O que também fica explícito nesta instrução é “*que an de boluar los nabios con carga de assugar, assim para que se puedan ir continuando lo socorro*”.<sup>301</sup> A obsessão pela riqueza do doce açúcar era um elemento colocado pela coroa como algo financiador para uma nova armada, por outro lado, era uma forma de resistência aos holandeses, impossibilitando-os de tirar proveito do lucro do açúcar. Quanto mais tempo os neerlandeses ficassem sem obtenção de lucros mais a guerra se tornaria algo infundado. A primeira armada de socorro teve um contingente insuficiente para a restauração do Brasil, pois sabia a coroa espanhola que o efetivo inicial da tropa para o socorro não eram dos melhores, assim instruía para tentar

*“no estovardo el comercio ni impedido el provecho que se saca de aquel estado antes bien sirve de que vegan los assuqueres con mas seguridad teniendo ellos mas provecho faltando las presas por que sin esto y sin comercio de la tierra les vendrá a ser mas de gasto que de provecho”*.<sup>302</sup>

Por ser o açúcar, o principal elemento mercantil da capitania de Pernambuco, a coroa fazia de tudo para que os holandeses não tivessem acesso aos engenhos, sendo essa uma das formas de resistir. Se o objetivo da coroa era de socorrer a capitania de Pernambuco e não deixar com que os holandeses se espalhassem pela região, a maneira de precaver a perda do território ficava na questão das fortificações, pois alertava constantemente a coroa, que as principais regiões deveriam ser fortificadas, pois o pior ainda poderia estar por vir.

Desse modo, deveriam fortificar as principais praças fortes, informando em carta de 1630 para “*tratar de fortificar todas las plazas como va apuntando en el parecer conde duque y principalmente la capitania de Puerto Seguro y la da S. Vicente y Rio de Janeiro que son capazes de navios grandes*”.<sup>303</sup>

A preocupação das duas coroas aumentava porque o exemplo da Companhia holandesa em Pernambuco poderia servir para que outras companhias de comércio olhassem para outras partes da América luso-espanhola ou mesmo para o Atlântico

---

<sup>301</sup>Idem.

<sup>302</sup> AGS, Guerra Antigua, Legajo 1025.

<sup>303</sup>Idem.



ibérico. Assim, os países ibéricos lutavam para combater a idéia de que a América e suas possessões estavam desguarnecidas. Achavam que “*Puerto Seguro y S. Vicente tienen donatários que devem acudir también por su parte conforme a su obligación*”.<sup>304</sup> Por isso, a idéia de que a costa da América estava desguarnecida era outra preocupação que norteou a Espanha.

Logo, as capitánias economicamente mais potencializadoras eram os focos inerentes aos ataques adversários que buscavam a todo custo atingir uma balança comercial favorável. Retomando as informações da armada de Oquendo e a importância de um “cabeça” para ser capitão de terra, nos finais dos anos de 1630, cogita-se para compor sua armada como general de terra, o mestre de campo de Armenteror por indicação do marques de Castro *Fuerte*. O mesmo, dizia-se honrado “*con el titulo de mestre de campo de ynfantaria española y con el sueldo pagado en las arcas de artilleria de Madrid*”.<sup>305</sup> O mestre de campo dizia ter sido escolhido pela “*experiência que tengo de las cosas de la guerra*”<sup>306</sup> e dizia-se satisfeito pelo soldo de “*ochenta sueldos que se me pagan cada mes en esa corte*”.<sup>307</sup>

Assim, como percebe-se a influência do Marquês de Castro Forte na corte de Felipe IV na carta passada, também percebe-se em carta posterior, datada de 20 de dezembro de 1630, a influência do duque de Medina por fazer parte do Conselho de Portugal, quando dizia que se deveria criar alguns capitães ao longo da batalha com o inimigo. Prática esta, realizada ao longo da guerra pelo irmão do donatário através de nomeações e substituições de patentes que morreram ao longo da guerra.

Na maioria das vezes, as condições das tripulações que cruzavam o Atlântico não eram boas e a dos soldados também. Não havia boas condições estruturais de higiene, dormitório e abastecimentos. Através do depoimento de Ambrósio Richshoffer, compreende-se que os navios eram locais de carnificinas humanas, pois “estavam por dentro e por fora tão salpicados de carne humana, miolos de sangue, que foi preciso raspá-los com vassouras; o que foi horrível de ver-se”.<sup>308</sup> Denunciou José Antônio Gonsalves de Mello, que “por mais líricos que fossem muitos desses navios, como a Donzela de Enkhuisen, a Esperança Branca e o Caribe eram verdadeiros

---

<sup>304</sup> Idem.

<sup>305</sup> AGS, Guerra Antigua, Legajo 1025. Carta de Lisboa, datada de 13 de dezembro de 1630.

<sup>306</sup> Idem.

<sup>307</sup> Idem.

<sup>308</sup> RICHSHOFFER, Ambrósio. *Diário de um soldado: (1629-1632)*. Organização e estudo introdutório Leonardo Dantas Silva; tradução de Alfredo de Carvalho. Recife: CEPE, 2004. p 126.

túmulos de pobres negros”.<sup>309</sup> O caso que chamou atenção do conselheiro Johan Ghijselin da Companhia das Índias Ocidentais foi o “do negrinho Jacques Guillardt, que perdeu na viagem suas perninhas”.<sup>310</sup>

Em 1634, através da documentação do Arquivo Histórico Ultramarino, identificamos que o mestre do navio o Anjo da Guarda, o senhor Domingos Gonçalves Torres, pediu licença para que pudesse levar mercadorias aos portos de Pernambuco para não ficar com seus produtos paralizados, pois dizia Domingos Gonçalves, que “o dito navio não ser capaz para o serviço de Vossa Majestade por ser velho e sem artilharia”.<sup>311</sup>

Talvez o navio de Domingos Gonçalves possuísse algum desse negrinho que chocou o conselheiro da WIC, mas informava o mestre do navio, que era importante a permissão de sua viagem porque não poderia perder as “mercadorias para os portos de Pernambuco, os quais são: azeites, vinho, bacalhao e sardinha”.<sup>312</sup> O documento também possibilita a desmistificação de que nos primeiros anos da Guerra de Pernambuco, não existiu comércio, pois embora a guerra tenha transformado a vida na colônia e prejudicado o comércio, muitos comerciantes devem ter se aventurado para continuar comercializando seus produtos. Neste caso, Domingos Gonçalves Torres podia ser um desses que se arriscava para permanecer obtendo lucro do azeite, do vinho, do bacalhau e da sardinha.

Com o prejuízo da guerra para o comércio e a vida na colônia, muitos comerciantes puderam aproveitar o valor de seus produtos já que a tendência era que a oferta diminuísse. A influência da culinária ibérica parece ter sido muito forte no Pernambuco colonial, mas o que nos chama atenção no requerimento de Domingos Gonçalves Torres é que mesmo com as guerras brasílicas, o comércio marítimo não podia parar. Para Paula Pinto e Silva, o Brasil passou por um processo de conhecimento, experimentação e adaptação de uma culinária em que a farinha, o feijão e a carne-seca, nasceram no bojo da sociedade colonial realizada a partir dos encontros e desencontros

---

<sup>309</sup> MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Templo dos Flamengos. Influência e ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. Recife; Topbooks, 2000. p 189.

<sup>310</sup> Apud. Carta de Johan Ghijselin ao Cons. Dos XIX, datada de Recife, 20 de março de 1637. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Templo dos Flamengos. Influência e ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. Recife; Topbooks, 2000. p 196.

<sup>311</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 2, D. 136. Requerimento do mestre do navio Anjo da Guarda, Domingos Gonçalves Torres, ao rei [D. Filipe III] pedindo licença para levar mantimentos para a capitania de Pernambuco.

<sup>312</sup> Idem.

de diferentes culturas, de suas práticas alimentares e se transformaram no tripé culinário da colônia e que ainda hoje são utilizados.<sup>313</sup>

Mas no caso específico de Domingos Torres, o desperdício das mercadorias era sinônimo de desperdício de dinheiro e a mercadoria citada neste caso fazia parte da dieta alimentar dos soldados ibéricos. As brechas existiram para os soldados, comerciantes e mais pessoas que estavam inseridas na guerra. Além dos homens de guerra outras pessoas poderiam participar da mesma, seja como informantes do território ou até mesmo para entrega de mantimentos e petrechos bélicos. Embora, a navegação em tempos de guerra não seja uma coisa simples também não foi totalmente extinta e banida. Tudo indica que esses comerciantes e navegadores podem ter ajudado ou prejudicado a coroa espanhola.

Em carta régia assinada em Madrid, no dia 4 de janeiro de 1635, alertava a coroa que deveria se tomar mais cuidado na ancoragem dos navios que iriam ao socorro de Pernambuco, pois se queixava o Conselho da Fazenda que os *bastimentos* não estavam prontos “por conta da coroa de Castella”, além de que chamar atenção para a falta de armaria e gente de guerra. Chamava atenção, que os dois galeões com os nomes de São Bartolomeu e São José estavam sem as devidas estruturas, pois o primeiro tinha rompido “o beque e garoupes”,<sup>314</sup> enquanto que o segundo tinha rompido “parte dos seus corredores”.<sup>315</sup> Navios com nomes de santos, mas que de ingenuidade e pureza não tinham nada, mesmo que estivessem de servir ao grande reino católico.

Sendo a situação dos cofres portugueses e espanhóis de total desconforto, a briga pela responsabilização da organização da armada restauradora terminava atrapalhando o socorro do Brasil e a capitania de Pernambuco se via cada vez mais apossada pelos seus invasores holandeses. Não se sabe até que ponto a influência dos rumores e das lutas pela independência (restauração) portuguesa atrasou esse socorro.

Mas, o fato é que em 6 de fevereiro de 1635, ainda evidencia-se problemas para despachar os abastecimentos necessários para os galeões São Pedro e São Bento que iriam para a jornada do Brasil e que teriam como general da Armada de Mar e Oceano,

---

<sup>313</sup> SILVA, Paula Pinto e. *Farinha, feijão e carne-seca: um tripé culinário no Brasil colonial*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2005.

<sup>314</sup> O beque era uma estrutura saliente, em geral inclinada para fora, que forma a parte alta da proa dos navios antigos, já o garoupe era um tipo de embarcação com um mastro a meio, e outro, pequeno, à popa, onde se içava uma vela.

<sup>315</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, Cx.2, D. 157, Madrid, datada de 4 de janeiro de 1635. Carta régia (capítulo) de [D. Filipe III] ao conselho da Fazenda ordenando se tome cuidado na ancoragem dos navios que vão a socorro da capitania de Pernambuco.

Don Antonio de Ortega y Camudio.<sup>316</sup> Assim, pedia a coroa de Castela, empréstimo de dinheiro a ministros de Lisboa para o envio dos abastecimentos, informando através do Conselho da Fazenda, que faltava dinheiro para acudir as necessidades do Reino e que “a dita coroa se achava tão exaurida que não há cabedal com que se possa aqui para mandar com brevidade que se pretendem”.<sup>317</sup>

Desse modo, argumentava a coroa hispânica que os mantimentos não poderiam sair de Cádiz e Sevilha juntamente com os galeões, pois alegava que em Lisboa o trigo era mais barato e melhor, pois o trigo de Cádiz e de Sevilha “eram comprados em Andalucia com maiores pesas”, além de o vinho possuir melhores preços e a carne de porco de lá ser de melhor qualidade. Finalizava o conselho dizendo que desta maneira a coroa poupava “gastos, tempo e despesas”.<sup>318</sup>

Para Miguel Martins, piloto que iria para as índias no ano de 1635 e que já havia navegado pela costa do Brasil, a tripulação poderia ter problemas por chegar em tempo de inverno, pois entendia que seria “trabalhoso desembarcar de qualquer maneira que se fazem fora necessário que se leve a armada alguns patachos e caravelas pequenas”.<sup>319</sup> Interessante nas informações de Miguel Martins é que embora o mesmo fosse para as Índias, - neste caso parece ser as Índias orientais - o que constata-se da experiência de uma outra navegação oceânica, já havia o mesmo navegado pela costa do Brasil e assim informava da relevância das pequenas embarcações para o desembarque da tripulação.

Além, das dificuldades de adquirir os recursos pela coroa espanhola, as péssimas condições das embarcações devem ser ressaltadas e o rigor disciplinar que exigia do comandante a frente do corpo militar da tripulação, pois para o comandante manter a esquadra bem ordenada era preciso muita disciplina e, sobretudo, castigos que foram bem enumerados por Ambrósio Richshoffer:

---

<sup>316</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, Cx.2, D. 158, Lisboa, datada de 6 de fevereiro de 1635. Consulta do Conselho da Fazenda ao rei [D. Filipe III] sobre um memorial do vedor-geral da armada do Mar e Oceano, D. Antônio de Arteaga y Camudio em que solicita à Coroa portuguesa o empréstimo de apetrechos para dois galeões espanhóis destinados a jornada do Brasil. Obs: Resolução da regente, duquesa de Mântua, D. Margarida de Sabóia.

<sup>317</sup> Idem.

<sup>318</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, Cx.2, D. 158, datada de 6 de fevereiro de 1635. Consulta do Conselho da Fazenda ao rei [D. Filipe III] sobre um memorial do vedor-geral da armada do Mar e Oceano, D. Antônio de Arteaga y Camudio em que solicita à Coroa portuguesa o empréstimo de apetrechos para dois galeões espanhóis destinados a jornada do Brasil. Obs: Resolução da regente, duquesa de Mântua, D. Margarida de Sabóia.

<sup>319</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, Cx.2, D. 160, Lisboa, 11 de fevereiro de 1635. Decreto da regente, [duquesa de Mântua], D. Margarida de Sabóia, ordenando que se faça consulta sobre o Regimento que se dará ao governador da armada, [D. Francisco de Faro], que vai ao Brasil.

“*Em primeiro lugar*, quando alguém pragueja ou usa de linguagem inconsiderada, bate-se-lhe com o traseiro várias vezes de encontro ao mastro grande, de modo tal que durante algum tempo ele não pode sentar-se sem grandes dores. *Em segundo*: quando alguém furta outrem o seu pão ou alguma peça de roupa, é trancado por alguns dias ou mesmo uma semana no calabouço do talha-mar do navio, onde, quando o mar está agitado ninguém pode conservar-se enxuto, e é alimentado com muito pouco pão e água. Este lugar, que é a prisão do navio, serve também de latrina. *Em terceiro*, e em seguida à condenação, deixa-se o delinquente cair duas ou três vezes do alto do mastro no mar. Amarra-se-lhe em volta do corpo uma corda que é passada por uma roldana presa à extremidade da verga maior. Deixam-no então cair e, se ao trocar na superfície do mar não leva bem juntas as pernas pode suceder-lhe notável contusão. Em seguida é amarrado, assim molhado, ao mastro grande, sendo-lhe aplicadas, segundo delito 30, 40 ou 50 pancadas com uma grossa corda, tanto pelos Srs. Oficiais como pelos simples soldados e marinheiros, a ponto de por muito tempo não poder sentar-se nem ficar deitado sosegado. *Em quarto*, quando um soldado ou marinheiro saca para outro da espada ou da faca, prega-se-lhe este através da mão no mastro grande. Se ele quiser soltar-se tem que lascar a própria mão. *Em quinto* segue-se o perigo castigo de passar o criminoso por debaixo da quilha, o que é uma punição muito severa e próxima da morte. O condenado é amarrado a um forte cabo; suspende-se-lhe com uma das mãos à boca um chapéu impregnado de alcatrão e o azeite, para que possa conter a respiração debaixo d’água. Em seguida é mergulhado no mar à profundidade de lagumas braças, e passado, duas ou três vezes segundo merecer por debaixo da quilha do navio (dos quais alguns dos grandes calam para mais de trinta pés). Se consegue conter a respiração tudo fica correlhe bem, do contrário ficará asfíxiado e morrerá. *Em sexto e último lugar*, quando alguém incorre na pena última, ergue-se um poste furado, junto ao mastro do tanque, onde o culpado é estrangulado e depois atirado ao mar.”<sup>320</sup>

Finalizava o soldado belga, dizendo que “com estes castigos consegue-se conter perfeitamente esta corja desenfreada”.<sup>321</sup> Algumas formas de indisciplina nas viagens ultramarinas chegavam a morte e era esse tipo de conflito que a Junta espanhola tentou amenizar. Não chegava a ser um suplício, mas não deixava de ser um espetáculo.

Conforme demonstrou Michel Foucault, a punição e o castigo não foram sancionados do mesmo jeito, pelo contrário mudam conforme o tempo e o espaço, mas nessa época o castigo ainda era um espetáculo coletivo, baseado em uma educação moral cristã. Será um castigo que não foge aquilo que o pensador francês denominou de

---

<sup>320</sup> RICHSHOFFER, Ambrósio. *Diário de um soldado: (1629-1632)*. Organização e estudo introdutório Leonardo Dantas Silva; tradução de Alfredo de Carvalho. Recife: CEPE, 2004. p 161.

<sup>321</sup> Idem. p 161.

economia do castigo.<sup>322</sup> Podemos dizer que os castigos e as punições no Brasil colonial estão enquadrados no castigo das sensações insuportáveis, castigo esse que era uma forma de utilizar o poder sobre o corpo conforme a descrição da passagem de Richshoffer. Nesta época, o corpo e o sangue ainda fazem parte do fausto punitivo.

Pior do que a punição realizada pela indisciplina que Richshoffer chamou de corja desenfreada, talvez tenha sido os sofrimentos no confronto com o inimigo que foi proporcionada pela estrutura da Guerra de Pernambuco. Será essa estrutura que trataremos no final deste capítulo.

## **2.2 – A estrutura e as táticas da Guerra de Pernambuco**

As primeiras táticas de resistência empregadas na Guerra de Pernambuco pelos luso-brasileiros nos primeiros anos foram em sua maioria guerrilhas e emboscadas. Contudo, devemos lembrar que o emprego dessas duas técnicas faziam parte do projeto maior da coroa espanhola, que era resistir a tropa da companhia holandesa no litoral para que a WIC não conseguisse acesso aos engenhos de açúcar, isolando-os dos lucros e da alimetação, enquanto na península ibérica buscavam enviar um novo reforço para retomada de Pernambuco.

A guerrilha, em sua simples definição, consistiu na “luta armada realizada por meio de pequenos grupos constituídos irregularmente”,<sup>323</sup> eram deste modo, grupos que possuíam “extrema mobilidade e grande capacidade de atacar de surpresa”.<sup>324</sup> A guerrilha visava o “crescimento progressivo das próprias forças mediante a incorporação de novos combatentes”,<sup>325</sup> que neste caso, estavam a esperar pela coroa espanhola sob as orientações da Junta para o Socorro da Guerra de Pernambuco, problematizadas por nós anteriormente. A noção de uma resistência através da guerrilha aponta para o critério de um corpo de combatentes indisciplinados que lutavam por interesses e por acreditar em sua experiência territorial.

---

<sup>322</sup>FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, Vozes, 1987. p 14.

<sup>323</sup> Ver a definição de guerrilha no dicionário. IN: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *AURÉLIO: Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Curitiba: Positivo, 2004. Dicionário Eletrônico.

<sup>324</sup> Idem.

<sup>325</sup> Idem.

A segunda técnica, a emboscada, complementa a noção da guerrilha, pois ela nada mais significa que o ataque de surpresa, em forma de ciladas, é assim, o “ato de esperar às escondidas o inimigo para assaltá-lo”, por conseguinte é uma tocaia.<sup>326</sup> No dia 14 de maio de 1630, Richshoffer descreveu o sofrimento de uma delas em que morreram três homens da companhia holandesa quando tinham ido ao mato buscar frutas e se depararam com inimigos. Dizia o soldado belga, que ao ter “encontrado um dos nossos mouros, cortaram-lhe a língua, quebraram-lhe um braço e fizeram-lhe diversos ferimentos na cabeça”.<sup>327</sup> Os primeiros combatentes contra a tropa da Companhia das Índias Ocidentais que utilizaram as guerrilhas e emboscadas estavam em sua maioria ligados à casa da família dos Albuquerque Coelho.

Neste sentido, o emprego dos nativos e dos ameríndios na Guerra de Pernambuco foi fundamental, pois a necessidade do conhecimento territorial era ponto de partida para sua prática. O fato da não existência de um exército regular na colônia brasileira aponta para a necessidade da utilização dos nativos das regiões. As informações sobre o território na estratégia de qualquer guerra é de capital relevo para seu sucesso. Saber do poderio bélico do inimigo, de sua localização e de seu efetivo ajudava a obter direções bem fundamentadas no campo da batalha para atingir a vitória.

Porém, a utilização destas duas técnicas na Guerra de Pernambuco não responde totalmente ao problema da estrutura da guerra e dos homens que nela estavam envolvidos, mas nos fornece informações para pensar quais foram às relações dos que estavam inseridos neste conflito. Podemos dizer, que “a trama da guerra holandesa, entre os anos de 1630 e 1637, acolheu episódios em que, inclusive, a espionagem entrou como recurso para ambos os lados”.<sup>328</sup> Se a espionagem e a conspiração foram elementos presentes na Guerra de Pernambuco, isso também alerta para compreensão de que os diversos setores sociais contribuíram nas lutas travadas contra os holandeses.

O fator religioso talvez tenha sido o mais predominante. Para Benjamin Teensma, tanto na Espanha quanto em Portugal, “havia suspeitas de que os cristãos-novos e seus parentes de Amsterdã haviam fornecido à Companhia das Índias Ocidentais as informações que conduziram à conquista de Salvador da Bahia em 1624, e

---

<sup>326</sup> Ver a definição de emboscada no dicionário. IN: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *AURÉLIO: Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Curitiba: Positivo, 2004. Dicionário Eletrônico.

<sup>327</sup> RICHSHOFFER, Ambrósio. *Diário de um soldado: (1629-1632)*. Organização e estudo introdutório Leonardo Dantas Silva; tradução de Alfredo de Carvalho. Recife: CEPE, 2004. p 83.

<sup>328</sup> NASCIMENTO, Rômulo Luiz Xavier do. *Existiu administração batava antes de Nassau? O Governo Holandês no Brasil Pré-nassoviano, 1630-1636*. Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, Número 62. Recife, janeiro-junho de 2009. ISSN 0103-1945. p 121.

do Recife em 1630”.<sup>329</sup> Ainda de acordo com Teensma, “essas suspeitas resultaram numa tendência fortemente exagerada com respeito a todos os cristãos-novos como potenciais traidores”.<sup>330</sup> Em Portugal, na Espanha e no Brasil, os cristãos-novos sofreram com perseguições e injustiças.<sup>331</sup> Não é de estranhar que muitos “inocentes” tiveram prejuízos com a guerra, diria ainda, que provavelmente foram eles que mais sofreram com a guerra.

Entretanto, devemos esclarecer que muitos dos homens do Pernambuco colonial poderiam aproveitar as diversas situações proporcionadas pelas lutas para tentar enriquecer ou melhorar sua condição financeira. Porém, isso não significou que à participação de lutadores nos combates bélicos os transformassem em soldados profissionais, com o rigor da disciplina e da formação técnica da arte da guerra.

Contudo, podemos pensar que muitas pessoas foram homens de guerra em potencial e assim se pautavam para o lado de quem fosse mais conveniente política e economicamente. De acordo com Rômulo Xavier, os “múltiplos caminhos do contencioso militar envolviam desde um soldado até um civil a serviço de alguma milícia”.<sup>332</sup> Para José Antônio Gonsalves de Mello, as diversas profissões influenciaram na guerra do Brasil holandês, foram elas: ferreiros, carpinteiros, alfaiates, pedreiros, caixeiros, comissários e encarregados da companhia, pois para este historiador “esse povo também teve seu prestígio militar”.<sup>333</sup> A Guerra de Pernambuco foi constituída também por outros personagens e não apenas soldados.

Todavia, no calor do combate muitas famílias serviam de presa fácil, sendo vítima de uma guerra aonde os fracos na maioria das vezes pagavam a conta. Interessante manuscrito com dezesseis páginas, denuncia o sofrimento dos moradores de Pernambuco, informando que sem a presença das tropas portuguesas, os neerlandeses

---

<sup>329</sup> TEENSMA, Benjamin Nicolaas. *Os Filhos do Doutor Zacuto. Identificação de Isaac Russon. In: Viver e Morrer no Brasil Holandês*. Recife: Fundaj, Ed. Massanga, 2007. p 64.

<sup>330</sup> Idem.

<sup>331</sup> Para uma história dos judeus em Pernambuco nesta época ver os interessantes trabalhos: MELLO, José Antônio Gonsalves de Mello. MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Gente da nação: cristãos-novos e judeus em Pernambuco 1542-1654*. Recife: Fundaj – Editora Massangana, 1989. 552 p. II; BRENDA, Daniel Oliveira. *Vicus Judæorum: os judeus e o espaço urbano no Recife neerlandês (1630-1654) / Dissertação em História pela UFRN, Natal, 2007.* e VAINFAS, Ronaldo. *Jerusalém Colonial: judeus portugueses no Brasil holandês*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

<sup>332</sup> NASCIMENTO, Rômulo Luiz Xavier do. *Existiu administração batava antes de Nassau? O Governo Holandês no Brasil Pré-nassoviano, 1630-1636*. Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, Número 62. Recife, janeiro-junho de 2009. ISSN 0103-1945. p 121.

<sup>333</sup> MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Templo dos Flamengos. Influência e ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. Recife; Topbooks, 2000. p 125.



causavam “os maiores males, danos e opressões”,<sup>334</sup> pois os holandeses entravam por meio da força e ainda saqueavam as casas. Porém, o sofrimento não acabava por ai, pois para piorar as coisas, os portugueses que chegavam depois castigavam os moradores “como se houvessem cometido algum grande delito”.<sup>335</sup>

Além dos moradores terem suas casas invadidas e saqueadas pelos invasores holandeses, o documento referido demonstra que os nativos ainda foram penalizados posteriormente por não resistirem como queriam os soldados luso-espanhóis. Situação por um lado compreensível, tendo em vista que os soldados ibéricos eram obrigados a desconfiar de tudo e de todos que estavam ao seu redor. Neste caso, os moradores locais sofriam duas vezes, primeiro por estarem no meio do fogo cruzado da guerra, e segundo por no momento do conflito não conseguirem demonstrar de que lado estavam. Mais adiante, o mesmo documento conta que em certo momento na Villa de São Lourenço, os soldados da Companhia chegaram com:

“80 selvagens nomeados tapuias que são antropófagos e no começo a acometer desde Serinhaem, de onde saiu com sua gente até a Villa de São Lourenço pelo espaço de 13 a 14 léguas com tal fúria e raiva que nao falaram nada de nós a quem matassem sem ter conta nem de mulheres, nem das crianças inocentes, nem de pessoas de idade. Os Tapuias os serviam muito bem e nesta fúria eles se animavam contra nós como tigres e sangrentos lobos: os quais diante de seus olhos comiam os corpos mortos dos mesmos que haviam matado feito tão abominável a haver que os antigos tiranos nunca chegaram a tal crueldade nas praças de onde eles pararam com suas tropas para comer e repousar os que os abraçavam amigavelmente em suas casas eram depois mortos em recompensa de sua cortesia e em pagamento da comida que os cristãos haviam dado aos espiões davam seus corpos por comida aos selvagens”.<sup>336</sup>

Os abusos da guerra parecem ter sido a tônica de muitos aproveitadores, sendo os saques uma maneira de motivação para esses abusos em virtude dos problemas comerciais, principalmente nos três anos iniciais da guerra. Certamente, o saque servia como uma forma de recompensa das emboscadas bem sucedidas. Assim sendo, ambos os lados utilizavam as emboscadas e os saques para incentivar seus partidários. Mas, à

---

<sup>334</sup> AIRB - MANIFESTO dos portugueses de Pernambuco para justificar o haver tomado as armas contra os holandeses da Companhia das Índias Ocidentais, 1646. [S.l.]: [s.n.], 1646. 16 p. DOCUMENTO MANUSCRITO DE 17 FOLHAS - INSTITUTO RICARDO BRENNAND, ORR M3 1646. FOLHA 2.

<sup>335</sup> Idem.

<sup>336</sup> Idem.

medida que aproveitavam de certas situações, por outro lado eram vitimados em outras ocasiões.

Ambrósio Richshoffer disse que certo dia ficou “toda a noite de alerta e com as armas engatilhadas, pois não há que confiar nos selvagens”.<sup>337</sup> Percebemos nas descrições dos que viveram na época, que os indígenas, muitas vezes denominado genericamente de selvagens, causavam temores horríveis. A importância do contato com os moradores traziam benefícios “bélicos de tal ordem que só a mata poderia dar. Contatos foram realizados com moradores de Serinhaem para se encomendar em larga escala pavios feitos com cascas de árvores”.<sup>338</sup>

No caso do documento citado anteriormente, temos a constatação da utilização dos tapuias por ambos os lados, pois com o “passar dos anos o exército da WIC também aprendera a fazer emboscadas”.<sup>339</sup> E se por um lado, a situação dos moradores era complicada, a dos soldados não ficava para trás. Assim, podemos constatar, que a difícil situação da guerra e seu clima de terror atingia ambos os lados, inclusive dos moradores locais.

De acordo com o padre Antônio Vieira, o equívoco na estratégia holandesa consistiu em deixar o interior do país sob o domínio dos senhores de engenho “para onde haviam emigrado muitas famílias da terra e os veteranos da companhia de 1630-1635, as relíquias do exército pernambucano”.<sup>340</sup> É pertinente, a análise do padre Vieira, primeiro pela facilidade que proporcionou a comunicação do interior de Pernambuco com a Bahia, sede do governo-geral, e segundo, por deixar nas mãos dos senhores de engenho a cultura da cana de açúcar e de seu fabrico, em que estava apoiada a economia colonial.

Embora tenha investigado a administração do período em tela, o historiador Rômulo Xavier pôde constatar que o problema do abastecimento das tropas e a dificuldade de penetração no interior não foram problemas fáceis de serem resolvido, o que “deixava os neerlandeses do Recife em situações dramáticas”.<sup>341</sup>

---

<sup>337</sup> RICHSHOFFER, Ambrósio. *Diário de um soldado: (1629-1632)*. Organização e estudo introdutório Leonardo Dantas Silva; tradução de Alfredo de Carvalho. Recife: CEPE, 2004. p 155.

<sup>338</sup> NASCIMENTO, Rômulo Luiz Xavier do. *Existiu administração batava antes de Nassau? O Governo Holandês no Brasil Pré-nassoviano, 1630-1636*. Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, Número 62. Recife, janeiro-junho de 2009. ISSN 0103-1945. p 126.

<sup>339</sup> Idem.

<sup>340</sup> MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Templo dos Flamengos. Influência e ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. Recife; Topbooks, 2000. p 128.

<sup>341</sup> NASCIMENTO, Rômulo Luiz Xavier do. *Existiu administração batava antes de Nassau? O Governo Holandês no Brasil Pré-nassoviano, 1630-1636*. Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, Número 62. Recife, janeiro-junho de 2009. ISSN 0103-1945. p 121.

Entretanto, devemos colocar que não foram apenas os indígenas que utilizavam os saques nos engenhos e nas residências. Conforme evidenciou José Antônio Gonsalves de Mello, “os negros estavam tão fortes e atrevidos que atacavam as residências dos moradores, feriam, deitavam fogo às casas e levavam os escravos, sendo que de uma só freguesia tinham levado 140 negros”.<sup>342</sup>

Junto às pilhagens vinha às carnificinas. O soldado Richshoffer presenciou na Guerra de Pernambuco que de uma só vez “trinta mortos deitados em uma fileira, uns juntos aos outros, perto da praia. Muitos dentre eles tinham as cabeças cortadas; outros os membros cortados e metidos nas bocas, e ainda outros tinham debaixo das cabeças grandes porretes de madeira, constituindo todo espetáculo lastimável”.<sup>343</sup> Deste modo, é provável que as mortes não aconteciam apenas no momento da batalha do conflito bélico, mas também como uma forma de imposição de poder, de punição, de demonstração de castigo para aqueles que poderiam estar em outro lado. Richshoffer reclamava o “modo desumano porque os brasilienses ou selvagens tratam os nossos, assassinando-os e mutilando-lhes atrocemente os cadáveres”.<sup>344</sup>

Conforme bem demonstrou Michel Foucault, a morte e o suplício no século XVII era um espetáculo que servia como exemplo, pois o suplício demonstrava o poder do monarca presente através de um Estado Soberano na sociedade do Antigo Regime.<sup>345</sup> No Brasil, o medo parece ter sido norteador na estratégia da guerra, pois servia como um elemento tecnicamente empregado nas suas diversas táticas que repercutia variadas sensibilidades. É aceitável acreditar que muitos dos homens de guerra aproveitavam o medo para ganhar território e realizar emboscadas.

Sobre as emboscadas das matas e as guerrilhas, pode-se dizer que é muito provável que os indígenas se destacassem, principalmente nas partes interioranas, pois embora indisciplinados, os indígenas possuíam um bom preparo físico, conhecimento do território e estavam adaptados ao clima. Artimanhas que apenas as experiências e as vivências poderiam proporcionar. Os neerlandeses tiveram no cotidiano da Guerra de Pernambuco que “respeitar” o reduto indígena e fazer aliança para escapar do cerco

---

<sup>342</sup> MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Templo dos Flamengos. Influência e ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. Recife; Topbooks, 2000. p 186.

<sup>343</sup> RICHSHOFFER, Ambrósio. *Diário de um soldado: (1629-1632)*. Organização e estudo introdutório Leonardo Dantas Silva; tradução de Alfredo de Carvalho. Recife: CEPE, 2004. p 84.

<sup>344</sup> RICHSHOFFER, Ambrósio. *Diário de um soldado: (1629-1632)*. Organização e estudo introdutório Leonardo Dantas Silva; tradução de Alfredo de Carvalho. Recife: CEPE, 2004. p 78.

<sup>345</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, Vozes, 1987. p 31.

feroz luso-espanhol para se adaptar a uma nova estrutura militar. O mesmo valia para a tropa luso-espanhola e para os partidários dos Albuquerque.

Embora desconfiassem e possuíssem ojeriza aos indígenas, os europeus mantinham relação com os “selvagens” na guerra do dito Brasil holandês por uma conveniência importante: a sobrevivência na situação da guerra. Não se tratava apenas do antigo interesse do escambo,<sup>346</sup> mas de utilizá-los como aliados militares nos conflitos. Assim, como o comércio do açúcar deveria continuar a todo custo, por ordens da coroa, o mesmo ocorreu com o estanco<sup>347</sup> do pau-brasil e outros artigos. O comércio teve que se adaptar a guerra. O próprio Richshoffer, na volta para Europa em 1632, trocou 30 pregos por 60 bananas,<sup>348</sup> e ainda depois se aventurou com um “camarada” a ir ao acampamento dos indígenas que de acordo com ele, estavam armados, mas mesmo assim realizaram a troca de “um pente por onze ananases”.<sup>349</sup>

Simplifica Frans Leonard Schalkwijk, que “havia entre os indígenas dois grupos principais: as tribos já domesticadas e as não subjugadas”,<sup>350</sup> e que de uma forma ou de outra, os holandeses devem ter sido mais amistosos com os indígenas do que os luso-espanhóis. Para Frans Leonard, “havia uma simpatia profunda na Holanda para com os índios, pois os dois povos estavam sendo oprimidos pela Ibéria, superpotência mundial da época.”<sup>351</sup> Embora, este pensamento tenha bastante coerência não podemos afirmar que essa relação tenha sido harmoniosa e homogênea para as diversas situações.

Em contrapartido, José Antônio Gonsalves de Mello escreveu que “por mais estreita que fosse a amizade entre holandeses e índios, nunca admitiram aqueles que se pudesse criar entre as duas raças laços mais firmes do que os da aliança militar”.<sup>352</sup> Os dois governadores holandeses, tanto Werdenburch quanto Nassau souberam utilizar o valor dos indígenas na Guerra de Pernambuco. O primeiro, que inclusive foi o coronel e governador da W.I.C relativo ao período em tela deste trabalho, achava que os índios

---

<sup>346</sup> Troca ou permuta de mercadorias, sem intervenção da moeda.

<sup>347</sup> O estanco é o monopólio comercial instituído pelo estado, neste caso estabelecido pela coroa espanhola.

<sup>348</sup> RICHSHOFFER, Ambrósio. *Diário de um soldado: (1629-1632)*. Organização e estudo introdutório Leonardo Dantas Silva; tradução de Alfredo de Carvalho. Recife: CEPE, 2004. p 156.

<sup>349</sup> RICHSHOFFER, Ambrósio. *Diário de um soldado: (1629-1632)*. Organização e estudo introdutório Leonardo Dantas Silva; tradução de Alfredo de Carvalho. Recife: CEPE, 2004. p 157.

<sup>350</sup> SCHALKWIJK, Frans Leonard. *Índios Evangélicos no Brasil Holandês*. In: *Viver e morrer no Brasil holandês*. Recife: Fundal, Ed. Massangana, 2007. p 108.

<sup>351</sup> Idem. p 124.

<sup>352</sup> MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Templo dos Flamengos. Influência e ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. Recife; Topbooks, 2000. p 220 e 221. Percebemos aqui a influência das idéias de mestiçagem de Gilberto Freyre que influenciaram José Antônio Gonsalves de Mello.

eram “soldados valentes, prontos e audaciosos, como tem mostrado”.<sup>353</sup> Enquanto Nassau, dizia ter como “uma das preocupações mais constantes de seu governo a de atrair e conservar a amizade dos brasileiros”.<sup>354</sup>

Dentre os índios que se destacavam pelo seu preparo militar e conhecimento territorial também devemos lembrar aqueles índios que se diferenciavam pela linguagem, que pelo cotidiano com diversos povos conseguiram aprender diversas formas de se comunicar. Frans Leonard Schalkwijk dá o exemplo de seis índios que foram para os países baixos aprender a língua holandesa e a religião reformada para voltar ao Brasil e servirem de tradutores,<sup>355</sup> se bem que, essa não parece ter sido a tônica do objetivo da Companhia, pois seu conselho achava mais interessante trazer um missionário ao Brasil do que levar índios para a Holanda. Mesmo diante dessa postura de enviar missionários, em 1631, o conselho dos XIX já havia enviado três índios para servir como intérpretes na guerra.<sup>356</sup>

Assim, como pontuamos o destaque dos ameríndios pela sua desenvoltura militar e por aprender outras línguas, o mesmo pode-se dizer dos soldados. Ambrósio Richshoffer, confidenciou que pelo pouco latim que sabia, fez amizade com um inimigo prisioneiro, chegando a conversar bastante com ele, contando sobre sua pátria e sua cidade.<sup>357</sup>

Em contrapartida, não eram apenas os colonos e os indígenas que sofriam com a guerra, mas a população de um modo geral. Em 8 de janeiro de 1636, o padre Mateus de São Francisco pedia ajuda a coroa espanhola pelo prejuízo que teve na Guerra de Pernambuco. Falava o capelão que tinha chegado a Lisboa faltando “de todas as couzas necessárias”, pois tinha perdido todos os seus livros “e a pobre roupa que tinha”.<sup>358</sup> Dizia o padre, que tinha sofrido os “maiores perigos com grande risco de sua vida porque foi rendido no Arayal de Pernambuco pelos rebeldes holandezes”.<sup>359</sup>

---

<sup>353</sup> Apud. MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Templo dos Flamengos. Influência e ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. Recife; Topbooks, 2000. p 210.

<sup>354</sup> Idem. p 210.

<sup>355</sup> SCHALKWIJK, Frans Leonard. Índios Evangélicos no Brasil Holandês. In: *Viver e morrer no Brasil holandês*. Recife: Fundal, Ed. Massangana, 2007. p 109.

<sup>356</sup> MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Templo dos Flamengos. Influência e ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. Recife; Topbooks, 2000. p 209.

<sup>357</sup> RICHSHOFFER, Ambrósio. *Diário de um soldado: (1629-1632)*. Organização e estudo introdutório Leonardo Dantas Silva; tradução de Alfredo de Carvalho. Recife: CEPE, 2004. p 108.

<sup>358</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, Cx.3, Doc. 224. Lisboa, datada, 8 de janeiro de 1636. Requerimento do capelão-mor e administrador do Terço da armada, frei Mateus de São Francisco, ao rei [D. Filipe III] pedindo socorro para refazer-se do do prejuízo sofrido na guerra da capitania de Pernambuco, onde pediu seus livros e hábito e ficou sem condições para continuar no ofício de capelão.

<sup>359</sup> Idem.

Servindo durante cinco anos, Mateus de São Francisco, argumentava que rezava para o “bem das almas e ao serviço de Vossa Majestade”.<sup>360</sup> Esse caso, ratifica que muitos dos presos de guerra conseguiam sobreviver e voltar para o país de origem, mesmo que fosse em um estado de penúria, no caso deste padre, até sem roupas para vestir, pois os holandeses tinham roubado tudo que possuía.

Nos primeiros cinco anos da ocupação holandesa, os roubos e furtos foram estratégias para enfraquecer o inimigo e conquistar os territórios, além de ser fonte de cobiça e interesse. Assim, uma simples roupa não é um simples artigo que todos possuíam. E não foi só o padre Mateus que foi roubado em Pernambuco. Na mudança de Olinda para o Recife, o soldado Richshoffer, queixou-se dizendo que tinham levado os “alamares de prata da largura de um dedo, e muitos outros objetos, assim como toda roupa branca”.<sup>361</sup>

Outro caso interessante e talvez mais grave tenha sido o de Luís Barbalho Bezerra, sargento-mor do terço de infantaria do reino, que foi tomado por força no Cabo de Santo Agostinho e levado para a Holanda. Também capturado na Guerra de Pernambuco, dizia o mesmo que tinha chegado à cidade de Lisboa “pobre, deixando toda a sua fazenda perdida e sua mulher e filhos cativos e não tem com que poder se sustentar”.<sup>362</sup> Provavelmente o caso do sargento Luís Barbalho tenha sido pior do que a situação que passou Richshoffer e o padre Mateus, pois além de ter perdido seus pertences também perdeu sua mulher e seus cativos.

Tanto a história do padre Mateus de São Francisco, quanto do sargento-mor Luís Barbalho de Bezerra através da documentação do Arquivo Histórico Ultramarino, que datam do mesmo 8 de janeiro de 1636, demonstram até certo ponto, que embora com funções distintas, muitos que viviam o dia-dia da guerra, herdavam o estado de miséria que a mesma proporcionava. O capelão Mateus pela sua função eclesiástica escapou da dor da perda de seus filhos a cativos, já o sargento Luís Bezerra não.

Porém, mesmo capturados e sofrendo como inimigos de guerra, Mateus de São Francisco e Luis Barbalho não sofreram mutilações como nos descreveu algumas das histórias de Ambrósio Richshoffer. O castigo e a punição paracem ter ocorrido

---

<sup>360</sup>Idem.

<sup>361</sup>RICHSHOFFER, Ambrósio. *Diário de um soldado: (1629-1632)*. Organização e estudo introdutório Leonardo Dantas Silva; tradução de Alfredo de Carvalho. Recife: CEPE, 2004. p 85.

<sup>362</sup>AHU\_ACL\_CU\_015, Cx.3, Doc. 225, Lisboa, datado de 8 de janeiro de 1636. Requerimento do sargento-mor de Infantaria do Reino, Luís Barbalho Bezerra, ao rei [D. Filipe III] pedindo que se paguem seus ordenados no dito posto, do tempo em que serviu na guerra da capitania de Pernambuco, pois lutou contra os holandeses no Cabo de Santo Agostinho e foi feito cativo em Holanda, junto com sua mulher e filhos.

principalmente para as baixas patentes e para os inocentes da guerra. Uma delas foi presenciada por Richshoffer, em 11 de março de 1630, por um de seus companheiros em que “deceparam-lhe ambas as mãos, e o conduziram vendado, até alguma distância da trincheira, donde conseguiu, no dia seguinte, chegar à cidade fraco e exangue”.<sup>363</sup>

No Pernambuco colonial da Guerra de Pernambuco, talvez o principal instrumento de punição para os traidores e prisioneiros da guerra, tenha sido a forca. Em 20 de dezembro de 1630, um dos soldados “que tinha penetrado em um armazém onde apenas encontrou uns bacalhaus velhos e roídos” foi condenado à forca.<sup>364</sup> Nesse caso, podemos observar que os castigos e as punições não ocorriam somente nos confrontos bélicos e contra inimigos, mas pelo rigor e pela disciplina que os homens de guerra e a sociedade eram enquadrados. Ainda contando com o depoimento do Diário de um Soldado, três franceses que tinham passado pelo lado dos luso-brasileiros após terem sido presos e condenados pelo Conselho de Guerra, tiveram “o cabeça condenado à forca. Primeiro cortaram-lhe dois dedos e pregaram-lhe às costas uma bandeirinha branca, e foi então enforcado”.<sup>365</sup>

Contudo, os violentos castigos e punições não fizeram com que a espionagem deixasse de ser utilizada por ambos os lados. Caso curioso foi do brabantino Verdunc, que residia em Olinda entre os portugueses quando da chegada da Companhia neerlandesa e que se fez passar por traidor para espionar os planos dos holandeses. Disse Richshoffer, que Verdunc

“tornou-se querido de todos, especialmente do Sr. Coronel, em cuja companhia saía constatemente e de cuja mesa partilhava. A sua prisão foi motivada por ter o brasiliense, que se passou para nós no dia 15, reconhecido o seu mouro, e referido que ele o enviava de três em três dias com cartas ao Sr. Albuquerque, comunicando-lhe todos os nossos planos, e revelando-lhe tudo o que se pasava ou lhe era confiado”.<sup>366</sup>

O desfecho da história de Verdunc aconteceu em abril de 1631 com um final similar ao de muitos traidores quando descobertos: terminou morto. No entanto, Verdunc não morreu enforcado, pois tentou escapar antes da setença final de seu caso, quando buscou fugir da prisão por um pequeno buraco, que causou muita “admiração,

---

<sup>363</sup> RICHSHOFFER, Ambrósio. *Diário de um soldado: (1629-1632)*. Organização e estudo introdutório Leonardo Dantas Silva; tradução de Alfredo de Carvalho. Recife: CEPE, 2004. p 80.

<sup>364</sup> RICHSHOFFER, Ambrósio. *Diário de um soldado: (1629-1632)*. Organização e estudo introdutório Leonardo Dantas Silva; tradução de Alfredo de Carvalho. Recife: CEPE, 2004. p 97.

<sup>365</sup> Idem. p 80 e 81.

<sup>366</sup> Idem. p 101.

como um homem tão grande e gordo pôde passar por ele”.<sup>367</sup> Verdunc padeceu na hora que tentava fugir, pois ficou com o pescoço quebrado sobre uma das lajes da prisão, o que não impediu que fosse esquartejado.

Além de traição pelas correspondências que enviava semanalmente a Matias de Albuquerque, avisando dos passos organizados por Waendeburch e a companhia holandesa, “Verdunc também foi acusado de tentar envenenar a água do capitão e tocar fogo em toda a pólvora da companhia. Mesmo morto, o traidor “foi estrangulado, sendo-lhe cortados dois dedos e a cabeça. Em seguida foi esquartejado, colocaram a cabeça em um alto poste no hornaveque”.<sup>368</sup>

O caso de Verdunc é muito atrante, pois demonstra a complexidade das relações humanas, além de revelar as inúmeras formas de resistências que poderiam ser realizadas, desde a construção de fortificações como a do Arraial do Bom Jesus até outras maneiras mais sutis, como a espionagem. Esta poderia trazer valiosas informações, “onde melhor se poderia tentar um assalto, da quantidade da artilharia, munições e víveres, não só existentes, como os que nos traziam os navios da Holanda”.<sup>369</sup>

Assim, como a espionagem, o envenenamento de água e a queima da pólvora poderia colocar tudo a perder em uma emboscada, já que a contaminação da água poderia causar muitas mortes e deixar a tropa desabastecida. Tanto a água quanto a pólvora foram dois elementos escassos na Guerra de Pernambuco. Assim, valia quase tudo para enfraquecer a tropa inimiga.

Devemos atntar que a espionagem poderia ser vista muitas vezes como um bom negócio pelos oportunistas da guerra. Negociações que Richshoffer por diversas vezes evidenciou quando muitos combatentes luso-brasileiros iam conversar para trocar de lado no calor do conflito. Em certa vez, disse que foi um “capitão, com trezentos homens, inclinado a devotar-se aos holandeses. Foi muito bem tratado, sendo-lhe oferecido tudo o que havia de bom”.<sup>370</sup> Embora tenha partido no dia seguinte e prometido voltar dentro de quatro dias o capitão não voltou. Talvez tenha se arrependido ou apenas realizou mais uma forma de espionagem. Tramas que o cotidiano da guerra conheceu bem.

---

<sup>367</sup>Idem. p 109.

<sup>368</sup>Idem. p 109

<sup>369</sup> Idem. p 109.

<sup>370</sup>Idem.. p 89.



Escreveu Ambrósio Richshoffer, em seu diário, que no dia 26 de dezembro de 1630 tinha se passado para o lado da Companhia holandesa um mouro,<sup>371</sup> que denunciou haver um traidor holandês e ainda de acordo com Richshoffer, esse traidor ia diariamente conversar com os “adversários na floresta, e lhe da notícia da força que guarnece todos os postos, dos navios que chegam a pátria, e quanto soldados, víveres e munições trazem”.<sup>372</sup>

O ano de 1630 foi de muitas mudanças na vida dos que viviam no litoral da capitania de Pernambuco. Desembarcando em Pau Amarelo, os holandeses não sofreram grandes perdas pela pouca resistência luso-brasileira. Após os soldados da Companhia das Índias Ocidentais tomarem a vila de Olinda, importante centro administrativo, se dirigiram para a vila do Recife e terminaram se instalando de vez por lá. A peleja inicial pode ter iludido os neerlandeses para pensar que as coisas iriam bem, mas o impasse durou bastante tempo. Conforme observou o professor José Antônio Gonsalves de Mello, a situação dos holandeses em 1630 era de quase desespero. Pois “viviam em uma faixa de terra que nada produzia; as despesas eram enormes. Nos primeiros anos nada pôde compensar os tamanhos investimentos que vinham da Holanda”.<sup>373</sup>

Para o arquiteto José Luiz da Mota Menezes, estudioso e conhecedor da urbanização e da arquitetura, a escolha da invasão acontecer sobre a capitania de Pernambuco demonstrou o bom conhecimento do território e a coerência com as possibilidades técnicas que dispunham os holandeses na época, pois “o conjunto formado pela sede da capitania, a vila, seu porto e a várzea de terras férteis, nos deixa perceber a escolha perfeita e, antes de tudo, racional, então realizada pelos do governo”.<sup>374</sup> Desta maneira, o Recife torna-se a principal “porta de entrada da capitania”.<sup>375</sup> Escreve ainda José Luiz da Mota Menezes que a

“escolha, que compreendia um lugar seguro, a cavaleiro de possíveis ataques, quer por terra ou desde o mar, um porto obrigado, fazendo a ligação com as terras de além mar, e uma grande área destinada às hortas a ao criatório, demonstram o nível de racionalidade e a estratégia que definiam um futuro, depois tão decantado da capitania

---

<sup>371</sup> Richshoffer e muitos de sua época denominavam Mouros negros escravos não cristãos.

<sup>372</sup> RICHSHOFFER, Ambrósio. *Diário de um soldado: (1629-1632)*. Organização e estudo introdutório Leonardo Dantas Silva; tradução de Alfredo de Carvalho. Recife: CEPE, 2004. p 97.

<sup>373</sup> MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Templo dos Flamengos*. Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil. Recife. Topbooks, 2000. p 46.

<sup>374</sup> MENEZES, José Luiz da Mota. *Olinda e Recife antes de 1630*. In: *Viver e Morrer no Brasil Holandês*. Recife: Fundaj, Ed. Massangana, 2007. p 149.

<sup>375</sup> MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Templo dos Flamengos*. Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil. Recife. Topbooks, 2000. p 39.

Duartina. Não parece ser obra do acaso tal forma de escolha. Ela foi fruto de um mundo que refletia ainda uma tradição vinda desde as cidades medievais. Talvez a memória urbana de cidades ibéricas aliada à racionalidade, decorrente dos princípios defensivos presentes na Arte de Defesa das Praças, tenha falado mais alto. Isto não querendo dizer que tal escolha, pela altura do sitio, nos leve de pronto à afirmativa de que o desenho urbano resultante, por sua irregularidade no traçado das ruas, possa ser identificado por medieval”.<sup>376</sup>

José Antônio Gonsalves de Mello, pontua que houve tentativa de suborno pela família dos Albuquerque para a companhia deixar o território no início da ocupação, mas essa possibilidade não vingou já que o objetivo da WIC era de realizar uma ocupação de longa duração, pois “não se tratava de uma simples expedição de piratas”,<sup>377</sup> respondendo a companhia holandesa como contraproposta por quanto os Albuquerque entregariam a capitania.

Embora os holandeses não tenham ocupado os engenhos e sua produção, podemos dizer que grande parte “perderam os seus negros e os bois de trabalho, durante a campanha. Sem eles não seria possível pôr os engenhos a moer”.<sup>378</sup> Uma perda imensurável para os que tinham uma vida pautada na produção açucareira. Não foi apenas a perda do poder econômico, mas “o poder político tinha-lhes escapado, passando para as mãos dos moradores da cidade e, principalmente, para os dos comerciantes ricos, para os dos agentes de firmas da Holanda”.<sup>379</sup>

Nessa transição de poder os judeus tiveram sem dúvida uma grande participação neste processo, além dos homens que viviam da guerra. Os soldados tiveram uma contribuição enorme no decurso da mesma, bem como no desenrolar da produção de açúcar, na comercialização dos produtos e no contato com os índios. São as histórias desses homens que tentaremos contar no próximo capítulo adiante.

---

<sup>376</sup>MENEZES, José Luiz da Mota. *Olinda e Recife antes de 1630*. In: *Viver e Morrer no Brasil Holandês*. Recife: Fundaj, Ed. Massangana, 2007. p 149 e 150.

<sup>377</sup>MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Templo dos Flamengos. Influência e ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. Recife; Topbooks, 2000. p 43 e 44.

<sup>378</sup>Idem. p 122.

<sup>379</sup>Idem. p 123.

### 3. - Os homens de guerra entre miserabilidade da vida e do soldo

*"Diz o capitão Antonio Bezerra Monteiro que ele tem servido a Vossa Majestade em o estado do Brazil desde o ano de 1627 e ultimamente em todo o decurso da guerra de Pernambuco servindo nela de soldado, alferes e capitão, em o qual o decurso foi passado seu corpo com duas balas de mosquete, avendo passado grandes riscos e perigos e com excessivo trabalho em razão de assistir sempre nas estâncias das Salinas e Afogados... que as mais fronteiras ao inimigo, nas quais lhe mataram a dois irmãos seus, e ultimamente estando ele suplicante na defesa do Arayal estando sitiados do inimigo por muito tempo, padecendo notáveis fomes e misérias, chegados a sustentar-se com quatro dias de carne de cavalo por razão de se rederão a partido, e ele suplicante ficou prisioneiro, deixando assim seu pai e mãe pobres e perdidos por razão de não aceitarem os passaportes inimigos como leais vassallos de Vossa Majestade sendo a fazenda que na guerra gastarão com que se lhe tem tomado de grande consideração e que importa mais de oitenta mil cruzados, e sendo ele suplicante mandado com a mais gente que o inimigo mandou para as índias, e chegou ele suplicante em hum aviso do que vieram antes da frota; aos portos de Galiza; a esta cidade se veio...asiste há mais de mês e meio, donde para ser forasteiro padesse de necessidades, e esta prestes para ir assistir a Vossa Majestade há mesma guerra; esperando que Vossa Majestade lhe faça a Merce que sua real grandeza custuma, do que seus serviços merecem, e para que o possa melhor fazer. Pede a Vossa Magestade lhe aja de mandar dar hua companhia que aqui se espera nas rendições que nas frotas hão vindo, e que foram de seus irmãos muitos no serviço de Vossa Majestade. Ou que assim ajunte a gente solta que há chegado em Pernambuco, e tem ele seu alojar adonde Vossa Majestade ordenar; socorrendo com o seu soldo de capitão em que Vossa Majestade serviu. Lisboa, 10 de janeiro de 1636".<sup>380</sup>*

---

<sup>380</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 3, Doc. 226, datado de Lisboa, 10 de janeiro de 1636. Requerimento do capitão Antônio Bezerra Monteiro ao rei [D. Filipe III] pedindo uma das companhias de soldados e o soldo do dito posto para retornar à guerra da capitania de Pernambuco, por ali ter deixado seus pais, quando foi preso e levado pelos holandeses a Índia.

### **3.1- Os homens de guerra entre miserabilidade da vida e do soldo**

Neste último capítulo, buscamos problematizar a vida dos soldados com a estrutura da Guerra de Pernambuco, com o objetivo de relacionar as histórias dos homens de guerra com a história social da capitania de Pernambuco. Na primeira parte, escrevemos especialmente sobre a formação e o recrutamento da tropa, tentamos mostrar suas condições falando do soldo e dos petrechos utilizados. Na segunda parte, tratamos das deserções, da alimentação e das mortes ocorridas pela brutalidade da guerra, tentando demonstrar os valores desses soldados para a época.

#### **3.1 – Da formação à manutenção das tropas: os homens de guerra na luta pela sobrevivência**

O requerimento do capitão Antônio Bezerra Monteiro ao Rei Felipe<sup>381</sup> é de grande relevância para reflexão deste último capítulo, pois possui uma estreita relação com os diversos pontos a serem abordados no final deste trabalho, assim como está relacionado com assuntos já comentados anteriormente. Tal documento nos serve como um pequeno panorama e um bom começo para compreendermos a complexa vida daqueles militares inseridos nas lutas dos cinco anos iniciais da Guerra de Pernambuco, de 1630 a 1635.

Embora, o documento referido date do dia 10 de janeiro de 1636, podemos perceber que o capitão Antônio Monteiro faz uma pequena síntese do período em que viveu no Brasil, pois já vinha servindo na colônia brasileira antes mesmo da ocupação holandesa, pois se encontrava no Brasil desde 1627 a serviço da coroa espanhola.

É interessante o número de informações que obtivemos no documento, pois Antônio Bezerra Monteiro nos confidencia que já havia trabalhado como soldado, alferes e capitão, exercendo assim três funções militares distintas. Informava também, que tinha sido aprisionado pelos holandeses quando teve que deixar seu pai e sua mãe pobres e perdidos, teve dois de seus irmãos mortos por crime, serviu nas Salinas e em Afogados, além de ter passado grandes perigos de vida, fome e miséria, chegando a ter

---

<sup>381</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 3, Doc. 226, datado de Lisboa, 10 de janeiro de 1636. Requerimento do capitão Antônio Bezerra Monteiro ao rei [D. Filipe III] pedindo uma das companhias de soldados e o soldo do dito posto para retornar à guerra da capitania de Pernambuco, por ali ter deixado seus pais, quando foi preso e levado pelos holandeses para a Índia.

que comer carne de cavalo quando esteve sitiado no Arraial do Bom Jesus e ainda ter sido atingido por duas balas de mosquetes.<sup>382</sup>

O requerimento em questão é uma solicitação que Antônio Bezerra utiliza para voltar a exercer a patente de capitão e comandar uma nova companhia de soldados que iriam à Guerra de Pernambuco. O soldo almejado por esse capitão era de 80 mil ducados e segundo o mesmo, sua situação era de um soldado em estado de grandes dificuldades financeiras, pois “há mais de um mês e meio estava como um forasteiro”, passando por necessidades na cidade de Lisboa, depois que havia sido libertado dos holandeses nas Índias.<sup>383</sup>

Antônio Bezerra Monteiro ficou sabendo da formação de uma nova companhia para servir nas guerras de Pernambuco, pelas informações obtidas nos portos da Galícia<sup>384</sup>, antes mesmo de chegar a Lisboa. Dizia o requerente que chegariam novas frotas rendidas pela corte espanhola ou que uma nova tropa seria formada pelas “gentes soltas” que tinham na capitania de Pernambuco.<sup>385</sup>

Assim, o documento aqui citado, apresenta duas formas para organização de uma tropa: através de pessoas rendidas, possivelmente prisioneiros, ou até mesmo pelas pessoas que viviam em Pernambuco, que na documentação aparece como “as gentes soltas”, expressão que se refere provavelmente aos nativos ou homens livres que poderiam servir à coroa na guerra. Notamos, conforme abordamos em capítulo anterior, à grande circulação de informações que havia nos seiscentos, pois Antônio Monteiro sabia, desde a Galícia, da formação de um novo conjunto de soldados para lutar nas guerras pernambucanas.

O comércio mercantil dos seiscentos foi um grande fator que contribuiu para a comunicação e para as circulações das informações, pois os portos comerciais recebiam pessoas de muitos lugares com informações “frescas”. Outro ponto que devemos perceber é que o capitão fortalecia seu pedido argumentando a lealdade de sua família ao Rei, pois seus irmãos já haviam servido a vossa majestade estando seus pais pobres e

---

<sup>382</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 3, Doc. 226, datado de Lisboa, 10 de janeiro de 1636. Requerimento do capitão Antônio Bezerra Monteiro ao rei [D. Filipe III] pedindo uma das companhias de soldados e o soldo do dito posto para retornar à guerra da capitania de Pernambuco, por ali ter deixado seus pais, quando foi preso e levado pelos holandeses a Índia.

<sup>383</sup> Idem.

<sup>384</sup> A Galícia é praticamente a região central da Europa que foi dividida em 1945 entre a Polônia e a Rússia.

<sup>385</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 3, Doc. 226, datado de Lisboa, 10 de janeiro de 1636. Requerimento do capitão Antônio Bezerra Monteiro ao rei [D. Filipe III] pedindo uma das companhias de soldados e o soldo do dito posto para retornar à guerra da capitania de Pernambuco, por ali ter deixado seus pais, quando foi preso e levado pelos holandeses para a Índia.

perdidos por não terem debandado para o lado inimigo. A fidelidade, a lealdade e a honra eram muito valorizadas em um período aonde os mercenários ajudavam a constituir as tropas.

A formação das companhias de soldados no século XVII não é uma questão simples a ser descrita, principalmente no que se refere ao recrutamento e a formação dos soldados para servir nas Américas. Essa dificuldade é maior no que se refere aos estudos sobre o recrutamento das tropas luso-espanholas na Guerra de Pernambuco. Tanto as informações a respeito da formação das tropas da Companhia das Índias Ocidentais, quanto ao recrutamento das tropas luso-espanholas ainda precisam ser mais bem trabalhadas pela historiografia, pois pouco sabemos sobre a vida desses homens.<sup>386</sup>

De acordo com o historiador inglês Geoffrey Parker, entre os anos de 1550 até 1650, as regiões da Europa que proporcionavam mais soldados aos exércitos europeus ficavam nas “*zonas montañosas, así como las áreas cercanas a las fronteras políticas conflictivas, que solían ser escenario de muchas batallas*”.<sup>387</sup> Entretanto, esclarece o próprio Geoffrey Parker, especialista no reinado de Felipe IV, que havia zonas europeias com característica de exportar soldados como “*los estados del sur de Alemania, los cantonês suizos y los Balcanes*”.<sup>388</sup> A explicação para a procedência dos soldados serem das áreas montanhosas e fronteiriças é que, na maioria das vezes, os terrenos dessas regiões não eram bons para a agricultura e assim possuíam uma população maior do que a quantidade de alimentos que a região dispunha.

Dessa maneira, “*fuleron desarrollando la tradición de que los jóvenes activos que no tenían trabajo en casa se marchaban para unirse a algún ejército*”.<sup>389</sup> Tudo indica, que o recrutamento nessas regiões, era realizado por nobres que “*reclutaban a los hombres creando una compañía entera, y a veces incluso todo um regimiento, que luego alquilaban a cualquier gobierno que estuviera dispuesto a pagarles*”.<sup>390</sup>

A preferência dos conselheiros dos dezenove era para que a tropa da WIC fosse composta de soldados holandeses e alemães, em detrimento dos soldados ingleses, escoceses e franceses. Pelo menos foi essa recomendação que fizeram os membros dos

---

<sup>386</sup> A respeito dos soldados recrutados para a WIC é muito interessante o trabalho de pesquisa (Doutorado) que está sendo desenvolvido por Bruno Miranda na Universidade de Leiden.

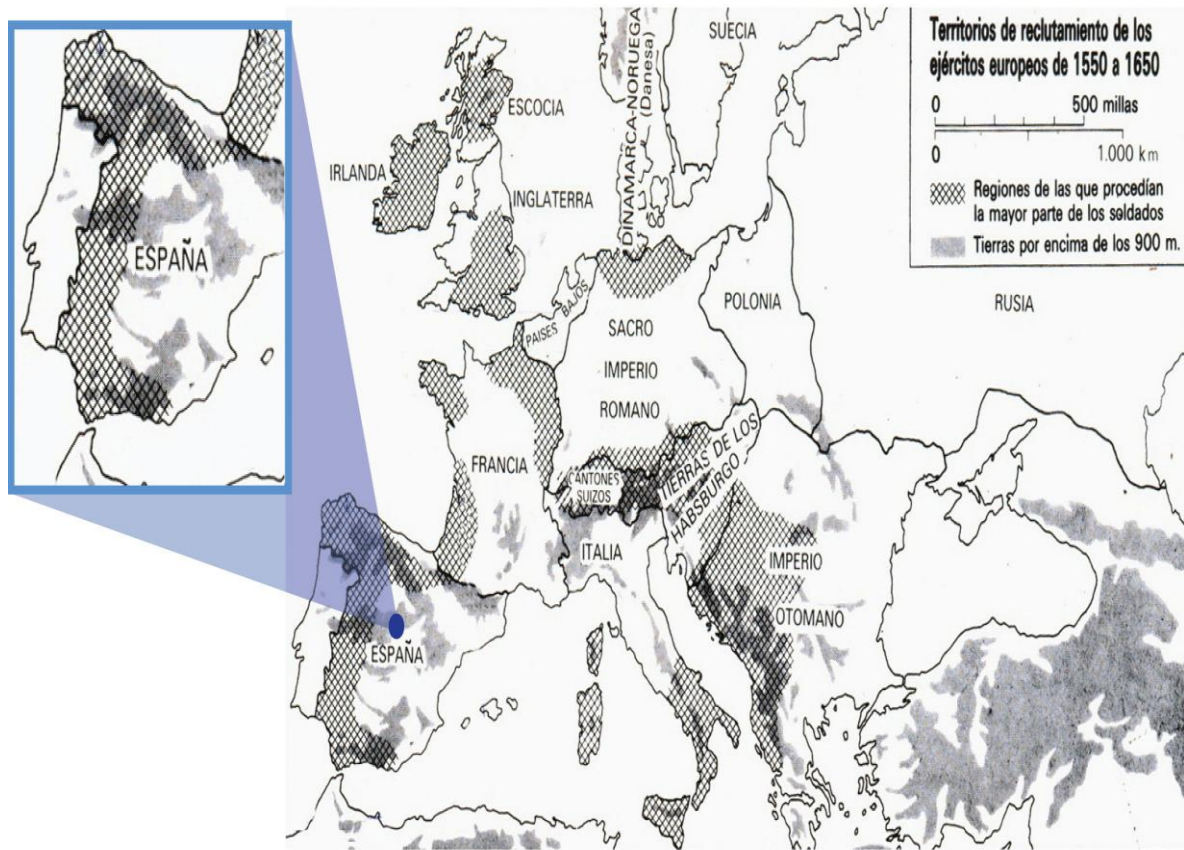
<sup>387</sup> PARKER, Angela e Geoffrey. *Los soldados europeos entre 1550 y 1650*. Cambridge University Press, AKAL, 1977. p 23.

<sup>388</sup> Idem.

<sup>389</sup> Idem.

<sup>390</sup> Idem.

dezenove em certo momento para Nassau.<sup>391</sup> Por outro lado, os membros da Junta de Pernambuco preferiam os castelhanos e os portugueses, embora tenham a presença de muitos soldados italianos em suas tropas que vieram para a armada do Brasil.<sup>392</sup>



Ainda de acordo com Geoffrey Parker, existiu um momento que quase todas as tropas européias possuíam soldados alemães, suíços e albaneses (dos Balcãs) lutando para países distintos em diversas regiões.<sup>393</sup> Em Pernambuco, nos primeiros cinco anos da guerra, esses soldados devem ter lutado tanto a favor dos holandeses quanto dos espanhóis. Um requisito importante para o recrutamento era que esses homens já tivessem lutado em alguma guerra previamente e que soubessem utilizar o pique e o mosquete.<sup>394</sup> Mosquete esse que atingiu Antônio Bezerra Monteiro com duas balas.<sup>395</sup>

<sup>391</sup> Apud. Carta do conselho dos XIX ao conde de Nassau, datada de Amsterdã, 18 de abril de 1642. MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Templo dos Flamengos. Influência e ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. Recife; Topbooks, 2000. p 174.

<sup>392</sup> AGS, Guerra Antígua, Legajo 1025. Carta de 1630. O caso do Conde Bagnuolo talvez seja o mais conhecido.

<sup>393</sup> PARKER, Angela e Geoffrey. *Los soldados europeos entre 1550 y 1650*. Cambridge University Press, AKAL, 1977. p 24.

<sup>394</sup> Idem. p 23.

Entre os soldados especializados estavam os mercenários, soldados que enxergavam na guerra uma forma de ganhar a vida e ter uma atividade remunerada. Sabemos que os exércitos compostos por mercenários são frágeis e vulneráveis, pois estavam quase sempre sujeitos a deserções, traições e incompatibilidades militares. Eram homens que não podia se confiar, pois a lealdade estava quase sempre ameaçada pelo fator financeiro. Subornar um mercenário era mais simples do que comprar um soldado comprometido com a região, a coroa e sua família.

No caso da Guerra de Pernambuco, a tentativa de suborno mais conhecida foi o caso do irmão do donatário, Matias de Albuquerque Coelho, primeiro capitão-mor da guerra contra os holandeses. Matias tentou subornar a tropa de Waendenburg no início do conflito, mas não obteve sucesso já que recebeu como contraposta uma oferta pela compra da capitania de Pernambuco, dando os holandeses como resposta por quanto os luso-brasileiros entregavam a capitania.

Contudo, devemos saber que os mercenários não foram uma novidade nas guerras pernambucanas, pois essa era uma prática secular que estava quase sempre baseada em um contrato financeiro que aceitava e proporcionava o direito a pilhagem. As batalhas que tinham mercenários envolvidos remetem “a ação em combates inacabados, com enorme movimentação, a fim de prolongar a contenda e desgastar o adversário”.<sup>395</sup> De tal modo, se podemos dizer que os mercenários representavam um grande perigo para manutenção da tropa, também devemos entender que serviam para cansar e desgastar o exército adversário, pois faziam constantes ameaças e eram uma espécie de gastadores da força inimiga. Eram os mercenários um perigo permanente para ambos os lados.

A forma mais segura de obter um exército forte era fazendo com que os homens defendessem suas famílias, seus ideais, seu país e suas possessões. Entretanto, a falta de gente no século XVII, mais específico gente, de guerra para lutar na América, fez com que os mercenários fossem utilizados largamente. Porém, era raro possuir exércitos compostos apenas por mercenários. Para Geoffrey Parker, a proporção de mercenários não chegava a passar de um terço da tropa ou no máximo a metade de um exército, pois

---

<sup>395</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 3, Doc. 226, datado de Lisboa, 10 de janeiro de 1636. Requerimento do capitão Antônio Bezerra Monteiro ao rei [D. Filipe III] pedindo uma das companhias de soldados e o soldo do dito posto para retornar à guerra da capitania de Pernambuco, por ali ter deixado seus pais, quando foi preso e levado pelos holandeses para a Índia.

<sup>396</sup> BARROS, Sigrid Porto de. *Armas que documentam a guerra holandesa*. 1959. p 18. Panfleto pertencente à Biblioteca de José Antônio Gonsalves de Mello da coleção do Instituto Ricardo Brennand. Este trabalho esta com a referência JGM F688, tomo 8374 na Biblioteca do Instituto Ricardo Brennand.



“*el resto estaba compuesto por reclutas nuevos procedentes del país del gobierno que mandaba el ejército*”.<sup>397</sup> Embora, soubessem do perigo que os mercenários representavam, podemos supor que o contingente para a Guerra do Brasil holandês contou muita vezes com esses homens. Para Singrid Porto de Barros, as tropas holandesas que estiveram em Pernambuco eram, na sua maioria, constituídas por mercenários “alemanes, suíços, escoceses, franceses, belgas, irlandeses e polacos”.<sup>398</sup> Faz uma comparação rápida, Sigrid Porto, sobre as tropas que lutaram na Europa no século XVII dizendo o seguinte:

“A infantaria holandesa estava, então, organizada em Regimentos e Batalhões, com forte densidade de armas de fogo, na proporção de três ou quatro, para cada haste. As suas tropas, juntamente com as da França e Suécia, eram consideradas das melhores da Europa. Os seus princípios táticos foram assinalados da experiência de Gustavo Adolfo. Por sua vez os portugueses levavam muito a sério o adestramento militar das suas tropas, a sua disciplina e a resistência à fadiga só se igualavam as dos infantes suíços, segundo os cronistas militares da época. O serviço militar tinha caráter obrigatório, para todos os homens entre 18 e 60 anos, sendo que da nobreza saíam os oficiais, os elementos para a cavalaria, Marinha e possessões ultramarinas. Nos domingos e dias santificados os Capitães –mores, a quem competia recensear os homens nos seus respectivos distritos, davam instrução e treinamento, organizavam concursos de tiro, havendo prêmios em dinheiro para armas melhor conservadas e limpas”.<sup>399</sup>

Fica quase que impossível saber os locais exatos da origem desses soldados, bem como contabilizar o contingente dos soldados luso-espanhóis nos cinco primeiros anos da Guerra de Pernambuco, mas sabe-se que o poderoso Felipe IV em 1625 possuía nada menos que 300.000 homens recrutados<sup>400</sup> para servir a coroa espanhola, número bastante expressivo. Contudo, em apenas cinco anos, ou seja, de 1625 a 1630, muita coisa havia acontecido com as possessões espanholas no mundo. Esse número de recrutas tampouco significava que todos esses homens soubessem lutar como um

---

<sup>397</sup> PARKER, Angela e Geoffrey. *Los soldados europeos entre 1550 y 1650*. Cambridge University Press, AKAL, 1977. p 25.

<sup>398</sup> BARROS, Sigrid Porto de. *Armas que documentam a guerra holandesa*. 1959. p 13. Panfleto pertencente à Biblioteca de José Antônio Gonsalves de Mello da coleção do Instituto Ricardo Brennand. Este trabalho esta com a referência JGM F688, tombo 8374 na Biblioteca do Instituto Ricardo Brennand.

<sup>399</sup> Idem.

<sup>400</sup> PARKER, Angela e Geoffrey. *Los soldados europeos entre 1550 y 1650*. Cambridge University Press, AKAL, 1977. p 26.

soldado profissional. Devemos lembrar que o império espanhol tinha a maior extensão do mundo nesse período e, por isso, um contingente desse tamanho.

Tudo indica que pela carência de uma soldadesca especializada e pela escassez de recursos, a realização do recrutamento e a composição dos exércitos luso-espanhóis para servir na Guerra de Pernambuco eram realizados por profissionais capacitados - que não parece ter sido a tônica da guerra brasileira - até por particulares interessados em obter lucros e benefícios com a guerra. Nesse aspecto, os aliciadores foram protagonistas na formação e no recrutamento das gentes de guerra para as tropas luso-espanholas. Portanto, se parte da elite ou da nobreza luso-espanhola estava presente nas discussões políticas do Conselho de Guerra, é provável que estivessem interessados nas decisões sobre a Guerra de Pernambuco. Destarte, os fidalgos se ofereciam para levantar companhia de soldados nas regiões que tinham conhecimento, influência ou alguma relação de poder.

Tanto na documentação portuguesa, quanto na documentação espanhola, os indícios demonstram que o maior número de soldados que serviram na tropa de resistência eram de origem espanhola, portuguesa e italiana, mas fica difícil uma assertiva exata a respeito das proporções e dos locais exatos desses países.<sup>401</sup> Também não significa dizer que foi impossível que houvesse soldados ingleses, alemães e até mesmo holandeses no lado da resistência luso-espanhola.

Assim, alertava a Junta de Socorro para a Guerra de Pernambuco que, embora os soldados fossem de culturas distintas, já eram os terços formados pelas infantarias castelhanas, portuguesas e italianas, deveriam ter o mesmo objetivo que era o de servir a coroa e esquecer suas diferenças culturais. No caso da tropa que seguiria sob a coordenação de Antonio Oquendo, podemos observar que a maioria tinha sido recrutada na região de Andaluzia.<sup>402</sup>

Sobre a organização das tropas, explica Sigrid Porto, que a “infantaria estava organizada em Terços (Regimentos) sob o comando de um mestre-de-campo. A unidade orgânica era composta de 10 ou mais companhias, cada uma com 100 ou 200 soldados, com partes iguais de piqueiros e arcabuzeiros ou mosqueteiros”.<sup>403</sup> Ainda de acordo com a autora, os terços espanhóis tinham três mil homens e dividiam-se em 15

---

<sup>401</sup> AGS, Guerra Antigua, Legajo 1025.

<sup>402</sup> AGS, Guerra Antigua, Legajo 1025. Carta datada de 1630.

<sup>403</sup> BARROS, Sigrid Porto de. *Armas que documentam a guerra holandesa*. 1959. p 16. Panfleto pertencente a Biblioteca de José Antônio Gonsalves de Mello da coleção do Instituto Ricardo Brennand. Este trabalho está com a referência JGM F688, tomo 8374 na Biblioteca do Instituto Ricardo Brennand.

companhias de 200 homens cada. Sabemos que na prática esses números são bem relativos diante do que foi a Guerra de Pernambuco. Contudo, os terços foram provavelmente a principal estrutura de divisão das tropas.

Explica Parker, sobre a organização das tropas nos séculos XVI e XVII, que “*cada hombre pertenecía a una sección o um escuadrón de unos veinticinco soldados bajo el mando de um cabo. Esta sección pertenecía a uma companhia, a su vez, se encuadraba en um regimiento de unos 1.500 hombres bajo el mando de un coronel*”.<sup>404</sup>

As hierarquias militares nessa época também se chocavam com as hierarquias de poder governamental, como o capitão geral que muitas vezes era governador e vice-versa. Exercer poder militar era exercer também poder político.

Assim, Matias de Albuquerque Coelho, além de governador da capitania que pertencia ao seu irmão também era o capitão geral da guerra. Esse fator é importante porque as decisões técnicas da guerra estavam constantemente vinculadas aos interesses políticos. A organização das tropas era complexa, pois a mesma tinha uma série de oficiais administrativos, médicos, capelães, cirurgiões que tinham que cuidar da forma física e da parte espiritual dos corpos dos soldados.<sup>405</sup>

Todavia, devemos esclarecer que pela falta de um contingente organizado os números variavam conforme a proporção do quantitativo de gente para as regiões. Também devemos dizer que essas companhias não impossibilitaram que pessoas se juntassem e organizassem pequenos contingentes formados para a luta armada. Logo, pela ausência de gente de guerra e mar, é possível supor que estes soldados de infantaria da Guerra de Pernambuco vieram de distintas regiões mesmo que tivessem que representar os interesses ibéricos, não havendo assim, uma tropa que tinha uma identidade comum e interesses homogêneos, muito pelo contrário.

Castelhanos, portugueses e italianos embora descendentes da língua latina possuíam interesses diversos, mesmo que estivessem lutando em defesa de uma mesma causa: a retomada da capitania de Pernambuco e o estado do Brasil. A tropa luso-espanhola para a Guerra de Pernambuco parece mesmo ter sido, em sua maioria, composta por espanhóis, portugueses e italianos, sendo a grande maioria de soldados luso-espanhóis.

---

<sup>404</sup> PARKER, Angela e Geoffrey. *Los soldados europeos entre 1550 y 1650*. Cambridge University Press, AKAL, 1977. p 26.

<sup>405</sup> PARKER, Angela e Geoffrey. *Los soldados europeos entre 1550 y 1650*. Cambridge University Press, AKAL, 1977. p 26.

Em 7 de novembro de 1634, encontra-se um requerimento de Lourenço de Azevedo, moço fidalgo da casa de vossa majestade, que dizia poder fazer provisão para levantar uma companhia de soldados, por ser pessoa conhecida na região do Douro e Minho, Beira e Tras Montes.<sup>406</sup> Respondia positivamente a coroa ao pedido do solicitante, dizendo que pela falta de gente no Reino, o mesmo poderia realizar tal função. Dizia ainda a coroa que, caso o solicitante conseguisse levantar a sua custa um número bastante de gentis para a companhia, receberia a patente de capitão.<sup>407</sup> Não sabemos até que ponto ia à influência e a relevância do senhor Lourenço Azevedo, mas sua posição de fidalgo com possibilidade de recrutar gente na região do Douro, Minho, Beira e Tras Montes e a escassez de soldados eram fatores que interessavam a coroa espanhola. Em 1634, o avanço dos holandeses na região de Olinda e do Recife já se encontrava praticamente consolidada, embora a companhia holandesa ainda sofresse constantemente com as emboscadas.

No mesmo ano, pedia também a mesma patente de capitão, o senhor Jerônimo Farias, que alegava ter “pouca gente como soldados dos capitães das ilhas”. Dessa maneira, se oferecia para exercer tal cargo.<sup>408</sup> A resposta da coroa foi que o suplicante não tinha portaria de capitão e logo não poderia exercer tal atividade. Na falta de militares treinados, muitas brechas se abriam e aproveitadores tentavam obter patentes e cargos não compatíveis em busca de algum prestígio e de trazer recursos financeiros. Talvez esse tenha sido o caso de Jerônimo Farias. Também não podemos descartar a situação financeira da coroa para o caso de Jerônimo, pois não sabemos se o mesmo tinha a mesma importância e influência do fidalgo Lourenço Azevedo.

Tanto Antônio Bezerra Monteiro citado no início deste capítulo, quanto Lourenço de Azevedo e Jerônimo Farias agora demonstram a complexidade na formação de homens para tropa de guerra e dessas lideranças. Tudo leva a crer que os militares que serviram na Guerra de Pernambuco não tinham uma formação militar desejada pela falta de recursos da coroa e pela grande quantidade de terras que o império espanhol tinha que defender e disponibilizar.

---

<sup>406</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, Cx.2, D. 131. Datado de 7 de novembro de 1634. Requerimento do moço fidalgo da Casa Real, Lourenço de Azevedo Vasconcelos, ao Rei [D. Filipe III] pedindo provisão para levantar uma Companhia no Minho, na Beira e em Trás os Montes, para ir servir na guerra da capitania de Pernambuco.

<sup>407</sup> Idem.

<sup>408</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 2, D. 132, Lisboa, 14 de novembro de 1634. Requerimento do capitão Jerônimo de Farias ao rei [D. Filipe III] pedindo que se passe ordem para levantar uma companhia de Infantaria para ir servir para guerra da capitania de Pernambuco.

Falta de dinheiro, de gente e de treinamento especializado eram atributos da formação dos exércitos luso-espanhóis que serviriam no Brasil holandês. Em 31 de janeiro de 1631, o Desembargo do Paço, ordenava que mandasse “os presos achados nas comarcas para haverem de ir servir em Pernambuco”.<sup>409</sup> Presos, pessoas sem prestígio, gente velha e bisonha são as denominações expressas na documentação luso-espanhola.

Entretanto, devemos esclarecer que existiram militares destacados e de carreira renomada em Pernambuco, o conde de Bagnuolo, Luis de Rojas e Borja, Don Antonio Oquendo e Fradique de Toledo são alguns exemplos disso. Mas, parece que a maior parte da composição das tropas, principalmente os soldados de baixo escalão, era de pessoas sem importância e prestígio político. É de se pensar que esses militares funcionavam como “balas de canhão” e como escudos de infantaria para as tropas hispânicas contra a tropa da companhia holandesa e vice e versa. Deve-se conceber que dentro de cada tropa já existia uma distinção, aonde “*el ejército estaba dividido en clases sociales, y sin embargo, a pesar de eso, todos los soldados rasos, eran en cierto modo miembros de una misma familia*”.<sup>410</sup>

O problema do recrutamento de soldados para as guerras do Brasil holandês foi o primeiro ponto abordado pela influente Junta de Socorro para a Guerra de Pernambuco. Ordenavam os responsáveis pela armada de 1630, que não deixassem embarcar mulheres entre a gente de guerra e mar, tendo em vista que a formação das tropas era feita essencialmente por homens e que a finalidade da armada era de socorrer Pernambuco.<sup>411</sup> A simples proibição da ida de mulheres entre os soldados e marinheiros pode parecer ponto banal ou uma simples proibição para mulheres que navegavam nas viagens ultramarinas com diversos objetivos. Por outro lado, demonstra uma possibilidade remota da partida do “sexo devoto” nas tripulações, pois a contribuição feminina deve ter sido algo incomum no cotidiano dos mares.

Porém, mesmo que seja uma possibilidade distante, a ida de mulheres nas embarcações era algo possível, e talvez tenha sido por isso que a junta proibia terminantemente a ida delas. Mulheres de soldados, mães de familiares, prostitutas que

---

<sup>409</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 2, D. 154, Lisboa, 31 de janeiro de 1635. Decreto da regente, [duquesa de Mântua], D. Margarida de Sabóia, ordenando que se observe a consulta do Desembargo do Paço sobre se enviar com brevidade os presos das comarcas nos navios para o socorro da capitania de Pernambuco.

<sup>410</sup> PARKER, Angela e Geoffrey. *Los soldados europeos entre 1550 y 1650*. Cambridge University Press, AKAL, 1977. p 26.

<sup>411</sup> AGS, Guerra Antígua, Legajo 1025. Carta datada de 1630.

serviriam para divertimento dos soldados, tudo isso é uma especulação longínqua na busca de evidências para participação de mulheres nas tripulações militares.

Assim, podemos dizer que a primeira instrução da Junta de Socorro a Pernambuco não demonstra uma relação direta no que diz respeito a participação feminina na formação da tropa, mas podemos entender que tal ordem rejeitava a partida de mulheres da metrópole para servir nas guerras coloniais. A mulher não era considerada um reforço militar e assim, era tida como um fator negativo e que podia desviar a conduta dos soldados, dessa maneira era proibida terminantemente pela Junta de 1630.

Fica difícil conjecturar a vinda de mulheres nas embarcações que ultrapassaram o Atlântico para servirem na Guerra de Pernambuco, por outro lado podiam ajudar àqueles que eram seus amigos em detrimento daqueles que eram seus adversários. Conta Sigrid Porto, que as mulheres assim como os escravos poderiam servir no transporte de alimentos “na retaguarda das colunas, como está documentado numa gravura de F. Post, referente ao Rio Grande do Norte e Paraíba, na obra de Barléus”.<sup>412</sup> As gravuras de Frans Post do livro do Barléus, demonstram inclusive, que muitas dessas regiões ocupadas pelos holandeses estiveram sob constantes guerras e ameaças.<sup>413</sup> De acordo com Sigrid Porto de Barros, “os senhores, normalmente, levavam os seus escravos para lutas, sendo muito úteis na distribuição de munições, na guarda dos mantimentos e no transporte das redes dos feridos”.<sup>414</sup> O terço de negros formado por Henrique Dias é talvez o maior exemplo da força negra nas guerras pernambucanas.<sup>415</sup>

No que toca a utilização dos negros e escravos na guerra, evidenciou José Antônio Gonsalves de Mello que no início do confronto em “1630 verificavam os holandeses que, no Recife e Antônio Vaz, o número de negros em serviço era de

---

<sup>412</sup> BARROS, Sigrid Porto de. *Armas que documentam a guerra holandesa*. 1959. p 19. Panfleto pertencente à Biblioteca de José Antônio Gonsalves de Mello da coleção do Instituto Ricardo Brennand. Este trabalho esta com a referência JGM F688, tomo 8374 na Biblioteca do Instituto Ricardo Brennand. De acordo com Sigrid Porto Barros, D. Jerônima de Almeida, esposa de Rodrigo de Barros, abrigou guerrilheiros em sua casa.

<sup>413</sup> Na parte inferior das gravuras de Frans Post do Barléus podemos observar o estado de guerra que esteve o Brasil neste período.

<sup>414</sup> BARROS, Sigrid Porto de. *Armas que documentam a guerra holandesa*. 1959. p 20. Panfleto pertencente à Biblioteca de José Antônio Gonsalves de Mello da coleção do Instituto Ricardo Brennand. Este trabalho esta com a referência JGM F688, tomo 8374 na Biblioteca do Instituto Ricardo Brennand.

<sup>415</sup> Sobre o terço dos Henriques ver: SILVA, Kalina Vanderlei. *Os Henriques nas vilas açucareiras do Estado do Brasil: tropas de homens negros em Pernambuco, séculos XVII e XVIII*. In: *Estudos de História*. São Paulo: UNESP, 2002.

500”.<sup>416</sup> Ainda de acordo com esse historiador, o conselho dos dezenove recomendava que empregassem os negros nos trabalhos mais difíceis e penosos.<sup>417</sup> Para Gonsalves de Mello, o período que corresponde de 1630 à 1635 “desorganizou completamente a vida da colônia. Muitos negros aproveitaram a oportunidade para fugir”.<sup>418</sup>

Se por um lado, a guerra causava injustiças, doenças, mortes, destruição e tristeza, proporcionava para muitos a possibilidade de fugir de uma situação indesejada. Esse pensamento do professor José Antônio parece fazer muito sentido, pois segundo o mesmo, os primeiros anos da conquista ajudaram no crescimento dos quilombos. Um dado interessante é que os negros de Angola tinham quase sempre mais preço de mercado do que os negros da Guiné.<sup>419</sup> Negros esses que foram pintados por Albert Eckhout e por Frans Post quando estiveram no Brasil.



O negro acima foi retratado no quadro por Albert Eckhout, pois dentre os vários tipos humanos o negro também chamou a atenção do pintor e dos Europeus. Óleo sobre tela: 246 x 162 cm.

---

<sup>416</sup> MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Templo dos Flamengos. Influência e ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. Recife; Topbooks, 2000. p 184 e 185.

<sup>417</sup> Idem.

<sup>418</sup> Idem.

<sup>419</sup> Idem.

Os negros também deram sua contribuição na guerra e puderam participar, ao seu modo, nos confrontos militares. Com a presença holandesa, os negros talvez pudessem aproveitar a “liberdade” que tinham para fugir ou até mesmo defender seus senhores chefe. O negro pintado por Eckhout no quadro acima, possui elementos da guerra que trataremos detalhadamente mais adiante, em suas mãos podemos observar achas de armas, os chamados piques que eram utilizados no arremesso e no combate corporal, na sua cintura vemos uma espécie de espada em estilo cimitarra, curva que dependendo da força e do manejo de quem use, pode cortar uma pessoa do pescoço até cintura.

Deve ter sido razoável o número de pais de famílias que não tinham uma formação militar, mas que tiveram que servir na guerra. Demonstra José Antônio Gonsalves de Mello, que vários patriarcas das famílias foram enumerados para servir de campanhistas na guerra, como

“os cinco filhos de Francisco Monteiro Bezerra; da Várzea, os cinco filhos de uma viúva nobre, d. Maria Barrosa, esposa de Francisco de Barros Rego. O capitão Gregório Lopes de Abreu com quatro irmãos e com outros tantos o capitão João Amorim. Outros cinco irmãos, filhos de d. Betriz de Albuquerque, viúva de Paulo Gomes de Lemos. Os Viana, cinco irmãos, todos mortos pelo inimigo. Gonçalo Velho e d. Maria de Souza tinham seis filhos e um genro: perderam na luta três filhos e o genro. Uma companhia de emboscada era composta de treze irmãos: eram os Baptista, comandados pelo mais velho, capitão Manuel Baptista”<sup>420</sup>.

Na Europa desse período, não é de estranhar que mulheres acompanhassem seus maridos nas batalhas que tinham que fugir do local de onde moravam para não morrer, assim participavam das emboscadas e dos saques, pois na hora da luta pela sobrevivência não tinham outra saída. Geoffrey Parker dá como exemplo a conhecida Guerra dos Trinta Anos em que mulheres e crianças muitas vezes não possuíam lugar para ir. Dentre os casos mais citados, está a famosa história “*acerca de la esposa de un soldado que, después de las guerras alemanas, no supo qué hacer al volver a la vida civil. La historia se llamaba Madre Coraje*”<sup>421</sup>.

---

<sup>420</sup> MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Templo dos Flamengos*. Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil. Recife. Topbooks, 2000. p 35.

<sup>421</sup> PARKER, Angela e Geoffrey. *Los soldados europeos entre 1550 y 1650*. Cambridge University Press, AKAL, 1977. p 35. A história foi convertida em peça teatral por Bertolt Brecht.



O historiador pernambucano José Antônio Gonsalves de Mello, encontrou na documentação holandesa mulheres que vinham nas embarcações disfarçadas de homens como Sara Hendricx. Segundo o historiador, as mulheres “vinham disfarçadas em trajes de homem, muitas delas eram mulheres terríveis, como uma que desencaminhou muitas pessoas honradas e muitos jovens”.<sup>422</sup> Nesses casos, parece que a mulher saía sempre como vilã. O homem, com exceção de tirar a virgindade feminina apenas por fornicção, podia quase tudo no que se refere ao sexo, enquanto que a mulher não podia quase nada.<sup>423</sup> Devia ser uma mera reprodutora sexual que não deveria sentir prazer.

No Brasil, pouco sabemos da história dos soldados, e assim sendo, fica difícil pensar na participação feminina nas tripulações de tropas que cruzavam o Atlântico, porém não é de negar a participação de mulheres nas guerras de Pernambuco. Em contrapartida, pensar na intencionalidade e em um direcionamento do recrutamento feminino desde a Europa para o Brasil é quase que impossível e absurdo.

Porém, torna-se evidente e óbvio que “para satisfazer a flamengos menos propensos a exotismos veio da Holanda um número considerado de prostitutas, que surgem constantemente nos documentos de então como mulheres fáceis”.<sup>424</sup> A prostituição em Pernambuco no período colonial da presença holandesa deve ter sido bastante movimentada para satisfazer os soldados. Não podemos descartar que mulheres de soldados ou de homens que morreram na guerra pudessem viver como prostitutas, pois segundo Gonsalves de Mello, “providências especiais foram tomadas contra as mulheres de soldados que viviam longe dos maridos e que se prostituíam. Muitas foram castigadas, mas logo voltavam à vida antiga”.<sup>425</sup> Conseqüentemente, fica fácil compreender a imposição da Junta de Socorro a Pernambuco para impedir a ida dessas mulheres nas embarcações.

A estrutura da Guerra de Pernambuco demonstra que a sociedade patriarcalista era uma sociedade centrada na hierarquização e no direito da herança pelo sangue. Os casos que citamos se não demonstram o deslocamento de famílias inteiras, manifestam a influência do berço familiar como um discurso de honra, fidelidade e direito ao que se

---

<sup>422</sup> MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Templo dos Flamengos. Influência e ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. Recife; Topbooks, 2000. p 131.

<sup>423</sup> VAINFAS, Ronaldo. *Trópicos do Pecado: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. p 17 a 57.

<sup>424</sup> MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Templo dos Flamengos. Influência e ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. Recife; Topbooks, 2000. p 130.

<sup>425</sup> Idem.

solicita. Além da influência inicial nos ensinamentos militares, observa-se o cargo como uma herança familiar social, era uma espécie de legado ou espólio sanguíneo.

Devemos dizer que não é absurdo pensar que foi durante a chamada guerra de resistência do Brasil holandês, que a colônia brasileira teve o maior movimento internacional de pessoas. Segundo José Antônio Gonsalves de Mello, “não era pequeno o número de ingleses no Brasil holandês”, pois o mesmo encontrou “referências a uma companhia de soldados – 150 a 180 homens – composta de ingleses, sob o comando de John Goodlad, inglês com um nome de guerra: Bom Garçon”.<sup>426</sup>

Se do lado luso-espanhol a maioria do contingente era composto por espanhóis, portugueses e italianos, do lado da Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais a maioria parece ter sido composta por gente dos países baixos, Inglaterra e Alemanha. Ainda de acordo com Gonsalves de Mello, existiram outros chefes militares da Inglaterra que lutaram na Guerra de Pernambuco em favor da WIC, como “Sedneum van Points, veterano da Guerra dos Trinta Anos, James Hederson, coronel com longa folha de serviço aqui, conquistador de Angola em 1641, Philip Andrews e vários mais”.<sup>427</sup> A relação da capitania de Pernambuco com o mundo já foi trabalhada no primeiro capítulo, quando tentamos demonstrar que a mesma exerceu papel central na dinâmica do Atlântico Sul e de sua relação próxima ao período filipino. Os homens de guerra estavam imersos nesse universo.

Retomando a questão do recrutamento da cora espanhola para os anos iniciais da Guerra de Pernambuco contra os holandeses, observamos que recomendava na Europa o duque de Medina que,

*“saliendo de las fronteras de África la gente vieja para el Brasil primero que llegue la que esta levantado en el Reyno de Portugal para que en su lugar si caso esto tuviese dilacion y siendo necesario ymbiase de Castilla el mesmo número y respondiendo con el mesmo deseo que siempre de obedecer a Vossa Majestade de asistir e socorer aquellas plazas”*.<sup>428</sup>

---

<sup>426</sup> A referência encontrada por este historiador foi baseada no documento holandês dirigido ao Conselho dos XIX, datado de 11 de junho de 1636 e na Gen. Missive ao conselho dos XIX, de Recife, 2 de abril de 1643. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Templo dos Flamengos*. Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil. Recife. Topbooks, 2000. p 121.

<sup>427</sup> Idem. De acordo com José Antônio Gonsalves de Mello não é possível identificar a nacionalidade de certas pessoas da época apenas pelo nome, como por exemplo, de Sedneum van Points, conhecido como Bom Garçon, que embora possua o nome em língua holandesa, trata-se de um militar de nacionalidade inglesa.

<sup>428</sup> AGS, Guerra Antígua, Legajo 1025. Carta datada de 20 de dezembro de 1630.

Expunha o duque de Medina que deveria priorizar os soldados de infantaria de Portugal e de Castilla ao invés de pegar a gente velha da África sem experiência na guerra. O argumento utilizado pelo duque era bem compreensível, pois dizia que sendo “*labradores y oficiales y del muito dano y perzuicio que vezeniran en salir de sus casas y desamparando sus lambrazas y oficios*”.<sup>429</sup>

O desaparego de homens que deveriam servir na guerra era um elemento importante para a tropa e por isso, o duque de Medina achava relevante que fossem enviados para o Brasil os soldados de infantaria das duas coroas, para depois enviar pessoas da África. Pessoas que no argumento do Duque de Medina exerciam a atividade de lavradores e oficiais e que não deveriam ser embarcados para não ficarem desamparados de suas lembranças e ofícios. Ainda que possuindo diferentes profissões, sabemos que lavradores, ferreiros e carpinteiros poderiam ser soldados em potencial. Também não é de estranhar essa posição do duque de Medina, já que segundo ele os africanos recrutados na África eram gente “velha” para a guerra. Aqui cabe o simples entendimento que a tropa formada por velhos na guerra tem menos vigor físico do que uma outra tropa composta por adultos.

Além do mais, o não uso de soldados preparados para uma guerra do outro lado do Atlântico se tornava algo preocupante. Somente a travessia do Atlântico já podia fazer dos velhos, pessoas frágeis e fracas. Além disso, sabe-se que um exército composto por mercenários ou escravos é bem menos efetivo que um exército com um caráter nacional e com identidade estabelecida, embora saibamos que a junção das duas coroas não trouxe uma homogeneidade de identidade, nacionalidade e regiões, mesmo sendo Portugal e Espanha países pioneiros na questão da unidade nacional. Contudo, devemos entender que os veteranos eram soldados que pelas suas experiências poderiam contribuir muito para a vitória nos conflitos.

Consequentemente, os valores de um soldado africano e de um soldado do Reino eram bem distintos e talvez tenha sido a opinião do duque de Medina que inspirou parte do capítulo que Evaldo Cabral de Mello se dedicar a gente de guerra, demonstrando que muitos desses homens utilizados na Guerra de Pernambuco foram recrutados velhos e bisonhos.<sup>430</sup>

---

<sup>429</sup> AGS, Guerra Antigua, Legajo 1025. Carta datada de 20 de dezembro de 1630.

<sup>430</sup> MELLO, Evaldo Cabral de 1936. *Gente de Guerra: veteranos e bisonhos*. In: *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. São Paulo: Ed. 34, 2007. p 203.

Ainda no ano de 1634, em carta régia do Rei Felipe III enviada ao Conselho da Fazenda sobre o apresto da armada de restauração para Pernambuco, queixava-se o rei ibérico da “dificuldade e impossibilidade que há de se poder aprestar com brevidade que se é necessário”.<sup>431</sup> A carta enviada pelo rei espanhol através de Diogo Soares, Secretário de Estado, informava que iriam “seis peças de campanha do trem e da gente que levar e há de lançar em terra dous mil homens, os mil portugueses bisonhos para que se juntem com os outros mil de nações e portugueses velhos”.<sup>432</sup> Podemos observar aqui através da carta do Secretário de Estado, Diogo Soares, que não eram apenas as pessoas da África que podiam ser tidas como gente bisonha, pois também viriam portugueses velhos e bisonhos. No documento, a proporção dos dois mil homens que seguiriam com os petrechos seriam metade de Portugal e outra metade de diversas nações. Portanto, metade eram pessoas provenientes de outros países.

Devemos compreender que o rei espanhol sentia a dificuldade em organizar uma armada restauradora com brevidade, embora soubesse da necessidade. Entre o querer e o poder, a crítica ao monarca espanhol não deve ser de total negligencia como muitos pensam, mas de ineficiência e inoperância para conseguir uma armada restauradora e de obter pessoas especializadas para defender o maior império do mundo na época.

Ainda de acordo com o mesmo documento, dizia o Provedor dos Armazéns para que a armada que fosse a Pernambuco não parasse em lugar algum. Opinião idêntica a da Junta de Pernambuco, como visto no capítulo passado. Aparece também na documentação Ultramarina que o governo hispânico esperava sempre poder aumentar e melhorar as armadas pelos socorros que chegariam de Flandres.<sup>433</sup> Assim, como pode ser evidenciado, uma forte relação entre os portos de Lisboa e Cádiz, através das discussões da Junta de socorro de Pernambuco, também aparece como ênfase na documentação do Ultramarino que Flandres era um local para obtenção de recursos, que nesse caso serviria para ajudar na Guerra de Pernambuco. Nesse sentido, nos parece relevante o papel dos contrabandistas e aliciadores para obtenção de gente, munições e

---

<sup>431</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 2, D. 127. Datado de 9 de junho de 1634. Carta régia (minuta de capítulo) do rei [D. Filipe III] ao Conselho da Fazenda ordenando o envio de quatro esquadras das duas Coroas [Espanha e Portugal], com homens, armas e munições, para socorrer a capitania de Pernambuco, impedindo que o inimigo se espalhe pelas capitanias do Rio Grande do Norte, do Ceará, do Maranhão e do Grão-Pará.

<sup>432</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 2, D. 127. Datada de 9 de junho de 1634. Carta régia (minuta de capítulo) do rei [D. Filipe III] ao Conselho da Fazenda ordenando o envio de quatro esquadras das duas Coroas [Espanha e Portugal], com homens, armas e munições, para socorrer a capitania de Pernambuco, impedindo que o inimigo se espalhe pelas capitanias do Rio Grande do Norte, do Ceará, do Maranhão e do Grão-Pará.

<sup>433</sup> Idem.

recursos vários. Flandres foi um desses locais geopoliticamente favoráveis para obtenção de recursos, pois sua posição estratégica das rotas comerciais, na circulação e no contato de pessoas e de informações contribuiu e influenciou nas guerras do século XVII em locais mais remotos.

Outro ponto que nos parece claro é de que a União Ibérica, que juntou as duas coroas em apenas uma representação monárquica, não fez com que acabasse o empurra-empurra de responsabilidades para saber de onde deveria sair os recursos para o socorro da Guerra de Pernambuco, pelo menos é o que se evidencia na documentação. Em carta régia de 1634 ao Conselho da Fazenda, ordenava Felipe IV, que a coroa portuguesa ficasse responsável pela aquisição de armas, munições e equipamentos para abastecer a armada destinada ao socorro da capitania de Pernambuco, resolvendo que deveriam “constar: peças, pólvoras, pelouros e mais coisas” enquanto que não se envie uma armada grande.<sup>434</sup>

Podemos observar, através do Arquivo Histórico Ultramarino, o desespero dos pedidos de ajuda nas diversas regiões através do Conselho da Fazenda, solicitando navios e petrechos para formar a armada que pudesse de fato socorrer Pernambuco. Em consulta, datada de 4 de janeiro de 1635, pedia a coroa que se levantasse pessoas em Miranda e Trás Montes.<sup>435</sup> No final desse mesmo mês, em 31 de janeiro de 1635, pedia a coroa que se “embarquem doze navios em Viana e cidade do Porto” para Pernambuco<sup>436</sup> e em 4 de fevereiro de 1635 se ordenava que enviassem “armas, âncoras, munições e equipamentos para o porto de Cádiz e Sevilha.”<sup>437</sup> Portanto, podemos observar que a organização de uma armada moveria quase todas as regiões dos dois países ibéricos, pois a mobilização para obter gente de guerra e petrechos acontecia em quase todos os cantos da península ibérica. Só nesses três documentos citados anteriormente, que se referem ao início de 1635, encontramos a participação de pessoas

---

<sup>434</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, Cx.2, D. 129, datada de 21 de setembro de 1634. Carta Régia (capítulo) de [D. Filipe III] ao Conselho da Fazenda ordenando que a Coroa portuguesa se responsabilize pela aquisição de armas, munições e equipamentos necessários para equipar a armada destinada ao socorro da capitania de Pernambuco.

<sup>435</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 2, D. 142, Lisboa 6 de janeiro de 1635. Consulta do Conselho da Fazenda ao rei [D. Filipe III] sobre a nomeação de Aires de Souza e Silva para levantar pessoas em Miranda e em Trás Montes, para irem na esquadra que vai para a capitania de Pernambuco.

<sup>436</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, Cx.2, D. 155, Lisboa 31 de janeiro de 1635. Portaria do Conselho da Fazenda ordenando que se desembarquem os navios que não estão entre os doze de Viana e Porto, para acompanhar a armada que vai a capitania de Pernambuco.

<sup>437</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, Cx.2, D. 156, datada de 4 de fevereiro de 1635. Carta Régia (capítulo) de [D. Filipe III] ao Conselho da Fazenda ordenando que se embarquem armas, âncoras, munições e equipamentos do porto de Cádiz e Sevilha para apresto da armada que vai de socorro da capitania de Pernambuco.

em Miranda e Tras Montes, de navios em Viana e Porto e petrechos bélicos que deveriam ser enviados através dos portos de Cádiz e Sevilha. Do norte de Portugal ao sul da Espanha, a logística para o socorro de Pernambuco parece ter contribuído na participação do denominado Brasil holandês. Não importa se vinham de Miranda, Tras Montes, Viana, Porto, Cádiz, Sevilla ou regiões da África, pois o necessário era ter a tropa holandesa como inimiga.

Gente que vinha de muito longe em busca de uma ascensão de vida e uma melhor condição financeira. Contudo, adverte Antônio Manuel Hespanha, uma diferença básica entre ascensão social e mobilidade social. Conceitos próximos e relacionáveis, embora distintos para o período em tela. Para o autor português, a mobilidade social não era almejada na sociedade do Antigo Regime, muito pelo contrário, a mudança era um acontecimento temido e raro pelos viventes dos seiscentos. Ascensão social sim era preterida, pois se desejava melhorar financeiramente.

Diferentemente de receber uma mudança divina, uma benção social que em casos extremos era promovida pelo Rei, representante legítimo de Deus. Esclarece Manuel Hespanha que os homens poderiam e buscavam enriquecer, mas não deixavam sua função social, assim um soldado poderia mudar economicamente, mas não deixaria de ser um militar. Poderia ficar rico e melhorar seu status, mas dificilmente se tornaria nobre. A nobreza dependeria de uma concessão divina ofertada pelo rei, embora existisse a compra de títulos de nobreza.<sup>438</sup>

Então, quando nos referimos a mobilidade social dos homens de guerra, não referimos o sentido de mobilidade social que se tem na sociedade contemporânea, mas de homens que mudavam de lugar com certa frequência em busca de melhores condições financeiras. Após os três primeiros anos dos confrontos militares deve ter acontecido um aumento da mobilidade social dos homens de guerra na capitania de Pernambuco, o que causava problemas na reposição de gente de guerra nos exércitos, tendo em vista o baixo número populacional no Reino para servir na guerra. As baixas dos contingentes nas tropas luso-espanholas parecem ter dado muito problema a Felipe IV e o mesmo deve ter ocorrido do lado dos neerlandeses.

Encontrou José Antônio Gonsalves de Mello, “uma pequena lista de empregados ou soldados da Companhia que passaram a cidadãos livres, a qual ilustra bem a

---

<sup>438</sup> HESPANHA, Antônio Manuel. *A mobilidade social no antigo regime*. Tempo, Niterói, v. 11, n. 21, jun. 2006. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-77042006000200009&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042006000200009&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 21 out. 2009. doi: 10.1590/S1413-77042006000200009.

diversidade de procedência dos elementos recrutados na Europa: há holandeses, alemães, noruegueses e escoceses”.<sup>439</sup> De acordo com Francisco Adolfo Varnhagen, a tropa holandesa também não teve uma homogeneidade nos lugares de onde vieram seus soldados, pois possuíam em seus terços “soldados flamengos, alemães, ingleses, franceses e até polacos”.<sup>440</sup>

Portanto, com o passar do tempo, além das baixas por tempo de serviço, deserções e das próprias mortes, aconteceram ainda soldados que abandonaram a carreira militar para viver de outros ofícios. Assim, podemos dizer que a mobilidade, nesse sentido, parece ter sido uma coisa que aconteceu com certa naturalidade e frequência, tanto soldados que passaram a serem artesãos, comerciantes e exercer outras tantas profissões, quanto os muitos profissionais que passaram a enquadrar exércitos. Vejamos como corrobora com esta ideia de aumento da migração de soldados após os dois primeiros anos de serviço o soldado Ambrósio Richshoffer, pois escreveu que em abril de 1632 quando regressou pela primeira vez a tropa holandesa:

“Pela manhã chegou novamente aqui o iate chamado *De Eenhoon* trazendo aviso de que brevemente partirão da Holanda vários navios conduzindo para aqui tropas frescas, a fim de renderem as velhas que breve completarão o prazo de três anos de seu engajamento. Não sendo possível obrigarem-nos a ficar mais tempo, nos rogaram amavelmente que continuássemos a servir, prometendo aos que quisessem ficar não só soldo dobrado, como postos de oficiais. Assim o meu Sr. Major prometeu-me (o que refiro sem vaidade) a primeira vaga de alferes que se desse na sua companhia. Muitos poucos, porém, aceitaram a oferta e todos mostraram grande desejo de voltar para a pátria. Se, porém, eu tivesse de ducados as vezes que me arrependi de não ter ficado no país, até que o meu Sr. Major voltasse para a Holanda, seria hoje mais rico que todos os marcadores aqui em Estraburgo. Assim, porém, o Senhor (que tudo faz para o bem) quis que fosse. No dia 11 chegou de novo felizmente aqui o iate chamado *De Brack*, trazendo como presa uma caravela espanhola carregada com 260 caixas de açúcar e muito rolos de tabaco. Em compensação fez de vela o Sr. Governador, com 14 companhias em 19 navios, para o Cabo de Santo Agostinho”.<sup>441</sup>

---

<sup>439</sup> Apud. Dag. Notule de 26 de julho de 1636: Opken Pieter, de Groeningen; Juriaen Gerritsz, Jan Dirksen e Jan Roeloffs, todos de Amsterdã, Pieter Hardy, escocês; Jan Andriesen, norueguês; Pieter Bac, de Buijcksloot; Hendrick Jansz, de Breman; Claes Jansz, de Enkhuijsen; Jan Jansz, de Dort. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Templo dos Flamengos. Influência e ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. Recife; Topbooks, 2000. p 57.

<sup>440</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2002. p 66.

<sup>441</sup> RICHSHOFFER, Ambrósio. *Diário de um soldado: (1629-1632)*. Organização e estudo introdutório Leonardo Dantas Silva; tradução de Alfredo de Carvalho. Recife: CEPE, 2004. p 144.

O trecho acima nos traz interessantes informações e reflexões a respeito da vida dos homens de guerra. A primeira delas trata do prazo de engajamento de três anos servindo na guerra, pois esse tempo dava o “direito” do soldado holandês voltar para sua casa. O aumento da mobilidade dos soldados é observado tanto porque o prazo expirado fazia com que os soldados pudessem retornar, bem como aqueles que ficassem tinham a possibilidade de mudar de patente e ter até o soldo dobrado. Embora, a proposta de ficar fosse tentadora, pois a companhia ofertava o aumento de patente e dobrava o valor do soldo “todos mostraram grande desejo de voltar”.

Embora Richshoffer tenha escolhido voltar para casa, pois não devia aguentar a difícil vida que levava e o risco que a guerra causava, mais tarde se arrependeu, pois acreditava que se tivesse permanecido teria ficado mais rico do que qualquer mercador de Estraburgo. Mas, o calor do momento não foi apenas a decisão de Richshoffer como da maioria dos soldados que estavam cheios da guerra e com saudades de voltar para sua “pátria”. Calor do momento que pelo menos deu a chance de escolher voltar para casa, diferentemente da ida, já que o soldado belga gostaria de ir para as Índias Orientais “mas, como não se nos oferecesse ocasião de fazê-lo, e a Companhia das Índias Ocidentais estivesse recrutando fortemente”<sup>442</sup> e assim terminou chegando a América.

A reposição dos soldados foi um problema tanto para Felipe IV quanto para os conselheiros dos dezenove. Essa dificuldade deve ter sido evidenciada e sentida no fim da resistência com a queda do Arraial do Bom Jesus, pois expunha Aires de Souza da Silva já em 4 de janeiro de 1635, que existia uma grande dificuldade para encontrar homens de guerra e recrutar pessoas em Miranda e Trás Montes.<sup>443</sup> Ao estudar as vicissitudes da administração holandesa no Brasil, o historiador Rômulo Xavier pôde constatar que os soldados que viveram nessa época estiveram entregues a sorte e ao acaso já que estavam inseridos no “labirinto atlântico”.<sup>444</sup> Por bem coloca o historiador a seguinte informação:

---

<sup>442</sup> RICHSHOFFER, Ambrósio. *Diário de um soldado: (1629-1632)*. Organização e estudo introdutório Leonardo Dantas Silva; tradução de Alfredo de Carvalho. Recife: CEPE, 2004. p 7.

<sup>443</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 2, D. 142. Datado de Lisboa, 4 de janeiro de 1635. Lisboa 6 de janeiro de 1635. Consulta do Conselho da Fazenda ao rei [D. Filipe III] sobre a nomeação de Aires de Souza e Silva para levantar pessoas em Miranda e em Trás Montes, para irem na esquadra que vai para a capitania de Pernambuco.

<sup>444</sup> NASCIMENTO, Rômulo Luiz Xavier do. *O “desconforto da governabilidade”: aspectos da administração no Brasil holandês (1630-1644)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFF, 2008. p 26.



“do recrutamento na Europa às matas do Nordeste brasileiro, as adversidades se colocavam entre as fantasias que alimentavam aqueles soldados, quase sempre de origem pobre, e o que os mesmos teriam de enfrentar no cotidiano da guerrilha. Na Holanda, o desejo de melhorar de vida através do serviço de três anos na Companhia. No Brasil, o desejo de sobrevivência ao inferno que a guerrilha os propiciava. Logo se via a WIC na difícil tarefa de conquistar um espaço ao mesmo tempo em que a administrava infortúnios. Sobre o destino daqueles soldados, muitas vezes as decisões em servir e para quem servir eram tomadas no calor do momento”.<sup>445</sup>

Se para formar e recrutar uma tropa exigia um esforço oneroso para a coroa, mantê-los era talvez um problema maior. Vimos no capítulo anterior que após a responsabilidade da defesa bélica da capitania estar nas “mãos” donatárias, a organização de retomada do Brasil passava a ficar sob o encargo da Junta de Felipe IV. Sendo assim, ficava a Junta encarregada também de pensar e providenciar, previamente, como deveria ser feita a manutenção das tropas, pelos menos foi o que aconteceu nos cinco primeiros anos da resistência contra a WIC.

---

<sup>445</sup> Idem. p 26.

### 3.2 – O valor dos soldados entre o estrondo das armas

Pelos cronistas da época, podemos observar que a vida de um soldado não era fácil, pelo contrário, era feita de “tiros” incertos e barulhos assombrosos. Ambrósio Richshoffer, na mudança de Olinda para o Recife escreveu que não pôde marchar porque estava doente de febre, mas mesmo assim foi “transportado com outros doentes e feridos em uma chalupa”.<sup>446</sup> Para piorar as coisas, dizia o soldado que quando a companhia chegou no Povo<sup>447</sup> encontraram “péssimos alojamentos”.<sup>448</sup> Desse modo, a maior “parte dos soldados licenciados deixava-se ficar na cidade, criando problemas difíceis de alojamento”.<sup>449</sup> Os soldados da WIC nos cinco primeiros anos da guerra ainda tinham estruturas piores daqueles que chegaram quando a resistência e o reforço metropolitano havia diminuído, pois oito anos após o período em tela, já na época nassoviano, começaram a “construir aquartelamentos (*quartieren*) ou palhoças (*hetten*), no total de 23.”<sup>450</sup> Não podemos afirmar que as tropas luso-espanholas tiveram uma estrutura muito diferente, principalmente após a invasão consolidada

De acordo com o historiador inglês, “*durante la mayor parte del tiempo la vida resultaba muy difícil para todos y, como es de suponer, cuanto más bajo estuvieras en el escalafón, más dura sería tu existência*”.<sup>451</sup> Nas guerras de Pernambuco do Brasil colonial, os soldados sofriam ainda mais com o clima e o desconhecimento do território. No diário do soldado de Richshoffer, o mesmo denuncia que tinha sido enviado “a pátria o iate *Den Eenhoorn* conduzindo soldados inválidos que não podem mais prestar serviços”.<sup>452</sup> José Antônio Gonsalves de Mello, que trabalhou com a documentação holandesa da época, escreveu que “as informações sobre o número de doentes faz-nos calcular que aproximadamente 1/3 da tropa estava impossibilitada de prestar serviço”.<sup>453</sup>

---

<sup>446</sup> RICHSHOFFER, Ambrósio. *Diário de um soldado: (1629-1632)*. Organização e estudo introdutório Leonardo Dantas Silva; tradução de Alfredo de Carvalho. Recife: CEPE, 2004. p 85.

<sup>447</sup> Era assim que era denominada a vila do Recife.

<sup>448</sup> RICHSHOFFER, Ambrósio. *Diário de um soldado: (1629-1632)*. Organização e estudo introdutório Leonardo Dantas Silva; tradução de Alfredo de Carvalho. Recife: CEPE, 2004. p 85.

<sup>449</sup> MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Templo dos Flamengos. Influência e ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. Recife; Topbooks, 2000. p 59.

<sup>450</sup> Apud. Dag. Notule de 5 de novembro de 1643. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Templo dos Flamengos. Influência e ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. Recife; Topbooks, 2000. p 88.

<sup>451</sup> PARKER, Angela e Geoffrey. *Los soldados europeos entre 1550 y 1650*. Cambridge University Press, AKAL, 1977. p 27.

<sup>452</sup> RICHSHOFFER, Ambrósio. *Diário de um soldado: (1629-1632)*. Organização e estudo introdutório Leonardo Dantas Silva; tradução de Alfredo de Carvalho. Recife: CEPE, 2004. p 106.

<sup>453</sup> MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Templo dos Flamengos. Influência e ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. Recife; Topbooks, 2000. p 48.

A inadaptação à região e a proporção da quantidade de soldados que iam desaparecendo ao longo do tempo foi assustador. Sobre a situação da tropa neerlandesa, é interessante a análise do historiador holandês Ernst Van Den Boogaart, que resume dizendo:

“A conquista do Recife em fevereiro de 1630, confrontou os neerlandeses com muitos problemas. Os portugueses sabiam impedir que os invasores penetrassem no interior. Durante três anos, eles encerraram quatro mil soldados, perto de dois mil marinheiros e várias centenas de funcionários civis no Recife diante do delta pantanoso dos rios Capibaribe e Beberibe. As tropas neerlandesas sofreram muito”.<sup>454</sup>

Portanto, o sofrimento com a guerra acontecia de ambos os lados e assim sendo, não é possível compreender que mesmo uma tropa mais munida belicamente e melhor preparada não tenha sofrido.

Devemos esclarecer, que dentro das diversas tropas ou terços que representavam a coroa espanhola, nem todas as companhias deveriam ter a mesma qualidade técnica militar, o mesmo soldo e as mesmas condições de vida. Assim, “*cuando escaseaba la comida, todos pasaban hambre, cuando se luchaba, todos corrían el riesgo de morir o quedar mutilados, y cuando obtenían una victoria, todos compartían el triunfo*”.<sup>455</sup> Cleonir Xavier, que investigou sobre as mercês dos soldados lusos para o período em tela, observou que os homens de guerra da resistência, passavam “fomes, longas caminhadas pela campanha e constantes lutas com o inimigo melhor armado e alimentado”.<sup>456</sup> Dizia o padre Antônio Vieira,

“Não há infantaria no mundo, nem mais mal paga nem mais mal assistida: é possível que hão de andar descalços e despidos uns corpos tão ricos de valor? Descalços e despidos os soldados do rei das Espanhas, do mais poderoso monarca do mundo? Bem sabemos a quanta estreiteza está reduzida a fazenda real no tempo presente, mas quando El-Rei neste estado não tiver outra coisa, a camisa (como dizem) havia de tirar para vestir os soldados. Nenhum soldado chegou nunca a tanta pobreza”.<sup>457</sup>

Não resta dúvida, que os marcos de uma guerra são muitas vezes irreparáveis, pois os combatentes poderiam sofrer desde ferimentos leves até mortes brutais. No estudo de Cleonir Xavier sobre as mercês concedidas, a historiadora encontrou

---

<sup>454</sup> BOOGAART, Ernst Van Den. *Morrer e Viver em Fernando de Noronha 1630-1654. Viver e morrer no Brasil holandês*. Recife: Fundal, Ed. Massangana, 2007. p 21.

<sup>455</sup> PARKER, Angela e Geoffrey. *Los soldados europeos entre 1550 y 1650*. Cambridge University Press, AKAL, 1977. p 26.

<sup>456</sup> Idem. p 27.

<sup>457</sup> Idem. p 27.

“numerosos casos de pessoas aleijadas durante a guerra”.<sup>458</sup> “*Lo cierto es que durante la mayor parte del tiempo la vida resultaba muy difícil*”<sup>459</sup> para os soldados, pois eram homens marcados pela brutalidade da guerra.

Em uma descrição genérica do aspecto de um soldado europeu, Geoffrey Parker nos informa que eles na maioria das vezes mal possuíam dentes, tinham deformações nos rostos, alguns chegavam a não ter um dos olhos, mãos, braços ou dedos, estavam quase sempre cheios de cicatrizes no corpo, outros eram mancos e muitos eram assolados pela varíola, sífilis, entre as diversas doenças da época.<sup>460</sup>

A estatura média de um soldado europeu nessa época era de 1,73 metros, os mais baixos possuíam 1,50 metros e os mais altos chegavam a ter 1,75 metros. Esclarece ainda Geoffrey Parker, que a estatura da população desse período era trinta centímetros mais baixa que a população atual.<sup>461</sup> Homens que na maioria das vezes possuíam barba, bigode e cabelos longos, pois acreditavam na força da aparência e na ferocidade da feição. Conforme colocou Sigrid Porto de Barros, “à faustosa indumentária masculina era sempre acrescentado um jogo de espada e adaga, ricamente adornadas”.<sup>462</sup>

Um dos mais importantes estudos iconográficos que retrata os militares foi pintado por Carlos Julião, que viveu de 1740 a 1811, pois demonstra como se vestiam os capitães e sargentos. Julião foi um militar italiano que esteve a serviço de Portugal no império português e embora sua formação não seja no campo das artes, o mesmo esteve na Índia, na China e no Brasil e suas obras tem grande importância para os historiadores da arte, pela sua atenção no desenho dos trajes e indumentárias.

---

<sup>458</sup> Idem. p 30.

<sup>459</sup> PARKER, Angela e Geoffrey. *Los soldados europeos entre 1550 y 1650*. Cambridge University Press, AKAL, 1977. p 27.

<sup>460</sup> PARKER, Angela e Geoffrey. *Los soldados europeos entre 1550 y 1650*. Cambridge University Press, AKAL, 1977. p 22. José Antônio Gonsalves de Mello disse que no período holandês o Recife teve um grande surto de sífilis.

<sup>461</sup> PARKER, Angela e Geoffrey. *Los soldados europeos entre 1550 y 1650*. Cambridge University Press, AKAL, 1977. p 22.

<sup>462</sup> BARROS, Sigrid Porto de. *Armas que documentam a guerra holandesa*. 1959. p 13. Panfleto pertencente à Biblioteca de José Antônio Gonsalves de Mello da coleção do Instituto Ricardo Brennand. Este trabalho esta com a referência JGM F688, tomo 8374 na Biblioteca do Instituto Ricardo Brennand.



463

1- Sargento Mor Das Minas Do Brasil. 2- Sargento Mor Auxiliar Da Milícia Urbana. 3- Capitão Mor Auxiliar Da Milícia Urbana. 4- Soldado De Malta. 5- Sargento Auxiliar Da Milícia Urbana. 6- Soldados Auxiliar Da Milícia Urbana. *Imagem - Quadro que representa as Armas da Cidade de Lisboa, e as diversas maneiras de vestir de Portugal principalmente da Corte 1779. Óleo sobre tela, 68,8 x 133,5 cm*

Através desse quadro podemos observar como se vestiam o sargento mor e os soldados no século XVIII. O primeiro e o segundo Julião pintou os sargentos e o sexto e o oitavo os soldados. Embora, Carlos Julião tenha pintado nos setecentos podemos observar uma grande diferença nos tipos humanos pintados por Albert Eckhout no século XVII. Além, dos cem anos de diferença devemos atentar que esses trajés pintados por Julião dizem respeito aos militares de Lisboa.

É provável, guardando as devidas proporções, que muitos desses soldados aportaram no Brasil para lutar na Guerra de Pernambuco, tanto para servir a coroa espanhola quanto a Companhia das Índias Ocidentais. Devemos acrescentar aos soldados que vinham do Reino, os ameríndios e mazombos<sup>464</sup> que lutaram e exerceram funções militares como o famoso Felipe Camarão. Conforme tratamos no capítulo

<sup>463</sup> Quadro que pertence ao acervo do Instituto Ricardo Brennand, localizado na Pinacoteca desta Instituição.

<sup>464</sup> Os mazombos eram filhos de estrangeiros nascidos no Brasil.

anterior, os índios e os mazombos foram imprescindíveis na estrutura da Guerra de Pernambuco pelo conhecimento territorial.

Para José Antônio Gonsalves de Mello, os soldados que serviram tanto na resistência quanto na restauração pareciam sempre na documentação como soldados esfarrapados, esfomeados e em péssimas condições, vejamos uma transcrição de um interessante documento encontrado pelo historiador:

“é uma lástima e uma vergonha para o Estado, ao qual os soldados prestaram juramento, vê-los ir pelas ruas, todos esfarrapados, com trapos arrastando, muitos sem poder cobrir o corpo, mais parecendo mendigos que soldados. Apanham as imundícies das ruas, que nem os porcos querem comer, para acalmar a sua grande fome; e como lhes falta o imprescindível para o sustento são levados a condições abjetas; apanham trapos nas ruas e nos canais e consideram sorte quando encontram algum farrapo ou graveto para lenha, pelo caminho. Procura cada um, ao romper do dia, anteceder aos outros em percorrer as ruas e a praia a ver se encontra algo que lhe possa servir. Muitos particulares, soldados e menos oficiais holandeses saíam em jangadas a pescar ou apanhar caranguejos pelos mangues”.<sup>465</sup>

A descrição acima aborda as características dos soldados neerlandeses ou daqueles que estavam a serviço da companhia holandesa. Observamos que tanto de um lado, quanto do outro os sofrimentos foram inevitáveis. Assim, a busca por alimentos para a sobrevivência, por pólvora para munir os armamentos e homens de guerra para suprir as baixas dos contingentes eram elementos importantes no decurso da guerra. De acordo com Ernst Van Den Boogart, “quase todos os soldados andam nus e descobertos, marchando como os brasileiros sem camisas, roupas, sapatos e meias, o que seguramente é lastimoso ver”.<sup>466</sup>

As características dos soldados que vinham para combater os holandeses da Europa era muito próximo daqueles que vinham servir à tropa de resistência para a coroa espanhola. Encontramos na *instrucion secreta*, das discussões da Junta para o Socorro da Guerra de Pernambuco que desde a Europa, a armada de resistência deveria seguir com “*medias, capatos, camisas, sombreros para las gentes de guerra*”.<sup>467</sup> Mas ao que parece na prática os soldados tinham outra realidade e muitos “*se veían obligados a*

---

<sup>465</sup> MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Templo dos Flamengos. Influência e ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. Recife; Topbooks, 2000. p 167. Essas afirmativas do autor são baseadas na Gen. Missive ao cons. Dos XIX, datada do Recife, 15 de fevereiro de 1650 e da Dag. Notule de 13 de março de 1647.

<sup>466</sup> BOOGAART, Ernst Van Den. *Morrer e Viver em Fernando de Noronha 1630-1654. Viver e morrer no Brasil holandês*. Recife: Fundal, Ed. Massangana, 2007. p 21

<sup>467</sup> AGS, Guerra Antígua, Legajo 1025.

*luchar descalzos y casi desnudos*”.<sup>468</sup> A roupa era outro elemento de distinção social e de demonstração de poder, servia tanto para mostrar *status*, quanto para impor moral e nem tanto para trazer conforto. Interessante passagem do diário de Richshoffer ele conta o seguinte:

“Na referida peleja de 14 arranquei, a um espanhol morto, que parecia não ter sido nenhum soldado ordinário ou mosqueteiro, um bonito par de calças de linho, que lhes desciam até os artelhos. Estavam bastante manchadas de sangue, o que não me horrorizou, pois tirei-as fora. Eram ornadas de rendas na abertura e nas bocas, e todas cozidas duas vezes e pespontadas com seda branca, poupando-me assim usar um par de meias de linho”.<sup>469</sup>

Nessa descrição particular, podemos notar que nem sempre está certo, o jargão de que os homens de guerra são melhores armados do que vestidos. Parece que o soldado belga gostava de se apresentar bem, pois em sua falsa modéstia falou em certo momento que “era o mais vistosamente trajado, e levava ao lado uma espada prateada e no chapéu belas plumas de cores de laranja, branca e azul”.<sup>470</sup>

De acordo com Sidrid Porto de Barros, o traje utilizado pelos soldados da época era algo comum, “pois o uniforme militar só veio a ser consagrado, definitivamente, a partir do terceiro quartel do século XVII”.<sup>471</sup> Assim, para o escritor “os soldados holandeses combatiam de calções amplos, camisa, gibão de pano ou couro, meias e sapatos, às vezes botas, morriões e algumas peças de armadura”.<sup>472</sup> Já os soldados luso-espanhóis

“aprestavam-se para o combate, usando roupa simples de algodão, casaco curto, chapéu, pés descalços, suas armas comuns e bandoleira com cartuchos. Os oficiais, também sem grande uniformidade, traziam como insígnia a faixa e o bastão característico. Uma ou outra peça de armadura, como morrião, o gorjal e escarcelas nos homens a cavalo. Era de uso na época o chapéu de feltro ou castor, de aba larga, copa alta, ornado com uma vistosa pluma vermelha ou branco, ou mesmo com uma simples pena. As capas pendiam dos ombros e caíam sobre a espada. As pessoas de categoria usavam sapatos de entrada baixa e

---

<sup>468</sup> PARKER, Angela e Geoffrey. *Los soldados europeos entre 1550 y 1650*. Cambridge University Press, AKAL, 1977. p 22.

<sup>469</sup> RICHSHOFFER, Ambrósio. *Diário de um soldado: (1629-1632)*. Organização e estudo introdutório Leonardo Dantas Silva; tradução de Alfredo de Carvalho. Recife: CEPE, 2004. p 78.

<sup>470</sup> Idem.

<sup>471</sup> BARROS, Sigrid Porto de. *Armas que documentam a guerra holandesa*. 1959. p 21. Panfleto pertencente à Biblioteca de José Antônio Gonsalves de Mello na coleção do Instituto Ricardo Brennand. Referência atual: JGM F688.

<sup>472</sup> Idem.

bico quadrado, com tacão alto, ou botas moles com grandes canhões em funil e esporas de grandes rosetas”.<sup>473</sup>

As descrições sobre os soldados não são iguais e homogêneas, muito pelo contrário, cronistas, documentos e obras de arte apresentam soldados de uma forma específica para cada caso, assim como a historiografia. Observamos que as armas eram elementos de distinção social, seja um mosquete ou uma espada, esses homens que possuíam essas armas tinham um diferencial, um poder bélico que impunha respeito.

Se observarmos as imagens que tratam dos homens do período nas telas Albert Eckhout, pintor que chega dois anos após o nosso período na comitiva do conde Maurício de Nassau, vemos que estão sempre relacionadas à guerra, possuindo os homens armas nas mãos. Já as mulheres possuem elementos que estão relacionado a coleta e ao cuidado com os filhos. Observando as telas do gênero masculino pintados por Eckhout, encontraremos tanto o mestiço, quanto os índios (tupinambá e tapuia) e o negro na posse de armas que provavelmente eram utilizadas na Guerra de Pernambuco do Brasil holandês. Abaixo, podemos comparar as armas e os trajes do mestiço e dos índios.

---

<sup>473</sup> BARROS, Sigrid Porto de. *Armas que documentam a guerra holandesa*. 1959. p 21. Panfleto pertencente à Biblioteca de José Antônio Gonsalves de Mello da coleção do Instituto Ricardo Brennand. Referência atual: JGM F688.





Todos os quadros acima foram pintados por Albert Eckhout e trata-se de óleo sobre tela que medem respectivamente: 265 x 163 cm, 167 x 159 cm e 266 x 159 cm. Estes quadros pertencem ao Museu Nacional de Copenhague, na Dinamarca.

No primeiro quadro acima, podemos observar duas armas de origem europeia que devem ter sido amplamente utilizadas na Guerra de Pernambuco e que o mestiço utiliza com orgulho. Na cintura observamos uma espada com um copo bem trabalhado e na mão esquerda podemos observar um mosquete com o recurso da pederneira, arma bastante cobiçada no século XVII. Do outro lado, podemos ver que os índios estão com a presença dos perigosos arco-e-flecha. O índio tupinambá além de flechas possui uma faca portada em sua cintura e que ainda hoje observamos homens de campo levar dessa maneira. É interessante notar que todos os homens pintados por Eckhout possuem armas, como se a guerra fosse feita para o gênero masculino, como se lutar fosse inerente ao homem forte.

Faz-se também relevante fazer uma crítica de que a pintura de Eckhout não trata de uma realidade, mas de uma aproximação da mesma através de um olhar colonizador. Da mesma maneira que Michel de Certeau demonstra o olhar colonizador do quadro em

que Américo Vespúcio encontra a Índia América,<sup>474</sup> devemos saber que esse olhar comparativo dos tipos humanos nas obras de Eckhout também estiveram presentes.

Assim, o exemplo das armas do mestiço e do índio também é um olhar de colonizador, a busca pelo exótico que passa pela estranheza do outro. Os quadros dos homens pintados por Albert Eckhout por si só são um gesto colonizador, desde sua forma de relacionar a maneira de pintar, pois acreditavam estar levando a cultura aos selvagens que deveriam ser retratados para o mundo Europeu.

Mesmo com uma rica documentação dos dois lados da guerra, fica difícil fazer uma estimativa exata do número de soldados que lutaram no Brasil holandês, bem como do percentual de soldados que morreram no decurso da guerra. No que se refere a estimativa dos soldados da Guerra de Pernambuco, podemos dizer que por diversos problemas de saúde, inadaptação do clima e doenças a tendência dos guerreiros era de morrer e não de viver. Assim, o habitual era o falecimento dos combatentes ao longo do tempo. Viver e morrer no cotidiano dos soldados era um fio tênue que estava associado a sorte de cada soldado. Richshoffer, que viveu na época, não chegou a arriscar quantos soldados deveriam ficar vivos quando chegou uma companhia de 155 soldados, pois afirmou que “só o Altíssimo sabe!”<sup>475</sup>

No início da conquista de Olinda pelos holandeses em 1630, o padre João Baers nos informa que antes de sua chegada já havia “mais de dois mil moradores, que eram portugueses, três companhias de soldados; havia também alguns cavalheiros que então se achavam em Olinda ou tinham vindo do interior”.<sup>476</sup> Dizia João Baers que esses cavaleiros vindos do interior “eram filhos de camponeses ou senhores de engenhos, sendo Governador ou Comandante um tal Matias de Albuquerque, cujo irmão, morador em Portugal é senhor da Capitania de Pernambuco”.<sup>477</sup> Richshoffer fala que em sua armada foram desembarcados “2.101 soldados e 669 marinheiros, junto com duas pequenas peças que atiravam balas de 3 libras.”<sup>478</sup>

Os números apresentados pelas documentações e pelos viajantes falam em mil e quinhentos, em três mil até mais de sete mil homens de guerra em cada armada. São números conflitantes e que muitas vezes possuem um caráter panegírico. Assim,

---

<sup>474</sup> CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p 8. Refiro-me ao trabalho apresentado na obra de Michel de Certeau de Jan Van der Straet.

<sup>475</sup> RICHSHOFFER, Ambrósio. *Diário de um soldado: (1629-1632)*. Organização e estudo introdutório Leonardo Dantas Silva; tradução de Alfredo de Carvalho. Recife: CEPE, 2004. p 117.

<sup>476</sup> BAERS, Padre João. *Olinda conquistada*. Recife: CEPE, 2004. p 43.

<sup>477</sup> Idem.

<sup>478</sup> RICHSHOFFER, Ambrósio. *Diário de um soldado: (1629-1632)*. Organização e estudo introdutório Leonardo Dantas Silva; tradução de Alfredo de Carvalho. Recife: CEPE, 2004. p 59.

devemos esclarecer que nem sempre os viventes faziam ideia do contingente inimigo e suas estimativas passavam muitas vezes longe do aproximado. Mesmo com a imprecisão dos números, tudo parece indicar que nos cinco primeiros anos da guerra, os holandeses tiveram mais soldados recrutados da Europa do que a coroa espanhola. Isso porque os espanhóis poderiam contar oficialmente com os luso-brasileiros que já se encontravam no Brasil, que segundo João Baers só em Olinda existiam 2 mil pessoas. Sabemos, através da documentação do Ultramarino e de Simancas, que o quantitativo estimado da resistência ou do socorro que partia da Europa girava em torno 1.500 a 3 mil homens de guerra, pois esse é o número recorrente na documentação.<sup>479</sup> Mas, esse número era apenas da primeira armada de socorro. Ora se fala em 3 mil homens, mas devido as dificuldades em que se encontrava a coroa espanhola se enviava na maioria das armadas de 1630 em torno de 1500 homens de guerra. É compreensível, embora exagerado, o número de mais de sete mil soldados informado por Richshoffer em sua armada. Porém, deve-se entender que era uma tropa conquistadora, que teria de ser grande para invadir, ocupar a capitania e tomar conta dos principais pontos conquistados. Mesmo assim, nos parece um número exorbitante.

Em uma das cartas em Simancas, a Junta de Socorro à Pernambuco cogitava que caso não pudesse desembarcar toda “*se desembarquen 2500 infantes con toda la artilleria*”<sup>480</sup>, além do mais, instruía a junta que os navios que fossem à Bahia e à Paraíba e que depois voltassem para a Espanha deveriam trazer “*los azuceres los embie bien guardados*”.<sup>481</sup> Notemos que as preocupações técnicas não fazia com que a coroa esquecesse do lucro, nesse caso eram os açúcares que deveriam voltar bem guardados pelo seu valor e cobiça.

Passado o período da conquista esse número da tropa neerlandesa receberia uma redução drástica de seu efetivo “estacionado para 18 companhias, isto é, cerca de 3 mil soldados, dispensando-se os de nacionalidade inglesa, escocesa e francesa, conservando-se os de holandeses e alemães”.<sup>482</sup> Segundo José Antônio Gonsalves de Mello, chegou um determinado momento que o conselho dos XIX ordenava que

---

<sup>479</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 2, D. 160, Lisboa 11 de fevereiro de 1635. Decreto da regente. [duquesa de Mântua], D. Margarida de Sabóia, ordenando que se faça consulta sobre o regimento que se dará ao governo da armada. [D. Francisco de Faro], que vai ao Brasil.; e AGS, Guerra Antígua, Legajo 1025. Carta datada de 20 de dezembro de 1630.

<sup>480</sup> AGS, Guerra Antígua, Legajo 1025.

<sup>481</sup> AGS, Guerra Antígua, Legajo 1025.

<sup>482</sup> Apud. Carto do conselho dos XIX ao conde de Nassau, datada de Amsterdã, 18 de abril de 1642. MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Templo dos Flamengos. Influência e ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. Recife; Topbooks, 2000. p 174.

“dispensassem os majores que serviam no Brasil, passando o maior posto militar a ser o de capitão”.<sup>483</sup>

A dificuldade da vida dos homens da WIC estava intimamente relacionadas a situação financeira da companhia de comércio holandesa, assim como a vida dos soldados da resistência luso-brasileira estavam vinculadas às finanças da coroa espanhola. Tudo indica que o número dos dois exércitos foi diminuindo ao longo do tempo. Após a conquista dos holandeses, com a queda do Arraial do Bom Jesus e com a “paz” nassoviana é mais que lógico a redução do exército holandês. Deserções, baixas por tempo de serviço, mortes por doenças e ocasionadas por armas de fogo, a relativa segurança obtida com as conquistas de Pernambuco e parte das capitâneas anexas, além do retorno financeiro a todo custo dos conselheiros dos dezanove, fizeram exército holandês mais vulnerável no período da restauração pernambucana do que no período da resistência.

Do lado da resistência podemos falar que depois de cinco anos da guerra, as mesmas perdas do contingente por baixas e deserções a coroa espanhola teve que conter os problemas políticos da restauração portuguesa. Logo, defender a metrópole sempre foi prioridade em detrimento de defender a colônia, mas agora essa necessidade era mais urgente.

A tropa de resistência que daria apoio a Matias de Albuquerque seria composta por 2500 homens. Assim, a proporção não era desoladora, embora não garantisse a retomada da colônia brasileira. A documentação luso-espanhola fala no número de três mil homens na tropa holandesa, mas explica Evaldo Cabral, que “dependendo da extensão da área visada, a tropa, que podia chegar a 500 ou 600 homens, subdividia-se em companhia de 50, 60, 70 soldados, caindo de surpresa sobre engenhos e povoações de marinha”.<sup>484</sup>

No que se refere ao envio de pessoas de guerra da armada de Toledo que iria reforçar a armada de Oquendo sabia, os que compunham a Junta, que deveria se prover “*armas para los naturales del Brasil*”<sup>485</sup> e calculavam que o reforço da armada deveria

---

<sup>483</sup> Apud. Gen. Missive ao conselho dos XIX datada do Recife, 2 de abril de 1643; havia então seis majores na colônia: Cornelis Bayart, Cornelis Craij, Sedneum van Points, Ernest van Breme, Marten van Els e Charles van Dyck, que serviam respectivamente em Maurícia, no rui São Francisco, Paraíba, Maranhão, Serinhaém e Muribeca. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Templo dos Flamengos. Influência e ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. Recife; Topbooks, 2000. p 174.

<sup>484</sup> MELLO, Evaldo Cabral de 1936. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. São Paulo: Ed. 34, 2007. p 60.

<sup>485</sup> AGS, Guerra Antígua, Legajo 1025.

ser em torno de “*sinco mil y desembarcado la mitad en tierra, quedara la outra mitad en la armada para su defensa y seguridad y há se procurar que vaia la menos gente bisonha que se pueda*”.<sup>486</sup> Então, o número ideal estimado pela Junta para o socorro de Pernambuco era para um total de cinco mil infantes, sendo dois mil e quinhentos desembarcados em terra e a outra metade ficaria nas fortificações para “*su defensa y seguridad*”.<sup>487</sup> Sabemos que esse número de imediato não aportou em Pernambuco para a retomada da capitania de uma só vez. Portanto, devemos compreender que os números aqui problematizados do reforço para as tropas de resistência demonstram que o reforço espanhol não foi suficiente. Todavia, a logística e o esforço das duas coroas na retomada da capitania de Pernambuco também revelam que a capitania não esteve relegada a própria sorte, pois tentou Felipe IV retomar da maneira que podia e dos recursos que dispunha.

No que tange as finanças para pagar a tropa e a obtenção de infantes para a guerra, identificamos na documentação espanhola o nome de Don Francisco de Azevedo como um dos responsáveis para reunir gente e reforçar as armadas iniciais de socorro a Pernambuco. Ordenava a Junta que remetesse seis ou oito mil ducados para Francisco de Azevedo para que ele acrescentasse marinheiros na armada que partiria sob o comando de Frandique de Toledo.<sup>488</sup> O custo de uma tropa varia conforme o tempo e a qualidade dos seus soldados. Também mudava conforme as maneiras de recrutamentos, através de algum aliciador ou organizador nomeado para isso. Conforme vimos no início deste capítulo, alguns homens ofereciam seus serviços para recrutar uma companhia de sua região que morava e exercia influência, assim cada homem responsável pela formação de uma companhia, quando se oferecia, também demonstrava seu preço e o valor de uma tropa por ele recrutada. Vimos, no início do capítulo, que Antônio Bezerra para exercer o ofício de capitão requeria um soldo de 80 mil ducados.<sup>489</sup>

Devemos compreender que o soldo varia conforme a patente, mas também conforme a confiança e influência política que o militar possuía junto à família real e seus membros. Em uma comparação grosseira, podemos observar que o Conde Maurício de Nassau-Siegen não teve o mesmo soldo do governador Waenderburg que o

---

<sup>486</sup> Idem.

<sup>487</sup> Idem.

<sup>488</sup> AGS, Guerra Antígua, Legajo 1025.

<sup>489</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 3, Doc. 226. Lisboa, 8 de janeiro de 1636. Requerimento do capitão Antônio Bezerra Monteiro ao rei do dito posto para retornar à guerra da capitania de Pernambuco, por ali ter deixado seus pais, quando foi preso e levado pelos holandeses a Índia.

sucedeu ou do Conde de Bagnuolo da tropa adversária. Os exemplos são variados, mas servem para demonstrar que a patente não era o único elemento de distinção financeira para os soldados, capitães, alferes entre outros. A experiência era fundamental para os cargos relevantes e o exemplo de Nassau cabe novamente aqui. O conde tinha uma grande experiência contra os espanhóis na Europa e agora vinha desenvolver suas habilidades na América, além disso, possuía grande influência na casa de Orange.<sup>490</sup> Logo, possui destaque militar e força política suficiente para receber um soldo três vezes maior do que recebia, além de ganhar 3% de todas as presas de guerra a mar que conquistasse para a WIC.

O historiador Frans Leonard Schalkwijk, informa que o soldo de um soldado era praticamente o mesmo do “salário” de um professor de língua, recebendo um “salário de 12 florins mensais, como um cabo no exército”.<sup>491</sup> Opinião diferente tem José Antônio Gonsalves de Mello, que fala que o soldo de um soldado “da WIC no Brasil orçava em 60 florins mensais”.<sup>492</sup> O número apresentado por José Antônio se aproxima do soldo de 80 mil cruzados solicitados pelo capitão Antônio Bezerra.<sup>493</sup> Não teve a mesma sorte Ambrósio Richshoffer que se alistou “por oito florins holandeses mensais, um *shilling de arrhas* e outro tanto meio-solo diário”.<sup>494</sup> Com um salário tão baixo muitas vezes a tropa recebia um adiantamento para poder aceitar as difíceis condições que iriam enfrentar, como foi o caso do próprio Richshoffer que recebeu “dois meses de soldo adiantado a fim de aprestar-se para a viagem”.<sup>495</sup> Porém, o adiantamento do soldo não significaria que depois não pudesse ter o soldo atrasado.

Deve-se perceber que cada exército, terço ou tropa poderia receber um valor maior ou menor realizando, praticamente, o mesmo serviço, seja para Felipe IV ou para WIC. Assim, o valor de um soldado variava dentro de um mesmo exército e até de uma mesma patente. De acordo com José Antônio Gonsalves de Mello, muitos soldados deixaram dívidas pelo seu estado de miséria, conforme descreve o relatório oficial de

---

<sup>490</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. *Nassau: governador do Brasil Holandês*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. 289 p.

<sup>491</sup> SCHALKWIJK, Frans Leonard. *Índios Evangélicos no Brasil Holandês*. In: *Viver e morrer no Brasil holandês*. Recife: Fundal, Ed. Massangana, 2007. p 117.

<sup>492</sup> MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Templo dos Flamengos. Influência e ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. Recife; Topbooks, 2000. p 79.

<sup>493</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 3, Doc. 226. Lisboa, 8 de janeiro de 1636. Requerimento do capitão Antônio Bezerra Monteiro ao rei do dito posto para retornar à guerra da capitania de Pernambuco, por ali ter deixado seus pais, quando foi preso e levado pelos holandeses a Índia.

<sup>494</sup> RICHSHOFFER, Ambrósio. *Diário de um soldado: (1629-1632)*. Organização e estudo introdutório Leonardo Dantas Silva; tradução de Alfredo de Carvalho. Recife: CEPE, 2004. p 7.

<sup>495</sup> Idem. p 8.

1637, dizendo que “ficaram devendo grandes somas aos armazéns que nunca pagarão; a agricultura nenhum particular adiantamento teve e os colonos, reduzidos à miséria, fizeram-se pela maior parte soldados”.<sup>496</sup> Quem não recebia não podia pagar, assim a dívida devia ser a tônica financeira da vida de muitos soldados. Muitos nem chagavam a pagar e se demandavam de volta para casa. O fato de saber da volta também poderia possibilitar o “calote”, pois de volta a casa do outro lado do Atlântico dificilmente teria um cobrador.

Já que a situação financeira da coroa hispânica não era das melhores, a tendência era que essa condição repercutisse nos seus petrechos e armamentos que deveriam seguir para Pernambuco. Embora, devemos perceber que não foram apenas as armas que determinaram as conquistas nas guerras do Brasil holandês. Contudo, devemos saber que as munições e os instrumentos de guerra foram elementos importantes para conquistar o território, ganhar respeito do inimigo e impor medo ao adversário.

Tudo indica que no início do conflito, os militares da companhia holandesa encontravam-se melhor armados e abastecidos de munições do que os luso-brasileiros. No início da ocupação da capitania de Pernambuco pelos holandeses, os fortes não estavam bem providos de gente de guerra e petrechos, defesa essa que ao extenso dos cinco anos não mudou muito, pois em 7 de março de 1635, informava o Conselho da Fazenda, que ainda existia a “falta de pólvora e munições que há na capitania de Pernambuco”.<sup>497</sup>

Em documento bem anterior, em uma Consulta do Conselho da Fazenda ao Rei Felipe IV, ainda no período *ante bellum*, encontra-se alguns sinais sobre as armas que foram utilizadas na Guerra de Pernambuco pelo seu governador, Matias de Albuquerque Coelho. Os petrechos solicitados eram: “de seis a oito mil arcabuzes de Biscaya, chumbo feito em pellouros, muito murrão, pólvora, piques, duzentos piques de ferro, *enxadas*, peças de artilharia de bronze, balas de 22 libras”.<sup>498</sup> Lembrava inclusive o dito conselho “que estão escolhidas mil ballas de diferentes sortes para se lhe mandarem”.<sup>499</sup> Pequenas peças de artilharia faziam muitas vezes a diferença na guerra, como a enxada

---

<sup>496</sup> Apud. Breve discurso sobre o estado das quatro capitanias conquistadas. RIAP. p 167. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Templo dos Flamengos. Influência e ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. Recife; Topbooks, 2000. p

<sup>497</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 3, D. 161. Madrid. 7 de março de 1635. Carta régia (capítulo) de [D. Filipe III] ao Conselho da Fazenda sobre uma consulta do Conselho de Estado informando a falta de pólvora e munições na capitania de Pernambuco.

<sup>498</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 2, D. 101. agosto de 1624. Grifo meu.

<sup>499</sup> Idem.

citada em parte do documento. Em contrapartida, encontramos outras armas de um poder maior de destruição como o arcabuz.

Os historiadores da guerra puderam constatar, ao longo do tempo, que a utilização de variados utensílios, principalmente de ferramentas oriundas de pessoas do campo foram peças importantes, pois muitas vezes se transformaram em armas perigosas e eficazes no combate armado.

Na falta de matéria prima específica da guerra, esses artefatos se constituíram em soluções viáveis para determinadas situações. Assim, agricultores e camponeses eram vistos como aliados importantes nas lutas. Na de Pernambuco, a figura mais requerida para essa parceria era, sem dúvida a estirpe dos senhores de engenho, pois podiam disponibilizar seus cavalos, suas armas, as ferramentas para a guerra e seus escravos. De acordo com Sigrid Porto de Barros, “a sede de guerrilhas era a casa grande dos engenhos que, polivalente em suas funções, foi refúgio, depósito de munições, concentração militar, esconderijo de escravos-espias, hospital e escritório”.<sup>500</sup> O machado, as achas de arma, a enxada e outras peças que serviam inicialmente para o cultivo da terra e para lidar com os animais são exemplos claros da contribuição militar desse segmento da sociedade na guerra.

Podemos considerar que os camponeses e os diversos artífices puderam ser agentes ativos nos duelos, transformando seus instrumentos de trabalho em perigosos petrechos de guerra. As histórias das armas brancas<sup>501</sup> estão muitas vezes relacionadas à agricultura e a caça para posteriormente serem empregadas nas batalhas. Portanto, era possível que nos engenhos existissem armeiros que improvisassem bastante, “transformando foices de roçar em armas de haste, afiando paus tostados, adaptando pontas de ferro e facões a lanças e dardos, ou varas grossas cortadas nos matos, ou mesmo aguçando velhas espadas enferrujadas”.<sup>502</sup>

---

<sup>500</sup> BARROS, Sigrid Porto de. *Armas que documentam a guerra holandesa*. 1959. p 18. Panfleto pertencente à Biblioteca de José Antônio Gonsalves de Mello da coleção do Instituto Ricardo Brennand. Este trabalho esta com a referência JGM F688, tomo 8374 na Biblioteca do Instituto Ricardo Brennand.

<sup>501</sup> A denominação de armas brancas esta vinculada ao processo de sua fabricação, pois desde sua fundição o metal emite clarões quase brancos e no momento de polidez ela solta um resíduo branco, daí o nome armas brancas. No Aurélio o significado de arma branca é o seguinte: “Qualquer arma constituída essencialmente de uma lâmina metálica e destinada a produzir ferimentos cortantes ou perfurantes, no combate a curta distância e na luta corpo a corpo”. Ver *Aurélio Dicionário Eletrônico*.

<sup>502</sup> BARROS, Sigrid Porto de. *Armas que documentam a guerra holandesa*. 1959. p 18. Panfleto pertencente à Biblioteca de José Antônio Gonsalves de Mello da coleção do Instituto Ricardo Brennand. Referência atual: JGM F688.



O exemplo trazido pelo historiador José Antônio Gonsalves de Mello, de que sinos poderiam ser transformados em canhões de guerra é uma clara demonstração da complexidade da guerra e da fabricação de seus materiais.<sup>503</sup> A guarda dos materiais bélicos nem sempre eram armazenados em locais bem delimitados e apropriados, pois um “velho convento, fundado em 1606, fazia parte, como se sabe, do forte Enerto, servindo de alojamento e também de depósito de armas e munições”.<sup>504</sup> Engenhos, conventos, mercados públicos, matas, fortes e o trem militar poderiam servir de abrigo para petrechos e soldados.

Sabemos que muitos dos armamentos empregados nas guerras europeias foram trazidos para a Guerra de Pernambuco do século XVII. No Brasil, outros recursos ajudaram nas pelepas do dia-dia da guerra colonial, assim como as técnicas militares que vinham da Europa.<sup>505</sup> A importância dos instrumentos de guerra também foi uma preocupação da Junta composta em Madrid.

Embora, alertasse que era necessário levar a gente de mar mais útil, também chamava atenção os membros do rei espanhol para que “*en los navios se lleven armas de respeito*” e “*en particular mosquetes que es la que haz mas effeto en la mar*”.<sup>506</sup> Sabia os membros conselheiros de *El Rei* que na história da guerra o poderio dos armamentos atrelado ao conhecimento do território era pré-requisito para o sucesso no conflito armado.

A estratégia da luta em um plano maior requeria, no final das contas, muito mais que soldados valentes. Sendo assim, solicitava a Junta pessoas úteis no mar, mas também alertavam para a necessidade de armas de respeito, em específico de mosquetes. Desta forma, chamava atenção a Junta para cada navio levar “*algumas carabelas y barcos de respecto para la desembarcaciones*”,<sup>507</sup> pois sabia que nem só de armas e soldados se fazia uma guerra. Precisavam dá condições para que os soldados e os petrechos fossem bem empregados.

Assim, continuava informando à Junta que mandasse “*algunos ingenieros militares, artificios de fuego que se debe armas, pólvora, cuerda y otras municiones de respecto*”.<sup>508</sup> A Junta acrescentava que “*se tiene notícia que la principal falta es de*

---

<sup>503</sup> MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Templo dos Flamengos. Influência e ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. Recife; Topbooks, 2000. p 45.

<sup>504</sup> Idem. p 232.

<sup>505</sup> Trabalhamos a estrutura da Guerra de Pernambuco do Brasil holandês no capítulo anterior 2.2.

<sup>506</sup> AGS, Guerra Antigua, Legajo 1025.

<sup>507</sup> Idem.

<sup>508</sup> Idem.

*pólvora*”.<sup>509</sup> Notamos que não necessitava ter apenas mosquetes, arcabuz e canhões se não havia uma boa quantidade de pólvora, corda e pequenos aparatos da guerra. Pólvora, corda e munições que faziam grande falta na capitania de Pernambuco para combater o inimigo holandês.<sup>510</sup> Se encontramos na documentação luso-espanhola a falta de munição para a recuperação da capitania pela coroa espanhola, do lado neerlandês afirmou Ambrósio Richshoffer, logo no início do confronto, que havia “grande quantidade de pólvora, balas e tudo o mais necessário à execução da nossa empresa e próprio para o sustento das tripulações”.<sup>511</sup> Sabemos que ao longo do tempo, a história foi outra, pois não eram apenas os soldados da WIC que iam desaparecendo, mas as munições também. A nosso ver, no que tange o ponto dos armamentos, acreditamos que no início os neerlandeses levaram certa vantagem, mas ao passar do tempo com o desgaste da guerra e com a chegada dos socorros da Europa os luso-brasileiros se igualaram nas forças bélicas.

De acordo com Sigrid Porto de Barros, não foram poucas as armas empregadas nas batalhas de Pernambuco do Brasil holandês, dentre elas estão às armas de fogo que eram: o arcabuz, o mosquete, a clavina, a escopeta, a pistola, o bacamarte e suas peças de artilharia e munições. Além das armas de fogo, também foram utilizadas as chamadas armas de haste, que são os piques, alabardas e partazanas e as armas brancas que são as espadas, adagas, punhais e facões.<sup>512</sup> Armas que tiraram destruíram vidas, modificaram a paisagem e impuseram novas formas de poder.

Dentre essa infinidade de armas, foi o mosquete a arma mais cobiçada e útil na guerra. Embora, tenha sido o arcabuz<sup>513</sup> a primeira arma de fogo portátil e fora empregada na Guerra de Pernambuco, possuía essa arma muitos inconvenientes como a lentidão do tiro, nos dias de chuva o morrão apagava, molhava a pólvora e inutilizava a arma. O cheiro de morrão era outro problema, pois identificava os atiradores nas emboscadas, além do arcabuzeiro ou o mosqueteiro ter que levar consigo uma grande

---

<sup>509</sup> Idem.

<sup>510</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 3, D. 161. Madrid. 7 de março de 1635. Carta régia (capítulo) de [D. Filipe III] ao Conselho da Fazenda sobre uma consulta do Conselho de Estado informando a falta de pólvora e munições na capitania de Pernambuco.

<sup>511</sup> RICHSHOFFER, Ambrósio. *Diário de um soldado: (1629-1632)*. Organização e estudo introdutório Leonardo Dantas Silva; tradução de Alfredo de Carvalho. Recife: CEPE, 2004. p 47.

<sup>512</sup> BARROS, Sigrid Porto de. *Armas que documentam a guerra holandesa*. 1959. p 22. Panfleto pertencente à Biblioteca de José Antônio Gonsalves de Mello da coleção do Instituto Ricardo Brennand. Referência atual: JGM F688.

<sup>513</sup> O arcabuz foi à primeira arma de fogo portátil utilizada na Batalha de Moret em 1476, sua primeira estrutura era muito rudimentar e possuía a coronha de madeira, seus manejos eram longos e pesados parecidos com o bacamarte.

“parafernália”<sup>514</sup> e seu tiro era muito potente para quem segurava, pois chegava a derrubar o atirador no chão que tinha muitas vezes que se apoiar em algum obstáculo.<sup>515</sup>

Com o passar do tempo, o arcabuz evoluiu, mas continuou sendo utilizado ainda durante todo o século XVII. Porém, foi o mosquete que tomou seu lugar e foi amplamente utilizado no Pernambuco seiscentista. O mosquete era uma espécie de evolução do arcabuz, pois era como se fosse um arcabuz aligeirado e muitos portugueses o conheciam como espingarda. Sendo o mosquete mais leve e curto, tinham maior calibre e dispensava a forquilha como descanso já que podiam ser amparado no ombro do soldado.<sup>516</sup>

Contudo, devemos esclarecer que inicialmente os mosquetes antigos possuíam tantos empecilhos quanto o arcabuz, pois “*era muy lento cargarlos y dispararlo hacían falta nada menos que veintiocho movimientos, que como es lógico requerían varios minutos. Además, se trataba de un arma muy pesada, de casi 9 kg de peso*”.<sup>517</sup> Assim como o arcabuz o mosquete antigo requeria levar o polvim, que era uma espécie de pólvora fina, a manivela, uma bolsa e continuava com o mesmo problema de não funcionar na chuva. Richshoffer em certo momento do conflito afirmou que “*todos os artilheiros e arcabuzeiros tiveram que disparar as peças, limpá-las e carregá-las de novo, pondo de prontidão as palanquetas, carcazes, cruzetas, balas ardentes, granadas, cercos alcatroados e todos os demais acessórios de combate*”.<sup>518</sup> Mesmo com as dificuldades desses armamentos, elas foram amplamente utilizadas, pois de acordo com Geoffrey Parker, se bem armado “*una bala de mosquete, de unos 3 cm de diámetro, podía matar a un hombre a una distancia de hasta 400 metros*”.<sup>519</sup>

---

<sup>514</sup> O arcabuzeiro tinha que levar uma grande manivela de ferro ou uma chave para dar corda.

<sup>515</sup> BARROS, Sigrid Porto de. *Armas que documentam a guerra holandesa*. 1959. p 24. Panfleto pertencente à Biblioteca de José Antônio Gonsalves de Mello da coleção do Instituto Ricardo Brennand. Referência atual: JGM F688.

<sup>516</sup> Idem.

<sup>517</sup> PARKER, Angela e Geoffrey. *Los soldados europeos entre 1550 y 1650*. Cambridge University Press, AKAL, 1977. p 15

<sup>518</sup> RICHSHOFFER, Ambrósio. *Diário de um soldado: (1629-1632)*. Organização e estudo introdutório Leonardo Dantas Silva; tradução de Alfredo de Carvalho. Recife: CEPE, 2004. p 57.

<sup>519</sup> PARKER, Angela e Geoffrey. *Los soldados europeos entre 1550 y 1650*. Cambridge University Press, AKAL, 1977. p 19.



Fuzil com pederneira, fabricado em Pernambuco por Jerônimo Bustorf. Raríssima peça que pertenceu a Dom Pedro II e que hoje pertence à coleção do Instituto Ricardo Brennand, no Recife. A arma acima demonstra a importância do mecanismo de pederneira que está em destaque na segunda imagem, pois este mecanismo descoberto no século XVII continuou por mais de duzentos anos. O fuzil de pederneira substituiu o mosquete, pois é ainda mais leve e segundo Evaldo Cabral de Mello foi essa arma utilizada na Guerra de Pernambuco.

O grande avanço do mosquete foi quando chegou o mosquete de pederneira no início do século XVII, era uma espécie de manivela já embutida no mosquete<sup>521</sup> ou “um mecanismo de percussão que tinha, ademais, a vantagem de habilitar o soldado a empunhar a arma com as duas mãos, aumentando a precisão do tiro”.<sup>522</sup> Segundo Evaldo Cabral de Mello, “devido ao clima, as armas não duravam a metade da vida útil que tinham na Europa”.<sup>523</sup> Essa reflexão de Evaldo Cabral fortalece nossa ideia de que ao passar do tempo a falta de pólvora, munições e armas fizeram falta para as duas tropas na guerra, tanto a espanhola quanto a neerlandesa. O tempo desgastava os corpos dos soldados e os seus armamentos.

Em nosso estudo, acreditamos que o mosquete de pederneira foi uma arma avançada para os recursos da época, pois funcionava na chuva, economizava tempo no disparo e na sua recarga. Disse Richshoffer, que com as espingardas de pederneira “não

<sup>520</sup> Fuzil pertencente à coleção do Instituto Ricardo Brennand, localizado na Sala Orientalista do Museu Castelo São João de armas brancas.

<sup>521</sup> PARKER, Angela e Geoffrey. *Los soldados europeos entre 1550 y 1650*. Cambridge University Press, AKAL, 1977. p 19.

<sup>522</sup> MELLO, Evaldo Cabral de 1936. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. São Paulo: Ed. 34, 2007. p 281.

<sup>523</sup> Idem. p 283.

havia cheiro de morrão que” os descobrisse.<sup>524</sup> Cheiro de fogo que muitas vezes denunciava o local que se encontrava os soldados e a tropa inimiga. A guerra também tinha seu cheiro, odores de sangue, de fogo queimado e de destruição. Com o mosquete de pederneira os esconderijos dos militares ficavam mais difíceis de serem descobertos.

Porém, “ao desembarcar em Jaraguá, Rojas y Borja julgava o arcabuz a arma mais propósito nesta guerra, mas pedia a remessa urgente de 300 ou 400 espingardas”.<sup>525</sup> Esclarece Sigrid Porto de Barros, que muitos portugueses chamavam o mosquete de espingarda, “denominação antiga e amplamente difundida em Portugal”.<sup>526</sup> Mesmo assim, para o grande conhecedor das guerras holandesas no Brasil devemos saber que “no tocante às armas de fogo, a guerra volante e combate individual privilegiaram a espingarda sobre o mosquete e o arcabuz”.<sup>527</sup> A espingarda era ainda mais leve que o mosquete e, portanto, era a arma ideal para a locomoção na Guerra de Pernambuco. Entretanto, devemos saber que já existia o mosquete de pederneira no século XVII. A espingarda de pederneira também pode ter sido confundida com a clavina ou *carabin* segundo chamavam as tropas francesas. Aqui no Brasil e em Portugal muitas chamavam de carabina, trata-se de uma arma ainda mais curta e rápida de atirar e levar do que a espingarda. De acordo com Sigrid Barros, as tropas invasoras em 1630 utilizavam a clavina “como meio de tortura, colocando os dedos da vítima nos fechos das clavinas, para obter informes sobre o local de possíveis esconderijos de jóias e de dinheiro ou confissões de crimes políticos”.<sup>528</sup>

A maioria dessas armas de fogo não era de fácil manuseio, carecia de força física para utilizar e somente seu esforço já dificultava a pontaria. Essas informações específicas das armas de fogo do século XVII nos faz pensar que sua utilização tinha que ser feita por soldados treinados para que houvesse o sucesso na pontaria. De acordo com Richshoffer, os nativos não conseguiram se habituar

---

<sup>524</sup> CALADO, Frei Manoel. *O valeroso Lucideno e triunfo da liberdade*. Recife: CEPE, 2004. p XXXV.

<sup>525</sup> Apud. MELLO, Evaldo Cabral de 1936. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. São Paulo: Ed. 34, 2007. p 282.

<sup>526</sup> BARROS, Sigrid Porto de. *Armas que documentam a guerra holandesa*. 1959. p 25. Panfleto pertencente a Biblioteca de José Antônio Gonsalves de Mello da coleção do Instituto Ricardo Brennand. Referência atual: JGM F688.

<sup>527</sup> MELLO, Evaldo Cabral de 1936. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. São Paulo: Ed. 34, 2007. p 280.

<sup>528</sup> BARROS, Sigrid Porto de. *Armas que documentam a guerra holandesa*. 1959. p 27. Panfleto pertencente a Biblioteca de José Antônio Gonsalves de Mello da coleção do Instituto Ricardo Brennand. Referência atual: JGM F688.

“ao manejo das nossas armas, deixamo-los com os seus arcos, flechas e porretes, com os quais são de uma agilidade impossível de descrever-se. Lançam-se ao chão logo que se faz fogo sobre eles e, no próximo instante, levantam-se e disparam as suas flechas, que às vezes produzem ferimentos tão perigosos como as balas de mosquete”.<sup>529</sup>

Assim, a periculosidade entre uma arma de fogo e uma arma branca dependia da qualidade de manejá-la, pois desde o “século XVI, ainda armas antigas, tais como as bestas, mesmo considerando a descoberta da pólvora”<sup>530</sup> foram utilizadas e aflagiam medo aos europeus. José Antônio Gonsalves de Mello escreveu que Nassau temia e respeitava os índios flecheiros, pois se fizesse o contrário sabia que tornaria os caminhos do interior “inseguros, sem que se possa impedi-los nisso”.<sup>531</sup> Foi corriqueiro que muitos soldados ficassem “feridos por flechadas”.<sup>532</sup> Em raro livro sobre o Brasil holandês, especificamente sobre a História da Natureza Brasileira, escrito por Willem Piso e George Marcgrave, encontra-se, na parte chamada “Das armas dos brasileiros e dos seus exercícios”, uma interessante descrição dos petrechos indígenas para a Guerra de Pernambuco.<sup>533</sup> Dizia que as gentes tinham “arcos feitos de dura madeira, que chamam Guirapara e Urupara”.<sup>534</sup> Alerta que mesmo sendo amplamente utilizados “algumas nações dos Tapuias não usam arcos, mas não arremessam suas flechas somente num lance”.<sup>535</sup> Em interessante descrição chamava atenção dos europeus as formas de saltar dos seus e os jogos realizados pelas crianças.<sup>536</sup> Como dito no capítulo anterior os índios eram muito habilidosos nas matas, estavam adaptados ao clima e conheciam mais que ninguém o território. Embora, não possuíssem armas de fogo suas flechas eram certeiras e perigosas, uma dessas vitimou Schokoppe, importante o oficial da companhia neerlandesa.

---

<sup>529</sup> RICHSHOFFER, Ambrósio. *Diário de um soldado: (1629-1632)*. Organização e estudo introdutório Leonardo Dantas Silva; tradução de Alfredo de Carvalho. Recife: CEPE, 2004. p 80.

<sup>530</sup> MENEZES, José Luiz da Mota. *Olinda e Recife antes de 1630. In: Viver e Morrer no Brasil Holandês*. Recife: Fundaj, Ed. Massangana, 2007. p 151.

<sup>531</sup> Apud. MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Templo dos Flamengos. Influência e ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. Recife; Topbooks, 2000. p 210.

<sup>532</sup> RICHSHOFFER, Ambrósio. *Diário de um soldado: (1629-1632)*. Organização e estudo introdutório Leonardo Dantas Silva; tradução de Alfredo de Carvalho. Recife: CEPE, 2004. p 84.

<sup>533</sup> Utilizei a seguinte tradução: PISO, Guilherme, 1611-1678. *História Natural do Brasil ilustrada: Historia Naturalis Brasiliae*. Tradução de Alexandre CORREIA. [S. l.]: Companhia Editora Nacional, 1948. p 278. Embora tenha tido acesso as originais aquareladas e não aquareladas de 1648, essas tem a seguinte referência: PISO, Willem; MARCGRAF, Georg. *Historiae naturalis Brasiliae*. Amsterdam: Elzeviers, 1648.

<sup>534</sup> PISO, Guilherme, 1611-1678. *História Natural do Brasil ilustrada: Historia Naturalis Brasiliae*. Tradução de Alexandre CORREIA. [S. l.]: Companhia Editora Nacional, 1948. p 278

<sup>535</sup> Idem. p 278

<sup>536</sup> Idem. p 278.

Para Evaldo Cabral de Mello, com o passar da guerra, os arcos-e-flechas entraram em desuso devido proibição da própria coroa, assim os índios de Felipe Camarão já utilizavam armas de fogo na guerra de restauração da capitania de Pernambuco.<sup>537</sup> Todavia, é impossível pensar que as poderosas flechas indígenas tenham desaparecido por completo e de imediato, pelo contrário. O uso dessas armas deve ter sido muito amplo entre os índios. Como observamos agora pouco, a falta de armas de fogo, munições e pessoas treinadas dificultava cada vez mais sua difusão. Porém, a tendência era que as armas brancas fossem sendo substituídas aos poucos pelas armas de fogo. Inclusive demonstra Geoffrey Parker, que nas guerras europeias, os mosquetes eram utilizados conjuntamente com os piques. No Brasil holandês os mosqueteiros foram utilizados conjuntamente com piques, flechas e instrumentos do campo. Assim, podemos dizer que o poderio bélico repercutia sobre a mente e o corpo dos soldados, pois sabiam os soldados que essa força poderia fazer “voar pelos ares”.<sup>538</sup>

---

<sup>537</sup> MELLO, Evaldo Cabral de 1936. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. São Paulo: Ed. 34, 2007. p 284.

<sup>538</sup> RICHSHOFFER, Ambrósio. *Diário de um soldado: (1629-1632)*. Organização e estudo introdutório Leonardo Dantas Silva; tradução de Alfredo de Carvalho. Recife: CEPE, 2004. p 80.

### 3.3- O cotidiano e as estratégias de sobrevivência dos homens de guerra

A difícil vida do soldado iniciava desde o seu recrutamento, na formação e composição das tropas, passava pela peleja de se manter na guerra, sobreviver aos conflitos e tentar voltar para casa. Assim, cada homem de guerra, tinha um cotidiano repleto de aventuras. Viviam em cada dia, uma guerra distinta pela sobrevivência, pois em um único instante poderiam mudar os rumos de sua vida de uma forma brusca e crucial. Dessa forma, um dia para um guerreiro poderia parecer um combate interminável.

Sendo assim, não foram poucos os soldados que fugiram e se rebelaram contra a própria estrutura da guerra. No diário de Richshoffer, encontramos várias deserções que diariamente iam ocorrendo por soldados que passavam para ambos os lados.<sup>539</sup> De acordo com o soldado belga, os nomes daqueles que fugiam eram pregados na forca. Identificava Richshoffer, que a maioria dos desertores da companhia holandesa eram “franceses, de sorte que os desta nacionalidade estão sendo muito suspeitos e odiados entre nós”.<sup>540</sup>

Mas não foram apenas franceses que desertaram. Do lado luso-brasileiro, também havia aqueles que mudavam de opção, assim como do lado da WIC. A deserção era, em alguns momentos, uma maneira de tentar obter uma ascensão financeira e social, ou até mesmo, tentar fugir de uma situação arriscada, como não ter que sofrer como preso de guerra. O caso do Padre Manuel de Moraes tratado por Ronaldo Vainfas é um bom exemplo.<sup>541</sup> O próprio Richshoffer fala que logo no início da guerra em fevereiro de 1631, o troca-troca de trajeto eram muito comum pelos lutadores, pois conta que tinha passado para seu lado

“dois mouros com arcos e flechas. Em compensação a 8 desertou um dos nossos. Ao amanhecer de 9 os portugueses gritaram-nos, das suas fortificações para meia lua, que fôssemos para onde estavam a fim de vermos o nosso desertor enforcado em uma árvore. A 13 passou-se para o nosso lado um brasiliense. De noite saiu uma partida de escopeteiros, que receberam pão e queijo para vários dias. Guarda-se segredo sobre o que vão executar”.<sup>542</sup>

---

<sup>539</sup> Idem. Ver por exemplo as páginas 87 e 100.

<sup>540</sup> Idem.p 89.

<sup>541</sup> VAINFAS, Ronaldo. *Traição: um jesuíta a serviço do Brasil holandês*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

<sup>542</sup> RICHSHOFFER, Ambrósio. *Diário de um soldado: (1629-1632)*. Organização e estudo introdutório Leonardo Dantas Silva; tradução de Alfredo de Carvalho. Recife: CEPE, 2004. p 105.



Assim, podemos pensar que a deserção poderia ser algo desejada, como poderia ser uma coisa forçada, pois dependia tanto do calor do conflito como a situação do soldado. Em caso extremo, a deserção poderia também ser uma farsa, uma estratégia para tentar espiar o inimigo. Segundo o historiador José Antônio Gonsalves de Mello, foram muitos insurrectos que passaram do lado neerlandes para o lado luso-espanhol, pois “os documentos referem-se ao grande número de soldados holandeses que se passaram às fileiras ou ao campo dos insurrectos”.<sup>543</sup> De acordo com o historiador pernambucano, do lado neerlandês, muitos teriam mudado de religião e se tornado “católicos, como fez Diederik van Hoogstraten”.<sup>544</sup>

Os comandantes da guerra estavam cientes que era muito provável a deserção e a traição na guerra. Diederik van Waerdenburch, primeiro governador da tropa holandesa em 1630, “mandou afastar da costa e voltar para os navios todos os botes e lanchas que nos haviam conduzido para terra, a fim de que ninguém fosse tentado a fugir”.<sup>545</sup> Os cronistas da guerra demonstram que as fugas eram comuns e corriqueiras.

Dentre os principais motivos de deserções estão à condição da tropa, em especial e a falta de alimentos dos soldados. A Junta de Madrid para o socorro de Pernambuco chamou atenção para uma boa administração do abastecimento de víveres, pois sabia que as tropas deveriam ser bem providas de alimentos ao longo da luta.<sup>546</sup> Ambrósio Richshoffer, revelou o seguinte sobre as deserções: “são motivadas pela falta de víveres de que sofremos. As mais das vezes as rações de pão ou provisões distribuídas para oito dias mal chegam para dois, sendo até devorados cães, gatos e ratos”.<sup>547</sup> Morrer de fome ou morrer com um tiro resultavam em um denominador comum: a morte. Portanto, os soldados tinham que fugir dos perigos da guerra, dentre eles a falta de alimentos. A fome parece ter resultado em muitas deserções.

---

<sup>543</sup> MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Templo dos Flamengos. Influência e ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. Recife; Topbooks, 2000. p 151.

<sup>544</sup> Idem. p 151. O autor se refere ao depoimento de Klaes Klaesz. Datado do Recife, 15 de novembro de 1645, no qual informa que entre os insurgentes havia 8 companhias de holandeses, a saber: em Pernambuco a companhia dele, depoente, com 63 homens, a de Alexander Boeckholt, com 43, a de Antoni com 36, a de Jan de With com 40; em Goiana havia mais duas: a de Jorge Pires com 19 e a de la Coes com o mesmo número. Na Paraíba a de Pierre Gendre com 19 e a de Eduwart Ijersman com 20 homens, das quais o coronel era Hoogstraten e o major François de la Tour ex-escabino de Serinhaém. Este De la Tour convoca seus patrícios franceses a abandonar os holandeses por meio de proclamações.

<sup>545</sup> RICHSHOFFER, Ambrósio. *Diário de um soldado: (1629-1632)*. Organização e estudo introdutório Leonardo Dantas Silva; tradução de Alfredo de Carvalho. Recife: CEPE, 2004. p 62.

<sup>546</sup> AGS, Guerra Antígua, Legajo 1025.

<sup>547</sup> Idem. p 88.

De acordo com Evaldo Cabral de Mello, “as dificuldades de abastecimento sujeitavam as operações militares a priorizarem a obtenção de víveres sobre quaisquer outras considerações, como se verificou com a chegada da tropa de Rojas y Borja”.<sup>548</sup> Esse foi um problema para as tropas luso-espanholas, pois as promessas do fornecimento de víveres nem sempre eram cumpridas pela coroa. Diz Cabral de Mello, que “em Lisboa, não se cumprira a promessa de dar-lhe víveres para quatro meses de Brasil, por se carecer do tempo e do dinheiro para reuni-los.”<sup>549</sup> Sabemos que um exército torna-se fraco lutando com fome e sem força física.

A questão da alimentação no Brasil colonial foi um grande problema a ser resolvido pelas autoridades da época. A política empreendida pela monocultura açucareira, que estava voltada para o mercado externo não priorizou o abastecimento da população local. Com a chegada da tropa neerlandesa, o problema do abastecimento alimentar aumentou, pois embora o interior não fosse ocupado de imediato, a dificuldade em manter a comercialização do interior com o centro promoveu a escassez de víveres. Comercializar com o inimigo não era coisa simples, e assim, obter alimentos nos anos iniciais da guerra foi um problema sério.

Nesse ponto do abastecimento de víveres e do comércio no início da guerra, os luso-brasileiros e luso-espanhóis saíam na frente da WIC pela estrutura que já possuíam, por conhecerem mais o interior e se comunicarem sempre com o governo central em Salvador.<sup>550</sup>

A preocupação da armada e da tropa de resistência foi pensada e amplamente discutida pela Junta de Socorro a Pernambuco, pois encontramos a preocupação para que cada navio contivesse “galinhas, ovos, passas, amêndoas, açúcar e alguns carneiros”.<sup>551</sup> Advertia a Junta que, caso fosse necessário, um funcionário que servisse o ofício de tenente de abastecimento, que mudasse sempre de navio para não ficar o mesmo responsável pelos víveres em toda viagem. Sabia os membros da Junta do Rei espanhol que a distribuição de alimentos entre espanhóis, portugueses e italianos deveriam ser feitas de forma correta para que não houvesse deserções. Uma tropa mal alimentada e insatisfeita era fácil de ser subornada.

---

<sup>548</sup> MELLO, Evaldo Cabral de 1936. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. São Paulo: Ed. 34, 2007. p 237.

<sup>549</sup> MELLO, Evaldo Cabral de 1936. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. São Paulo: Ed. 34, 2007. p 237.

<sup>550</sup> Essa foi inclusive a opinião de Alfredo de Carvalho em *Olinda Restaurada*. RICHSHOFFER, Ambrósio. *Diário de um soldado: (1629-1632)*. Organização e estudo introdutório Leonardo Dantas Silva; tradução de Alfredo de Carvalho. Recife: CEPE, 2004. p 2.

<sup>551</sup> AGS, Guerra Antígua, Legajo 1025.

Para Sigrid Porto de Barros, o problema do abastecimento foi “vital no panorama das lutas” e a tropa de resistência se alimentou basicamente de “bois, farinha, peixe, sal e aguardente”.<sup>552</sup> Na documentação de Simancas, encontramos a preocupação de pipas de vinho que deveriam seguir nas embarcações.<sup>553</sup> Pelo parecer de Johannes van Walbeek sobre a situação da conquista, datado de 27 de novembro de 1631, podemos observar a dificuldade encontrada pelos holandeses nos anos iniciais da guerra, pois dizia o seguinte:

“Vivemos em uma ponta de terra, sem liberdade de nos dirigir para o interior, pois a falta de refrescos e de madeira, tanto para construção, como para a cozinha, é suficiente para nos manter aqui sem possibilidade de realizar ulteriores ataques; sem refrescos, a tropa não se sustentando senão com alimentos vindos da Pátria, é vítima do escorbuto, como se verifica diariamente e não se obtendo nem verdura nem água fresca, necessariamente definha até a morte, sem que neste areal possa ser empregado qualquer expediente, tal qual como se estivéssemos em um deserto. Alguns soldados com escorbuto que receberam limões vindos de Olinda atribuíram a sua cura a eles, abaixo de Deus”.<sup>554</sup>

Sobre a alimentação dos soldados holandeses, nos conta José Antônio Gonsalves de Mello, baseado em carta do Recife de 13 de novembro de 1632, enviada do Conselho Político ao conselho dos XIX que “os soldados muitas vezes precisam cavar uma hora ou mais para poder obter a raiz de alguma árvore para cozinhar o seu alimento e muitas vezes os que não se aplicam a esse trabalho têm de comer alimentos crus”.<sup>555</sup> A dificuldade de adaptação da alimentação pela tropa neerlandesa era pior do que os luso-espanhóis, pois esses contavam com um apoio maior dos luso-brasileiros. Assim, pedia o secretário do Conselho Político, o Sr. Pieter de Vroe, de Olinda ao Conselho dos XIX, que enviassem “juntamente com vinho de Espanha, um forte vinho francês, tanto branco

---

<sup>552</sup> BARROS, Sigrid Porto de. *Armas que documentam a guerra holandesa*. 1959. p 19. Panfleto pertencente à Biblioteca de José Antônio Gonsalves de Mello da coleção do Instituto Ricardo Brennand. Este trabalho esta com a referência JGM F688, tomo 8374 na Biblioteca do Instituto Ricardo Brennand.

<sup>553</sup> AGS, Guerra Antígua, Legajo 1025.

<sup>554</sup> MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Templo dos Flamengos. Influência e ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. Recife; Topbooks, 2000. p 45 e 46.

<sup>555</sup> Apud. Carta do Conselho Político ao Conselho dos XIX, datado do Recife, 13 de novembro de 1632. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Templo dos Flamengos. Influência e ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. Recife; Topbooks, 2000. p 46.

como tinto, alguma cerveja e especialmente arroz, favas turcas [isto é, milho], cevada, passas de Corinto e, sobretudo, grande quantidade de farinha de trigo”.<sup>556</sup>

Segundo o historiador Ernst Van Den Boogart, “a importação de farinha, cevadina, ervilhas, feijão, carne salgada e toucinho da pátria era insuficiente”<sup>557</sup> para manter a tropa da WIC. Assim, a falta de alimentação poderia resultar muitas vezes em casos de deserções, aliciamentos e traições. Para a alimentação da tropa holandesa em nosso corte cronológico que vai de 1630 à 1635, conta José Antônio Gonsalves de Mello, que “ainda em 1635, o exército holandês sofreu uma redução na ração que passou a ser distribuída pela metade da que era fornecida até então”.<sup>558</sup> Ambrósio Richshoffer, em *Diário de um soldado*, fala que a alimentação que eles recebiam eram péssimas:

“tínhamos por semana dois dias de carne e um toucinho para o jantar, junto com um prato redondo de favas, ½ libra para cada um; isto era aos Domingos, Terças e Quintas-feiras. Nos demais dias davam-nos um prato de aveia mondada, ou cevada ou ervilhas, e algumas vezes bacalhau, porém tudo tão pouco que dois homens com bom apetite teriam devorado as rações de oito. Diariamente tínhamos uma medida de água, a maior parte das vezes fétida, e cada tripulante recebia três grandes queijos flamengos para toda a viagem”.<sup>559</sup>

É quase que recorrente entre os cronistas e contemporâneos da época as queixas pela falta de alimentos. Numa comparação entre a adaptação da alimentação entre holandeses e portugueses, escreveu José Antônio Gonsalves de Mello baseado na opinião de Gilberto Freyre que os lusos tiveram mais “habilidade para se adaptar a novo meio, a novas condições de vida”.<sup>560</sup> Segundo o estudioso do período em tela, era da Holanda que vinha

“todo o necessário à subsistência: a carne de boi e de carneiro, toucinho, presunto, língua, salmão, bacalhau salgado e seco, arenque, farinha de trigo, vinhos de Espanha, francês e do Reno, cerveja, queijo, manteiga, azeite, azeitonas, alcaparras, figos, passas, amêndoas etc. Mas não somente gêneros alimentícios: tijolos, tábuas,

---

<sup>556</sup> Apud. Carta de Pieter de Vroe, secretário do Conselho Político e em nome deste, ao Conselho dos XIX, datada de Olinda, 2 de abril de 1630. MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Templo dos Flamengos. Influência e ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. Recife; Topbooks, 2000. p 46.

<sup>557</sup> BOOGAART, Ernst Van Den. *Morrer e Viver em Fernando de Noronha 1630-1654. Viver e morrer no Brasil holandês*. Recife: Fundal, Ed. Massangana, 2007. p 21

<sup>558</sup> MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Templo dos Flamengos. Influência e ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. Recife; Topbooks, 2000. p 46.

<sup>559</sup> RICHSHOFFER, Ambrósio. *Diário de um soldado (1629-1632)*. Recife: CEPE, 2004. p 14.

<sup>560</sup> MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Templo dos Flamengos. Influência e ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. Recife; Topbooks, 2000. p 129.

casas inteiras. A dieta do exército holandês era proveniente da metrópole: aveia, feijão, ervilhas, carne salgada e toucinho. Algumas vezes a carne era substituída por bacalhau, tendo havido mesmo um comércio regular, direto, entre a Terra Nova e o Recife. Os próprios soldados em guarnição no interior eram alimentados com essa dieta. Holandeses senhores de engenho mandavam comprar todo o necessário a sua mesa na cidade”.<sup>561</sup>

Claro que no início do conflito, nos cinco primeiros anos que estamos trabalhando, os holandeses sofreram muito e tiveram que se adaptar a alimentação local. Observamos quase sempre queixas pela falta de alimentos. Entretanto, temos que dizer que não era impossível que os soldados de ambos os lados passassem por momentos de grande fartura. Diante de um grande saque, os homens de guerra podiam se esbaldar. Assim, devemos observar nos depoimentos dos cronistas que além da dificuldade na alimentação aconteceram momentos de fartura. Ambrósio Richshoffer, mesmo tendo se queixado bastante, revelou que em certos momentos pôde passar por abundância de alimentos. Encontrou “uma boiada, da qual pegamos 42 cabeças; os bois mortos a tiro foram carneados e de novo nos fartamos de carne fresca”.<sup>562</sup>

Em outro momento, conseguiu pescar “muitas cavalas e vimos grandes quantidade de outros peixes chamados golfinhos”.<sup>563</sup> O problema dos alimentos é que os soldados não podiam guardar durante muito tempo. Conservar alimentos nessa época não era tão fácil e durador.

Dentre os alimentos muito úteis para serem levados nas embarcações, destacamos os biscoitos, pois identificamos na documentação espanhola sempre a preocupação para que as armadas estivessem bem providas de biscoitos, que era uma espécie de pão duro muito nutritivo. O biscoito demorava mais tempo do que o pão para se estragar e por isso era muito utilizado nas embarcações dos soldados. Explica José Antônio que havia quatro tipos de biscoito, sendo o mais utilizado nas embarcações o biscoito duro ou *hard brood* como costumavam chamar.<sup>564</sup> Esses biscoitos também aparecem nos relatos dos cronistas da época. Porém, foi o alimento de origem indígena

---

<sup>561</sup> MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Templo dos Flamengos. Influência e ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. Recife; Topbooks, 2000. p 130.

<sup>562</sup> RICHSHOFFER, Ambrósio. *Diário de um soldado: (1629-1632)*. Organização e estudo introdutório Leonardo Dantas Silva; tradução de Alfredo de Carvalho. Recife: CEPE, 2004. p 141.

<sup>563</sup> RICHSHOFFER, Ambrósio. *Diário de um soldado: (1629-1632)*. Organização e estudo introdutório Leonardo Dantas Silva; tradução de Alfredo de Carvalho. Recife: CEPE, 2004. p 11.

<sup>564</sup> CALADO, Frei Manoel. *O valeroso Lucideno e triunfo da liberdade*. Recife: CEPE, 2004. p XXXVII.

que abasteceu as tropas de resistência, pois como colocou o historiador Rômulo Xavier, “o abastecimento das tropas era dependente, grande modo, da farinha de mandioca”.<sup>565</sup>

Não podemos mensurar exatamente como era a alimentação das tropas, mas ao que parece a falta de alimentos chegou a causar muitas doenças e até mortes. De acordo com José Antônio Gonsalves de Mello, “não podemos mostrar o ponto a que chega a falta de alimentos senão informando que em algumas guarnições mais afastadas, gatos e cachorros são comidos”.<sup>566</sup> A alimentação ruim resultava em doenças como o escorbuto e a diarreia, que “neutralizavam a quarta parte dos efetivos e mais soldados morriam nos acampamentos do que nas batalhas com o inimigo”.<sup>567</sup>

De acordo com Ambrósio Rishchoffer, soldado belga que conviveu nos primeiros anos da Guerra de Pernambuco, pode-se evidenciar que a morte poderia ocorrer de uma forma drástica ou de maneira simples ou banal, pois conta o soldado, que “muitos tripulantes doentes e atacados de escorbuto, que é uma moléstia maligna da qual morreram muitos”.<sup>568</sup> Dentre a enorme lista informada dos camaradas que Richshoffer perdeu, encontram-se o artilheiro Cornelius Hubrt, os soldados Friderich Fries, Christian Munchhausen, Jacob Claussen, Jann Van Essels, Peter Menck, Jacob Heydenreich, um mestre chamado Peter Jacobs, o carpinteiro Claus Durckesen, o arcabuzeiro Dick Martens e o marinheiro Peter Pertesen, natural de Haarlem mesma cidade de Frans Post.<sup>569</sup>

Essa rápida lista demonstra que era mais provável morrer do que viver no cotidiano dos soldados que cruzavam o Atlântico e vinham para a Guerra de Pernambuco durante os cinco primeiros anos. A carnificina e o sangue foram corriqueiros no início do conflito armado entre luso-espanhóis e holandeses. Richshoffer fala que “tinham morrido mais de duzentos, e mais de mil e duzentos jazem enfermos”.<sup>570</sup> Números assustadores são revelados pelos cronistas da guerra. José

---

<sup>565</sup> NASCIMENTO, Rômulo Luiz Xavier do. *O “desconforto da governabilidade”: aspectos da administração no Brasil holandês (1630-1644)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFF, 2008. p 89.

<sup>566</sup> Apud. Gen. Missive ao conselho dos XIX, datada de Recife, 25 de outubro de 1642. MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Templo dos Flamengos. Influência e ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. Recife; Topbooks, 2000. p 159.

<sup>567</sup> BOOGAART, Ernst Van Den. *Morrer e Viver em Fernando de Noronha 1630-1654. Viver e morrer no Brasil holandês*. Recife: Fundal, Ed. Massangana, 2007. p 21.

<sup>568</sup> RICHSHOFFER, Ambrósio. *Diário de um soldado: (1629-1632)*. Organização e estudo introdutório Leonardo Dantas Silva; tradução de Alfredo de Carvalho. Recife: CEPE, 2004. p 21.

<sup>569</sup> RICHSHOFFER, Ambrósio. *Diário de um soldado: (1629-1632)*. Organização e estudo introdutório Leonardo Dantas Silva; tradução de Alfredo de Carvalho. Recife: CEPE, 2004. p 51, 52, 53, 54, 55, 56.

<sup>570</sup> Idem. p 54.

Antônio Gonsalves de Mello escreveu que “nos documentos dos três primeiros anos da conquista abundam as informações sobre o escorbuto”.<sup>571</sup> A interpretação desse historiador sobre alimentação dos holandeses é que a subalimentação ajudou com que muitos obtivessem doenças, mortes e escorbuto. Vejamos o que ele acreditava:

“Certamente a situação de subalimentação em que viveu sempre a população do Brasil holandês contribuiu para o grande número de moléstias a que se referem os documentos de então. O escorbuto grassou terrivelmente no exército, assim como a hemeralopia. Disenterias sanguíneas (rôo de loope, chama-se certa carta de 1630; *root melesoen*, diz outra de 1646; *ventris fluxus*, diz Piso), moléstias do fígado, gripes, mataram um número enorme de soldados, empregados da Companhia e particulares. Cartas referem-se ao grande número de baixas; eram necessários constantes reforços para a tropa em conseqüências das mortes que se verificam diariamente e que são muitas. Em 1646, somente o Recife e Maurícia, diz uma carta, havia mias de 500 doentes de febres, disenterias sanguíneas e de acometidos da “doença do país”.<sup>572</sup>

Logo, as péssimas condições de alimentação contribuíram muito para ocasionar as mortes dos soldados, mas também a inadaptação ao clima, pois como disse Richshoffer, “muitos morrem por não poderem se habituar a esta terra quente e a péssima água salgada”.<sup>573</sup> As mortes ocorriam por afogamentos<sup>574</sup> e pelo poder feroz das balas e flechas. A veracidade e velocidade da guerra faziam com que muitos mortos não pudessem nem ser sepultados, sendo as mortes mais “importantes” enterradas na igreja do Corpo Santo.<sup>575</sup> Alguns soldados morriam por rixa interna entre seus próprios companheiros de combate.<sup>576</sup> Entre as rixas era constante a briga entre os marinheiros e

---

<sup>571</sup> MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Templo dos Flamengos. Influência e ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. Recife; Topbooks, 2000. p 46.

<sup>572</sup> Apud. Gen. Missive ao conselho dos XIX datada do Recife, 15 de janeiro de 1638; Gen. Missive ao conselho dos XIX, datada do Recife, 4 de dezembro de 1646 e Gen. Missive datada do Recife, 5 de março de 1639. De acordo com o autor “muitos soldados andavam descalços (as vezes por não haver sapatos nos armazéns da Companhia), isso era causa de haver muitos soldados inválidos e incapazes de marchar e machucam os pés com pancadas dos arbustos ou têm-nos cheios de bichos. MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Templo dos Flamengos. Influência e ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. Recife; Topbooks, 2000. p 133.

<sup>573</sup> RICHSHOFFER, Ambrósio. *Diário de um soldado: (1629-1632)*. Organização e estudo introdutório Leonardo Dantas Silva; tradução de Alfredo de Carvalho. Recife: CEPE, 2004. p 115.

<sup>574</sup> Idem. p 31, 35, 99.

<sup>575</sup> MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Templo dos Flamengos*. Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil. Recife. Topbooks, 2000. p 119.

<sup>576</sup> Idem.

soldados que tentavam defender sua classe. Richshoffer, por exemplo, considerava uma “corja sacrílega e desonesta são os marinheiros na sua quase generalidade”.<sup>577</sup>

Também foi natural que muitos soldados morressem de forma acidental, pois realizam quase sempre ofícios de alta periculosidade. Richshoffer passou por um destes dizendo que:

“Às 9 horas da noite de 12, quando ia deitar-me no alojamento do meu Sr. Major, ao apagar a lâmpada caiu, por grande infelicidade, o pavio aceso dentro da cartucheira do meu boldrié, que estava pendurado junto ao meu colchão, não só incendiando cartuchos como disparando o meu mosquete. Em conseqüência do ruído tocou-se logo rebate no nosso quartel, porém, o meu Sr. Major ocultou tudo, de sorte que escapei sem ser castigado, mas não sem muitas queimaduras nos pés, camisa e tronco”.<sup>578</sup>

Acidentes dessa ordem devem ter ocorrido com pouca frequência, mas o fantasma da morte assustava quase sempre a vida dos soldados. Recomendava o Padre João Baers, que para vencer a guerra era preciso vencer as paixões.<sup>579</sup> Numa vida atribulada como era a vida dos homens de guerra possivelmente a reflexão de João Baers fosse uma saída. Fugir das paixões significava buscar esquecer e colocar de lado as lembranças de casa e da família. Relação difícil, pois tentar viver e voltar para casa era na maioria dos casos o objetivo de muitos. Não descartamos que outros tentavam uma nova vida distante de outros problemas, pois alguns soldados podiam ter uma nova sorte no Pernambuco atlântico.

Informa Richshoffer que quando recebeu abastecimento de víveres em Recife, recebeu cartas de seus pais de Estrassburgo e que na volta para Europa foram cercados por muita gente que buscava reencontrar seus familiares. Dizia também o soldado que quando desembarcou se assustou, pois estava cercado “por muito povo, principalmente mulheres que, em parte nos pediam notícias dos seus maridos, filhos e irmãos, e em parte regozijavam-se com o regresso dos mesmos. Muitas também ficavam em extremo penalizadas por saberem que os haviam perdido”.<sup>580</sup> Mulheres, mães e filhas que estavam à espera de notícia de seus maridos, filhos e pais. A falta da relação familiar

---

<sup>577</sup> RICHSHOFFER, Ambrósio. *Diário de um soldado: (1629-1632)*. Organização e estudo introdutório Leonardo Dantas Silva; tradução de Alfredo de Carvalho. Recife: CEPE, 2004. p 179.

<sup>578</sup> RICHSHOFFER, Ambrósio. *Diário de um soldado: (1629-1632)*. Organização e estudo introdutório Leonardo Dantas Silva; tradução de Alfredo de Carvalho. Recife: CEPE, 2004. p 111.

<sup>579</sup> BAERS, Padre João. *Olinda conquistada*. Recife: CEPE, 2004. p 33.

<sup>580</sup> RICHSHOFFER, Ambrósio. *Diário de um soldado: (1629-1632)*. Organização e estudo introdutório Leonardo Dantas Silva; tradução de Alfredo de Carvalho. Recife: CEPE, 2004. p 188.



também poderia resultar em deserções, fugas e mortes. Entre as fugas a bebedeira talvez fosse a mais utilizada para esquecer as origens, a família e a vida difícil.<sup>581</sup> Por outro lado, existiam soldados que não arredavam o pé, pois preferiam ser morto nas atividades da guerra do que ser morto por um carrasco.<sup>582</sup>

E se mostramos no capítulo anterior a circulação das informações na Europa, o mesmo podemos dizer a respeito das informações que os homens de guerra tinham sobre sua família e sua cidade. Embora, sabemos que poderiam ficar muito tempo sem os avisos imediatos, mas ao que parece os soldados recebiam informações da metrópole.

A comunicação e o transporte não eram tudo, mas era muito importante para aquela época, tanto as informações que dizem respeito à tropa adversária quanto na motivação dos soldados. Conta José Antônio, que os conselheiros políticos em 1630 idealizavam a construção de uma ponte,<sup>583</sup> demonstrando a importância de utilizar o transporte não apenas pela água, mas pela terra também. A comunicação era feita por carta, o que não impossibilitou que aparecessem informações equivocadas, pois de acordo com o frei Manuel Calado apareceram falsificadores de documentos. Foi o caso de um judeu calígrafo “famoso como falsificador de documentos, então residente no Recife, chamado Jehudá Macabeu (aliás, Luís Nunes Vale, nome cristão)”.<sup>584</sup> De acordo com Calado, o judeu conseguia falsificar firmas do rei da “Espanha e de todos os príncipes e pessoas que fosse necessário”.<sup>585</sup>

Sendo a comunicação feita por cartas, o transporte na água era feito por pequenas embarcações. Conta o professor José Antônio que “de início, o serviço de transporte realizava-se em pequenas embarcações e era um dos serviços públicos arrendados a contratadores. Havia um *veer* (serviço de barcos) e uma *pont* (ou balsa), usada pelos soldados e pessoal da Companhia, gratuitamente”.<sup>586</sup> Se os pequenos barcos eram utilizados, pois resultavam na economia de tempo, na terra, os carros-de-bois e as carroças eram também muito importantes nos transportes das canas-de-açúcar, matérias primas, armas e gentes.

---

<sup>581</sup> Idem. p 75 e 76.

<sup>582</sup> RICHSHOFFER, Ambrósio. *Diário de um soldado: (1629-1632)*. Organização e estudo introdutório Leonardo Dantas Silva; tradução de Alfredo de Carvalho. Recife: CEPE, 2004. p 127.

<sup>583</sup> MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Templo dos Flamengos*. Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil. Recife. Topbooks, 2000. p 97.

<sup>584</sup> CALADO, Frei Manoel. *O valeroso Lucideno e triunfo da liberdade*. Recife: CEPE, 2004. p XXXI.

<sup>585</sup> Idem.. p XXXI.

<sup>586</sup> MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Templo dos Flamengos*. Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil. Recife. Topbooks, 2000. p 96.

A partir de 1634 é provável que tenha diminuído as mortandades em Pernambuco, embora o Arraial do Bom Jesus só tenha se rendido de fato um ano depois. Contudo, já em 1634 a conquista do centro político de Olinda e da vila do Recife já estavam confirmados. Consolidada esta parte urbana os neerlandeses sofriam menos com as emboscadas dos luso-brasileiros e luso-espanhóis. Porém, 1634 é um ano emblemático, pois é no final desse ano que se conquista a Paraíba, capitania importante e próxima a de Pernambuco. Como vimos no capítulo anterior a capitania da Paraíba exercia papel importante para o socorro que vinha da Europa para Pernambuco.

Nesse período, cresce o número de cidadãos livres<sup>587</sup> e segundo José Antônio Gonsalves de Mello, em 1634 podia-se arregimentar duas companhias tendo cada uma um efetivo de oitenta burgueses. Não podemos constatar uma relação direta entre os dados do número de cidadãos livres com o efetivo trazido pelo historiador, mas talvez possamos dizer que já no final de 1634 o número de soldados holandeses em Pernambuco havia diminuído muito por conta das mortes, do término do período de engajamento militar, das deserções e do deslocamento para outras capitanias como a Paraíba e Itamaracá. Assim, em carta régia do Conselho da Fazenda ao Rei Filipe III, datada de 5 de julho de 1634, pode-se perceber que nessa altura da guerra a preocupação dos luso-espanhóis era para que os holandeses não se espalhassem para as capitanias do Rio Grande do Norte, Maranhão e Grão Pará, pois a capitania de Pernambuco tinha sido dominada pelos holandeses em toda sua área urbana, embora os assaltos feitos pela tropa que se apoiavam no Arraial do Bom Jesus ainda fizessem resistência e incomodassem a zona urbana com perigosas emboscadas, pela guerra de assédio.

Dizia parte da carta que para o “enemigo não entre terra adentro e nela lhe senhoria em que fica o Rio Grande, do Seare (Ceará) e dali ao Maranhão e Grão Pará que são praças muito importantes e de que pode tirar muito proveito pela madeira que há ali para fabricar navios”.<sup>588</sup> Ainda de acordo com a carta régia ao Conselho da Fazenda, dizia a carta que teria “ali os melhores portos do Brasil” e que “muita parte

---

<sup>587</sup> NASCIMENTO, Rômulo Luiz Xavier do. *O “desconforto da governabilidade”: aspectos da administração no Brasil holandês (1630-1644)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFF, 2008. p 89.

<sup>588</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, Cx.2, D. 127. Madrid 9 de Julho de 1634. Carta Régia (minuta de capítulo) do rei [D. Filipe III] ao Conselho da Fazenda ordenando o envio de quatro esquadras das duas Coroas [Espanha e Portugal], com homens, armas e munições, para socorrer a capitania de Pernambuco, impedindo que o inimigo se espalhe pelas capitanias do Rio Grande do Norte, Ceará, do Maranhão e do Grão-Pará.

dos maus sucessos que há havido no Brasil é por falta de cabeças que governem a guerra”.<sup>589</sup>

Achava a metrópole ibérica, ainda nos finais de 1634, que realizando outro socorro antes do reenvio e abastecimento de nova tropa neerlandesa existia a possibilidade de reaver sua colônia brasileira. Em carta de 30 de novembro de 1634,<sup>590</sup> dizia o Marques de Aytona que com os avisos que se tinha de Flandres, que estavam “aprestando com toda pressa catorse navios que levarão tresentas peças de artilharia para socorro de todo necessário a Pernambuco, e que se as minhas armadas partirem antes que a de Olanda, se podem recuperar Pernambuco por esta falta de socorro”.<sup>591</sup>

Se por um lado havia a existência de que uma nova ajuda a Pernambuco poderia reaver a capitania das mãos da companhia inimiga, por outro lado, a mesma carta demonstra o caráter de urgência para que “partisse com a brevidade possível, com este aviso se deixa trabalhar com todo o desvelo”<sup>592</sup> em se perder um instante de tempo para deitar logo”.<sup>593</sup>

O ano de 1635 aponta para o crescimento de cidadãos livres na capitania de Pernambuco ainda maior que 1633 e 1634, tanto para o lado da companhia holandesa, quanto para o lado luso-espanhol. Esse motivo, como dito anteriormente, aconteceu por muitos soldados da WIC já terem cumprido o seu tempo de serviço e poderem trabalhar como cidadãos livres. Do lado luso-espanhol, as modificações de funções e a mobilidade social ocorriam pela migração para outras funções, seja no pequeno comércio, nos serviços ou para assumir outros postos na tropa. Com o durar da guerra aumentava essa mobilidade pelas baixas sofrida pelos exércitos.

Em requerimento de janeiro de 1635, André de Mello de Albuquerque, que tinha servido “na presente guerra de Pernambuco e Paraíba perto de cinco anos, nas de

---

<sup>589</sup> Idem.

<sup>590</sup> Idem.

<sup>591</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, Cx.2, D. 135. Lisboa, 30 de novembro de 1634. Carta do [provedor dos Armazéns Reais], Rui Correia Lucas, ao rei [D. Filipe III] sobre os navios preparados com armas e munições, em Espanha e Portugal, destinados ao socorro da capitania de Pernambuco e sobre a necessidade de se derrotar o inimigo holandês para que este não se torne senhor do Brasil.

<sup>592</sup> Desvelo é uma expressão utilizada para demonstrar grande cuidado; carinho; vigilância, dedicação. In: AURÉLIO: *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Curitiba: Positivo, 2004. Dicionário Eletrônico.

<sup>593</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, Cx.2, D. 135. Lisboa, 30 de novembro de 1634. Carta do [provedor dos Armazéns Reais], Rui Correia Lucas, ao rei [D. Filipe III] sobre os navios preparados com armas e munições, em Espanha e Portugal, destinados ao socorro da capitania de Pernambuco e sobre a necessidade de se derrotar o inimigo holandês para que este não se torne senhor do Brasil.

Pernambuco de capitão de assaltos”,<sup>594</sup> suplicava para que fosse o capitão da primeira nova companhia que chegasse a Guerra de Pernambuco. Argumentava André que “foi nela ferido, indo nos socorros que fizeram a Ilha de Itamaracá, e na Paraíba se achou quando o inimigo acometeu pela primeira vez, donde o suplicante teve milagrosas pelouradas”.<sup>595</sup> Acrescia o suplicante que também tinha servido de Capitão de Infantaria “no Rio Grande como em muitos socorros que ali houve, e na segunda vez que o inimigo intentou a dita Paraíba”, bem como era neto de André de Albuquerque, “fidalgo da casa de Vossa Majestade e pessoa que por sua qualidade e merecimento deveria ser honrado e premiado de outras ordens”.<sup>596</sup>

Assim, respondia Vossa Majestade pelo secretário Francisco de Lucena, que mais três anos na guerra daria ao suplicante o Hábito de Cristo (Ordem de Cristo) com doze mil réis de pensão, por julgar a coroa que era o suplicante “por sua qualidade e merecimento devia de ser honrado e premiado”, pois seus papéis constavam na coroa com “particular valor, zelo e cuidad e que tem qualidade para exercitar a praça de capitão”.<sup>597</sup>

O exemplo de André de Mello demonstra de maneira parcial, que a substituição das funções e patentes militares poderia ocorrer ao longo da guerra, além de que as solicitações quando vinham acompanhadas pelo caráter de linhagem e nobreza favoreciam os pedidos dos requerentes. O prestígio familiar era notório na nomeação dos cargos e patentes. Nesse caso, o suplicante por ter servido de capitão de assaltos e possuir serviços prestados na guerra, requeria que a próxima companhia que chegasse a Pernambuco estivesse sob seu comando. Variadas oportunidades para modificar de posto ou patente e também para fugir parece ter sido uma tônica na vida dos soldados. Com isso, o calor do momento e a situação de penúria contribuíram para que os homens empregassem meios para obter essas mudanças.

Sobre o aumento do número de cidadãos livres na WIC, observou José Antônio Gonsalves de Melo que “aproveitando o surto de construções, o mestre pedreiro

---

<sup>594</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, Cx.2, D. 141. 4 de janeiro de 1634. Requerimento do capitão André de melo de Albuquerque ao rei [D. Filipe III] pedindo uma das primeiras Companhias que se destinam à guerra da capitania de Pernambuco, ou permissão para levantar uma.

<sup>595</sup> Idem. Na documentação da época, tanto a luso-espanhola quanto a neerlandesa a ilha de Itamaracá é denominada Tamaraca. E pelouro significa: Bala de ferro ou de pedra, esférica, portanto pelourada é a introdução deste tipo de bala na pessoa que também pode ser no objeto.

<sup>596</sup> Idem.

<sup>597</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, Cx.2, D. 141. Lisboa, 4 de janeiro de 1635. Requerimento do capitão André de Melo de Albuquerque ao rei [D. Filipe] pedindo uma das primeiras Companhias que se destinam à guerra da capitania de Pernambuco, ou permissão para levantar uma.

empregado da Companhia, Jan Jansz, de Leyden, pediu dispensa, visto que, atualmente, há mais o que fazer para os particulares do que para a Companhia”.<sup>598</sup>

Em 1635, consta na documentação do ultramarino, um requerimento de Domingos Correia pedindo que se passasse a patente da companhia de infantaria reunida por ele para voltar à guerra da capitania de Pernambuco. A petição do suplicante informava que o mesmo havia levantado mais de setenta homens e que a companhia deveria ficar entre oitenta a cem soldados. Porém, dizia o Procurador dos Armazéns, que embora o Rei tivesse prometido mercê ao suplicante e que mesmo a jornada estando “tão a pique” não se deveria passar a patente de capitão desta companhia, pois alegava o procurador, que “não se lhe pode deferir a se lhe passar a patente” já que não havia comprovação da existência de mais de setenta homens nessa companhia.<sup>599</sup>

Apesar de não termos o desfecho final do caso, podemos dizer que de certa forma, as patentes militares eram símbolo de *status* e de poder, portanto, títulos de desejo e de interesse de muitos que enxergavam na guerra uma oportunidade de ascensão social. Devemos então, ter em vista que “poder militar e poder político entremeavam-se”.<sup>600</sup>

É importante salientar que nesse momento da guerra, a Bahia era um fundamental ponto de resistência, era possivelmente a maior força política junto à coroa espanhola. Primeiro, era o centro político de irradiação do poder, já que era a sede do Governo-geral e que agora mais que nunca as principais comunicações deveriam partir e chegar por lá, acentuando-se essas comunicações com o perigo da presença da WIC em Pernambuco. Segundo, por ser um importante ponto de comunicação entre as capitanias do Norte pelo interior, mantendo comunicações com o Arraial do Bom Jesus em Pernambuco. E terceiro, pela importante razão geográfica que a capitania sempre teve, pois era uma rota fundamental do mundo atlântico, uma vez que as embarcações do Reino que queriam manter um comércio seguro poderiam desembarcar lá sem maiores riscos do que em Pernambuco.

---

<sup>598</sup> Apud. Dag. Notule de 22 de outubro de 1635. IN: MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Templo dos Flamengos. Influência e ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. Recife; Topbooks, 2000. p 57.

<sup>599</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 3, D. 166. 17 de abril de 1635. Requerimento do capitão Domingos Correia ao rei [D. Filipe III] pedindo que se passe patente da Companhia de Infantaria reunida por ele para voltar a guerra da capitania de Pernambuco.

<sup>600</sup> PUTONI, Pedro. *O Governo-Geral e o Estado do Brasil: poderes intermédios e administração (1549-1720)*. IN: *O Brasil no Império Marítimo Português*. Organizado por Stuart Schwartz e Erik Myrup. Bauru, SP: Edusc, 2009. p 57.

Em 7 de março de 1635, evidencia-se essas características da Bahia, anteriormente apontadas, pois dizia Felipe IV a respeito da armada que ia ao socorro de Pernambuco que levasse o material para o governador-geral do Estado do Brasil, Diogo Luís de Oliveira, por “ser aquela praça já provida de tudo o necessário contra o inimigo vizinho”.<sup>601</sup>

Nas diversas correspondências de 1635, pode-se perceber o caráter de urgência e de correria que ganhavam o tom das organizações e negociações para o socorro da colônia. Em abril de 1635, evidencia-se essa preocupação das organizações no “apresto das duas caravellas que hão de hir de avizo com munições aos portos de Pernambuco e o Cabo de Santo Agostinho, tendo-se consideração ao risco em que estão aquella praça e o dano que lhe pode proceder”.<sup>602</sup>

Estava ciente a coroa hispânica, que era “tão necessário fazer-se este socorro logo pela importância dos efeitos destes, que se reforça o poder com que Matias de Albuquerque se acha no Cabo de Santo Agostinho e socorrer a Bahia”.<sup>603</sup> Com as dificuldades encontradas para um bom aparelhamento de uma armada restauradora e com a conquista do território pelo inimigo, aumentava, com passar do tempo, a incerteza da retomada do Brasil, pois sabia que caso o socorro nesta altura do conflito não ocorresse “ficaria tudo exposto a se perder se he que ainda hoje se conserva”.<sup>604</sup>

Logo, ao passo que a imprecisão das informações chegavam na metrópole, contribuía para o desconhecimento da situação do inimigo na capitania e conseqüentemente para o aumento da incerteza no êxito da guerra. Assim sendo, ordenava a coroa hispânica, que passado o inverno e “melhorando o tempo, em poucos dias se poria a ponto de partir, e devendo isto ser assim por todas as razões”.<sup>605</sup> O clima, além da falta de recursos financeiros e humanos foram problemas com que a coroa teve sempre que lidar. Porém, o decreto finalizava dizendo que o conselho ordenasse que os

---

<sup>601</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, Cx.3, D. 162. Madrid, 7 de março de 1635. Carta Régia (capítulo) de [D. Filipe III] ao Conselho da Fazenda ordenando que os navios da armada que vão em socorro da capitania de Pernambuco levem o material que o governador geral do Estado do Brasil, [D. Diogo Luís de Oliveira], ia transportar para a capitania da Bahia.

<sup>602</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 3, D. 167. Lisboa, 18 de abril de 1635. Decreto da regente, [duquesa de Mântua], D. Margarida de Sabóia, ordenando ao Conselho da Fazenda que informe acerca das caravelas que vão à frente da armada, destinadas a socorrer a capitania de Pernambuco, e que se apresse a saída das mesmas devido ao risco que corre alguns dos portos da dita capitania.

<sup>603</sup> Idem.

<sup>604</sup> Idem.

<sup>605</sup> Idem.

providimentos a Matias de Albuquerque “se acabem de aprestar para partirem sem falta ate segunda-feira, em conformidade do que sobre isto ordenei em 24 passado”.<sup>606</sup>

O ano de 1635 também é importante para a tropa de resistência e para a coroa espanhola, pois chega a Pernambuco um novo governador para guerra, trata-se de Rojas y Borja. Em carta do conselho ultramarino, de 24 de março de 1635, tem-se a informação da nomeação do novo governador para a Guerra de Pernambuco, tratava-se de Don Luis de Roxas (D. Luis de Rojas e Borja) para que o mesmo ficasse inteirado dos “pagamentos da gente e mais despesas que ali fazem”.<sup>607</sup>

O cotidiano da guerra modificava com novos comandantes, recrutas que vinham de outros lugares, mas a morte e a obsessão pelo lucro continuavam marcando Pernambuco pela luta maior entre Espanha e Holanda. Soldados que viam na guerra uma busca pela riqueza ou pela felicidade, mas que acabavam muitas vezes pobres e infelizes. O que importava era a busca pela vida, mesmo que em terras distantes separadas por um Atlântico dinâmico e múltiplo.

---

<sup>606</sup> Idem.

<sup>607</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 3, D. 166. 17 de abril de 1635. Requerimento do capitão Domingos Correia ao rei [D. Filipe III] pedindo que se passe patente da Companhia de Infantaria reunida por ele para voltar a guerra da capitania de Pernambuco.

## Considerações Finais

*“Os olhos lêem a vida e o mundo. Definem suas cores, traçam suas formas, dimensionam seus movimentos. Os olhos e o visível. Mas é o coração que percebe o invisível da vida e do mundo. Penetra nos seus mistérios, aprofunda suas tramas, inventa seus sentimentos, descobre a magia talvez absurda que envolve a aventura humana. O visível e o invisível fazem parte da história, são inseparáveis, se o historiador quiser tentar compreender o significado dos labirintos, construídos pelos homens, não deve fechar os olhos, nem tampouco o coração”.*<sup>608</sup>

***((Des)encantos Modernos, Antônio Paulo Rezende)***

---

<sup>608</sup> REZENDE, Antônio Paulo. *(Des) encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de XX*. Recife: FUNDARPE, 1997. p 17.



## Considerações Finais

O trabalho do historiador não é fácil. Falar da vida de pessoas que estavam envolvidas em um dos momentos mais triste e de maior mortalidade da história de Pernambuco, ao mesmo tempo, que parte da sociedade e da historiografia exaltam o período pesquisado foi para mim difícil, mas gratificante. Longe de pregar uma imparcialidade, acredito que essa dissertação é também fruto de uma experiência pessoal de vida. Penso que minha formação acadêmica, o contato com os professores, com a historiografia, a documentação e meu trabalho dentro do Instituto Ricardo Brennand proporcionaram um contato diário com os variados discursos sobre o período que ainda permeiam o imaginário do povo pernambucano.

Não foi intenção desta dissertação esgotar o tema, mas espera-se que esta pesquisa histórica tenha contribuído para as reflexões acadêmicas e que tomem repercussões na sociedade e nos livros didáticos. Espero ter dado voz aos vencidos e deixar que os mortos pudessem falar. Sabia também que iria tratar de um período fetiche da história.

Mas a primeira questão a se observar é que Brasil holandês não é um conceito a-histórico e acéfalo, muito pelo contrário, ele foi um projeto político com distintas visões que manipularam e continuam manipulando a opinião pública através de textos, discursos, exposições, projetos entre outras formas. E como diz Antônio Paulo Rezende, “o historiador deve procurar desmitificar, esclarecer, não se esquivar ao conteúdo das contradições”, pois sabemos que “a sociedade é um palco de lutas e projetos políticos divergentes. O espaço de trabalho do historiador não é um campo neutro, mas um espaço de combate”.<sup>609</sup>

Antes mesmo da chegada dos neerlandeses a capitania de Pernambuco já exercia papel relevante na vida da colônia e despertava interesses metropolitanos e de piratadores. Assim como nos dias atuais, os homens que viviam em Pernambuco precisavam se relacionar com o mundo, nutriam formas de esperança, tentavam buscar melhores condições de vida e sofriam com a difícil vida de sobreviver em meio a tiros de canhões e mosquetes.

---

<sup>609</sup> REZENDE, Antônio Paulo. *(Des) encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de XX*. Recife: FUNDARPE, 1997. p 17.

Sabemos que os rastros de uma guerra não podem ser contados apenas para desfrute e deleite, mas para refletir sobre questões que ainda agriem diariamente a população, como a violência. Neste sentido, a idéia de Michel Foucault de que a história serve para cortar é fundamental.<sup>610</sup> A violência humana no período investigado era promovida pela busca desmedida pela riqueza, obsessão que ainda permeia o mundo atual com novas formas.

No início da década de 1630, viver e morrer foi uma linha tênue na vida de muitos soldados que vinham de locais distantes, assim como de parte da população que sofreu com o fogo cruzado na capitania de Pernambuco. Os homens de guerra foram influenciados e influenciadores de um período em que se tentava instaurar a ordem para tudo e para todos.<sup>611</sup> No que tange este assunto, observamos que os homens de guerra tiveram que se adaptar as mudanças de clima, de estrutura da guerra e do desconhecimento do novo.

Ao problematizar o território, constatamos que a capitania de Pernambuco estava muito ligada à dinâmica do Atlântico Sul e possuía relações estreitas com Angola, ao mesmo tempo em que os acontecimentos políticos na Europa e principalmente na península Ibérica repercutiam na vida dos homens de guerra e da capitania.

Cabe ressaltar que o contato com as fontes demonstram que o rei espanhol tentou de qualquer maneira reaver a colônia pernambucana que servia de importante local estratégico para a antiga América espanhola já que preocupava-se com a rota da prata. Além disso, Pernambuco tinha uma importante relação com a África e com a complexa vida do Atlântico Sul. Constatamos de forma superficial, que parte da elite metropolitana esteve vinculada nas decisões da guerra, possuíam interesses como os homens de guerra. Esses interesses faziam parte dos negócios da guerra.

Pudemos notar que além das decisões que ocorriam em Madrid e Lisboa para a Guerra de Pernambuco, esta teve uma característica ímpar por conta da participação indígena, negra e pela modificação do clima e do território do Estado do Brasil. Cabe dizer também, que além da difícil vida com os sofrimentos diários observados pelos longos dias de fome, mortes e muitas decepções, os soldados tiveram uma vida única e trajetórias distintas. Foram agentes de sua própria história e viveram de acordo com sua experiência de vida e interesse compartilhado com o mundo que o formava e que

---

<sup>610</sup> FOUCAULT, Michel. *Nietzsche, a genealogia e a história*. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal. p 27.

<sup>611</sup> FRANÇA, Eduardo D'Oliveira. *Portugal na Época da Restauração*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997. p 35.

ajudava a formar. Por fim, tentamos demonstrar os diversos aspectos da guerra que os homens estavam inseridos. Seu cotidiano, suas práticas e trajetórias serviram para mostrar que a vida e a história dialogam para um caminho incerto. A pesquisa termina com mais dúvidas do que certezas, pois a vida é mais complexa do que a história que se escreve sobre ela, pois o teatro da guerra não é um palco de cartas marcadas, mas um campo de luta como é a vida de todo ser humano. Inventada, sonhada e vivida...

## Bibliografia

ARAÚJO, Emanuel. **O teatro dos vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

ALBUQUERQUE, Cleonir Xavier. **A remuneração de serviços da guerra holandesa**. (A propósito de um Sermão do Padre Vieira). Recife: Editora Universitária, 1968.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2006.

ALENCASTRO, Luis Felipe de. **O tratado dos Viventes: formação do Brasil no atlântico sul, século XVI e XVII**. Companhia das Letras; 2000.

ALMOÊDO DE ASSIS, Virgínia Maria. **Palavra de Rei...Autonomia e Subordinação da Capitania Hereditária de Pernambuco**. Tese de Doutorado. Recife, 2001.

ARRAES, Raimundo. **A capital da saudade: destruição e reconstrução do Recife em Freyre, Bandeira, Cardozo e Autragésilo**. Recife; Ed. Bagaço, 2006.

BERTHOLD, Margot. **História Mundial do Teatro**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

BENATTI, Antônio Paulo. O inventário das diferenças. IN: **Narrar o passado, repensar a história**. Organizadores Margareth Rago e Renato Aloizio de Oliveira Gimenes. Campinas, 2000. p 66. VEYNE, Paul.

BARTHES, Roland. **O Rumor da Língua**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BOXER, Charles Ralph. **O império marítimo português 1415-1825**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BOXER, Charles Ralph. **Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola: 1602-1686**. Tradução de Oliveira Pinto. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1973.

BOXER, Charles Ralph. **Os Holandeses no Brasil**. Tradução de Olivério M. de Oliveira Pinto. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Prefácio de Jacques Le Goff e apresentação de Lilia Moritz Schwarcz. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

CABRAL, George Félix Cabral. **Elite e ejercicio de poder en el Brasil Colonial: la cámara municipal de Recife (1710-1822)**. Tese de Doutorado. Salamanca. 2007.

CATARINO, Acácio José Lopes. “**Marcar com sinais próprios**”: as balizas da conquista na Maurits Satadt. IN: **Novos olhares sobre as Capitânicas do Norte do Brasil**. Organizadores Carla Mary da Silva Oliveira e Ricardo Pinto de Medeiros. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

- CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. Tradução Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002.
- CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- CHATIER, Roger. **História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 2002.
- ELIAS, Norbert. **Processo Civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; 1994.
- FERLINI, Vera. **Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial**. Bauru; SP: EDUSC, 2003.
- FRANÇA, Eduardo D'Oliveira. **Portugal na Época da Restauração**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.
- FREYRE, Gilberto. **Guia Prático, histórico e sentimental da cidade do Recife**. Apresentação e atualização de Antônio Paulo Rezende; bibliografia de Edson Nery da Fonseca; Ilustrações e capitulares de Luís Jardim; Mapa turístico de Rosa Maria. 5ª Edição. São Paulo; Global, 2007.
- FOUCAULT, Michel. **Micro-física do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, Vozes, 1987.
- GRILLO, Ângela. **A arte do povo: Histórias na literatura de cordel**. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado na Universidade Federal Fluminense, 2005.
- GASPAR, Lúcia. **José Antônio Gonsalves de Mello: cronologia e bibliografia**. Recife: Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco. 1995.
- GONÇALVES, Regina Célia. Guerra e açúcar: a formação da elite política na Capitania da Paraíba (Séculos XVI e XVII). IN: **Novos olhares sobre as Capitanias do Norte do Brasil**. Organizadores Carla Mary da Silva Oliveira e Ricardo Pinto de Medeiros. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.
- HESPANHA, Antônio Manuel. **As vésperas do Leviathan**. Instituições e poder político. Portugal – Séc. XVII. Coimbra: Livraria Almedina. 1994.

MIRANDA, Bruno R. F. **Fortes, paliçadas e redutos enquanto estratégia da política de defesa portuguesa - O caso da capitania de Pernambuco (1654-1701)**. Dissertação de Mestrado. Recife, 2006.

MELLO, Evaldo Cabral de 1936. **Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654**. São Paulo: Ed. 34, 2007.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro veio: o imaginário da Restauração Pernambucana**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste 1641-1669**. Rio de Janeiro: 1998.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Nassau**. São Paulo: Companhia das letras: 2006.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Tempo dos flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil**. Rio de Janeiro; José Olympio Editora, 1947.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Gente da nação: cristãos-novos e judeus em Pernambuco 1542-1654**. Recife: Fundaj – Editora Massangana, 1989. 552 p. Il.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. **João Fernandes Vieira: mestre de campo, terço e infantaria**. Recife: Fundaj – Editora Massangana, 1987.

NASCIMENTO, Alcileide Cabral. **A Sorte dos Enjeitados: o combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência às crianças abandonadas no Recife (1789-1832)**. Tese de Doutorado em História– UFPE, Recife, 2006.

NASCIMENTO, Rômulo Luiz Xavier do. **O “desconforto da governabilidade”: aspectos da administração no Brasil holandês (1630-1644)**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFF, 2008.

NASCIMENTO, Rômulo Luiz Xavier do. **Existiu administração batava antes de Nassau? O Governo Holandês no Brasil Pré-nassoviano, 1630-1636**. Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, Número 62. Recife, janeiro-junho de 2009. ISSN 0103-1945.

NETCHER, Pieter Marinus. **Les hollandais au Brésil: notice historique sur lês Pays-Bas et le Brésil au XVII siècle**. Haia: Belifante Frères, 1853.

PÉREZ, José Manuel Santos. Estado, capitanias donatarias y copañias comerciales. Uma visión comparativa del Brasil holandês. IN: **El Desafio Holadés al Domínio Ibérico em Brasil en el Siglo XVII**. José Manuel Santos Pérez e George F. Cabral de Souza. Ediciones Universidad de Salamanca y los autores, 2006.

REZENDE, Antônio Paulo. **(Des) encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de XX**. Recife: FUNDARPE, 1997.

RODRIGUES, José Honório. **Historiografia e bibliografia do domínio Holandês no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro; Departamento de Imprensa Nacional, 1949.

SCHWARTZ, Stuart. **Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial. A Suprema Corte da Bahia e seus Juizes: 1609-1751**. São Paulo: Perspectiva.

SCHWARTZ, Stuart. **Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial**. Coordenação de Graça Salgado. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **Do Brasil Filipino ao Brasil de 1640**. Companhia Editora Nacional: 1968. (Coleção Brasileira, Volume 336.)

SILVA, Kalina Vanderlei. **O Miserável Soldo & a boa ordem da sociedade colonial: militarização e marginalidade na Capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII**. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2001

STELLA, Roseli Santaella. **Brasil durante el gobierno español, 1580-1640**. Madrid: Fundación Hernando de Larramendi: 2000. Pág XXX.

SOUZA, Laura de Mello e. **O sol a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII**. São Paulo. Companhia das Letras, 2006.

VAINFAS, Ronaldo. **Traição: um jesuíta a serviço do Brasil Holandês processado pela inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. **Histórias das lutas com os Holandeses no Brasil, desde 1624 a 1654**. Vienna d'Áustria, 1871.

WATJEN, Hermann. **O domínio colonial holandês no Brasil**. Companhia Editora Nacional, 1938 Coleção Brasileira (v.123).

Z Aidan, Michel. Ética, Violência e História. IN: **Cultura, cidadania e violência: VII Encontro Estadual de História da ANPUH de Pernambuco**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

### **Fontes Impressas**

BAERS, João. **Olinda Conquistada**. Recife: Departamento de Cultura, 1997.

BARLAEUS, Gaspar. **Histórias dos feitos recentemente praticados no Brasil**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1980.

CALADO, Manoel. **O Valeroso Lucideno e triunfo da Liberdade**. Recife: CEPE, 2004.

COELHO, Duarte de Albuquerque. **Memórias diárias da guerra do Brasil 1630-1638**. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981.

VIEIRA, Padre Antônio. **Sermão da Visitação de Nossa Senhora**. (pregado no Hospital da Misericórdia da Bahia na ocasião em que chegou àquela cidade o Marquês de Montalvão, vice-rei do Brasil). Bahia, 1640.

RICHSHOFFER, Ambrósio. **Diário de um soldado**. Organização e tradução de Leonardo Dantas Silva e tradução de Alfredo de Carvalho. Recife: CEPE, 2004.

### **Arquivos Utilizados**

#### ***Arquivo do Instituto Ricardo Brennand***

RB - MANIFESTO dos portugueses de Pernambuco para justificar o haver tomado as armas contra os holandeses da Companhia das Índias Ocidentais, 1646. [S.l.]: [s.n.], 1646. 16 p. DOCUMENTO MANUSCRITO DE 17 FOLHAS - INSTITUTO RICARDO BRENNAND, ORR M3 1646.

#### ***Archivo General de Simancas***

*Guerra antigua*- Legajo (códice) 1025 e 3610.

#### ***Arquivo Histórico Ultramarino***

*Capitania de Pernambuco*.

AHU\_ACL\_CU\_015, Caixas 1.

AHU\_ACL\_CU\_015, Caixas 2.

AHU\_ACL\_CU\_015, Caixas 3.